

Política ambigua

Nu
AP Núcleo de
Antropologia
da Política

Quinta da Boa Vista s/nº – São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20940-040
Tel.: (21) 2568 9642 Fax: (21) 2254 6695 – E-mail: nuap@alternex.com.br

Publicação realizada com recursos do PRONEX/CNPq; Ministério da Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Programa de Apoio a Núcleos de Excelência

A coleção Antropologia da Política é coordenada por Moacir G. S. Palmeira, Mariza G. S. Peirano, César Barreira e José Sergio Leite Lopes e apresenta as seguintes publicações:

- 1 - **A HONRA DA POLÍTICA** – Decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994), de *Carla Teixeira*
- 2 - **CHUVA DE PAPÉIS** – Ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil, de *Irllys Barreira*
- 3 - **CRIMES POR ENCOMENDA** – Violência e pistolagem no cenário brasileiro, de *César Barreira*
- 4 - **EM NOME DAS “BASES”** – Política, favor e dependência pessoal, de *Marcos Otávio Bezerra*
- 5 - **FAZENDO A LUTA** – Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas, de *John Cunha Comerford*
- 6 - **CARISMA, SOCIEDADE E POLÍTICA** – Novas linguagens do religioso e do político, de *Julia Miranda*
- 7 - **ALGUMA ANTROPOLOGIA**, de *Marcio Goldman*
- 8 - **ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO**, de *Karina Kuschnir*
- 9 - **A MARCHA NACIONAL DOS SEM-TERRA** – Um estudo sobre a fabricação do social, de *Christine de Alencar Chaves*
- 10 - **MULHERES QUE MATAM** – Universo imaginário do crime no feminino, de *Rosemary de Oliveira Almeida*
- 11 - **EM NOME DE QUEM?** – Recursos sociais no recrutamento de elites políticas, de *Odaci Luiz Coradini*
- 12 - **O DITO E O FEITO** – Ensaio de antropologia dos rituais, de *Mariza Peirano*
- 13 - **NO BICO DA CEGONHA** – Histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil, de *Domingos Abreu*
- 14 - **DIREITO LEGAL E INSULTO MORAL** – Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA, de *Luís R. Cardoso de Oliveira*
- 15 - **OS FILHOS DO ESTADO** – Autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, de *Leonardo Damasceno de Sá*
- 16 - **OLIVEIRA VIANNA** – De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra, de *Luiz de Castro Faria*
- 17 - **INTRIGAS E QUESTÕES** – Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco, de *Ana Claudia Marques*
- 18 - **GESTAR E GERIR** – Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil, de *Antonio Carlos de Souza Lima*
- 19 - **FESTAS DA POLÍTICA** – Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG), de *Christine de Alencar Chaves*
- 20 - **ECOS DA VIOLÊNCIA** – Narrativas e relação de poder no Nordeste canavieiro, de *Geovani Jacó de Freitas*
- 21 - **TEMPO DE BRASÍLIA** – Etnografando lugares-eventos da política, de *Antonádia Borges*
- 22 - **COMO UMA FAMÍLIA** – Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural, de *John Cunha Comerford*
- 23 - **O CLUBE DAS NAÇÕES** – A missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar, de *Paulo de Góes Filho*
- 24 - **POLÍTICA NO BRASIL** – Visões de antropólogos, de *Moacir Palmeira e César Barreira*
- 25 - **AS (DIFUSAS) FRONTEIRAS ENTRE A POLÍTICA E O MERCADO** – Um estudo antropológico sobre *marketing político*, seus agentes, práticas e representações, de *Gabriela Scotto*
- 26 - **ESPAÇOS E TEMPOS DA POLÍTICA**, de *Carla Costa Teixeira e Christine de Alencar Chaves*
- 27 - **A POBREZA NO PARAÍSO TROPICAL** – Interpretações e discursos sobre o Brasil, de *Marcia Anita Sprandel*
- 28 - **O POVO EM ARMAS** – Violência e política no sertão de Pernambuco, de *Jorge Mattar Villela*
- 29 - **A AMBIENTALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS** – Participação e controle público da poluição industrial, de *José Sergio Leite Lopes*
- 30 - **QUESTÃO DE SEGURANÇA** – Políticas governamentais e práticas policiais, de *César Barreira*
- 31 - **A DINÂMICA DO SAGRADO** – Rituais, sociabilidade e santidade num convento do Rio de Janeiro, de *Renata de Castro Menezes*

MOACIR PALMEIRA E
BEATRIZ M. DE HEREDIA

Política ambígua

RELUME  DUMARÁ
Rio de Janeiro
2010

© Copyright 2009, dos autores
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso
CEP 21042-235 – Rio de Janeiro, RJ
Tel. (21)2564-6869 (PABX) – Fax (21)2560-1183
E-mail: relume@relumedumara.com.br

Editoração
Dilmo Milheiros

Capa
Simone Villas Boas



Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

P198p Palmeira, Moacir
 Política ambígua / Moacir Palmeira e Beatriz Maria Alasia de
 Heredia. – Rio de Janeiro : Relume-Dumará : NUAP, 2010.
 . – (Coleção Antropologia da política ; 32)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7316-518-0

1. Ciência política. 2. Antropologia política. 3. Campanha
eleitoral – Brasil. 4. Movimentos sociais. 5. Trabalhadores – Brasil –
Atividades políticas. I. Heredia, Beatriz Maria Alasia de. II. Núcleo de
Antropologia da Política. III. Título. IV. Série.

10-4536

CDD 320
CDU 32

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada
desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui
violação da Lei nº 5.988.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 Política, facções e voto	15
CAPÍTULO 2 Os comícios e a política de facções	27
CAPÍTULO 3 Lutas entre iguais: as disputas no interior da facção política	81
CAPÍTULO 4 Entre duas eleições: relações político-eleitor	95
CAPÍTULO 5 Política, família, comunidade	111
CAPÍTULO 6 Eleição municipal, política e cidadania	125
CAPÍTULO 7 Os sindicatos no poder: que poder?	139
CAPÍTULO 8 Política ambígua	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

Este livro apresenta resultados de uma pesquisa sobre concepções de política, que vem sendo desenvolvida por seus autores desde 1988¹. Seus capítulos, anteriormente publicados como artigos em periódicos ou coletâneas, foram elaborados como partes de uma tentativa maior de pensar a política no Brasil, nos termos em que ela é formulada e praticada, evitando o viés normativo com que o tema é geralmente abordado.

Nosso ponto de partida foi o que nos parecia ser uma descontinuidade entre uma forte presença de sindicatos e outras organizações de trabalhadores rurais nos municípios brasileiros, resultado de uma história de lutas que marcou a segunda metade do século XX, e as formas de participação política desses atores. Paradoxalmente, quando da retomada do processo democrático no país, nos anos 80, mesmo nas áreas em que essas organizações estiveram associadas a fortes movimentos reivindicatórios, nem as mobilizações nem as mudanças para que direta ou indiretamente contribuíram, tiveram uma tradução política visível imediata.

Vários desses movimentos e organizações, em diferentes conjunturas, evitaram ser caracterizados como políticos, ou buscaram apoios políticos inusitados de grupos ou setores identificados com a ordem a que se opunham. Mas, sobretudo, aquelas ações de contestação não se traduziram em votos ou, para sermos mais precisos, nos votos necessários à eleição de seus candidatos aos cargos de representação ou à chefia dos municípios. Esse quadro se transformaria ao longo do período estudado, mas as experiências de sucessos eleitorais continuariam sendo minoritárias.

Tanto entre sindicalistas quanto entre cientistas sociais, havia explicações prontas para esses insucessos. Falta de organização dos sindicatos, falta de consciência de classe dos trabalhadores eram talvez as mais comuns, quando não as famosas “limitações estruturais à expressão política do campesinato”, que continuavam (e continuam) a consumir páginas e páginas de publicações acadêmicas e políticas.

Ao invés de tentar comprovar ou desmentir tais explicações, preferimos tomar um caminho diferente. Experiências anteriores de pesquisa e o acompanhamento, em 1986, de reuniões sindicais de trabalhadores rurais para avaliar os resultados de sua tentativa de eleger deputados constituintes estaduais e federais fizeram-nos perceber que aquele discurso mais “ideológico” e mais articulado intelectualmente coexistia com enquadramentos da atividade política bem diversos. O estranhamento de derrotas em municípios onde o candidato apoiado pelo sindicato teria feito as maiores reuniões públicas e onde as ações do sindicato contavam com um amplo apoio popular se somava no depoimento de uma mesma pessoa, por exemplo, com a desculpa, dada como óbvia, de que não poderia ter sido diferente, já que tal ou qual líder local, ou mesmo todo um grupo, tinha um *compromisso* com o candidato adversário. Pareceu-nos que estavam em jogo diferentes modos de conceber a política e estes se tornaram o objeto do “Concepções de política e ação sindical”, projeto de pesquisa que então elaboramos.

A ideia era que identificar uma atividade social como política ou não-política não é sem consequências para a sua eficácia política objetiva. A exemplo do que ocorre em algumas “economias primitivas”, em que se formam “esferas de troca” relativamente estanques, com moedas e regras de intercâmbio próprias, bem como com regras de conversão entre elas bem determinadas, em sociedades complexas ou em setores dessas sociedades, atividades que o senso comum intelectual reúne sob o termo *política* poderiam estar dispersas em esferas de atividades distintas, pensadas como tais pelos que delas participam, cujas regras de funcionamento e conversão seria preciso investigar.

A primeira experiência de campo em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, durante as eleições municipais de 1988, daria novo rumo ao projeto. Se já tínhamos ideia de que atividades sindicais e atividades políticas eram percebidas e formuladas como diversas e até certo ponto intransitivas, pudemos então constatar que as primeiras são concebidas como permanentes, a exemplo de tantas outras atividades, enquanto as últimas estão associadas a eleições. Ao contrário de uma imagem de uma sociedade dividida em partes (instituições, instâncias, esferas) ou dimensões, deparamo-nos com uma sociedade que comporta “tempos” (de plantar, de colher, de festas, da Quaresma, da política) que se contra-põem ou se opõem todos a um certo cotidiano.

A partir dessa percepção, *tempo da política*, *época da política* ou simplesmente *política* corresponde grosso modo ao período eleitoral. Mas se trata apenas de uma aproximação. Seus limites cronológicos não necessariamente coincidem e o tempo da política não envolve apenas candidatos e eleitores, mas toda a população, cujo cotidiano é subvertido. Nesse período de conflito autorizado, as facções políticas em que se dividem as municipalidades – ao longo do ano, mais uma referência para a “navegação social” das pessoas do que grupos substantivos

– se explicitam plenamente. Não é por acaso que se trata de um período marcado por rituais e interdições.

Assim, além de um recorte e de um modo diferente de recortar o que nós comumente designamos como “política”, deparamo-nos com diferentes significados atribuídos ou associados ao termo. Constatamos também que esses “modos de representação” não eram exclusivos de camponeses ou trabalhadores rurais, ou dos que moravam fora de áreas urbanas, mas que perpassavam diferentes grupos e classes e não se limitavam a espaços rurais. Tivemos que estender a pesquisa para além de trabalhadores e sindicatos. Nosso objeto tornou-se mais próximo do que costuma ser indicado com a expressão “política local”. Mas com uma complicação: essa política local, por sua vez, era recortada de modo diverso daquele que encontrávamos na literatura sociológica sobre o tema. Sua extensão para além das localidades interioranas, a temporalidade das divisões faccionais, a não superposição entre favores e relações familiares (dois elementos importantes na escolha de candidatos), a coexistência, dentro de uma mesma família, de vínculos de lealdade a diferentes – e às vezes opostos – políticos e seu manejo foram algumas das questões com que nos deparamos sem encontrar suporte interpretativo naquela bibliografia.

O trabalho de campo fora do período eleitoral e a atenção a diferentes contextos e níveis da organização social nos levariam a um quadro ainda mais complexo: se a oposição “tempo da política”/cotidiano (e/ou outros tempos) se mantém e o não respeito a essas fronteiras pode ser pretexto para acusações recíprocas, a “política” é vista no dia a dia como uma atividade própria de políticos ou daqueles que estão no poder. Assim, mesmo sendo a identificação de alguém com a facção vencedora ou com a facção perdedora um elemento importante na estratégia social de sua família no período entre duas eleições, são legítimos os relacionamentos entre seguidores de “lados diferentes”, censurados no “tempo da política”. A política não é assunto tratado dentro das famílias, igrejas, clubes, sindicatos. No comércio, no trabalho, nas festas dos que não são políticos é um tema evitado. Mas é comum encontrarmos partidários de facções rivais no período eleitoral conversando amigavelmente em espaços públicos (segregados durante o tempo da política) sobre os mais variados assuntos e até mesmo sobre política. Inversamente, entre políticos, os conflitos, agora não controlados pelas regras da política propriamente dita (a política do tempo da política) e pela ritualização que lhe é própria, podem ser mais extremados, tanto entre facções quanto dentro das facções (esta, aliás, uma dimensão da atividade política raramente considerada).

Mesmo com níveis de elaboração diferentes – e cada um deles abrindo para outras tantas dimensões – os capítulos que se seguem tentam fornecer uma imagem do que seja a política pensada como esse encontro diferenciado de políticos (profissionais) e eleitores (termo usado para designar todos os não políticos,

inclusive os que não votam) em circunstâncias diversas. O primeiro capítulo – “Política, facções e voto” – procura, dialogando com a literatura sobre política local no Brasil, dar uma ideia das implicações mais gerais dos resultados de nossa pesquisa, acentuando a importância crucial das eleições para as coletividades estudadas, mostrando o tempo da política como um momento de reposicionamento social das pessoas e o voto como sendo menos uma escolha do que uma manifestação de adesão a um dos lados em que aquelas coletividades se pensam divididas.

Mas é através dos rituais – tratados no capítulo 2 – a exemplo do que fazem ciclicamente aqueles, cuja vida social estudamos, que ingressamos na política. Se os comícios são vistos como os espaços por excelência da política, como uma espécie de materialização concentrada do tempo da política, sua análise é que nos daria elementos ou, talvez mais, nos forneceria um roteiro para pensar a política neles e para além deles. Assim, as disputas, em plena “guerra” interfaccional, entre adeptos de uma mesma facção para subir no palanque – o símbolo maior de uma facção no tempo da política – e sua continuidade fora do tempo da política são o objeto do capítulo 3: “Lutas entre iguais: as disputas no interior da facção”. E as relações entre as duas grandes categorias que se encontram nos comícios – os que sobem no palanque, “políticos”, e os que formam o seu público, “eleitores” – fora do tempo da política são tratadas no capítulo 4: “Entre duas eleições: relações político-eleitor”.

O capítulo 5 representa um desafio maior: se mesmo fora do tempo da política, os não políticos são vistos pelos “políticos” como “eleitores”, eles próprios se veem simplesmente como “famílias”, para quem a política é algo externo e não é objeto de preocupações cotidianas. Se o segundo capítulo focaliza, em certo momento, essas famílias ou membros delas como integrantes do público heterogêneo dos comícios e o capítulo 4 a relação político-eleitor e seu prolongamento fora do tempo da política, o capítulo 5 tenta descrever e analisar como a política, em certo momento, irrompe, como uma espécie de presença estranha, dentro dessas famílias.

O capítulo 6 é uma reflexão mais geral sobre as eleições municipais, retomando o diálogo com a literatura e as questões esboçadas no primeiro capítulo, enriquecidas pelas análises produzidas nos capítulos anteriores. Ele é sobretudo marcado pelas constatações feitas, na análise dos comícios, de que os palanques são obrigatoriamente mais amplos que o “local”, que a presença de convidados de fora é essencial, e que seu público é heterogêneo. Trata-se de pensar a política municipal em termos outros que não aqueles que costumam circunscrevê-la como algo distinto da política (nacional) em geral ou como uma expressão degradada do que seria a política em seu sentido forte, mas sim na positividade das trocas sociais que se estabelecem e na elaboração e reelaboração de um sistema de posições sociais que elas propiciam.

O desenvolvimento dessas análises é que permite voltar à questão que nos inquietava no ponto de partida: a dissociação entre a mobilização sindical ou de outros movimentos sociais e a sua expressão política. Mas, agora, a partir de um outro viés. Informados por uma visão da política mais interna às populações estudadas, preferimos abordar aquela questão observando situações decorrentes de vitórias eleitorais de candidatos ligados a sindicatos ou movimentos sociais em disputas por prefeituras. Isso é o que busca o capítulo 7 – “Os sindicatos no poder: que poder?”, que explora a multiplicidade de caminhos que podem tomar experiências alternativas de exercício de governos municipais, obrigadas a conviver com as “regras da política” de sempre.

Esses dois últimos capítulos poderiam ser boas chaves para o fechamento do livro: uma retomada em novos termos da questão inicial da pesquisa ou uma apreciação ampla e crítica sobre a “política local”, tema para o qual nossa preocupação se encaminhou. Preferimos, entretanto, seguindo talvez de novo as sinalizações daqueles cujas ações quisemos entender e com quem vimos dialogando ao longo desses anos, encerrar o volume garantindo espaço à dúvida. Se, no dizer de um deles, a política é “melindrosa” para quem tem a pretensão de se tornar político, diríamos que ela é “problemática” para quem quer entender os seus melindres. Política está associada a divisões e conflitos. A sua circunscrição a um período determinado é importante para regular esses conflitos, mas também potencializa a possibilidade de sua ocorrência. Ajustes têm que ser feitos a cada passo. A ambiguidade (das situações, dos atores, das ações, das avaliações recíprocas) é recorrente. Tentar entender como se engendra essa ambiguidade – que faz, por exemplo, com que um eleitor temeroso da política ou decepcionado com os políticos não abra mão de votar e exalte convictamente as virtudes de seu candidato – pode nos ajudar a entender a fidelidade desconfiada dos eleitores (e dos políticos) que estudamos e as nossas próprias incertezas em lidar com a política, a deles e a nossa de cada dia, que talvez não sejam tão diferentes quanto parecem ser.

O material empírico que serve de base a este trabalho provém do acompanhamento das eleições municipais (prefeitos e vereadores) e das eleições estaduais (deputados estaduais, deputados federais, governador e senador) entre 1988 e 2002, com algumas discontinuidades, em dois estados da Federação: Pernambuco e Rio Grande do Sul. A tentativa era de observar todos os eventos e atividades ligadas às campanhas eleitorais – reuniões, comícios, passeatas, visitas de candidatos a bairros e povoados, distribuição de material de propaganda, etc. – cobrindo os mais diferentes espaços, de comitês eleitorais a bares, casas de comércio, sindicatos, ruas e residências de políticos e eleitores, valendo-nos das conversas informais e realizando entrevistas quando necessário. A partir de 1990, a observação dos períodos eleitorais foi intercalada com a observação das localidades

estudadas fora desses períodos. Buscávamos, então, contato com as mesmas pessoas e organizações e procurávamos observar o cotidiano da população e, eventualmente, também as alterações desse cotidiano em outros “tempos”. Assim, em algumas das localidades estudadas, tivemos oportunidade de acompanhar, embora mais superficialmente, as “Festas” (ciclo de festas de Natal), Carnaval, Páscoa e São João.

Pernambuco era um estado já conhecido por nós, que, desde início dos anos 70, estudávamos as transformações sociais por que passava a sua área canavieira e acompanhávamos a atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais na região. O Rio Grande do Sul, não conhecíamos como pesquisadores, mas nos parecia especialmente interessante para fins de comparação. Com formação histórica e estruturas sociais diversas, os dois estados eram tidos como “estados politizados” e com movimentos sindicais de trabalhadores rurais fortes. Em Pernambuco, eram sobretudo os assalariados da cana-de-açúcar que se movimentavam em defesa de seus interesses; no Rio Grande do Sul, os sindicatos mais ativos reuniam basicamente pequenos proprietários. Isso parecia traduzir, entre outras coisas, as diferenças existentes entre suas “estruturas agrárias” – aquele primeiro estado apresentando índices de concentração da propriedade muito mais elevados que o segundo.

No estado de Pernambuco, o movimento sindical já havia lançado candidatos às eleições parlamentares de 1986, sem que qualquer deles houvesse obtido êxito. No entanto, esse fato não impedira que um número muito grande de dirigentes e delegados sindicais (cerca de 150) fosse apresentado como candidatos às eleições municipais de 1988. O Rio Grande do Sul, por sua vez, era o único estado da Federação em que os sindicatos haviam conseguido eleger um deputado federal constituinte em 1986 e tinham chances reais de sucesso nas disputas eleitorais em vários municípios. Todos esses contrastes se mostram mais intensos ainda quando consideramos as áreas que viriam ser escolhidas para estudo.

Em Pernambuco, nossa escolha recaiu sobre a Zona da Mata, região secularmente voltada para o cultivo da cana e produção de açúcar. Em nosso primeiro campo, depois de circular um pouco por toda a região, nos fixamos em dois municípios da chamada Mata Sul, área que concentrava, então, as maiores usinas do estado e onde os trabalhadores assalariados representavam a quase totalidade da força de trabalho, praticamente inexistindo pequenos proprietários e arrendatários. Em um dos municípios mencionados, em 1988, havia candidatos a prefeito e vereador lançados pelo sindicato.

A possibilidade que nos foi oferecida de também observar o processo eleitoral em um município sertanejo, na região conhecida como Sertão do Pajeú, na qual se intercalam grandes e médias propriedades de criação de gado e pequenas propriedades voltadas para o cultivo de alimentos e onde, apesar das desigualdades

sociais menos pronunciadas, os esquemas tradicionais de dominação são ainda vistos como tendo um grande peso, pareceu-nos oportuna. No Sertão do Pajeú, o trabalho sindical também era intenso, embora mais recente que na área canavieira, e, no município escolhido, o sindicato já participava ativamente de eleições desde 1982 e estava lançando candidatos próprios.

Nos períodos de campo subsequentes, deixaríamos de lado um dos dois municípios da Mata Sul e passaríamos a observar um município da Mata Norte que havíamos estudado nos anos 70. Incluiríamos também um município do Agreste, região de transição entre a Mata e o Sertão. Essas mudanças, se, por um lado, corresponderam a oportunidades surgidas no próprio processo de pesquisa, também tiveram a ver com as transformações de nosso objeto de pesquisa, a que já nos referimos. Considerar as três grandes regiões do estado, assim como acompanhar a campanha de um candidato a deputado estadual em 1990 e, com menos intensidade, campanhas de candidatos a outros cargos em eleições posteriores, andaram de par com a nossa passagem da preocupação com as candidaturas sindicais para o interesse pela “política local” e para a política em um sentido mais amplo.

No Rio Grande do Sul, a pesquisa bibliográfica, a consulta a estudiosos e políticos do estado e uma visita rápida a várias cidades da região colonial levaram-nos a escolher a região de Santa Rosa, área de pequenos agricultores, produtores de soja e trigo de origem italiana e alemã, relativamente capitalizados, de sindicalismo forte. Ali, o trabalho político dos sindicatos já vinha de alguns anos e a “regional sindical” já tinha conseguido eleger um deputado federal constituinte em 1986. Diferentemente de Pernambuco, onde a entrada em campo se deu basicamente por via sindical, no Rio Grande do Sul, valemo-nos também de contatos com políticos estaduais. Assim, se nas eleições municipais de 1988, trabalhamos sobre três municípios da região, de indicação consensual, a partir das eleições legislativas de 1990, ampliamos esse número para cinco, acompanhando roteiros de campanha de candidatos de diferentes partidos. No final dos anos 90, concentramos nosso foco em dois municípios, ao mesmo tempo que procurávamos seguir o trabalho dos representantes da região no legislativo estadual.

Durante esses anos, alguns pesquisadores trabalharam conosco. Em 1988, Moema Marques e Maria Hortense Marcier estiveram em Pernambuco e Aurélio Viana Filho no Rio Grande do Sul. Nas eleições de 1990, contamos com Margarita Gaviria, Claudia Guebel e Carlos Kuz, em Pernambuco, e com Guillermo Rogel Gomez no Rio Grande do Sul. Este último era, na época, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (PPGSA). Os demais eram então mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ (PPGAS). Em 2001, Paulo Cândido da Silva, mestrando em sociologia da Universidade

Federal da Paraíba (campus de Campina Grande) esteve no Pajeú fora do período eleitoral. Nos anos 1991 a 1992, Marco Antonio Gusmão Bonelli e Cleide de Moraes Lima, bolsistas de iniciação científica do CNPq trabalharam na parte documental da pesquisa. Além das informações coletadas e dos relatórios de pesquisa produzidos por todos, alguns desses pesquisadores escreveram trabalhos de curso e artigos².

Os autores contaram desde o início da pesquisa com bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e com o suporte dos sucessivos projetos de financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) ao PPGAS/MN/UFRJ. Entre 1998 e 2004 tivemos recursos do Projeto Pronex (Finep/CNPq) “Uma Antropologia da Política: rituais, representações e violência”, resultado do desdobramento de nosso projeto inicial e de sua integração com projetos de outros colegas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de Brasília e da Universidade Federal do Ceará. Contamos ainda, entre 1999 e 2004 com o apoio financeiro da Fundação Ford para um outro desdobramento da pesquisa: o projeto “Gestão Municipal e Formas de Participação Popular”.

Agradecemos a essas entidades, bem como ao PPGAS e ao PPGSA pelo apoio institucional. Nossa gratidão aos colegas desses centros de ensino e pesquisa pelo diálogo mantido ao longo dos anos e, especialmente àqueles, de diferentes universidades que, reunidos no Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), compartilharam conosco interesses e preocupações.

Para manter preservada a identidade daqueles graças a quem pudemos realizar nossos trabalhos de campo e de quem somos devedores de toda uma enorme massa de informações e de ideias, adotamos a convencional troca de nomes de pessoas e lugares. Assim, não temos como especificar nossos agradecimentos aos que mais contribuíram para este trabalho.

Notas

¹ A pesquisa gerou também outros artigos que, por recobrirem temas já tratados naqueles que integram este volume ou por representarem esforços em direções que não se somam de imediato à do conjunto aqui apresentado, deixaram de ser incluídos. Ver por exemplo Palmeira 1991, 1992 e 2002; Heredia e Palmeira 2005.

² Referimo-nos aos artigos de Claudia Guebel (1994) e Marco Antonio Bonelli, “O retrato da política: cobertura jornalística e eleições” (incluído em Palmeira e Goldman 1996).

CAPÍTULO 1

Política, facções e voto*

As imagens mais frequentemente associadas à política local no Brasil são a do mandonismo exclusivista do chefe político sem competidores ou a de municípios divididos entre duas facções ou partidos afrontando-se permanentemente, muitas vezes de forma violenta em torno do controle do poder local e do acesso aos que controlam o poder regional e nacional. Apesar do que ambas contêm de verdadeiro, sem que os que as utilizam se deem necessariamente conta, elas minimizam o peso e o significado social do processo eleitoral. A primeira reduz o processo eleitoral a uma farsa. A segunda assinala o acirramento de ânimos e paixões provocados pelas eleições mas sem questionar a sua extensão e o seu significado.

Paradoxalmente, não são imagens coladas a interpretações conflitivas de processos políticos passados ou atuais. São imagens que coexistem nos mesmos textos dos mesmos autores. Em alguns casos, elas são explicitamente remetidas a uma certa evolução de uma situação de domínio absoluto de potestados a uma outra de poder já questionado (Vilaça e Albuquerque 1965:17-21; 31-41). Alguns autores sugerem uma certa diferenciação geográfica ou de estilos de exercício de um tipo de dominação que seria basicamente o mesmo (Vilaça e Albuquerque 1965:43-45; Sá 1974:77-108; Leal 1975:22). Esse tipo de delimitação, todavia, não é capaz de dar conta de todas as situações, talvez as de maior frequência empírica na literatura, em que, de forma aparentemente absurda, a dominação exclusiva e absoluta coexista com lutas faccionais intensas¹.

Daniel Gross (1973) deu conta de parte da questão ao mostrar que o exclusivismo de mando de um chefe político corresponde a um momento de um ciclo. Criado um município, o seu “fundador” exerce um poder sem limites até o momento em que o chefe político de um distrito lhe comece a fazer oposição. O

* Este texto foi escrito por Moacir Palmeira e originalmente publicado em M. Palmeira e M. Goldman (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa. pp. 57-72. 1996.

acirramento do conflito acaba provocando a divisão do município e garantindo um período de paz a ambos os municípios, até que, em cada um deles, o processo se reinicie². Essa idéia do ciclo de uma facção não é estranha aos políticos, mesmo quando a possibilidade de fragmentação do município, por que razões seja, não se coloca. Um político do sertão de Pernambuco, candidato derrotado a prefeito nas eleições de 92, dizia-me no início de 95, animado com divergências que apareciam na facção adversária e de olho nas eleições de 96: “O que eu vejo hoje é que o grupo dos meninos está chegando aonde chegou o nosso. Cresceu demais e aí ninguém sustenta. Todo mundo quer ser [candidato a prefeito]. Uma tendência de divisão...”

Essa idéia do ciclo é capaz de ordenar, num período mais longo, momentos de unidade (de exercício da dominação sem contestação pública) e de luta aberta entre pretendentes à chefia política, mas não nos diz muito sobre como a dominação é exercida, o que representam as eleições ou como os que são objeto de dominação se movem dentro desse esquema. Quando aproximamos mais o nosso olhar tendo, obviamente, como referência um tempo mais restrito de situações como aquelas analisadas pela literatura, constatamos que a polarização da vida das localidades do interior entre “situação” e “oposição”, em especial das sedes dos municípios, parece ser um processo corrente e generalizado e também que o exercício ou a pretensão ao exercício do poder absoluto e discricionário pelo adversário é objeto não apenas de denúncias mas do medo de muitos dos que são do outro lado. Mas isso se restringe à política. E a política para essas populações não é uma atividade permanente e nem se constitui em um domínio discreto de atividades. Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de *tempo da política*, *época da política* ou simplesmente *política*. Não se trata de mera sinonímia e muito menos de expressões de criação desse ou daquele indivíduo. Está em jogo um certo calendário, um certo recorte social do tempo, com implicações tão objetivas quanto aquelas que decorrem da delimitação do tempo do plantio e do tempo da safra ou do tempo das festas e do tempo da Quaresma³.

Pensar a política como uma atividade não permanente não é tão estranho assim para as ciências sociais. Max Weber, que acabou, com a sua teoria da dominação, fornecendo o paradigma ou emprestando o nome ao que se transformou numa espécie de horizonte da ciência política de nosso tempo, em mais de um lugar, afirmou que as comunidades políticas não são necessariamente permanentes (Weber 1964:661-ss). E Radcliffe-Brown lembrou, num dos textos canônicos da Antropologia, que há sociedades em que a “sociedade política” se manifesta temporariamente, por exemplo, nas assembleias religiosas (Radcliffe-Brown 1961:xix). O que pode soar estranho é pensar na política como atividade não permanente numa sociedade em que a política está, por assim dizer, contida

dentro dos limites do Estado, uma associação política caracterizada, entre outras coisas, pela permanência. Não é preciso adotar o radicalismo desse último autor, que diz que o Estado é uma ficção criada pelos filósofos (idem:xxiii) – esquecendo-se da, ou não acreditando na, realidade das ficções – para pensar na plausibilidade de estruturas políticas não permanentes em sociedades em cuja organização o Estado desempenha funções essenciais mas que, nunca é demais lembrar, são “maiores” do que o Estado. É preferível lembrar que as facções, uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos dos chamados Estados modernos, têm como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes (Lasswell 1937; Firth 1957; Nicholas 1965; Mayer 1966; Gross 1973; Landé 1977)⁴.

Nas situações que estudamos, o tempo da política representa o momento em que essas facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, como verdadeiras facções políticas, em conflito aberto. É nesse período que aquelas municipalidades se dividem de uma maneira pouco habitual nos grandes centros, com o próprio espaço físico da cidade “distribuindo-se” entre as facções e desenvolvendo-se interdições com relação à frequência a bares, farmácias, barbearias, em suma, aos locais públicos controlados pela facção adversária, que tanto impressionaram os que estudaram a política local no Brasil. Mas, se a polarização é delimitada no tempo, dentro dos limites desse tempo ela é ainda mais radical do que se possa imaginar.

Os estudos sobre poder local no Brasil – especialmente, aqueles realizados por pesquisadores brasileiros, que associam muito fortemente as facções políticas às “famílias de tipo patriarcal” dos grandes senhores de terra, mas também as descrições feitas por muitos estudiosos estrangeiros, que se deixam tomar por essa “representação nativa” – tendem a enfatizar a sua relativa fixidez ao longo de períodos de tempo mais longos e a acentuar uma certa rigidez no seu relacionamento mútuo independentemente de calendários de qualquer ordem. Mas, se as suas exposições ressaltam os episódios ou as considerações sobre os episódios que caracterizam aquela espécie de “guerra permanente” entre famílias, parentelas ou partidos que teria marcado a história política brasileira até o final da primeira república e, em muitas regiões até os dias de hoje, elas não têm como deixar de registrar divisões de grandes famílias ou alianças (via casamento, por exemplo) entre famílias inimigas ou, muito antes de qualquer “crise da representação”, exemplos numerosos de infidelidade partidária e de mobilidade interpartidária⁵. De modo análogo, quando adotam um enfoque mais morfológico, escolhem descrever tudo o que assinala as fronteiras rígidas e o conflito aberto entre facções e a homogeneidade interna de cada uma, para logo se verem obrigados a “temperar” suas afirmações por uma discreta contextualização (“Isso

era particularmente intenso durante o período eleitoral” ou “Passadas as eleições, as pessoas dos dois grupos tinham uma relação normal”, para se referir às “hostilidades permanentes” entre facções) ou a introduzir um “discurso da exceção” (“Às vezes ocorria de parentes se desentenderem e até candidatarem-se por partidos opostos”).

Longe do já-se-sabe-quem-vai-ganhar, insinuado pela imagem do mando quase absoluto de uma facção ou do revezamento inevitável entre facções fixas e articuladas por um único tipo de vínculo, as eleições representam um momento crucial na vida dessas comunidades e cujo desfecho está longe de ser algo pré-estabelecido. Não é por caso que o processo eleitoral envolve tanta emoção e que, mesmo os analistas mais críticos, contrariando às vezes seus próprios esquemas explicativos, tenham evidenciado a importância das eleições, mesmo nas condições mais viciosas ou na vigência de sistemas eleitorais de participação restrita, para a vida social local e para o funcionamento de um certo sistema de dominação⁶. Como a facção, fora do tempo da política, se resume aos chefes políticos e uns poucos seguidores, embora seja uma referência fundamental, a disputa eleitoral é exatamente uma disputa para incorporar o maior número possível de pessoas, o maior número de apoios a cada facção. É o seu lado da sociedade que tem que ser aumentado. Está, pois, em jogo uma disputa que é mais ampla que a disputa eleitoral *stricto sensu*. Está em questão tanto a tentativa de acesso a certos cargos de mando, quanto o peso relativo de diferentes partes da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo.

Nessas circunstâncias, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. O que está em jogo, para o eleitor – e a palavra serve para designar tanto aquele que está legalmente habilitado a votar quanto qualquer membro da comunidade a quem o processo eleitoral possa interessar – numa eleição não é escolher representantes, mas é situar-se de um lado da sociedade que, como lembramos acima, não é um lado fixo. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. Diferentemente do que nos acostumamos a ver nas grandes cidades, o fato de alguém ter um cartaz, uma fotografia do candidato ou o nome do candidato na porta da sua casa, equivale a uma declaração de voto. E mais ainda, é uma sinalização de que o dono da casa pertence a uma determinada facção. Manipulações dessa associação entre a propaganda na fachada e o voto – como a dos candidatos que distribuem cestas de alimentos nos meses que antecedem as eleições entre famílias das “periferias” e que se valem daquele expediente de identificação dos beneficiários para criar a imagem de um apoio amplo a sua candidatura – só servem para confirmar sua eficácia⁷. Eficácia tanto maior quanto, ao “emprestar” seu nome ou seu rosto, com intenção manipulatória ou não, o candidato beneficia-se da coerção moral da adesão pública reconhecida no “retrato na porta”.

Se o voto-escolha é uma decisão, uma decisão individual, tomada com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política. Mas este é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes posições ou categorias sociais, e que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização.

Há uma adesão (e o termo aqui não seria muito adequado) vinculada a certas “lealdades primordiais”, à solidariedade familiar, aos laços de parentesco, amizade, vizinhança. Nesse tipo de sociedade, a vinculação familiar é, particularmente, muito importante. Mesmo quando não está em jogo a militância permanente numa facção, as obrigações sociais que alguém tem para com membros de sua família, estendem-se à esfera política. Há uma expectativa geral de que um candidato conte com os votos de seus parentes e, com relação ao eleitor individual, de que ele, tendo parente candidato, vote no parente. Dependendo do grau de parentesco ou da intensidade da militância de alguém na facção liderada por um parente seu, é considerado indelicado abordá-lo para pedir voto para outro candidato. Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo.

Isso não significa – que fique claro – postular a existência de uma correspondência entre certas relações instituídas, como as relações de família, e o pertencimento a um determinado partido ou facção política; e, ainda, a utilização de determinados instrumentos políticos do tipo “voto de favor”. Eu diria, ao contrário, que parece haver uma certa autonomia entre a “lealdade do voto” e as “lealdades fundamentais” a familiares ou parentelas. Essas diferentes lealdades podem convergir, mas isso nem sempre é verdade; pode ou não acontecer. Não me parece que as divisões familiares na política sejam fatos excepcionais ou efeitos recentes de uma certa decomposição da “ordem tradicional”. A lealdade política, lealdade do voto, é adquirida via compromisso: ela não implica, necessariamente nem ligações familiares nem vinculação a um partido, mas tem a ver com o compromisso pessoal, com favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias. Ela articula, na verdade, uma outra esfera de sociabilidade e, eventualmente, as diferentes esferas podem entrar em conflito.

Parentes ou não, as pessoas relacionam-se, no dia a dia, através de múltiplos fluxos de trocas, que as vão vinculando umas às outras, confirmando ou não relações preexistentes, cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens dentro de uma comunidade. Via de regra, estão em jogo ajudas ou pequenos favores, que vão sendo saldados ao longo do tempo e que permitem a inversão frequente das posições de quem dá ou recebe. Mas há também grandes favores ou ajudas maiores, que são buscados fora, junto a quem tem condições

de fazê-los, por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficiente para mobilizar recursos de diferentes espécies de modo a atender às solicitações feitas. Esses favores como, por exemplo, emprego público para um membro da família; atendimento gratuito num hospital privado ou atendimento especial num hospital público; um grande empréstimo em dinheiro, serviços advocatícios gratuitos ou coisas que tais, não têm como ser repostos no dia a dia. A eleição pode ser se não um momento de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, e a retribuição é o voto. Quanto a esse ponto, aliás não apresentamos grande diferença com relação ao que tem sido relatado pela literatura sociológica internacional sobre patronagem e clientelismo. Nos casos que estudamos, todavia, as coisas parecem ser um pouco mais complexas. Favores ou ajudas, grandes ou pequenos (sem que isso suprima o que foi dito antes), supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas (a promessa da retribuição e a promessa do atendimento). A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um compromisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas votam na (“acompanham a”, como se diz) facção onde estão ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas).

Por outro lado, como as próprias ações políticas (ações próprias do tempo da política) supõem promessas recíprocas (a promessa do candidato e a promessa do eleitor, ele votar no candidato), elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. E boa parte da arte do político consistirá em conseguir adesões através de compromissos criados por sua própria ação na época da política (i.e., criados na própria campanha).

É por aí que se pode pensar a distribuição farta de diferentes tipos de bens, do dinheiro ao colchão, que marca as disputas eleitorais no interior. O recebimento de um bem material, no tempo da política, tanto quanto um serviço pensado como favor ou ajuda, fora do tempo da política, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato que o doou. Aliás, a melhor prova da eficácia desse compromisso, são os resultados desastrosos para alguns partidos ou candidatos de esquerda da orientação que dão de “pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência”. A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário – que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes de legitimidade

e honra pessoal, embutidos na palavra empenhada – o recebimento de um bem leva o eleitor a votar “naturalmente” no seu doador.

Essa distribuição de bens é inerente ao processo eleitoral tal como concebido nas áreas estudadas. Será preciso determinar, com rigor, a especificidade de cada tipo de bem que entra na transação do voto. Isso é fundamental porque, não apenas os que veem o processo de fora mas também pessoas e grupos envolvidos diretamente no processo político local referem-se com grande frequência à “compra de votos” ou ao “voto por dinheiro”, quando não à sua mercantilização e à força crescente do “poder econômico” nas eleições. E mais: há uma tendência nítida dessas pessoas apontarem qualquer tipo de transação material como implicando, em última instância, determinados valores monetários e, portanto, como sendo um processo de compra e venda⁸.

Engana-se, todavia, quem achar que observadores de fora e participantes do processo estão dizendo a mesma coisa. No caso dos primeiros, está em jogo a denúncia de procedimentos tidos como espúrios. No caso dos últimos, está em jogo o uso de uma retórica capaz de atrair apoios externos contra as possibilidades de uso indevido de instrumentos que sempre foram acionados em processos eleitorais, mas que, usados fora de medida, são capazes de provocar desequilíbrios que ameaçariam não apenas eventuais chefias políticas mas o próprio significado social das eleições para essas populações. Engana-se, portanto, uma segunda vez, quem achar que a “compra de voto” é privilégio de uma ou outra facção política; e uma terceira vez quem achar que a denúncia de compra de votos é exclusividade de algumas delas. Com exceção de uns poucos e pequenos partidos ou grupos políticos programáticos, o que é condenado é o uso do dinheiro ou de outros bens sem a mediação do compromisso para desfazer compromissos preestabelecidos como modalidade exclusiva ou principal de tentar obter votos; ou a utilização de quantidades de dinheiro no processo eleitoral não proporcionais à capacidade financeira dos demais candidatos; ou ainda, a mercantilização de certos elos das redes sociais que se estabelecem no tempo da política, até então preservados. Um candidato dar uma certa quantia de dinheiro a seus cabos eleitorais (mesmo estimando que há um preço médio por eleitor) para despesas de campanha em sua área de atuação, assim como a distribuição de refeições ou a doação de pequenas quantias a possíveis eleitores, é considerado absolutamente natural. Entretanto, é condenável dar uma quantidade maior de dinheiro ao cabo eleitoral de um adversário para que ele, virando de lado, aberta ou disfarçadamente, passe a fazer essas mesmas coisas a seu favor. Como também é condenada a distribuição direta de quantidades consideradas elevadas de dinheiro, condicionadas ao voto; ou são condenados os gastos considerados excessivos com propaganda; ou ainda a distribuição ilimitada de certos bens, como as camisetas com nomes de candidatos. É curioso que ao “voto comprado”, se contraponha o

“voto consciente”, expressão do vocabulário das formações políticas de esquerda para designar o voto ideológico, mas que, aqui, passa a significar voto numa facção, naquela que, no momento, está empenhada em estigmatizar os ganhos eleitorais do adversário.

Como o que está em jogo não é uma escolha mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor (sob pena de ser considerado um indeciso) que seja capaz de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher a e não b. Nas situações estudadas, ou se tem uma espécie de declaração prévia de adesão a uma facção, em função de compromissos publicamente conhecidos ou da manipulação de emblemas como os cartazes afixados na frente das casas ou do uso de cores de um determinado partido ou candidato, ou ainda da frequentação dos locais identificados, durante o tempo da política, a uma determinada facção; ou então, o que se tem é a justificativa, quase sempre a posteriori, não do voto, mas do voto que não foi dado.

Essa última expressa, ao mesmo tempo que a imprescindibilidade de todo e qualquer eleitor situar-se numa das partes em que a sociedade se vê cindida, o conflito entre compromissos ou entre “lealdades primordiais” e compromissos políticos. Frases como “Sou seu amigo, lhe devo favores, mas tive que votar em Fulano porque me fez um favor muito grande”; “Sempre acompanhei o nosso partido mas, este ano, votei no outro partido porque meu irmão se candidatou...”; ou “Nem que meu pai mandasse, eu não votaria num candidato desse partido”, ditas por eleitores, não apenas a candidatos – o que é inteiramente compreensível numa sociedade em que todos praticamente se conhecem – mas a não importa que interlocutor com quem conversem sobre eleições, são moeda corrente nos dias que antecedem e sobretudo nos dias que se seguem às eleições. Como esses conflitos são resolvidos, isto é, como se chega aos arranjos indicados nessas justificativas, é um outro capítulo.

Ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião, por excelência, para as migrações entre facções. O tempo da política é o tempo em que são possíveis os rearranjos ou em que são formalizados os rearranjos de compromissos que foram se dando entre duas eleições, que, de outra forma continuariam sendo lidos como ingratidões ou traições. Mesmo quando o resultado é a confirmação do mando da mesma facção, esses movimentos são fundamentais. Entre duas eleições muita coisa se passa: conflitos interpessoais inviabilizam a permanência de duas pessoas na mesma facção; favores de diferentes fontes criam para um mesmo indivíduo ou para uma mesma família problemas de lealdade e assim por diante. O tempo da política é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que ela se faz dela própria.

A busca de adesões não passa, então, pela caça ao eleitor indeciso. Essa, aliás, é uma figura política inexistente nesse tipo de comunidade. A indecisão – o “não sei em quem vou votar” – é automaticamente associada ao voto não declarado na outra facção. O eleitor disputado pelos candidatos e por seus partidários é o eleitor de voto múltiplo (i.e., aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade) envolvido em ou administrando conflitos capazes de justificar mudanças de lado: é o pai de família enredado por compromissos com diferentes pessoas e que poderá, quem sabe, dividir organizadamente os votos de seus dependentes; é o sindicalista incompatibilizado com o político em quem votou na eleição anterior por alguma razão; é o cabo eleitoral “profissional” preterido por seu chefe em favor de algum desafeto; é o líder de um novo grupo religioso, ávido por estabelecer compromissos que o legitimem.

Mas, hoje em dia, a luta mais intensa por adesões, ou simplesmente por votos, se dá além desses limites e em termos que invertem a busca tradicional de adesões. Nas últimas décadas, contingentes crescentes de trabalhadores rurais transferiram-se de fazendas, sítios e povoados para as chamadas “periferias”, “bairros” ou “favelas” das cidades do interior. Se, em certas áreas, mesmo fora da terra, esses trabalhadores permaneceram na atividade agrícola e até mesmo mantiveram seus postos de trabalho, frequentemente ocorreu uma diversificação de atividades e uma grande mobilidade em busca de emprego ou terra para arrendar. Nesse último caso, a referência oferecida pelas facções deixou de operar nos termos em que operava antes. Por um lado, situações de desemprego e suas sequelas ou mesmo crises de outra natureza geraram uma demanda individualizada crescente de assistência às prefeituras ou aos políticos dos municípios; por outro lado, esse mesmo fato e mais a mobilidade dessas populações tornaram mais difíceis as possibilidades de compromissos. Os compromissos tornaram-se, então, mais estritamente eleitorais.

Ainda uma vez, todavia, não estará em jogo o “eleitor indeciso”, mas o eleitor potencial, “em disponibilidade”. Disponibilidade relativa, lembre-se de passagem, pois, embora se trate de alguém social e, muitas vezes, espacialmente deslocado, os códigos culturais manipulados permanecem os mesmos. Não é por acaso que os candidatos continuarão a abordá-lo nos mesmos termos que abordam não importa que eleitor, valendo-se de ajudas, favores, promessas, capazes de fazê-lo sentir-se comprometido com eles. Se o “voto por dinheiro” ou a “compra de voto” encontra melhores condições formais para se tornar uma realidade, essa não é, ao menos por enquanto, a mudança fundamental.

A grande inversão operada pela caça ao voto nas “periferias” será exatamente a procura do voto de quem não tem vínculos. Não com um apelo categorial ao voto aos “trabalhadores rurais expulsos” ou algo que o valha, mas com a tentativa

de comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais. É o caso das “mulheres largadas”, que eram efetivamente numerosas na cidade cujo processo eleitoral eu pessoalmente acompanhei, no sertão de Pernambuco. Como, habitualmente, a negociação do voto passa pelo homem chefe de família, a mulher inexistente enquanto eleitora individual. A condição de “largadas”, i.e., abandonadas por maridos-pais não reabsorvidas pelas famílias de origem, torna esposas e filhas existentes para o processo eleitoral. Desprovidas da experiência masculina da negociação do voto, elas se tornam um dos públicos selecionados para a atividade de candidatos que querem fazer pender a seu favor a balança que as ocorrências intereleitorais e a campanha desenvolvida nos moldes habituais inclinariam para o outro lado. A subversão representada pelo voto conservador da “mulher largada”, dos “desempregados” (geralmente, os desempregados da firma tal), dos “velhos”, dos “que não são daqui” transparece na denúncia que fazem da “compra do voto”, que encontraria nas “periferias” a sua realização mais completa, tanto os chefes políticos mais “tradicionais” quanto sindicalistas e militantes de esquerda, e no seu elogio comum à “sinceridade do voto do campo”.



A associação entre voto e cidadania tornou-se automática para nosso senso comum intelectual. Talvez, pelo papel histórico que ela representou em muitos países. Na verdade, cada vez que essa vinculação tem sido assumida socialmente, ela tem tido consequências importantes para o desenvolvimento da democracia. Não se trata, todavia, de algo fácil. A adoção do voto universal não introduz automaticamente valores ligados à ideia de democracia representativa. Não por uma qualquer ausência de conhecimentos dos eleitores mas pelo fato de que o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social.

O que procurei mostrar foi como, nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão. Antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação com uma facção. Antes de ser uma decisão individual, é um processo envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade das relações sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa sociedade.

Parece-me que essa importância social do processo eleitoral, identificado com a própria política em comunidades como as que estudamos, e o significado

objetivo, isto é, socialmente compartilhado, do voto podem nos ajudar a entender o porque de inovações institucionais, mesmo radicais, afetando o sistema eleitoral, ou mudanças sociais importantes, como as que são associadas à monetização da economia, serem, com relativa facilidade, reapropriadas e reinterpretadas pelos que fazem operar esse sistema, ao qual, apesar da idade, não falta plasticidade e o porque de, ainda hoje, um século depois da adoção do sistema republicano e dos princípios da democracia representativa, alinharmos democracia, representação, partidos, voto, cidadania, como utopias.

Notas

¹ A visão relacional que tem Victor Nunes Leal do “coronelismo” – resultado de um compromisso entre chefes locais e o governo estadual ou federal – e a marca “governista” que nele identifica ajuda a entender aquela coexistência. A “carta branca” dada aos coronéis, em troca de votos, pelos governos estaduais deixa espaço para uma atuação mais branda ou mais agressiva com relação a seus adversários. Mas a sua dependência com relação ao governo permite que este, havendo uma mudança de governantes ou simplesmente um desentendimento entre o governo estadual e o chefe local, faça emergir uma oposição conhecida mas sufocada ou, por assim dizer, aparecer da noite para o dia uma oposição inexistente. Uma interpretação desse tipo não permite, entretanto, perceber os pontos de fissura ou, dito de outra maneira, quem e em que circunstâncias é capaz de se contrapor à chefia local.

² Bem antes dele, num trabalho de 1957, Maria Isaura Pereira de Queiroz (Pereira de Queiroz 1969) chamava atenção para esse processo de segmentação aplicando-se a municípios mas também a capitânicas durante o período colonial e sugeria que, ao menos em parte, também fosse capaz de explicar as bandeiras.

³ Essa descontinuidade entre política e cotidiano, cuja percepção, de certo modo, mudou o rumo da minha pesquisa, já havia sido assinalada, em 1974, no trabalho pioneiro de Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, que só recentemente li. Trabalhando com a categoria “movimento” – o “‘movimento’ singular das eleições” – Ferraz de Sá descreve algo muito próximo daquilo a que me refiro como o tempo da política, embora ela enfatize bem mais a dimensão de inversão daquele “fato social extraordinário” em que se constituem as eleições municipais (Sá 1974:77-108)

⁴ Há múltiplas definições de facções, mas entre os antropólogos há um certo consenso de que se trata de unidades de conflito, cujos membros são arregimentados por um líder com base em princípios variados. Em geral, estão em jogo conflitos considerados políticos (envolvendo o uso do poder público). As facções não são grupos corporados (via de regra os autores pensam-nas como quase-grupos, grupos diádicos não corporados, etc.). Ao contrário de partidos políticos, associações ou clubes (para ficarmos em exemplos muito próximos), “as facções são unidades de conflito ativadas em ocasiões específicas antes do que mantidas por uma organização formal” (Mayer 1977:52) mas, como lembra Nicholas, “que as facções não sejam corporadas, que sejam basicamente impermanentes, isso não significa que não possam persistir por um longo período de tempo” (Nicholas 1977:58).

⁵ Isso não escapou à ironia de Machado de Assis. Numa crônica de 1878, comenta a notícia de que os dois partidos “de uma das paróquias do Norte, a paróquia de S. Vicente [...] dividiram-se

e trocaram as metades”. Depois de dizer ignorar “o modo pelo qual as duas metades dos dois programas foram coladas às metades alheias” e fazer mais algumas considerações, arremata: “O ponto mais obscuro deste negócio é a atitude moral dos dois novos partidos, a linguagem recíproca, as mútuas recriminações. Cada um deles vê no adversário metade de si próprio. [...] Em vão busco advinhar por que modo esses dois partidos singulares cruzaram armas no grande pleito; não encontro explicações satisfatórias. Nenhum deles podia acusar o outro de se haver ligado a adversários, porque esse mal ou essa virtude estava em ambos; não podia um duvidar da boa-fé, da lealdade, da lisura do outro, porque o outro era ele mesmo, os seus homens, os seus meios, os seus fins [...]” (Machado de Assis 1994:16-17)

⁶ Lembraria a importância das Câmaras municipais e da eleição dos vereadores – uma das únicas ocasiões em que os colonos compareciam às vilas – realçada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) e a afirmação de Victor Nunes Leal de que “o ‘coronelismo’ tem sido, no Brasil, inseparável do regime representativo em base ampla”. (Leal 1975:248)

⁷ Mais do que em qualquer outro momento, nesse período as pessoas estão atentas a determinados sinais. O depoimento espontâneo, em tom de advertência, a um candidato ausente com quem se identificava, de um dono de hotel numa cidade do sertão de Pernambuco, poucas horas depois de fechadas as urnas em 1988, é revelador: “A gente aqui no interior se acostuma com essas coisas de eleição. A gente percebe quando a coisa está virando. Avisei a Catonho que é meu amigo. A gente vai todo dia à cidade. Eu mesmo vou três vezes por dia. E a gente vai vendo que tem cartaz que está desaparecendo, comício que fica menor, entusiasmo que diminui, povo que vai falando menos do candidato...”

⁸ A tese da substituição do “voto de cabresto” pelo “voto-mercadoria”, traduzindo no plano político a monetarização da economia foi desenvolvida por Roberto Cavalcanti de Albuquerque na sua introdução ao *Coronel, Coronéis* (Vilaça e Albuquerque 1965). Ver, no mesmo sentido, Sá 1973.

CAPÍTULO 2

Os comícios e a política de facções*

Se tivéssemos que descrever esquematicamente o cotidiano das pequenas cidades e povoados do interior do Brasil, diríamos que a vida de seus habitantes resume-se a uma rotina que os conduz diariamente de casa ao trabalho e do trabalho para casa – que, no caso de boa parte dos trabalhadores rurais, é levada a uma espécie de limite pela coincidência entre a casa e o local do trabalho. Essa rotina, nos fins de semana, desdobra-se nas visitas familiares, no comparecimento às missas ou outros cultos religiosos e às feiras semanais; ou, ainda, em partidas de futebol ou torneios de bocha. Intercalando o percurso de casa ao trabalho e do trabalho para casa ou prolongando a conversa entre amigos que se encontram nas atividades dominicais, as vendas e bares são uma constante na sociabilidade dessas populações. Fora isso, há ainda, de tempos em tempos, as reuniões sindicais e as assembleias das cooperativas.

Nenhuma dessas atividades que fazem a rotina diária ou semanal das comunidades, é pensada como política. Isso se aplica mesmo a atividades como a sindical (cuja vinculação com a política, para o senso comum das grandes cidades, ou pelo menos de seus segmentos intelectuais, tem foros de evidência) ou até aquelas desenvolvidas no dia a dia pelo que poderíamos designar como “profissionais da política” (dos ocupantes de cargos eletivos aos permanentes de um partido), percebidas pela população como atividades de assistência ou, tão somente, prestações de favores, em nada distintas de prestações do mesmo gênero que têm lugar nessa sociedade.

A *política* aparece com as eleições. E aparece subvertendo o cotidiano. O início da campanha eleitoral acrescenta àquelas atividades habituais umas outras tantas. E aqui estamos pensando não apenas nas múltiplas tarefas de que são investidos os cabos eleitorais, funcionários de partidos e militantes, que vão da elaboração e distribuição de material impresso pelas ruas até as reuniões para

* Este texto foi escrito por Moacir Palmeira e Beatriz M. Alasia de Heredia e originalmente publicado no *Anuário Antropológico*, 94:31-93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.

traçar estratégias de campanha, mas, sobretudo, nas atividades, por assim dizer, extras, que se dão às pessoas: o comparecimento aos comícios; a audiência dos programas eleitorais radiofônicos ou televisivos; a participação nas rodas de discussão política, onde comícios e campanhas são objeto de comentários; a ida aos comitês eleitorais e às casas dos próprios candidatos em busca de doações (que, nessa época, se intensificam) ou favores (não raramente, a própria regularização dos documentos eleitorais).

Durante aquele período, a *política* invade as atividades cotidianas as mais díspares. A presença de candidatos ou de representantes seus nas festas de igreja ou de escola é uma constante. Por outro lado, não será surpresa, no enterro de figuras importantes da comunidade e até mesmo de cidadãos comuns, a presença de candidatos ou políticos a eles ligados, que não deixarão passar a oportunidade de, brindando os participantes com discursos laudatórios ao morto ou simplesmente oferecendo sua solidariedade aos familiares, estabelecerem ou reforçarem ligações sociais que poderão se traduzir em votos¹.

A campanha eleitoral “posta na rua”, a fisionomia habitual dessas localidades se transforma. Os cartazes de propaganda, com fotos de candidatos, e as cores que identificam os diferentes partidos ou alianças partidárias, em faixas e bandeiras, oferecem uma visão desses aglomerados que não se tem em outros momentos. Mas, sobretudo, muda a geografia social. Lugares “novos” ganham destaque. É o caso dos “comitês eleitorais”, espécie de quartéis gerais das campanhas, que, instalados alguns meses antes das eleições e desativados, em muitos casos, antes mesmo que as urnas tenham sido abertas, apresentam um poder de atração que os diretórios partidários não conseguem ter ao longo do ano. Em certos casos, abertos dia e noite, oferecem uma referência nova à sociabilidade do lugar e assinalam uma espécie de centro do espaço a ser ocupado na disputa política por cada partido.

“Atraídos” por comitês ou afetados pela adesão pública dos que os controlam a uma facção, lugares públicos – certas praças e ruas, mas também estabelecimentos comerciais que nucleiam uma sociabilidade mais ampla que a sua finalidade comercial, como bares, farmácias, quitandas, barbearias – normalmente frequentados por não importa quem, tornam-se monopólio de uma facção política e objeto de interdição das demais, pelo menos até o final desse período. Se as fachadas das casas e as ruas e carros enfeitados, além das músicas, que são uma constante, dão um ar de festa a essas localidades, a segregação faccional dos espaços de convivência social apontam para a intensidade do conflito que então parece cindir aquelas comunidades. Não é por acaso que a política é associada à divisão.

Durante o *tempo da política*, as facções políticas, que, no dia a dia, se dissolvem em múltiplas redes de relações pessoais, mostram-se por inteiro e,

por assim dizer, ganham existência aos olhos dos membros daquela sociedade. Na disputa faccional que se estabelece nessa ocasião, está em jogo menos uma disputa eleitoral *stricto sensu* do que a afirmação do peso relativo de diferentes partes da sociedade umas diante das outras, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais. Ao mesmo tempo que afirma ou reafirma as fronteiras das facções, o *tempo da política* legitima as “migrações” interfaccionais, permitindo os rearranjos de compromissos que, por uma razão ou por outra, foram sendo desfeitos no interregno entre duas eleições.

O caráter sazonal da *política*, ao contrário de sugerir a sua falta de importância, afirma a importância que tem nas representações e práticas sociais dessa sociedade. Na verdade, as eleições definem um “período” crucial no calendário da população. Como o ciclo de festas religiosas que se estendem, anualmente, do início de dezembro até o Dia de Reis em janeiro, configuram o “tempo de festas”, ou “as festas”; ou como os eventos litúrgicos que se estendem da Quarta-feira de Cinzas ao domingo de Aleluia delimitam o “tempo da quaresma”; as eleições abrem espaço para o *tempo da política*².

São os comícios que sinalizam o início do *tempo da política*. Antes do primeiro comício, as pessoas dizem: “a campanha está começando, mas de fato ela não começou; ela começa mesmo com os comícios”. Mas a ruptura com o cotidiano por eles operada não se limita a essa função de marco inicial. Eles são a marca, por excelência, da própria ocorrência da atividade política³. Não é por acaso que os comícios vão se tornando mais frequentes e ocupando uma parcela cada vez maior do tempo da população à medida que se aproxima o dia da eleição. No último mês, são comuns as sequências de dois, três ou quatro comícios do mesmo candidato num único dia e até comícios simultâneos em diferentes localidades. A intensificação da atividade política se traduz também na ocorrência de comícios de candidatos adversários, no mesmo horário, na mesma cidade.

Quando não acontece assim, ou seja, se esse fluxo de comícios se interrompe, isso é lido pela população como sinal de fraqueza do partido, ou do candidato. Uma sequência regular de comícios parece absolutamente necessária para mostrar o vigor de uma candidatura, assinalar que há perspectiva de vitória e, assim, comprometer os eleitores nesse movimento⁴.

Os comícios – ou, mais especificamente, seus palanques – como vamos tentar mostrar – serão o lugar, por excelência, de manifestação de identidade de uma facção, senão da própria existência de facções. Aliás, é em torno dos próprios comícios que se dá um dos embates mais intensos desse período que é marcado pelos conflitos. A questão do local onde cada facção fará realizar os seus grandes comícios é considerada crucial nas estratégias de campanha. O resultado dessa disputa, que, muitas vezes, envolve, além da prefeitura e da polícia, a própria justiça eleitoral, corresponde a uma primeira manifestação da força relativa de

cada facção. A atribuição, em caráter permanente, de uma praça importante para os comícios de uma facção, contribuirá para alterar a geografia social da cidade ou da vila num determinado sentido e pesar no desdobramento da campanha e, em última análise, nos resultados da eleição.

O comício não se confunde com um qualquer ajuntamento de pessoas em torno de um candidato. Tanto em Pernambuco, quanto no Rio Grande do Sul, a população distingue cuidadosamente o comício da reunião. A reunião é dialogada; o comício, não. No comício, só fala quem está no palanque. Não há lugar para consulta. Os de fora do palanque devem limitar-se a ouvir. Na reunião, a expectativa é inversa. É o candidato quem ouve e, naturalmente, responde. As tentativas de tornar o comício dialogado, a não ser em circunstâncias muito especiais ou no caso de candidatos com muito carisma, são complicadas e podem comprometer o próprio comício. O caráter solene de comício é essencial.

De forma aparentemente paradoxal, a distância entre palanque e público instaurada pelo comício – que é uma espécie de atualização da distância que ele demarca entre a excepcionalidade do período eleitoral e o cotidiano – estimula a participação da população como não o conseguem fazer outras formas de assembleia política. E isso se torna mais surpreendente quando se constata que, se há uma unanimidade nesse tempo de divisões que é o tempo da política, é a de que “comício não dá voto”⁵.

Diante desse mal-encontro, a pergunta que ocorre é, se os comícios não dão votos, por que tanto esforço dispendido na sua realização – e ainda mais numa ocasião em que o que se procura é justamente votos?

No nosso caso, políticos e cabos eleitorais, com a autoridade que lhes emprestam o saber e o fazer e com a gana de antropólogos investindo contra uma concepção instrumental dos rituais, já relativizam o lugar da eficácia dos comícios: os votos passariam pela demonstração de força das facções rivais e não por aquilo que é dito nos palanques, embora essa “demonstração” que é o comício seja fundamental para uma facção demonstrar a força que tem e, assim, poder ganhar a luta que se trava em torno das eleições. Não é casual que, como indicamos antes, o bom desempenho de uma campanha eleitoral seja lido através da avaliação social que é feita dos seus comícios.

Um entendimento mais “completo” de por que esse “jogo de força” passa pelos comícios e não por outras formas de ajuntamento ou de comunicação política, supõe uma análise tão exaustiva quanto possível desse ritual⁶, situando-o no contexto em que ele é posto pelos que o realizam – não um contexto genérico qualquer (uma “estrutura social” do gosto do pesquisador) mas o *tempo da política*. Experimentar nessa direção, é o que se propõe este artigo.



Durante o tempo da política, tanto se realizam comícios nas sedes dos municípios, quanto em vilas e povoados; ou em aglomerados outros (como os engenhos, na área canavieira de Pernambuco ou as linhas, nas áreas de colônia do Rio Grande do Sul). Mas eles estão muito longe de serem uniformes. Há diferenças importantes tanto na distribuição da preferência por um ou outro local (por exemplo, em Pernambuco prevalecem os comícios nas sedes; já no R.G. do Sul, parecem predominar os comícios nas colônias) quanto no feitiço dos próprios comícios. É dessa diversidade que cabos eleitorais, militantes partidários e a população em geral, com diferentes graus de precisão, tentam apropriar-se através de expressões como “grandes comícios”, “comícios relâmpagos”, “comícios de um só candidato”, “comícios de encerramento de campanha”, “comícios de abertura”, “comícios de engenho”, etc. Não são classificações rígidas. Expressões novas são inventadas a cada campanha ou criadas “em situação”; outras caem em desuso de uma eleição para outra, para, às vezes serem tiradas do baú por um fato novo. Se essa volubilidade testemunha da atenção dada por essa sociedade aos comícios, não poderemos, todavia, nos deter em sua análise. Se as evocamos é somente para dizer que nossa referência, na etnografia pouco ortodoxa que nos estamos dispondo a fazer, serão os “grandes comícios” que, se singularizam por serem concebidos como comícios mais completos, comícios com todas as letras, comícios sem risco de serem confundidos com alguma outra das muitas formas de reunião que pontilham o tempo da política.

A expressão “grandes comícios” pode ser enganosa, pois não se trata apenas de uma questão de tamanho. Um grande comício pode dar certo e ser efetivamente grande. Mas pode fracassar e acabar reunindo um número reduzido de pessoas. Se a intenção de juntar uma grande quantidade de participantes faz parte de sua definição, mais do que o juntar, o importante é a intenção (e os atos que a sua efetivação supõe). Os grandes comícios são planejados e preparados.

Por outro lado, na avaliação do público e dos organizadores, tanto quanto a quantidade de pessoas reunidas, que é sempre problemática, o que faz o comício grande é a diversidade de localidades atraídas e de categorias sociais atingidas – o “grande comício” é, geográfica e socialmente, abrangente – e o caráter ostensivo (e, às vezes, ostentatório) da arregimentação promovida.

O “grande comício” é grande também pela grandeza das estrelas que entroniza no palanque. Se todo comício, como que para assinalar a externalidade da política (seu caráter extracotidiano, a que nos referimos, mas também uma certa externalidade dos políticos, de que trataremos mais adiante), supõe a presença de pessoas de fora, o “grande comício” exige presenças especiais: autoridades que emprestem autoridade ao palanque e ao que a partir dele vai ser dito (governadores de estado, candidatos a cargos majoritários, o deputado da região, um políti-

co nacional) ou figuras que, mesmo desprovidas de uma autoridade específica (como os artistas) pela sua notoriedade, pelo seu prestígio em outros campos garantam a distância necessária entre o palanque e o público.

Como outras solenidades, o “grande comício” é anunciado. De modo significativo, ele é anunciado através de fórmulas que o designam como um “grande comício” ou um “grandioso comício” – reunindo “gente de toda parte” e contando com a presença no palanque de “grandes nomes” – ou seja, fórmulas que lhe conferem, por antecipação, o status de um evento excepcional.

O “grande comício” supõe um lugar grande e central. Assim, mesmo naquelas regiões em que as estratégias de campanha privilegiam os comícios na “área rural”, os grandes comícios tendem a ocorrer nas cidades e, em campanhas de âmbito estadual, nas cidades de maior porte. Mas como o “grande comício” transmite ou cria “grandiosidade”, os políticos usam o artifício de fazerem comícios real ou supostamente grandes em pequenos povoados, como uma espécie de reconhecimento da sua importância. Reunindo gente de vários lugares para ouvir, num encontro revestido de solenidade, pessoas de um certo status ou políticos reconhecidos, o comício coloca o povoado, momentaneamente, numa posição de “centro”⁷.

Visitas, carreatas e passeatas

Todo comício supõe uma preparação. Em primeiro lugar, uma preparação propriamente material. É preciso escolher um lugar adequado, providenciar um palanque, enfeitar o local escolhido com bandeiras das cores do partido, instalar iluminação e som e tomar um sem-número de outras medidas, que supõem uma atividade intensa (que inclui desde o trabalho braçal até as peregrinações burocráticas em busca das autorizações necessárias e as idas ao comércio à procura do que falte) de funcionários dos comitês, militantes partidários e trabalhadores contratados.

O comício exige um amplo trabalho de divulgação, que envolve não só a distribuição de material impresso ou a transmissão de avisos pelo rádio mas, principalmente, o envio de cabos eleitorais e militantes partidários ao maior número possível de locais com carros de som que, de forma *pública* mas *próxima*, anunciem o comício e convoquem a população a comparecer. Anúncios repetidos da hora e local do comício, bem como dos convidados ilustres, hinos ou músicas do gosto da população, palavras de ordem, slogans criam um “clima”, onde se combinam elementos cívicos e festivos, que, de uma certa maneira, antecipa o comício. Não faltam mesmo, em algumas ocasiões, pequenos discursos inflamados, vinculando o comício a ser realizado a questões específicas da localidade visitada.

A partir de uma certa hora, aos carros de som se juntam os caminhões e ônibus que irão garantir o transporte das pessoas para o comício e o seu retorno para casa⁸.

Muitas vezes, no caso das eleições municipais, são os próprios candidatos a prefeito e vice que fazem, diretamente, a convocação, percorrendo as localidades, acompanhados pelos líderes que eles reconhecem como seus representantes naquelas áreas, convidando as pessoas para o comício. A convocação formal (oficial) feita pelos carros de som e a simples oferta de transporte não bastam. O que irá garantir a presença das pessoas será a *campanha*⁹.

Nas visitas feitas, está em jogo menos um trabalho genérico de convocação ou de convencimento de eleitores potenciais, do que convites pessoais.¹⁰ Se uma simples visita já supõe uma retribuição, o convite, por informal que seja, formaliza essa necessidade, explicitando a retribuição que é esperada e criando uma espécie de dívida do dono da casa visitada para com seu visitante, que, não sendo resgatada, pode interromper uma relação que, às vezes, apenas acabou de começar.

Essas ações preparatórias vão ganhar densidade e assumir um caráter festivo e dramático nas horas que antecedem imediatamente a realização dos comícios, sob a forma de passeatas e carreatas. Se, no momento anterior, a ação coletiva de militantes era individualizada através das visitas e convites feitos pelos políticos, agora é a disposição individual dos eleitores que é transformada em uma ação coletiva através dessas manifestações. O desfile ruidoso de ônibus, caminhões, carros de passeio, motocicletas e outros veículos, com toques de buzina, foguetes, gritos, slogans e música, além de faixas e bandeiras, pelas estradas do município ou pelas ruas da cidade-sede, transforma o simples deslocamento de eleitores para os comícios em carreatas, hoje talvez parte indispensável de qualquer grande comício. Isso é particularmente verdade no Rio Grande do Sul, onde essas carreatas são encabeçadas por *pickups*, cobertas por bandeiras, conduzindo os candidatos, que acenam, continuamente, para as pessoas que se encontram ao longo do trajeto¹¹.

Em Pernambuco, as passeatas têm peso maior. As próprias carreatas, que vêm das vilas e povoados para os comícios na sede, tendem a se dissolver nas passeatas que conduzem a população da cidade para o grande comício. Saindo de um comitê eleitoral ou partindo de pequenos comícios dispersos, forma-se um cortejo festivo onde não pode faltar o carro de som, bandeiras e faixas coloridas, pessoas vestidas com as cores de sua facção ou portando camisetas com propaganda de seus candidatos, que vai incorporando em seu trajeto outras pessoas, famílias ou grupos maiores, identificados com aquela facção política ou simplesmente motivados pelo clima carnavalesco que se cria. É o *arrastão*.

O local onde essa passeata festiva irá desembocar é um espaço previamente delimitado e estruturado. O local do comício obedece a uma organização espacial simples mas marcante. Se os seus limites externos são assinalados de forma tênue pela presença de bandeirolas e uma iluminação que não se limita às lâmpadas dos postes convencionais, sem qualquer barreira que impeça o acesso das pessoas (ao contrário, a idéia é atraí-las); internamente, a presença do palanque, um espaço cercado, situado numa elevação do terreno ou sobre uma armação suficientemente alta para torná-lo o ponto mais visível numa extensão plana, estabelece uma fronteira nítida entre os lugares a serem ocupados pelos participantes do evento. Construído especificamente para aquele comício ou adaptado de um velho coreto de praça ou, ainda, “improvisado” na carroceria de um caminhão, o palanque assinala a diferença entre um espaço fechado e um outro aberto, entre um alto e um baixo. Sua iluminação mais intensa e uma ornamentação especial – providências tomadas com maior ou menor esmero mas, em todo caso, indispensáveis – servirão para reforçar a visibilidade dos que devem ser vistos e, ao mesmo tempo, para garantir parte da pompa necessária a um evento dessa ordem. Finalmente, a alocação dos microfones e caixas de som indicará que há um espaço dos que falam e um espaço dos que ouvem e que o palanque pertence aos primeiros.

Se, nas passeatas, os candidatos e políticos de maior expressão não chegam a confundir-se inteiramente com a massa dos manifestantes, podendo ser a qualquer momento identificados no meio da multidão, há, todavia, entre eles e os seus seguidores uma proximidade até mesmo física. Eleitores e políticos se esbarram, abraçam-se, pedidos são feitos, pequenas conversas são entabuladas, e os candidatos dançam e cantam como qualquer um. Mas esse quadro muda radicalmente a partir do momento em que, como num passe de mágica, aqueles mesmos candidatos ou políticos de prestígio aparecem à frente do palanque¹² e, sobretudo, a partir do momento em que é anunciado o início do comício. Embora o palanque não seja uma barreira absoluta ao contato entre o candidato ou político e o público – é comum candidatos debruçarem-se sobre a mureta do palanque para apertar a mão estendida de um eleitor – e, tampouco, a simples realização de um princípio hierárquico, seguramente transforma-se a modalidade de interação entre eles, a partir do momento em que o palanque é “formado”.

O palanque: autoridades, artistas e convidados

Políticos e candidatos são não apenas indispensáveis, mas centrais na composição de qualquer palanque. Um comício sem candidatos, feito apenas por militantes de uma certa candidatura, é quase inconcebível. Todavia, o palanque de um grande comício exige mais do que candidatos e políticos do lugar. Além

deles, políticos de fora, figuras de destaque do município e de fora, artistas de alguma notoriedade são presenças obrigatórias¹³. Um palanque que se preze, na expressão de apresentadores e oradores, deverá comportar, necessariamente, *autoridades, artistas e convidados*¹⁴.

Entre os políticos, estão ali, numa eleição municipal, desde o candidato a vereador sem chance de eleger-se até o candidato a prefeito e o deputado da região; ou, numa campanha de âmbito estadual, o vereador menos expressivo do partido ou um antigo cabo eleitoral, o deputado estadual com base eleitoral sólida no município ou na região, o candidato a deputado federal apoiado por esse deputado e, pelo menos, um dos candidatos à eleição majoritária de senador ou governador.

As pessoas de destaque convidadas para o palanque são advogados, médicos, dirigentes de associações de diferentes tipos, empresários, líderes religiosos; em resumo, pessoas *conhecidas*, cujo prestígio ultrapassa os limites das facções políticas. Algumas delas permanecem no palanque durante todo o comício e podem mesmo chegar a fazer uso da palavra. Outras ficam apenas o tempo suficiente para cumprimentar os candidatos. O importante é que sua presença é repetidamente anunciada pelos microfones até mesmo depois de terem deixado o palanque.

Numa posição de algum modo intermediária entre esses “notáveis” e os políticos e candidatos, podem ser vistos no palanque alguns políticos com longa trajetória na comunidade, muitas vezes antigos chefes de facção postos pela idade ou por outra razão qualquer numa espécie de aposentadoria política, mas cuja notoriedade continua representando um trunfo nas disputas eleitorais. De imagem física, ações e idéias conhecidas, sua fala é muitas vezes dispensada, mas a sua presença no palanque é quase sempre tida como imprescindível.

Atualmente, os artistas mantêm uma espécie de relação orgânica com os comícios. Não encontramos um só grande comício onde faltasse, para animá-lo, uma orquestra de frevo, um conjunto de rock, um grupo folclórico. Mas, aqui, estamos nos referindo àqueles artistas do lugar ou de fora que gozam, individualmente, de um certo reconhecimento público. Torna-se regra, ao lado das pessoas de destaque e de velhos políticos, a presença de cantores, cantadores, violeiros ou artistas de rádio e televisão nos palanques. Voluntários ou contratados, eles exercem a sua arte e, algumas vezes, incluem-se entre os oradores. Mas, o importante é a sua presença.

Há ainda outros frequentadores de palanque. Os candidatos a cargos majoritários e os candidatos a cargos proporcionais de maior prestígio se fazem acompanhar, boa parte das vezes, de mulher e filhos. Por outro lado, o palanque supõe uma certa infraestrutura que deve ser garantida por militantes ou funcionários de comitês. A presença destes no palanque é indispensável não só para que som e

iluminação funcionem convenientemente ou para que não falte água aos oradores, mas também para o levar e trazer de recados entre palanque e plateia e dentro do próprio palanque. Em caso de ameaça de um palanque vazio, familiares e militantes são chamados a atuar como figurantes, evitando que isso aconteça e que o comício se descaracterize como comício.

Finalmente, o palanque também é frequentado por convidados não propriamente eventuais, mas temporários, que ali permanecem por um curto espaço de tempo, o justo suficiente para, através da entrega de um buquê de flores, faixas ou flâmulas, renderem homenagem a algum participante ilustre do palanque, diretamente ou através do que seria uma manifestação pública de apreço a uma esposa ou filha sua. Nesse caso, não estamos diante de frequentadores individuais, mas das chamadas *comissões*, *delegações* ou *embaixadas*, pequenos grupos integrados via de regra por mulheres ou crianças ou, preferencialmente, crianças do sexo feminino, postos na posição de representantes de alguma coletividade.

Apresentando-se juntos em cima de um palanque, autoridades, artistas e convidados explicitam uma ligação (anterior ou produzida no palanque) que os singulariza diante de outros agrupamentos do mesmo gênero, isto é, *formam* um palanque. O que está em jogo, individualmente, para cada um dos participantes de um palanque, é assinalar o seu pertencimento a uma dessas partes em que se dividem essas coletividades durante o tempo da política. Se os que estão embaixo do palanque individualizam esse pertencimento exibindo cartazes de propaganda de seus candidatos na porta de casa, para os de cima, isto é, para aqueles que frequentam e formam palanques, isso tem que ser feito da forma a mais pública possível, ou seja, a partir do próprio palanque. No caso de um político ou candidato que, por alguma razão, rompeu compromissos anteriores e trocou de palanque, tornar pública essa troca e justificá-la é uma questão de honra. Para todos, o que está em jogo é uma declaração pública de compromisso com uma determinada facção.

O palanque não só inclui mas também exclui pessoas. Ele exclui principalmente os frequentadores de outros palanques. Se, com relação a integrantes do público do comício, ainda há alguma tolerância quanto à sua presença no palanque, a exclusão de membros de outra facção política é radical. O palanque não só simboliza o comício mas a própria facção que o promove¹⁵. Tanto é assim que nos discursos feitos opõe-se, menos um partido ao outro que “nosso palanque” ao “palanque de nosso adversário” ou “os outros palanques”. As virtudes da facção ou de seus integrantes, no comício, transmutam-se em virtudes do próprio palanque através de fórmulas do tipo “em nosso palanque não há corruptos” ou “em nosso palanque não sobem os inimigos do povo”, ou “em nosso palanque não sobem latifundiários”, mesmo que a veracidade dessas afirmações seja bastante discutível.

Porque o palanque é assim concebido, o controle do seu acesso, muitas vezes rigoroso, pode ser lugar de uma luta pela definição das fronteiras da facção e, simultaneamente, instrumento nas lutas internas que se dão dentro das facções ou dessas espécies de megafacções que são as “frentes” ou “alianças” eleitorais. Ocorre, por exemplo, políticos serem barrados no palanque de sua própria facção. Esta é uma maneira forte de sugerir que esse político pertence a outro palanque, por mais que justificativas formais sejam dadas por quem barra: “o palanque está muito cheio”, “o comício hoje é só do partido X, ou do candidato Y”, etc. Ser barrado no comício de seu próprio partido é vivido pelo político, candidato ou não, como uma espécie de humilhação social e, portanto, como uma ofensa que precisa de alguma maneira ser reparada. É comum, depois de uma experiência desse tipo, um candidato armar seu próprio palanque ou usar o palanque de seu partido ou da aliança política na qual ele está envolvido para denunciar de público que a unidade da sua facção está comprometida e acusar o seu adversário interno pelas possíveis consequências deste fato.

Espaço e hierarquia

Se o lugar do comício, como vimos, é um espaço hierarquizado onde o palanque representa uma espécie de centro; e se o palanque é percebido, pelos que estão embaixo, como o lugar exclusivo de autoridades, convidados e artistas, o espaço do palanque é, ele próprio, hierarquizado.

Na sua configuração mais simples, todo palanque tem uma frente, sua parte mais diretamente visível pelo público, onde ficam os que falam e aparecem (políticos, candidatos, “notáveis”, artistas de renome, além do apresentador) e uma parte de trás, onde ficam os que não falam e nem aparecem (os responsáveis pela infraestrutura). Note-se que inexistente socialmente a idéia de “lado” do palanque. Na percepção dos participantes do comício, as pessoas ou estão na frente do palanque ou na sua parte de trás¹⁶.

Olhado com um certo cuidado, todavia, o palanque apresenta uma distribuição espacial mais complexa. De imediato, pode-se verificar, olhando para a frente do palanque, que falar e aparecer não estão necessariamente juntos. Se, numa posição central, em torno dos microfones, estão aqueles que necessariamente falam e aparecem (candidatos, políticos, “notáveis” mais permanentemente ligados com a facção e, eventualmente, algumas de suas esposas) ou que, se deixam de falar, o fazem por circunstâncias muito especiais; agrupados à sua esquerda ou à sua direita estão aqueles que só devem aparecer (alguns “notáveis”, familiares de políticos e candidatos, alguns eventuais convidados).

Só ocupam permanentemente a frente do palanque (e o fazem de modo obrigatório) os que têm poder político na comunidade ou poder político reconhecido

pela comunidade e os que, possuidores de algum tipo de poder específico (médico, acadêmico, religioso ou qualquer outro socialmente identificado) podem ter tal poder convertido a favor da facção (o que pode significar a seu próprio favor) pela sua simples presença nesse palanque. Há ainda os que só ocupam a frente do palanque temporariamente, aguardando o momento de falar e durante o próprio discurso. Entre estes, o princípio hierárquico funciona também. Alguns têm o privilégio de esperar sua vez sendo vistos, enquanto outros só são vistos pelo público na hora em que ocupam o microfone. Ambos, todavia, ao acabarem de falar, saem de cena.

Mas há os temporários ilustres que, se dependesse da vontade dos donos do palanque, seriam permanentes. A sua especificidade face aos outros temporários será marcada pela permanência na linha de frente do palanque, nem que seja por alguns minutos (até o final da fala do orador seguinte, por exemplo), após o encerramento do seu discurso. E, quando isso é impossível, ele acaba fazendo uma espécie de segundo discurso, pedindo desculpas e explicando a sua saída. Via de regra, são candidatos a cargos majoritários estaduais ou federais que, tendo que cumprir um verdadeiro périplo de comícios, não podem permanecer, em cada um deles, algumas vezes, mais do que alguns minutos.

A meio caminho entre os que aguardam para falar e os que já falaram e saíram de cena ou aqueles que não falam nem aparecem, porque envolvidos com as tarefas de bastidores, estão os que não falam mas aparecem eventualmente na frente do palanque. São candidatos ou cabos eleitorais de menor expressão, para quem estar no palanque já é um ganho e conseguir permanecer alguns minutos na frente do palanque, de preferência cochichando com alguma figura importante, é uma vitória. Seu lugar permanente, se é que eles têm algum, é numa espécie de terra de ninguém que se forma na parte de trás do palanque, reunindo o pessoal das comitivas dos políticos e candidatos, convidados menos ilustres e ainda alguma autoridade ou convidado importante que procura um momento de informalidade nas rodas de conversa que ali se formam¹⁷.

O apresentador

Quando falamos da composição do palanque e de sua distribuição espacial, omitimos uma figura que, no entanto, é fundamental, pela importância que tem na ordenação e condução do comício: o apresentador. Num grande comício, pode haver mais de um apresentador, mas há sempre um que desempenha o papel de apresentador principal que, muitas vezes, pelo peso político que tem, é ele próprio apresentado ao público pelos demais apresentadores, locutores que, a partir do momento em que ele entra em cena, atuam como meros auxiliares.

Antes que outras pessoas cheguem ao palanque, ele lá está, anunciando o

comício, fazendo propaganda das candidaturas, dizendo quem estará no palanque, revelando quem falará e, através da repetição, que ele se esforça por não tornar monótona, procurando criar um “clima” adequado ao início do comício. Um comício que já começa animado tem aumentadas suas possibilidades de êxito.

É o apresentador quem, de algum modo, inicia o comício, ao entronizar no palanque as autoridades e convidados anunciados.

Se a abertura do comício cabe, muitas vezes, à mais alta autoridade presente, o anúncio dessa abertura é feito pelo apresentador, e tão logo é concluída a oração inicial, por uma espécie de delegação daquela “autoridade”, a condução do comício volta às suas mãos. Ele continuará a anunciar os eventos que se seguirão, a enunciar os nomes dos participantes do palanque, a anunciar as presenças que ainda são esperadas e, sobretudo, a nomear os oradores da noite.

Mas o apresentador – e o termo é significativo – além de anunciar, desempenha uma outra tarefa crítica, porque dela muito dependerá a avaliação que será feita do comício: a de *apresentar*, mostrando o que elas têm de representativo, as pessoas que estão no palanque e, sobretudo, aquelas que vão falar. A habilidade do apresentador se revelará não apenas na sua capacidade de enunciar, no tom certo e de maneira adequada, as qualidades do apresentado, que ele já conhece antecipadamente ou de que toma conhecimento na hora, acrescentando-lhes os adornos verbais de praxe; mas, sobretudo, na sua capacidade de traduzir, transformando, o currículo mais medíocre em um conjunto de atributos capazes de serem reconhecidos pelo público como indicadores de notoriedade ou prestígio. Assim, um estudante secundário de outra cidade, em férias na localidade, que esteja no palanque meramente para fazer número, pode ser transformado, se a situação o exigir, num “pré-universitário” e o filho de um político, casualmente na cidade, poderá ter destacada a sua filiação e ser elogiado pelo sacrifício implícito no ato de “deixar o conforto de sua casa” para “prestigiar” aquele acontecimento.

Um comício, frequentemente, se estende por várias horas. Ao longo desse tempo, o interesse do público e o próprio entusiasmo dos candidatos, que também é função do interesse que o público demonstra por seus discursos, variam. É comum as pessoas da audiência se dispersarem em rodas de conversa ou buscarem os bares das redondezas, enquanto desfilam ao microfone candidatos de pouco peso ou convidados desconhecidos, só voltando a concentrar-se quando alguma estrela de primeira grandeza toma a palavra. Conjurar o perigo da dispersão que pode acabar comprometendo o sucesso do próprio comício – e nada é considerado mais deprimente pelos que avaliam o comício do que a cena de grandes estrelas falando para público nenhum – é um outro encargo que cabe ao apresentador. A ele, a tarefa de *animar* o comício, criar uma espécie de jogo entre palanque e público que garanta não uma homogeneidade, aliás indesejada,

do clima festivo que caracteriza o comício, mas um controle pelo palanque, isto é, pelo apresentador, do “tempo” do comício, quer dizer do ritmo próprio a cada momento em que esse comício se desdobra. O entusiasmo é dispensável quando fala o cabo eleitoral ou o candidato a vereador, sem chance de se eleger, de um pequeno distrito, que está ali, fundamentalmente, para assinalar a presença daquela localidade; mas é necessário cada vez que se pronuncia, por exemplo, o nome do candidato a prefeito ou de um líder político estadual e será indispensável que se transforme do entusiasmo de uma claque maior ou menor de militantes no entusiasmo de toda uma multidão na hora em que esses personagens fizerem uso da palavra.

O apresentador cumpre esta tarefa puxando aplausos e vivas ao candidato, gritando slogans, ou reafirmando, valendo-se de uma forma interrogativa, que sugere um diálogo com o público, o nome dos candidatos principais ou das figuras de destaque do partido¹⁸. Ele estimula a multidão a cantar, sejam os *jingles* dos candidatos, sejam músicas populares de sucesso ou canções folclóricas com as letras alteradas por temas políticos. Ele incentiva a multidão a dançar ao som da música do candidato ou a simplesmente executar certos movimentos corporais que identifiquem uma determinada candidatura ou estigmatizem a candidatura adversária. Exemplos do primeiro caso seriam movimentos com as mãos indicando o número dos candidatos¹⁹ ou movimentos corporais, fixados arbitrariamente pelo apresentador, realizados simultaneamente pelos que estão no palanque e pelo público²⁰. Exemplo do segundo são gestos que sugerem atributos negativos (como desonestidade, ser estranho ao lugar) do candidato ou indicam a sua rejeição pela população²¹.

No correr do comício, o apresentador dirige saudações aos que estão no palanque e às “comunidades presentes”²², improvisa pequenos discursos entre as falas dos oradores, além de dar um sem-número de avisos (que vão desde o anúncio de crianças perdidas ou encontradas à indicação do local de onde parte o ônibus que vai levar de volta as pessoas de uma determinada localidade), sempre que possível deixados a cargo dos locutores auxiliares. Através de ordens ou pedidos de natureza prática (para que as pessoas cheguem mais perto ou se afastem do palanque ou para que seja aberto, dentro da pequena multidão que ocupa o palanque, caminho para que os oradores tenham acesso ao microfone), tenta ordenar ou reordenar o próprio espaço do comício. Se estas tarefas, diante daquelas mais nobres de anunciar, apresentar e dar a palavra, que transformam o apresentador numa espécie de mestre de cerimônias, parecem menores ou até mesmo residuais, elas têm, todavia, uma função da maior importância: preenchendo lacunas, garantem continuidade ao comício e seu controle pelo apresentador. Elas expressam o trabalho de “costura” das partes díspares de que é feito o comício, que talvez seja o maior desafio que se coloque a quem queira conduzi-lo.

É sintomático que cada vez que ocorram problemas de continuidade – motivados que sejam por conflitos entre participantes do palanque, ou pela ausência inesperada de um artista ou de um candidato, ou ainda por algum tipo de tumulto na platéia – e que o fluxo do comício ameace interromper-se, o apresentador se sinta obrigado a explicitar essa continuidade através de fórmulas do tipo: “dando sequência ao nosso comício” ou “dando continuidade a este ato cívico” ou “em continuação à nossa festa” que, se resolvem o embaraço momentâneo que aquelas situações podem criar à condução do comício, explicitam dificuldades que poderão ser exploradas por adversários.

Se analisarmos essas tarefas que cabem ao apresentador, constataremos que ele é responsável, simultaneamente, pela administração do lado formal e solene do comício (ele anuncia, ele recebe, ele apresenta, ele dá a palavra, ele ordena, ele avisa) como pelo seu lado festivo (ele estimula o público a aplaudir, gritar, cantar e dançar, dançando, cantando, gritando e aplaudindo, ele próprio). Do mesmo modo que lhe cabe garantir a continuidade do comício, é sua a responsabilidade de dosar na medida certa o festivo e o solene, atribuição delicada mas que, tanto quanto as demais, lhe assegura poder.

Oradores e discursos

Os discursos, certamente, representam o momento crítico dos comícios. Já dissemos que nem todos falam e que, entre os participantes do palanque, alguns estão excluídos da possibilidade de discursar. Mas, tão importante quanto a exclusão, é a ordenação dos oradores.

A ordem dos discursos num comício é, na maioria das vezes, resultado de discussões e acordos feitos antes do evento ou, na sua impossibilidade, de sorteio ou, simplesmente, da imposição unilateral da vontade do coordenador da campanha ou do chefe político local.

O apresentador, pelo duplo reconhecimento de que é objeto – o reconhecimento do seu saber fazer em matéria de comício pelo círculo partidário e o reconhecimento que lhe é assegurado pela imagem de doador da palavra que o público elabora a seu respeito – pesa nesse processo²³. Mesmo quando sua vontade não prevalece, resta-lhe sempre a possibilidade de interferir nos arranjos previamente estabelecidos e manipular a distribuição da palavra na direção que entender mais conveniente a seus interesses ou aos dos políticos com quem estiver identificado²⁴. Tanto quanto a vontade do chefe político, essa interferência, assegurada pela posição de quase-monopólio da palavra exercido pelo apresentador, não significa apenas mudar a sequência dos discursos, mas favorecer ou desfavorecer um candidato, ou um outro orador qualquer, pela ênfase que atribui a suas qualidades, ao apresentá-lo ao público²⁵.

Quer prevaleça a posição de quem exerce essa espécie de monopólio circunscrito ao palanque ou a daquele cuja força advém da possibilidade de exercício de um monopólio mais amplo, o monopólio do poder local; quer prevaleçam decisões negociadas; há sequências comuns e, contrariamente às aparências, princípios comuns de ordenação dos oradores.

A observação direta dos comícios sugere que estes se desenvolvem numa sequência temporal que vai de um início mais fraco a um clímax no final. Feita a abertura, sucedem-se, ao microfone, candidatos ou cabos eleitorais sem maior expressão. Durante esse tempo, o apresentador aponta para um momento posterior em que estarão presentes os candidatos mais importantes e outras figuras de destaque, fazendo um trabalho de convocação para o comício propriamente dito, que ocorrerá num momento posterior. Ao se aproximar a chegada ao palanque ou o momento do discurso do candidato ou autoridade principal, começam a falar aqueles candidatos que já têm um cargo eletivo ou que têm reconhecido peso eleitoral, os convidados ilustres, os políticos importantes do município ou de municípios vizinhos, etc. A essa altura, via de regra, o público passa de uma dispersão desatenta a uma atitude de expectativa. O discurso do candidato principal ou do político de maior projeção que vem de fora para apoiá-lo (geralmente, o último da noite) transforma o aspecto do comício. É o momento em que o público não só ouve com atenção, mas reage com entusiasmo às palavras do orador. O final do discurso leva ao limite o aspecto festivo e triunfalista da manifestação²⁶.

A sequência, que impressionisticamente descrevemos, corresponde às eleições majoritárias municipais. Quando se trata de eleições de âmbito estadual, majoritárias ou proporcionais, pode haver uma inversão. Como um candidato estadual costuma, sobretudo nas fases mais avançadas da campanha, cumprir um programa que envolve mais de um comício por dia, e os comícios, via de regra, se realizam à noite, e, mais, como sua candidatura, nesse caso, é a própria razão de ser do comício, nem sempre é possível a esse candidato encerrar o comício. Como a abertura é um outro momento-chave de qualquer cerimônia, a solução encontrada é inverter a ordem e iniciar o comício pelo clímax. Isso supõe um trabalho mais intenso de mobilização anterior e o risco de esvaziamento do comício após a sua abertura pelo candidato a governador ou a senador, com prejuízo para os candidatos a deputado ou políticos do município que talvez tenham de enfrentar o vexame de falar para uma platéia pouco numerosa ou desmotivada.

Por conta desse risco ou por razões estratégicas outras que levam os rituais propriamente políticos a terem uma maleabilidade maior do que outros rituais na disposição dos seus momentos cerimoniais, decorrência mesmo do fato de estar em jogo uma disputa, o que acabamos encontrando, com maior frequência, é um outro tipo de ordenação, onde, mesmo que, tendencialmente, seja atribuído

um peso maior ao final ou ao início do comício, há uma espécie de alternância entre momentos de maior e de menor intensidade. Não se trata de uma simples intercalação de oradores mais e menos cotados mas, antes, da combinação cronológica de sequências do primeiro tipo, simplesmente, ou de sequências do segundo e do primeiro tipos combinadas. É como se fossem acoplados em série vários comícios diferentes, cada um dos quais com os seus momentos próprios de fraqueza, crescimento (ou declínio) e clímax; eles próprios (comícios) ordenados entre eles segundo os mesmos critérios.

Prevalecendo o modelo que dá maior peso ao início do comício, faz-se por dispersar as estrelas: se o candidato a cargo mais importante, governador, por exemplo, abre o comício, o candidato a senador²⁷ será convencido a chegar mais tarde e o candidato a deputado federal mais conhecido da região, um pouco depois, e assim sucessivamente, até um final, algumas vezes, melancólico, onde falta até mesmo apresentador para os discursos dos que querem falar, mesmo que não haja quem queira ouvi-los. No intervalo entre os oradores mais importantes, a disposição dos demais oradores corresponde quase sempre a movimentos descendentes (logo após as grandes estrelas) e ascendentes (preparando a próxima estrela).

Quando a vez é do modelo que faz do final do comício seu ponto culminante, arranjam-se uns poucos oradores para anteceder o candidato de âmbito estadual (de forma que a sua fala corresponda a um primeiro encerramento) e distribuem-se as estrelas de um modo diferente, colocando para encerrar o comício uma figura de peso aproximado ao do responsável pela abertura. Se tomarmos o mesmo exemplo hipotético do candidato a governador, um candidato a senador ou deputado com dotes oratórios reconhecidos ou um prefeito municipal de grande popularidade podem ser escolhidos para encerrar o comício. Outras estrelas estariam entre o responsável pela abertura e o responsável pelo encerramento como encarregados de fechar etapas. Dentro de cada etapa haveria uma escala sempre ascendente entre os oradores.

As assimetrias internas aos três modelos de comícios, sugerem que, mais do que três modelos diferentes, estamos diante de variações de um mesmo modelo, onde o primeiro que vimos funciona como uma espécie de matriz. Não fosse assim, seria incompreensível a presença de movimentos ascendentes no segundo modelo em que todas as sequências deviam estar invertidas; como também não seria pensável essa espécie de combinação de vários pequenos comícios que vimos no terceiro modelo²⁸.

Por outro lado, qualquer que seja o modelo adotado, isto é, qualquer que sejam as sequências e a ordem de combinação entre sequências e qualquer que seja o tipo de eleição em pauta (majoritária ou proporcional; estadual ou municipal), mais do que uma simples sucessão cronológica a partir de um ponto inicial (a

abertura do comício) ou em direção a um ponto terminal (o discurso de encerramento), o que parece comandar a distribuição dos oradores é a distância relativa de certos “pontos” de poder. Isto é, a ordenação dos oradores tem menos a ver diretamente com eventuais propriedades simbólicas de um começo ou de um fim numa sequência ritual do que com a distância diferencial com relação aos políticos, candidatos ou não, publicamente reconhecidos como dotados de maior poder ou prestígio, estando eles, pouco importa que postos no início, no meio ou no fim da lista de oradores, numa posição literal de “centro”, pois é em torno deles que gira e se faz o comício.

O conteúdo dos discursos pronunciados num palanque de comício parece depender de uma espécie de combinação entre repetição e improviso. Quem acompanha um candidato a qualquer cargo eletivo em sua maratona de comícios, conversas e reuniões, pode constatar a repetição de fórmulas e, no caso dos comícios, a repetição, muitas vezes literal, de discursos inteiros. Mas constatará também a capacidade do candidato adaptar esse discurso às circunstâncias, mudando de ênfase, suprimindo ou acrescentando conteúdos ou até o transformando por completo, de acordo com as informações que lhe chegam a respeito do público ao qual deverá se dirigir ou conforme sua posição relativa no palanque ou, mais precisamente, na lista de oradores²⁹.

Nos comícios, as repetições dentro dos discursos são também marcantes. Um mesmo orador pode repetir uma frase elaborada por ele próprio, uma citação ou um chavão partidário varias vezes ao longo de sua fala³⁰. Mas as repetições se dão também entre oradores. Uma frase de efeito de um orador pode ser retomada pelos que o seguem ao longo de um comício ou até ser transferida para um outro comício, tornando-se um dos motes de palanque de uma campanha³¹. O que é objeto de repetição não são os pontos de um programa partidário – nem sempre existente – mas sim formulações elaboradas por determinados oradores – originalmente, talvez como um improviso feliz – que a própria repetição pode transformar em verdadeiras palavras de ordem eleitorais. As repetições incluem desde indicações pragmáticas de como votar³², indicações não tão pragmáticas de como comportar-se diante de tentativas de compra de voto³³, referências a líderes políticos locais e nacionais, referências a pessoas ilustres presentes no palanque, denúncias menos ou mais graves de comportamentos do adversário³⁴, explicitação de um trunfo eleitoral como o apoio do governador do estado³⁵ ou críticas exaltadas a um governante desprestigiado. Dependendo do partido, a esta lista podem ser acrescentadas referências à história recente e, dependendo da situação, referências a sindicatos ou a movimentos sociais³⁶.

Não é, todavia, qualquer orador que tem o privilégio de oferecer fórmulas oratórias aos demais. Só alguém que seja um “centro” de poder ou prestígio tem essa propriedade. Quando alguém com pouco poder é citado por um orador

poderoso, isto funciona apenas como um artifício desse orador, geralmente de fora, para estabelecer uma ponte entre as suas formulações abstratas e a realidade local, e não tem suíte. Já quando se trata de um orador especialmente poderoso, até mesmo a maneira de se dirigir ao público e as saudações que são feitas são repetidas³⁷.

A comparação entre discursos de candidatos a prefeito de partidos opostos no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, feitos em grandes comícios, e a comparação entre esses dois estados permitem-nos ver com mais clareza o que está em jogo no que é dito nos palanques.

Promessas e acusações

Os perfis dos discursos do candidato oposicionista (PDS/PDT) e do candidato governista (PMDB) no Rio Grande do Sul são quase idênticos: uma abertura, ocupada por formalidades de praxe; um corpo, onde se sucedem a afirmação do contraste entre o que seria uma campanha referida a um programa de governo e uma campanha (a do adversário) cuja tônica seriam as ofensas pessoais, referências às visitas feitas às comunidades rurais, críticas às propostas do adversário e a apresentação do que seria seu próprio programa de governo; e um fecho, onde se alternam agradecimentos, conclamações ao voto e propostas de união.

Mas há diferenças que podem ser notadas. A primeira delas diz respeito à abertura. Contrastando com o formalismo do PDS/PDT, o candidato do PMDB, além de evocar a luta recente contra a ditadura e a figura política que simbolizava o partido naqueles dias de “Nova República”, Tancredo Neves, falecido três anos antes, faz questão de enfatizar sua emoção diante dos comícios³⁸.

No corpo do discurso, há uma outra diferença importante. Entre os oposicionistas, as críticas à administração atual prevalecem sobre as propostas de governo, enquanto o chamado programa de governo prevalece sobre as críticas aos adversários e sobre suas administrações anteriores no discurso situacionista. É sintomático que a leitura dos dois discursos passe a idéia de que a oposição está respondendo ao governo quando, na verdade, o comício governista foi posterior ao da oposição.

Quando dirigimos nossa atenção para os programas de governo, tal como aparecem naqueles dois discursos de encerramento de campanha, verificamos que há grandes temas comuns – agricultura, educação, indústria e saúde – e alguns outros menos abrangentes – como telefonia rural, água potável, estradas, moradia – contemplados pelos candidatos. Aparecem ainda projetos concorrentes de obras públicas ou medidas de interesse geral, como a instalação de uma estação de rádio, a fundação de um jornal ou a construção de uma gráfica no município.

Apesar da ênfase dada em palanque às diferenças programáticas ou, mais precisamente, à diferença decorrente de ter ou não um programa (com o que se desqualifica o programa do adversário), os temas abordados pelos “programas” são os mesmos e as formulações genéricas feitas em torno desses temas são rigorosamente iguais. Assim, falar de agricultura significa, para os dois lados, favorecer “os pequenos produtores” e “apoiar as comunidades”. Falar de educação significa atender a população e assegurar condições de trabalho dignas aos professores. Indústria quer dizer “trazer fábricas para o município”. Saúde, para ambos, nada mais é que implementar o programa federal de municipalização de saúde.

As diferenças aparecem na ênfase maior a um ou outro tópico dada por um candidato (e, quando olhamos para a sequência de discursos feitos durante a campanha e não apenas para dois discursos quase simultâneos, como os que estamos analisando, constatamos que essas ênfases mudam ao longo do tempo); na crítica feita ao tratamento concreto dado ao problema por aqueles que estão ocupando a prefeitura ou – quando quem fala é o candidato da situação – à maneira como a questão foi tratada no passado pelo partido opositor quando esteve na posição de governo.

Mas elas vão aparecer, principalmente, nos acréscimos que são feitos à proposta do adversário, como uma maneira de assinalar diferenças. Um exemplo pode nos ajudar a entender melhor essa questão: no município de que estamos tratando, por iniciativa do atual prefeito, todas as crianças do primeiro grau têm transporte escolar gratuito, o que representa um trunfo para o candidato situacionista. Para se contrapor a isso, a oposição incluiu no seu “programa” a proposta de estender a gratuidade do transporte aos estudantes de segundo grau. Prontamente, o candidato situacionista denunciou a proposta como demagógica, lembrando que os recursos para o transporte gratuito do primeiro grau são verbas do governo do Estado e que o orçamento do município não teria condições de cobrir as despesas com transporte dos estudantes do segundo grau.

Mas, para não ficar na defensiva, aquele candidato se comprometia a, uma vez eleito, lutar junto ao governador, membro de seu partido, para conseguir a gratuidade postulada pela oposição. E arrematava: “Nós temos propostas para todos os setores públicos do município, nós temos propostas para até mesmo os empresários...”

Assim, esses acréscimos têm vida curta como marcas diferenciadoras. Rapidamente, são incorporados pelo programa adversário e superados por novas propostas com relação àquele tópico ou a um outro assunto qualquer. E o ciclo recomeça. O que se vai ter, então, são “programas” reciprocamente referidos e que se vão transformando (através dos acréscimos, mas também através de supressões, pois é preciso não esquecer que muitos itens de um programa vão sendo esquecidos) ao longo da campanha – programas “transacionados”.

A comparação entre o discurso oposicionista (PDS/PFL) e situacionista (PMDB e outros partidos) em Pernambuco apresenta certas dificuldades, ausentes no caso do Rio Grande do Sul, a começar pela inexistência de uma divisão nítida entre as partes do discurso. Não é fácil estabelecer uma linha divisória entre abertura e corpo ou entre corpo e fecho do discurso do candidato. Os temas não se dispõem linearmente como no Sul. Há idas e vindas, há assuntos intercalados entre o início do tratamento de um tema e o seu final. Por outro lado, dentro de cada uma das partes há menos simetria na organização dos pontos comuns aos dois discursos do que no exemplo gaúcho. Essas dificuldades não impedem, todavia, a comparação.

Chama atenção o fato de que o candidato oposicionista abre seu discurso dirigindo-se “aos irmãos” do município”, fórmula aliás usada por quase todos os oradores de seu partido, enquanto o candidato da situação não se dirige explicitamente a ninguém. Ele abre sua oração, aproveitando o pretexto oferecido pela notícia da morte da mãe de um deputado importante da região³⁹, dada minutos antes pelo apresentador do comício, elogiando o respeito e a solidariedade manifestados pelo povo diante do ocorrido, que interpreta como uma garantia da boa escolha que farão “(d)aqueles que irão governar o destino desse mesmo povo”. Enquanto a saudação aos “irmãos” do candidato pedessista é seguida por um agradecimento individual e escolar – que trai sua baixa escolaridade⁴⁰ – e pela afirmação de sua confiança na vitória⁴¹, a abertura do discurso do candidato situacionista desdobra-se numa saudação ao “povo do bairro”, num novo agradecimento à “manifestação de carinho” pelo deputado e, contrastando com a emoção que o seu adversário mal consegue ocultar frente ao microfone, numa articulada declaração de “emoção diante do povo mobilizado”.

O corpo do discurso do candidato oposicionista inicia-se por uma auto-definição como “prefeito dos pobres”, acompanhada por um esforço explícito de marcar sua diferença (pessoal) do prefeito atual: “Sou muito diferente do prefeito que aí está, que só pensa em ajudar o povo no tempo das eleições.” A seguir, alternam-se críticas ao prefeito e pessoas de sua facção (“eles”), ditas em tom de denúncia, e respostas às “calúnias” dos adversários.

O candidato da situação, inicia esta parte do seu discurso não por uma auto-definição do candidato mas por uma definição impessoal da candidatura⁴². O que se segue não difere muito do discurso do candidato adversário. Críticas e respostas a críticas alternam-se, as denúncias tendo um peso importante. Mas, se os adversários centravam fogo sobre irregularidades no uso dos recursos da Prefeitura, aqui as denúncias estão voltadas para agressões sofridas por partidários do candidato governista. Contrastando com a impessoalidade com que trata a própria candidatura, há uma preocupação grande do candidato situacionista de responder a cada uma das acusações pessoais. Há espaço também, em seu discurso,

para a manifestação de confiança na vitória, não explícita, como é feita pelo adversário na abertura e no encerramento de seu discurso, mas embutida em afirmações sobre o presente – “Nós já estamos construindo uma nova consciência nesta terra [...] vivemos novos tempos” – e na estigmatização dos adversários como coisa do passado: “O passado não mais voltará, os arbitrários, os enganadores, os corruptos não dirigirão mais esta terra ordeira.” Surpreendentemente, essa estigmatização dos adversários é seguida por propostas de unidade, que irão marcar a parte final do discurso situacionista⁴³.

O fecho do discurso do candidato da Frente Progressista, sigla adotada pelos oposicionistas, é muito simples e rápido. Na esteira de uma denúncia de irregularidades na construção de uma praça, o candidato grita: “Quem vai construir uma praça linda somos nós, a partir de um de janeiro.”⁴⁴ E completa: “Muito obrigado pelo carinho. E muito obrigado, meus queridos irmãos.”

Já o encerramento do discurso do candidato da União Suprapartidária, situacionista, é, dentro da melhor tradição da retórica interiorana, grandiloquente. Assinala que está encerrando sua oração, invoca palavras do então governador e líder máximo do seu partido no Estado, evocando, por sua vez, a ação do prefeito atual e figura política mais expressiva do município e atribuindo ao candidato uma espécie de tarefa sagrada – “conduzir o povo, cuidar do povo” – e, finalmente, assume o compromisso de cumprir essa tarefa “com fé em Deus” e “com a honra pessoal”. O fecho é um agradecimento, dirigido não se sabe a quem, e um pedido a Deus para que abençoe o povo do município⁴⁵.

A referência a um programa de governo aparece no discurso do candidato do PMDB de Pernambuco. Mas, em nenhum momento, temos alguma coisa do tipo da que vimos para o Rio Grande do Sul. A referência ao programa serve, antes, para marcar a diferença da candidatura peemedebista face ao candidato da chamada Frente Progressista: “uma candidatura que tem um programa de governo” versus “um palanque de agressões e ofensas”. Inexistem menções a medidas concretas a serem adotadas para enfrentar os problemas do município. O máximo que se encontra são vagas referências à necessidade “de uma redistribuição justa e equitativa da renda nacional” e denúncias vagas da falta de emprego, da falta de alimentação e das precárias condições de moradia da população pobre.

No discurso do candidato adversário, um programa nem mesmo é objeto de referência. O que vai distingui-lo diante da outra candidatura será uma diferença moral do candidato face ao outro.

No mais, sempre se contrapondo ao atual ocupante da prefeitura, o candidato promete construir uma quadra de esportes “e uma praça muito linda”.

As acusações são uma constante do discurso dos candidatos. Elas variam desde o simples “ouvi dizer”, tão freqüente no discurso dos candidatos a vereador, até denúncias formais e fundamentadas factualmente feitas por candidatos a

prefeito ou políticos de uma certa importância. De parte a parte, há acusações genéricas e específicas. No entanto, apenas o candidato situacionista defende-se destas acusações. No caso, este não se defender parece devido menos à confiança do candidato opositorista em sua vitória (como já foi assinalado, todas as indicações eram em sentido contrário) do que à sua dificuldade de fazê-lo. Acuado politicamente ou vítima de sua baixa formação escolar, o fato é que tudo o que o candidato opositorista consegue é acusar os adversários de dizerem “mentiras” ou “calúnias”, sem especificar quais, e de quererem “tapear” ou “iludir” o povo⁴⁶.

A comparação em bloco dos casos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco pode ajudar-nos a entender melhor o que está em jogo em cada um deles. Assinalamos a diferença de perfil entre os discursos dos candidatos de um estado e do outro: no Rio Grande do Sul, há uma nítida separação entre abertura, corpo e fecho do discurso; em Pernambuco esta separação é pouco nítida. Constatamos que o conteúdo dos discursos também é diferente: predominam os “programas” no primeiro; prevalecem as acusações no último.

Essa distribuição das diferenças não é casual. Discursos “programáticos”, sem separações tão nítidas entre suas partes, talvez fossem concebíveis, ainda que o apelo à racionalidade implícito na idéia de programa dificulte esta possibilidade. O mesmo não ocorre para os discursos “acusatórios”, como os que encontramos nas campanhas eleitorais pernambucanas: no momento mesmo que o candidato abre a sua oração saudando um chefe político local ou, como no exemplo que vimos, elogiando o público pelo apoio manifestado a um político importante da região, ele já está, dentro da lógica de defesa e acusação, desenvolvendo o corpo de seu discurso e oferecendo ao adversário o mote para o início e, possivelmente, para todo o corpo de seu futuro discurso. Não é por acaso que o candidato opositorista de nosso exemplo, tão logo feito o agradecimento de abertura, passe a se diferenciar do então prefeito da cidade, objeto de elogio entusiástico de seu opositor no comício da véspera. Em resumo, se a exposição mais ou menos ordenada de um programa induz uma certa ordem – começo, meio e fim – no discurso que o veicula, a intercalação de “momentos”, que, em tese, pertenceriam a diferentes partes do discurso, longe de traduzir uma desordem, revela uma ordem que é comandada pela lógica da acusação e da defesa.

Vale a pena lembrar que, no caso que vimos de Pernambuco, pelo menos um dos candidatos faz questão de referir-se a um suposto (embora não apresentado) programa de governo e que, no Rio Grande do Sul, também há espaço para acusações. Do significado deste apelo a uma linguagem mais impessoal em Pernambuco, já falamos. Quanto ao Rio Grande do Sul, a ocorrência de acusações, longe de desmentir o que afirmamos antes, ajuda-nos a perceber melhor o que está em jogo. Neste caso, ou se acusa o adversário de ser um acusador, um caluniador, ou seja, de não respeitar as regras do jogo, ou se

acusa esse adversário de falta de capacidade administrativa (ou, inversamente, um candidato se defende dessa acusação). Tal acusação não é menos ofensiva do que algumas das acusações de tom mais pessoal que vimos em Pernambuco; e isso pela simples razão de que o que indica essa incapacidade de administrar a coisa pública, além do mau desempenho de algum cargo anteriormente ocupado, é a incapacidade demonstrada pelo candidato de bem administrar os seus negócios particulares⁴⁷.

Não podemos afirmar que as coisas se passem sempre assim naqueles dois estados e, menos ainda, em outros lugares. Mas os exemplos servem para mostrar diferentes arranjos comportados pelos discursos pronunciados em comícios políticos e os diferentes idiomas utilizados. Considerando que, nos comícios, como em outras formas de interação entre um orador e um público, está em jogo uma representação, no sentido teatral (Goffman 1987:172), vale dizer uma espécie de jogo público entre mostrar-se (ao público) e reconhecer-se (nos que falam), parece plausível supor que a prevalência da associação entre uma forma de discurso e um idioma sobre uma outra remetam a diferentes disposições da estrutura social.

As distâncias entre os comícios de Pernambuco e aqueles do Rio Grande do Sul parecem encurtar-se mais ainda quando, analisando mais de perto aqueles programas “transacionados” a que nos referimos, percebemos que estamos diante de uma sequência, mais ou menos cumulativa, de *promessas*, uma forma de relacionamento político-eleitor tão velha quanto a própria política brasileira, a acreditar no que nos relata a literatura pertinente, e naquilo que nos conta a sabedoria popular. O que especifica o programa face a um simples somatório de promessas é a sua pretensão de organicidade⁴⁸. Já vimos – e a própria expressão que adotamos, “programa transacionado” é indicativa disso – que tal organicidade não preexiste à campanha: os supostos “programas” vão sendo construídos. Ocorre que, no ponto final da campanha, se assim pudermos nos referir aos comícios de encerramento, essa organicidade continua a não existir. Ao invés de um programa “mais completo”, “elaborado com base no diálogo” (diálogo supostamente mantido com o público), para usar as fórmulas com que alguns candidatos se defendem da acusação de não ter um programa, o que de fato vamos ter será um conjunto de “promessas de governo” ou, expressão que nos parece mais adequada, um “fundo de promessas públicas” que se constitui numa espécie de referência “contábil” para futuras cobranças. Nada que se assemelhe a um conjunto de medidas articuladas, capaz de alterar, controladamente, a economia local. O que está em jogo são palavras ditas em praça pública; promessas feitas publicamente de beneficiar uma coletividade (uma vila, um bairro, uma região, um extrato qualquer da população, etc.), que não coincide, diga-se de passagem, com o aglomerado formado pelo público de um comício⁴⁹.

Quando passamos dos programas às acusações, continuamos a lidar com sequências, embora de uma outra natureza. Se, no caso anterior, as promessas se acumulavam, sendo razoável dizer-se que formavam uma sequência; agora, estamos diante de uma sequência de atos, mas não necessariamente de uma sequência cumulativa de acusações. Ao contrário das promessas de um candidato que são incorporadas pelo candidato adversário, o destino de uma acusação é o de ser rejeitada pelo acusado e provocar uma outra acusação em sentido inverso. Aqui, a habilidade do político consistirá menos em ser capaz de formular promessas que englobem (e, ao fazê-lo, minimizem) a promessa do adversário do que em saber escolher o tipo de acusação que mandará de volta ao seu acusador e em saber dosar as acusações a serem feitas. Mesmo na “primeira acusação” de uma campanha está em jogo uma resposta a alguma “acusação” anterior – ainda quando não se encontre nas peças oratórias anteriores produzidas pelos adversários alguma acusação específica a um candidato, é comum esse candidato fazer preceder a acusação que destinará ao seu adversário de uma fórmula do tipo “tenho sofrido todo tipo de acusação da parte dos meus adversários”. Mas não é qualquer tipo de acusação que pode ser feita em palanque e, muito menos, como ocorre com um candidato a prefeito, por alguém que, se eleito, terá que ter sua autoridade reconhecida por todos, coisa que dificilmente ocorrerá com quem, de tanto e a tantos acusar, acabe vítima da acusação de ser um acusador⁵⁰.

Se as promessas são direcionadas a coletividades, as acusações são dirigidas publicamente a individualidades ou, para ser mais preciso, a reputações individuais (Bailey 1971:4-8). Trata-se de uma empresa delicada, que consiste em promover uma reputação (aquela do próprio candidato ou do candidato que está sendo apoiado), através do rebaixamento daquela do adversário, e, por extensão, daqueles que o “acompanham na política”. Tal como no caso das promessas, o resultado final dessa operação (uma imagem exageradamente positiva do candidato e, a sua contraparte, uma imagem exageradamente negativa do candidato adversário), embora construído, não se oferece apenas e completamente ao final da sequência de atos de acusação, mas, por assim dizer, paira, mudando eventualmente de feições sobre as candidaturas ao longo de toda a campanha e, o que é mais grave, pode perdurar, como estigma, para além do tempo da política.

Tanto os programas “transacionados” quanto essas acusações pessoais sugerem uma espécie de “troca” entre partidos adversários diante de um “público” que é mais amplo que o público de um comício singular. Os efeitos finais da sequência de medidas incorporadas a um programa ou das acusações dirigidas a políticos adversários só serão passíveis de percepção pelo público de cada comício se esse público for capaz de acompanhar a elaboração dessas sequências (lembrando o que a prova da prática indica que deve ficar registrado e esquecendo, junto com os membros do palanque, o que deve ser esquecido), participando

dessa sucessão de comícios ou envolvendo-se em outras atividades do tempo da política que lhe permitam decodificar o sentido exato de uma proposta ou de uma acusação feita em um comício determinado num ponto localizado da campanha. Entre parênteses, diga-se que a melhor medida da participação de alguém numa campanha eleitoral é o mostrar-se capaz de falar de toda a campanha a qualquer momento dessa campanha.

Tanto as promessas (integrantes ou não de um suposto programa) que vão sendo formuladas ao longo da campanha – no imediato, por gerarem outras promessas de parte da facção adversária; na sua totalidade, por constituírem “o fundo de promessas” a serem cobradas – quanto as acusações – que exigem respostas imediatas e que podem resultar em brigas definitivas – contribuem para criar um público mais amplo, extracomício⁵¹. As promessas coletivas (isto é, dirigidas a coletividades), articuladas ou supostamente articuladas em programas, e as acusações pessoais públicas (isto é, feitas de público, de cima de um palanque, a partir, portanto, de uma posição de autoridade e de uma posição de força – a força da facção encarnada naquele palanque) vinculam políticos profissionais e público, coletiva e objetivamente, no caso dos “programas”, mas envolvendo sempre “subjetividades”, em especial, a honra daqueles que pronunciam promessas em praça pública. No caso das acusações, em que políticos profissionais são desvinculados uns dos outros, a vinculação candidato-público passa pela mediação da contraposição de imagens, mencionada acima, entre os “do outro lado” e os “nossos”, aqueles com quem o eleitor se identifica ao reconhecer neles virtudes subjetivamente objetivas.

Com o desenvolvimento da campanha, as promessas vão aumentando e as acusações vão se tornando mais frequentes e incisivas. Por isso mesmo, parece estranho que os discursos nos comícios de encerramento comportem, ao lado das promessas e acusações, apelos à unidade. Esse paradoxo é resolvido a partir do momento em que se considera que o que está em jogo no comício não é apenas a relação entre quem fala e aqueles que ali estão, mas uma disputa entre comícios – seríamos mais fiéis às formulações “nativas” se disséssemos disputa entre palanques, mas preferimos falar de comícios para indicar que estão em jogo palanque e público – envolvendo um público maior. Se na intensificação das promessas e das acusações está em jogo o tornar mais nítida a fronteira da facção e, conseqüentemente, reforçar a solidariedade interna entre aqueles que já a integram ou estão em processo de incorporação; no apelo à unidade, parece estar em jogo a perspectiva da facção tornar-se facção governante e, conseqüentemente, de poder levar às últimas conseqüências esse trabalho de incorporação de pessoas, hoje vinculadas à facção adversária e, quem sabe, de esvaziamento mesmo dessa outra facção. Sintoma disto é o fato do apelo à unidade mostrar-se mais forte no discurso dos candidatos daquela facção que,

ao final da campanha, exibe sinais de favoritismo e, inversamente, de apresentar-se mais tímido no discurso dos candidatos daquela facção que parece fadada a ser oposição nos próximos anos, para quem, por conseguinte, manter uma identidade própria é fundamental.

A festa dos artistas

Se os discursos têm um lugar central nos comícios políticos – e, sendo marcante, é marcada a oposição entre os que falam e os que não falam – nem só de discursos se faz um palanque. Quando analisamos a organização espacial do palanque, chamamos atenção para, ao lado da oposição falar/não falar, a importância da oposição aparecer/não aparecer. Lembramos o peso que tem a simples presença de algumas figuras à frente do palanque, mesmo que por alguns minutos, para o sucesso de um comício. Mas as coisas estão longe de se limitarem a uma oposição entre uma participação ativa, através da fala, e a presença pura e simples. Há outras formas de participação ativa que não os discursos. Estamos nos referindo à presença nos palanques, cada vez mais frequente, dos *artistas*. Se os políticos discursam, os artistas apresentam-se. É isso que os distingue dos outros “notáveis” do palanque.

Já vimos que, tanto quanto as outras estrelas, os artistas emprestam sua autoridade e seu prestígio pessoal ao palanque em que sobem e, ao fazê-lo, contribuem para garantir a necessária distância público – palanque, constitutiva do comício e, pois, para assegurar o caráter solene do evento. Não é por acaso que seus nomes são anunciados, às vezes com tanta ênfase quanto os dos candidatos, nas convocações que antecedem os comícios. Mas a particularidade dos artistas face às demais “estrelas” consiste em que, se o seu carisma pessoal contribui para manter aquela distância, com o exercício da sua *arte*, associada pelo senso comum à informalidade e à comemoração, eles reforçam a comunicação – uma comunicação não verbal, mas nem por isso menos eficiente – entre palanque e público, ameaçada pelo eventual excesso da formalização, própria desse tipo de ritual.

Se o público atraído aos comícios é um público vinculado a uma facção ou, pelo menos, referido a essa facção⁵², ou então um público não vinculado a uma facção particular mas que nutre algum tipo de simpatia por uma ou mais dessas estrelas, o público dos artistas é de outra natureza. Trata-se de um público construído, mesmo no caso dos artistas locais, a partir de práticas sociais que atravessam as fronteiras estabelecidas pela atividade política. O que estamos querendo dizer é que os artistas não simplesmente atraem público, mas são capazes de levar ao comício um público que, em outras circunstâncias, nunca compareceria àquele comício e, no limite, jamais compareceria a qualquer comício.

Mas não se trata de um vago “atrair”. Se, via de regra, quando alguém de uma determinada facção vai a um comício adversário, o faz de forma disfarçada e, quase sempre, para abastecer seus candidatos de informações necessárias ao embate da campanha, a presença do artista no palanque autoriza e justifica a presença de opositores declarados no público de um comício, ao mesmo tempo que afasta eventuais suspeitas dentro da facção desse frequentador de que ele estaria se aproximando do “outro lado”. Mesmo numa cidade polarizada politicamente como uma das duas que acompanhamos, durante as eleições municipais de 1988 em Pernambuco, militantes de primeira linha e candidatos do PMDB não apenas se permitiam comparecer a um comício do PFL que anunciava como atração a presença da cantora Fabiana, que faz muito sucesso na região, como ainda convidaram a pesquisadora para acompanhá-los. Ao tentar, já no comício, nos comentários em voz baixa, desqualificá-lo, atribuindo a grande presença do público à presença da cantora, eles estavam justificando sua própria presença.

Se a presença dos artistas é capaz de justificar a presença no público de pessoas que, de outra forma, estariam excluídas desse ritual faccional que é o comício, o seu desempenho no palanque é uma espécie de dramatização do procedimento de adesão ritual do excluído a uma facção. Ninguém melhor do que o artista, um marginal, no sentido sociológico, sobrevivendo num mundo dividido por clivagens políticas através de uma atividade que a subordinação a essa divisão poderia tornar inviável por falta de público adequado, para tornar visível ao público do comício que há um lugar para os excluídos naquele palanque.

Como os demais notáveis, os artistas, com a sua simples presença, estão assinalando para o público do comício – reforçando o seu entusiasmo por uma candidatura – e aos eleitores não vinculados a uma facção – procurando atraí-los – que eles, artistas, fazem parte daquele palanque, o que equivale a dizer que, de alguma maneira, se identificam com o partido e seus candidatos. Diferentemente dos demais, cuja notabilidade advém do fato de serem de dentro da política, mesmo que de fora do município, os artistas, pela especificidade da posição que ocupam e da arte que exercitam, tiram sua força do fato de, mesmo sendo do município, serem de fora da política, o que, paradoxalmente lhes assegura, ao exercerem essa arte *em palanque*, um peso político excepcional, que será tanto maior quanto mais distante (ou mais de fora) forem, e tão mais eficaz na sedução dos eleitores não alinhados quanto menos eles fizerem uso da palavra (um privilégio dos políticos) e mais aplicadamente fizerem uso de sua arte própria. Ator, poeta, cantor ou cantador, o que o artista faz no palanque, com sua performance é mostrar aos excluídos (que, de algum modo, só ele ou a sua presença consegue reunir e, conseqüentemente, incluir) que, sendo de fora, é estranho às facções, mas que, se fosse de dentro (da política e do município) o seu palco seria aquele palanque, por ser capaz de incluí-lo e a todos os que não têm palanque. É uma

espécie de demonstração ao vivo da superioridade de um palanque face aos palanques rivais pela sua inclusividade, por ser o “palanque amplo” de que falam os oradores.

É o peso social dos artistas que faz com que sua presença, mais do que a de outros notáveis, seja lida pelo público – e outra não é a intenção dos políticos ao levá-los a seus comícios – como uma demonstração de força ou uma manifestação de poder daqueles que os colocam no palanque. Só a quem desconhece esse peso dos artistas soar estranha a equivalência estabelecida pelos promotores de um comício, no interior de Pernambuco, entre a artista que eles estavam exibindo no palanque e a figura, por muitos considerada messiânica do governador Miguel Arraes, então governador do Estado, que, na véspera, deixara de comparecer ao comício da facção adversária: “Eles prometeram que o Governador viria para cá, mas não veio; mas nós prometemos e cumprimos: aqui está a Fabiana.”⁵³

Finalmente, os artistas, responsáveis pela produção do lado festivo do comício ou, para sermos mais precisos, da festa que existe dentro de todo comício, propiciam aos políticos a oportunidade de, fazendo a festa mais bonita e mais bem organizada, demonstrarem, por antecipação, sua capacidade para realizar uma administração futura.

A partir dessa ótica, o fato de os artistas serem pagos não é visto como problema mas, pelo contrário, só contribui para revelar a força ou o poder econômico da facção, vale dizer, a sua força para governar. Está em jogo uma concepção de poder onde aquele que gasta mais dando aos outros – aos eleitores mas não apenas a eles, o que é indicativo de seu desinteresse – mostra-se portador da generosidade necessária ao exercício do poder, ao mesmo tempo que indica a possibilidade efetiva de continuar exercendo essa generosidade numa escala ampliada, uma vez no governo. É por isso que, a exemplo do que apontamos para a retórica da pobreza na caça ao voto, os comícios pobres e sérios mostram-se tão pouco atraentes e de eficácia duvidosa. Talvez não haja melhor contraprova que o gesto de um trabalhador rural, artista também, tocador de sanfona, de interromper a sisudez de um comício que, feito à época da campanha salarial para promover a candidatura a vice-prefeito do presidente do sindicato, corria o risco de descaracterizar-se como comício, tornando-se uma mera assembleia. Zé Negão, percebendo o perigo, correu até a sua casa, pegou a sanfona e, de repente, tínhamos, sob aplausos gerais, um artista no palanque, e um comício de fato se realizando.

Os dois públicos

Até agora, falamos do comício a partir do palanque. Isto não foi por acaso. Não apenas o palanque é o centro das atenções e o núcleo das atividades que “fazem” o comício mas, como destacamos anteriormente, o próprio espaço do

comício está organizado em torno do palanque. Mas o palanque não é tudo. Há também o público. Como, aliás, já foi lembrado, um palanque sem público é o anticomício.

Todavia, visto “de cima”, o público corre o risco de ser tomado como uma massa passiva, no máximo capaz de reações reflexas ou manipuladas, sem forma e reunida ao azar. O que o nosso relato sobre o palanque sugere é bem diferente. Em primeiro lugar, está claro que é impossível, ou pelo menos desprovido de sentido, falar do palanque sem referir-se ao público. O orador precisa que alguém se disponha a ouvi-lo; o artista procura aplausos. Mas isso não é tudo. O que vimos é que uma figura chave do comício, o apresentador, é um especialista na relação palanque-público. E, mais ainda, que a manifestação do público é crucial, em certos momentos do comício, e é capaz de mudar o rumo de um discurso ou alterar a sequência de falas.

Tanto quanto o palanque de um comício, seu público nada tem de casual. As pessoas que se reúnem embaixo de um palanque são, em grande parte, trazidas ao local por cabos eleitorais e motivadas, não poucas vezes, por visitas feitas às suas casas pelos próprios candidatos. Por outro lado – e isto também assinalamos no início deste trabalho, quando em suas próprias casas, elas ainda estão longe de constituir um público e até mesmo um público potencial. Na verdade, só começam a constituir-se em público quando, a caminho do comício, a disposição individual das pessoas torna-se, via participação nas passeatas e carreatas, ação coletiva. Podíamos então dizer que esse público, mesmo quando estão em jogo adesões propriamente espontâneas, é “formado”, isto é, passa por um processo de preparação, através do seu envolvimento naquelas ações coletivas.

Esse processo de formação de público já é indicativo do caráter não aleatório da sua composição. Olheiros à parte, um comício reúne pessoas articuladas organicamente à facção que o promove, excluídas do palanque, ou pessoas, do local ou de fora, vinculadas através de redes sociais a cabos eleitorais ou outros intermediários dessa mesma facção ou, ainda, aquelas um pouco mais distantes que se dispõem a retribuir com a sua presença a visita que lhe foi feita por um candidato ou por um político importante daquele palanque. Ao lado dessas coletividades ou desses conjuntos de indivíduos articulados por relações pessoais, comparecem também aos comícios grupos de vizinhos ou parentes de localidades da região. Em princípio, coerente com a idéia aceita da política – e das demais atividades públicas – como sendo uma atividade masculina, são chefes de família que ali se juntam. A dimensão festiva do comício, absolutamente indispensável a qualquer verdadeiro comício, garante, todavia, a presença ao evento de mulheres e crianças ao lado dos homens⁵⁴.

As linhas que ordenam o comparecimento das pessoas não necessariamente são as mesmas que as mantêm juntas no comício. Os agrupamentos que se

formam para chegar ao comício podem deixar de existir uma vez desembarcadas dos ônibus que as foram buscar (e, posteriormente, voltar a existir no retorno ao ponto de partida) ou terminadas as passeatas em que eles se formaram. Mas também se podem manter coesos. Faltam-nos elementos para generalizações a esse respeito. Todavia, o que a observação nos aponta é para um público cuja heterogeneidade transparece na própria dificuldade de estabelecer critérios classificatórios unitários para descrevê-lo. No público de um grande comício na área canavieira de Pernambuco, misturam-se, por exemplo, agrupamentos de eleitores dos cabos eleitorais ou dos vereadores A, B e C; grupos de trabalhadores organizados pelo sindicato de trabalhadores rurais; alguns grupos de militantes do comitê eleitoral do partido empenhados em puxar aplausos e distribuir material de propaganda; vizinhos de uma periferia (bairro popular) da cidade; claque paga por um candidato D para levantar faixas e gritar e aplaudir seu nome; grupo de trabalhadores do engenho M que se afastou do conjunto de grupos articulados pelo sindicato; pessoal do ônibus da vila P, contratado pelo deputado R, que inclui não apenas moradores daquela vila; grupo de seguidores do pastor X da igreja protestante Z; grupo de jovens da paróquia da igreja católica da cidade, e assim por diante, não esquecendo um certo número de pessoas que se deslocam isoladamente ou com a família, ou então com dois ou três amigos ou conhecidos, que podem mudar no decorrer do comício⁵⁵.

Esses agrupamentos não têm um lugar certo para ficar. Circulam pelo comício ou postam-se fixamente em um ponto, em função de conveniências que têm a ver com aquele evento singular. Na verdade, o lugar que eles vão ocupar é limitado por um princípio de organização espacial do público anterior à sua própria formação. O palanque estrutura o espaço do comício e o espaço do público do comício. Perto dele⁵⁶, numa certa continuidade, expressa pelos apertos de mãos e palavras dirigidas a este ou aquele candidato ou político, comprime-se um aglomerado, nem sempre muito grande, de pessoas, cuja única característica comum é a militância espontânea ou “profissional” por aquele palanque ou por algum (ou alguns) dos candidatos que o compõem. No outro extremo, no contorno do comício, uma outra pequena multidão divide sua atenção entre o que é dito no palanque e o que é conversado nas tendas de comidas e bebidas ou nos bares das imediações. Espécie de área de trânsito entre o comício e o resto da cidade, esse espaço reúne um público que inclui desde o militante de passagem, que ali faz uma parada para comer ou beber alguma coisa, até os olheiros da facção adversária. Entre os dois extremos, coloca-se a grande massa dos presentes.

Se o público do comício reúne os excluídos do palanque, há igualmente excluídos desse público. Além de adversários infiltrados, conhecidos ou apenas suspeitos de sê-lo, há também uma espécie de exclusão com relação àqueles que, devendo estar no palanque, colocam-se no meio do público. Essa atitude

parece ser lida como uma recusa daquela pessoa em assumir seu lugar, uma demonstração de ambiguidade que a torna também suspeita. A identificação de notáveis do local ou de pessoas a quem a origem ou o cargo emprestam um certo prestígio no meio do público provoca um movimento imediato, tanto da parte daqueles que estão no palanque, quanto dos que estão no público, para que ela suba no palanque⁵⁷.

Finalmente, o público do comício nada tem de passivo. Ele reage aos estímulos do palanque aplaudindo ou vaiando ou, ainda, acompanhando os cânticos ou participando das danças que são puxadas pelos animadores. É verdade que a intensidade dessas reações varia no interior do próprio público, os que ficam “perto do palanque” demonstrando uma maior animação do que o resto dos participantes. É daí, sobretudo, que partem os aplausos ou gritos de apoio ao que é dito pelos oradores. A grande maioria do público, aquela massa colocada entre a periferia e a área próxima ao palanque permanece, a maior parte do tempo, atenta ao que é dito, aplaudindo discretamente e fazendo comentários em voz baixa⁵⁸.

Vale a pena lembrar que essas reações do público variam não apenas segundo a localização dos participantes mas, também, de um comício para outro ou, ainda, de acordo com o momento do próprio comício. A falta de estrelas no comício ou, pior ainda, a surpresa da ausência de um estrela esperada pode comprometer o entusiasmo do público e, conseqüentemente, o sucesso de um comício⁵⁹.

Todavia, não estão em jogo apenas reações. O público do comício tem atividades próprias. A exemplo do que ocorre nas feiras, ou nas festas populares, o comício é pretexto para o encontro de parentes, amigos, vizinhos ou compadres que aproveitam a ocasião para conversar e confraternizar, trocar informações e também falar de política.

Um observador de fora pode confundir-se com a aparente apatia dos ouvintes, sobretudo quando se trata de um público composto majoritariamente por trabalhadores rurais⁶⁰. Mas, como advertia um candidato a outro, em Pernambuco, “é preciso ter muito cuidado com o que se fala no palanque, porque o palanque tanto faz você subir como descer. É preciso ter um controle danado porque, às vezes, tem um cara humilde, ali quieto, mas ele grava o que você diz”⁶¹. Na verdade, o público avalia o palanque todo o tempo. Ele controla quem sobe e quem não sobe no palanque, quem fala e quem não fala, bem como a qualidade da oratória dos que falam. Se não é um participante eventual, mas alguém que acompanha os comícios com certa regularidade e vive os acontecimentos do *tempo da política* com alguma intensidade, ele terá condições, ademais, de avaliar comparativamente o comício e, por conseguinte, toda a campanha. Essa avaliação não é feita individualmente. As conversas em voz baixa, os cochichos, a troca de gestos⁶² operam no sentido da criação de um tipo de consenso, senão entre todo o público, pelo menos entre parcelas significativas dele, que é passado aos que

estão no palanque que, a exemplo do que sugere o vereador pernambucano, tomam os seus cuidados para evitar a perda do controle. Por vezes, essas tomadas de posição, se assim podemos chamá-las, do público expressam-se em aplausos diferenciados, que indicam aos que estão no palanque como eles se dispõem na hierarquia formulada pelos que estão embaixo e, ao fazê-lo, levam, por vezes, os de cima a reformularem a própria distribuição hierárquica com que operam. As palmas repetidas a cada vez que era mencionado o nome do governador Arraes no comício de encerramento da Frente Popular, numa cidade do sertão de Pernambuco, em 1988, faziam com que todos os candidatos, mesmo aqueles mais distantes politicamente do Governador, se sentissem obrigados a citá-lo, indicando a submissão à sua liderança e, ao fazê-lo, compartilhassem dos aplausos. Na mesma linha, a sabida maior popularidade dos sindicalistas candidatos a vice-prefeito em duas cidades da área canavieira daquele mesmo estado, confirmada pelos aplausos e gestos de apoio dos trabalhadores rurais, levou à situação algo esdrúxula de os comícios nas chamadas “áreas rurais” – vilas, engenhos, povoados – serem encerrados não pelo candidato a prefeito mas pelos candidatos a vice. Finalmente, o público é ativo enquanto portador de informações sobre o comício para o público mais amplo, objeto da disputa entre facções. Essas “informações”, na verdade as avaliações produzidas no local pelos que assistem ao comício, serão a matéria-prima de que esse público mais amplo (do qual também fazem parte, obviamente, aqueles que participam do comício) disporá para formar uma espécie de juízo social do sucesso ou do fracasso do evento.

Um diálogo especial

Vimos que o público do comício é um público alinhado ou em processo de alinhamento a uma facção. Apesar disso, quando olhamos, em primeira instância, para as relações público-palanque, vemos que não é essa a concepção formalizada no endereçamento dos discursos – não dirigidos expressamente aos correligionários mas ao “povo” do município, do bairro ou equivalente – ou nas saudações formuladas pelas faixas portadas por grupos de espectadores ou pelas comissões que têm acesso ao palanque para homenagear um político ou candidato ilustre, que expressam a gratidão, a confiança, a esperança ou outro sentimento qualquer da “comunidade” X ou de um grupo profissional ou religioso Y ou, ainda mais amplamente, do “povo” ao homenageado. No comício é como se estivesse reunida toda a sociedade e não apenas uma parte dela e, ao contrário do cotidiano das áreas estudadas, em que as relações sociais são basicamente individualizadas, qualquer que seja o código utilizado (parentesco, compadrio, amizade, proteção), nos comícios, elas são categorias. De um lado, “os do palanque”, de outro, “os de baixo”.

A sociedade pensar-se categorialmente não constitui nenhuma especificidade dos comícios ou do tempo da política. Nas áreas estudadas, como em sociedades outras, oposições como pobres-ricos, grandes-pequenos, etc. coexistem e, mais do que isso, representam uma espécie de pré-requisito à instauração de relações individualizadas de patronagem ou similares que possibilitam a sobrevivência material e simbólica das relações e das partes que a integram. O que há de específico no comício é a objetivação transformada dessas categorias de pensamento que hierarquizam a sociedade em categorias sociais, por assim dizer, palpáveis – o palanque (os que sobem em palanque) ou os políticos (os que fazem política, os que têm o saber da política) por oposição aos de baixo (os que não sobem em palanque) ou o povo (os que não fazem política mas a quem é endereçada a palavra do político) – coextensiva a uma suspensão das relações individualizadas que fazem o dia a dia. Se as ligações pessoais são confirmadas nas visitas às casas, que precedem os comícios, elas vão sendo suspensas a partir do momento em que a participação no movimento coletivo – caminhada ou carreata – começa a criar um público⁶³. O palanque instaura uma distância divisória entre os que sobem no palanque – ou, mais precisamente, entre os que “formam” um palanque ou têm a possibilidade de fazê-lo – e os de baixo, os excluídos do palanque.

O fosso que se interpõe entre palanque e público não é grande a ponto de impedir a comunicação entre eles mas, certamente, é determinante do tipo de diálogo que se vai estabelecer. Se há uma assimetria social anterior óbvia entre os que estão no palanque e os que estão fora, há também uma menos óbvia mas igualmente importante assimetria no próprio diálogo⁶⁴ que, se, por um lado, aumenta o fosso, por outro, ao introduzir unilateralmente regras, estabelece uma ordem que o viabiliza. Não é por acaso que o uso de uma linguagem formal e a presença de mediadores são indispensáveis a qualquer palanque. Aquela, se, como apontamos há pouco, ajuda a configurar a distância que separa público e palanque, é também um instrumento fundamental para diminuir as possibilidades de ruído na comunicação que se estabelece em situações como essas (Goffman 1987:193), em que os ajustes linguísticos, acionados normalmente nas situações de comunicação face a face, são pouco viáveis e passíveis de desencadear conflitos. Na mesma linha, poderíamos dizer que a informalidade dos apresentadores é tão simplesmente uma “informalidade formal” ou um “formalismo simplificado” que, mantendo através de “palavras de ordem”, que são verdadeiras ordens de comando, a distância entre palanque e público, estabelece a ponte necessária para que o distanciamento não se torne estranhamento e, eventualmente, se transforme em conflito⁶⁵.

A relação entre palanque e público é uma relação tensa, e essa tensão tem a ver, em primeiro lugar, com a própria delimitação da fronteira que os separa

que, além de não ser absoluta, também não é fixa, mesmo que, uma vez estabelecida, apresente-se nítida. Poderíamos dizer, em outras palavras, que a fronteira entre público e palanque é sempre, ainda que em graus variáveis, objeto de uma disputa. As “invasões” de espaço são frequentes, e o bem resolver essas questões de fronteira é uma das medidas do êxito de um comício⁶⁶. Evitar que pessoas do público subam ao palanque é, como já vimos, uma preocupação permanente dos organizadores de comícios⁶⁷. A descida de políticos para o meio da multidão, durante a realização do comício, por sua vez, pode gerar tumulto, ao dar lugar a uma espécie de minicomício paralelo e, por essa razão, não é vista com bons olhos.

Esses problemas de fronteira são mais visíveis em comícios menores, onde a precariedade do palanque, muitas vezes improvisado na hora, não permite uma separação física nítida entre palanque e público ou onde, em situações de ausência de políticos de destaque ou de convidados ilustres, a proximidade social entre os de fora do palanque e aqueles que o ocupam é um estímulo às “invasões”. Mas, de forma alguma, estão ausentes nos grandes comícios, onde sua ocorrência, embora mais rara, costuma ter consequências mais sérias.

Essa questão seria mais simples não fosse essa fronteira, antes de mais nada, uma fronteira simbólica, ao mesmo tempo nítida, mas de difícil localização pela sua própria mobilidade. Público e palanque ampliam-se ou se encolhem, de acordo com o momento do comício, ou mesmo de acordo com o momento da fala de um orador. Um político de destaque ou uma tirada de um orador brilhante podem transformar o palanque, ou parte dele, em parte do público, aplaudindo quem fala ou o que é dito. Ao contrário, um político importante que, após sua fala e sem que o comício tenha terminado, desce do palanque e é carregado em triunfo nos ombros de eleitores, na verdade está ampliando o palanque. No caso extremo, há políticos com tal carisma, que, mesmo fora de situações de comício são vistos como se estivessem no palanque (talvez por serem eles próprios o símbolo desse símbolo que é o palanque), inspirando aos eleitores potenciais menos a abordagem em termos de favor pessoal, como ocorre com o comum dos políticos, do que pedidos genéricos de proteção à pobreza ou o simples toque corporal.

O caráter formal dos comícios também não é suficiente para impedir que as tensões ligadas às relações que seus participantes estabelecem no cotidiano ali se manifestem. Local público que é, o espaço do comício, se propicia o encontro e a confraternização, acaba também sendo lugar de brigas e ajuste de contas⁶⁸. Quando se trata de uma área em que os conflitos sociais em torno de salários, terra ou outros itens são a matéria-prima, por excelência, do cotidiano, é difícil evitar que esses conflitos se façam presentes em eventos socialmente tão importantes quanto os comícios políticos. Confrontos desse tipo também se dão em

feiras, festas ou praça pública. Não são específicos dos comícios como ocorre com os conflitos ligados à delimitação da “fronteira” entre público e palanque.

Olhando mais de perto, todavia, para esses conflitos de “fronteira” e mesmo para essas projeções de disputas cotidianas, o que se verifica é que estão em jogo, basicamente, tensões próprias à coexistência entre as regras que operam no cotidiano e as regras próprias do ritual. Quando, por exemplo, um político desce do palanque e faz uma espécie de comício dentro do comício, além de estar invadindo um espaço que não é seu, ele está infringindo a regra que diz que, no comício, lugar de político e de discurso é no palanque. Do mesmo modo, é um conflito entre regras do cotidiano e regras do ritual que está em jogo quando um eleitor enfrenta, com toda convicção os seguranças do palanque para ter acesso a um político que ali está e com quem mantém algum tipo de ligação no dia a dia⁶⁹.

O comício apresenta-se como uma espécie de dramatização do que seria uma situação fundadora, em que os de cima e os de baixo da hierarquia social se encontram para definir modalidades de relacionamento.

Ao contrário do pacto rousseauísta, em que homens livres associando-se produzem “un corps morale et collectif composé d’autant des membres que l’assemblée a de voix, lequel reçoit de ce même acte son unité, son moi commun, sa vie et sa volonté”, os comícios contrapõem dois coletivos diferentes – um palanque reunindo indivíduos que têm em comum a atividade política, o “fazer política”, e um público composto por excluídos do palanque – e internamente heterogêneos; ali, reunindo-se políticos, artistas e convidados, ou seja, indivíduos que têm uma posição diferenciada diante do “fazer” da política; aqui, um pouco ao sabor dos acontecimentos, indivíduos ou grupos articulados por diferentes pertencimentos étnicos, ou sociais, cujo único atributo comum é a condição de integrantes do público do comício. Essa dupla diferença – de posição e de composição – é tão maior quanto, como já foi assinalado, esses dois coletivos operam com linguagens diferentes: o palanque com a palavra formal do discurso político, o público com a informalidade do comentário “de pé de ouvido”.

A distância instaurada pelo palanque dá visibilidade e confirma divisões correntes, através das quais a sociedade se pensa. Por outro lado, ela agrupa o que, em outras circunstâncias, está disperso. Assim, ao contrário do cotidiano, em que “patrão” é “o patrão” e os de baixo estão “isolados” na submissão a um patrão, no comício, todos os padrões estão reunidos no palanque diante de “todos” os excluídos. Mas, enquanto a reunião dos de baixo torna-os ainda mais invisíveis individualmente para os de cima – embora a sua identificação como “massa” que atende às palavras de ordem de determinado candidato seja fundamental na competição que se instaura dentro do palanque, o apontar a sua “massa” funcionando como um trunfo de que dispõe um candidato a vereador para fortalecer sua posição diante de um candidato a prefeito ou de um candidato de

âmbito estadual, interessado em discernir quem dispõe de votos – a reunião do palanque, pondo os de cima em evidência, contribui para singularizar os padrões, ao mesmo tempo que torna mais visíveis, aos olhos dos que estão embaixo, as suas articulações em cima (e para cima), permitindo uma melhor avaliação do seu peso político e social.

A suspensão das relações pessoais que fazem o cotidiano não significa a sua supressão do comício. Na verdade, elas reaparecem estilizadas naquela espécie de encenação que se dá no palanque, em que atores representam, por assim dizer, seus próprios papéis cotidianos. Mas, diferentemente do cotidiano, o que o público vê não são os seus candidatos isolados mas juntos, conversando, abraçando-se, demonstrando, através de palavras e gestos uma proximidade social apenas insinuada fora do *tempo da política*.

Se, eventualmente, essa proximidade é objeto de censura (é comum ouvirem-se comentários irônicos ou amargos a respeito de um candidato que, no palanque, conversa animadamente com um desafeto), se bem administrada, ela se constitui numa demonstração, ao vivo, da familiaridade do candidato com o mundo da política e o indicador seguro de sua rede de relações, vale dizer, de seu peso político. Ao mesmo tempo que mostra que a política é feita de relações pessoais (são estas que, formalizadas, estilizadas em certos tipos de gesto, no uso da entonação adequada na hora de falar, no saber circular no palanque, no saber relacionar-se com os que têm mais e menos poder, são sacralizadas no e pelo palanque) fornece uma espécie de mapa para aqueles que, na sua vida cotidiana, irão depender dos favores dos poderosos.

O comício, olhado a partir do público, revela, com nitidez, a assimetria entre os que estão em cima e os que estão embaixo. O público identifica sem ambiguidade o seu palanque. Quando alguém do público se refere ao “nosso palanque” ele o faz, portanto, apontando para um palanque que é o seu, no sentido que é o palanque a que ele pertence (com o qual ele se identifica), mas que ele sabe que não lhe pertence, e sim aos que “fazem parte do palanque” ou, o que nesse contexto significa a mesma coisa, “fazem o comício”.

O olhar do palanque é distinto. Os membros de um palanque estão referidos ao público que os assiste, cujas reações, como já apontamos, são essenciais ao bom andamento do comício e à avaliação que os de cima fazem do sucesso ou não do seu empreendimento. Mas essa referência não é absoluta. Os membros do palanque estão, simultaneamente, se dirigindo a um público mais amplo que o público daquele comício e assinalando sua diferença diante de outros palanques. Nessa acepção, o palanque envolve, num certo sentido, mais do que aquele conjunto de pessoas que fala ou se mostra a um público determinado; ele inclui palanque e público de um comício por oposição a palanques, que ele pretende sem público, de outros comícios. Ou seja, aqui, o termo palanque é usado para

designar comício, sem perder, contudo, mas ao contrário, tendo reforçado o seu significado específico de centro de um comício.

O que está em jogo, no caso, é menos a dramatização de um encontro entre os de baixo e os de cima da hierarquia social do que a manifestação pública de uma facção.

Os comícios e o tempo da política

Uma das peculiaridades dos rituais políticos face aos rituais propriamente religiosos é que, ao contrário destes, eles estão vinculados a uma disputa pelo poder. As ligações entre ritual e conflito têm sido explicitadas pela literatura, que tem enfatizado a importância dos ritos, tanto na solução de contendas, quanto na mobilização de energia das partes em disputa para o enfrentamento. Em ambas as situações, permanece, todavia, uma certa externalidade do ritual com relação à disputa em questão. A ênfase é a função “conservadora” ou “subversiva” do ritual, (Kertzer 1988:125-150) não sendo consideradas as relações eventualmente existentes entre tais rituais. A não ser na menção vaga à existência de um conflito, o ritual ou os rituais encenados por cada uma das partes acabam sendo analisados de *per se*, tal como um ritual religioso cujas performances e simbolismo fossem suficientes à sua compreensão. A análise dos comícios políticos sugere, ao contrário, que as suas relações internas (palanque e público, palanque-palanque, público-público) não são passíveis de entendimento pleno sem que sejam consideradas as relações entre comícios. Estamos pensando menos no fato de que cada facção realiza não um único, mas vários comícios, e que esses comícios são sequenciados, do que nas relações que se estabelecem entre essas sequências e que são internalizadas por cada comício singular. O que vimos é que não há como pensar um comício sem que se pense sua dupla referência a um público presente e a um público maior e sem que se pensem palanques reciprocamente referidos nas acusações que se fazem, mas também nas propostas que elaboram; mas, sobretudo, na delimitação das fronteiras que os separam, ao colocar no centro de suas preocupações a exposição pública das adesões e a exclusão dos adversários.

Ao longo da campanha eleitoral, cria-se uma dinâmica entre comícios em que um comício singular incorpora o que é realizado (dito, feito e avaliado) pelos comícios anteriores da própria facção e da facção adversária e gera ações que levam a facção oposta a proceder da mesma maneira. O comício, desse modo, mais do que realizar uma determinação pré-estabelecida do planejamento de campanha, acaba expressando um certo estado da disputa e provocando alterações no tom, forma, sequência e mesmo conteúdo dos comícios adversários.

O sistema de trocas que se estabelece entre comícios não só vai aumentar a importância dos comícios nos esquemas de campanha e mudar o ritmo das

campanhas, mas vai subverter as próprias relações entre comício e campanha. De instrumentos ao lado de outros e, portanto, parte da campanha eleitoral, os comícios se tornam elementos de uma tessitura de relações que passa englobar a campanha. Não é por acaso que, em algumas áreas, o termo campanha, embora guardando o seu significado formal original (afinal de contas, a campanha “legal” dos partidos e dos tribunais eleitorais continua existindo), passe a designar as ações preparatórias de um comício.

A sequência de comícios vai balizar as atividades do período da campanha eleitoral. A realização de um comício é pretexto para a realização de um comício maior pelo adversário. Uma promessa feita num comício desencadeia contrapromessas ou promessas maiores a serem feitas num próximo comício do adversário. Uma acusação feita num comício cria para o adversário a obrigação da resposta pública e, eventualmente, da contra-acusação num comício seguinte. Um comício e/ou o que é dito e feito num comício, diante de um público restrito mas dirigido, simultaneamente, para um público mais amplo (que engloba também o público de outros comícios), não espera a realização de outros comícios para se tornar objeto de comentários entre aqueles que não precisam de comícios – até porque essa não é a modalidade própria de uso da linguagem nos comícios – para excercerem o “comentário”, uma forma mesquinha de comunicação quando se trata da grande política, mas a forma por excelência de exercício daquilo que Bailey chama de política da reputação (Bailey 1971). A partir de cada comício, esse produto das trocas entre comícios que são as acusações e as promessas, mas não apenas eles, transformados em temas de conversa, embebem de política o cotidiano da comunidade. Essa espécie de “contaminação” do cotidiano da comunidade pela política (até agora sinônimo de eleições), por sua vez irá garantir o sucesso dos comícios seguintes, assegurando público e “clima”. O que até esse momento era uma atividade própria dos políticos transforma-se numa paixão de todos, levando a divisão instaurada entre palanques para dentro das esferas, supostamente, menos permeáveis às paixões políticas – o lazer, os rituais religiosos e a própria família. Mas os próprios comícios irão se encarregar de disciplinar essa paixão. Ao separarem palanque e público e definirem hierarquias dentro dos próprios palanques, eles, por assim dizer, restabelecem a ordem na disputa.

Mas, além de fornecerem marcos de referência às atividades eleitorais e temas de conversa ou discussão para o cotidiano dos membros da comunidade, as trocas entre comícios e os subprodutos de troca de cada comício criam uma espécie de coerção, no sentido durkheimiano, que faz com que as pessoas, no intervalo de dois comícios, vivam esperando o próximo comício, replicando, de algum modo, o que se passa no intervalo entre duas eleições, quando as decepções provocadas pelo descompasso entre o dia a dia das relações sociais

e as promessas feitas e compromissos assumidos durante o período eleitoral produzem, sobretudo entre aqueles mais diretamente envolvidos com a política, a expectativa de uma próxima eleição capaz de produzir os realinhamentos necessários. Além de temas e interesses, portanto, o que o jogo entre comícios e cada comício que participa desse jogo faz é definir uma certa intensidade e estabelecer um certo ritmo para as relações sociais. Acompanhando a formulação feita pelos que vivem essa trama de comícios, podemos dizer que produzem um certo “tempo”, o *tempo da política* em que a eleição propriamente dita não é a única e nem necessariamente a atividade central em cada um de seus intervalos, embora seja crítica na “resolução” desse tempo e a referência-limite do seu último movimento.

Os comícios são, ao mesmo tempo, os motores e os relógios (marcadores de tempo) desse tempo da política. E a campanha eleitoral, transformada pelos comícios, se mostra como apenas uma parte do tempo da política, aquela que toca aos militantes e aos candidatos.

Notas

¹ Mesmo uma unidade social tão fundamental quanto a família é atingida pela política. Se o período das eleições representa uma ocasião privilegiada para que uma família aumente seu poder, ligando-se a um determinado candidato ou facção, este pode ser também um momento de crise. Se ela não consegue alinhar todos os seus membros de um mesmo lado ou distribuir harmoniosamente seus votos entre diferentes candidatos e facções, a ameaça de divisão torna-se uma realidade. Para conjurá-la, às vezes é necessário alterar o calendário familiar, suspendendo visitas, festas ou reuniões até que esses encontros deixem de ameaçar sua unidade. Ver, a propósito, o artigo de Claudia Guebel sobre sua experiência num dos municípios da Zona da Mata de Pernambuco (Guebel 1994).

² Aproximações explícitas entre festa e política são feitas pela população. Assim, para traduzir o clima que se instaura nas pequenas cidades e povoados do interior, um informante do Pajeú nos dizia, com aprovação de outras pessoas presentes, que “as eleições são a festa do sertão”.

³ Como ficou claro por ocasião do plebiscito sobre regime e sistema de governo em que os eleitores do país foram chamados a escolher entre monarquia e república e entre parlamentarismo e presidencialismo. A ausência de comícios fez com que a população rural, pelo menos no Sertão do Pajeú, não reconhecesse o plebiscito como política e demonstrasse uma profunda indiferença por aquela consulta inusitada.

⁴ Isso parece incorporado ao cálculo que é feito pelos candidatos. O relato do candidato a vice-prefeito da cidade do sertão de Pernambuco que estudamos, considerado o estrategista da campanha, ilustra exemplarmente esse ponto. “No início, as coisas estavam mais para nós. Qualquer pessoa com quem você falasse dizia que ia votar na gente. Mas os comícios da gente estavam pequenos. Não havia cuidado de nossa parte de divulgar os comícios, de trazer gente, etc. Aí, começaram a dizer que a gente ia perder. Então, resolvemos jogar tudo no comício do

Governador (comício com a presença do governador do estado). E deu certo. Foi gente demais. Mas, depois, nos criou um problema porque, se a gente fizesse outro comício na cidade, ia ser menor. Então, preferimos ir fazendo nos povoados. E a coisa foi crescendo... O de São João (vila do município para onde estávamos nos dirigindo quando o candidato fez esse relato), foi grande demais. E nós não gastamos dinheiro nele. Não levamos ninguém (de fora). E eles gastando, eles gastando dinheiro... Mas, para o encerramento (comício de encerramento), eu resolvi jogar pesado. O governador não podia vir de novo, mas eu quis, pelo menos, um Secretário (referência ao secretário de agricultura do estado que compareceu ao comício de encerramento)..."

⁵ Quando se trata de avaliar o que significam os comícios nas campanhas eleitorais, as divisões partidárias cedem lugar a um outro tipo de clivagem, aquela que opõe "os que têm experiência na política" aos novos, aqueles que não têm o controle prático das regras. Estes ou bem questionam, a exemplo de alguns especialistas de marketing político, a eficácia do comício no convencimento do eleitor ou bem questionam seu próprio desempenho. Um candidato derrotado de Pernambuco expressa isso em seu desabafo: "Comícios não dão votos [...] Eu mesmo era quem contratava os artistas, eu mesmo era quem mandava buscar o povo em caminhões para encher os comícios... Então, eu criava uma audiência falsa. Os comícios mais bonitos eram os nossos e nós perdemos a eleição."

Os cabos eleitorais e os políticos experientes têm uma outra visão das coisas. Um cabo eleitoral gaúcho – desses que, a cada eleição, vale-se daqueles mesmos expedientes enumerados pelo não-deputado, para ganhar ou para perder – formula a mesma idéia de que comício não dá voto de uma maneira que soa cínica se confrontada com o mea culpa daquele nosso marinheiro de primeira viagem: "Só vai para comício quem já vai votar no partido." O que equivale a dizer: "Ninguém vai a comício para convencer alguém." Ou: "Comício tem que ser feito mesmo com artista contratado, com povo levado de caminhão e tem que ser bonito."

⁶ Não estamos muito preocupados com a propriedade ou impropriedade de nos referirmos ao comício como um ritual e nem é nossa intenção justificar porque não adotamos distinções do tipo rituais/cerimônias. Acreditamos, como Roberto da Matta, que o fundamental é pensar as relações que se estabelecem entre eventos vividos como excepcionais, como o são os comícios, e o cotidiano a que estão referidos. No seu *Carnaval, Malandros e Heróis*, Da Matta formula isso de modo exemplar (Da Matta 1979). Diga-se, de passagem, que a nossa dívida teórica com Da Matta não se limita a essa preliminar e o leitor não terá dificuldade de localizá-la no tratamento de pontos como as noções de "centro ritual" ou de "contaminação" ou ainda de ideias como aquela da facção querendo "engolir" a facção rival.

⁷ Uma reunião com apenas pessoas da localidade não consegue ter o mesmo efeito e, significativamente, não é vista como comício. Se, além disso, o candidato for do mesmo lugar, dificilmente ela será vista como uma reunião política.

⁸ Eleitores lotando ônibus e caminhões para irem ao comício é uma cena comum em épocas de eleições não apenas na área rural e, não poucas vezes, tem sido denunciada pela imprensa como uma espécie de aliciamento eleitoral. Mas não basta pensar esse procedimento absolutamente generalizado apenas como uma prática viciosa da política. Mesmo que a sugestão da existência de algum tipo de coação sobre o eleitor transportado faça parte da retórica faccional, o significado desse empenho generalizado de transportar eleitores para os locais de comício tem a ver, antes, com a própria concepção do que seja comício. Como é importante que o comício tenha muita gente e que o comício conte com a presença de pessoas de diferentes lugares, esse deslocamento não só é pensado como indispensável, como é fundamental que ele seja absolutamente visível. Não é demais lembrar que as rádios locais e os carros de som dos candidatos

anunciam o percurso e horário de ônibus e caminhões e que essas informações são afixadas nos comitês dos partidos.

⁹ O termo *campanha* tanto serve para designar o conjunto de atividades de divulgação e propaganda do nome dos candidatos no período que antecede a eleição, quanto essa atividade específica que antecede os comícios.

¹⁰ A importância das visitas e o julgamento do desempenho de um político ou de um candidato podem ser surpreendidos na ironia de um pequeno comerciante, ex-trabalhador rural, visitado por uma importante figura da política municipal, fundador do sindicato e, então, ocupando um cargo na diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, às vésperas das eleições municipais de 1988, no sertão de Pernambuco. Quando o sindicalista perguntou em quem Seu Zezé iria votar para vereador, ele respondeu que, havia pouco tempo, tinha aparecido por ali o primeiro vereador desde que mora no local. Disse que o recebeu bem, conversou, censurou-o por só então aparecer, mas não assumiu “compromisso”. E continuou, num tom jocoso: “Agora, tem também um outro vereador, do nosso partido, que fala muito a favor da pobreza, ligado ao sindicato... que eu gosto dele.” O sindicalista não se conteve e disse o nome de seu candidato: “Brasileiro...?” “Pois, justamente, como é que o senhor adivinhou?”, respondeu sorrindo. E, seguiu com a sua fala: “ele também não me conhece, mas eu conheço ele lá do sindicato de Soledade (cidade vizinha). Também ouço ele pelo rádio. Gosto muito das palavras dele. Brasileiro fala bem e tem trabalhado. Só não tem aparecido [...] ele é muito conhecido pelo ar. Mas precisa mostrar a figura. Vereador tem que andar pelas casas, conversar com um, com outro, saber das necessidades”. O sindicalista aceitou as queixas, procurou explicar que ele era o único vereador do partido, mas garantiu que iria aparecer. A reação de Seu Zezé foi imediata: “Olhe, eu não tinha dado a minha palavra a ninguém, mas agora eu tenho um *compromisso* com Brasileiro. Agora, quando ele aparecer aqui eu vou puxar as orelhas dele. Não é para vir na minha casa não, que eu já estou sabendo das coisas. É para ir para casa dos outros, que ainda não sabem o que eles (o vereador e seu grupo) estão fazendo.”

¹¹ No sertão de Pernambuco, nas eleições de 1990, tivemos ocasião de presenciar um encontro de carreatas adversárias que se deslocavam em sentidos opostos, na saída da cidade que estávamos estudando, sobre uma ponte estreita que impedia a dupla circulação. O que vimos assemelhava-se a uma batalha carnavalesca, cada um dos lados fazendo mais barulho que o outro, como se quisesse silêncio o adversário. Afora uma bandeira arrancada que provocou um início de briga, prevaleceu um clima lúdico. Ao invés de confete, grupos bem-humorados de jovens das facções opostas, saíam de seus carros para despejar centenas de panfletos de seus candidatos nos carros do outro grupo. A uma palavra de ordem de um lado, correspondia uma vaia do outro, logo replicada por aplausos do primeiro lado. Ao final dessa “batalha” sem desfecho e, portanto, sem vencedores, ambos os lados sentiram-se vitoriosos. Sua carreata era maior, mais animada, tinha abafado a do adversário, era mais espontânea – esses e outros comentários foram feitos no caminho e repetidos nos discursos dos comícios que se seguiram.

Na região colonial do Rio Grande do Sul, assistimos a um encontro semelhante. Mas só que, ao contrário desse de Pernambuco, ele teve lugar dentro da cidade, e as carreatas se deslocavam no mesmo sentido. A primeira carreata, que era do PDT, um dos partidos políticos fortes do município, já estava na rua, quando a carreata do PSDB, que vinha percorrendo um circuito de cidades reunindo gente para um comício a ser realizado em Santa Rosa, alcançou-a. A exemplo do que descrevemos para Pernambuco, houve trocas de vaias, slogans, etc. mas rapidamente a passeata “invasora” e de tamanho menor, para evitar um confronto e até mesmo comparações que seriam desvantajosas, desviou seu percurso para outras ruas da cidade.

¹² O acesso ao palanque se dá por uma escada colocada em sua parte posterior. O público, na sua maior parte, não se aproxima do espaço próximo a esse acesso, geralmente ocupado por frequentadores do palanque em momento de descanso. Os eleitores que, entrando nessa área, tentam subir a escada do palanque são, via de regra, dissuadidos por militantes ou, em comícios maiores, por seguranças.

¹³ A ambiguidade dos de “fora”, simultaneamente foco de ameaça e fonte de prestígio, como já foi assinalado para outras sociedades, lhes confere como que naturalmente uma posição especial. Se essa ambiguidade é pequena no que diz respeito àqueles que detêm para além dos limites da comunidade uma autoridade institucional, ela é grande para os estrangeiros de passagem, como o pesquisador. Não é por acaso que a sua presença embaixo do palanque, no meio do público, sempre se mostra incômoda e quase sempre ele é convidado a subir ao palanque e até fazer uso da palavra, tornando-se mais um entre os notáveis de fora. Mesmo quando a subida no palanque não acontece, seja pela recusa do pesquisador, seja porque não foi convidado, sua presença é necessariamente anunciada. Num certo sentido, é a mesma coisa que acontece com os artistas do lugar. Marginais nas disputas permanentes entre facções e pensados como tendo um lugar especial na sociedade, a eles é dispensado o mesmo tratamento que aos de fora, sendo puxados também para o palanque.

¹⁴ Os apresentadores de comício, aos quais nos referiremos adiante, e os oradores, em suas saudações, costumam referir-se a *autoridades*, *artistas* e *convidados*. O termo *autoridade* inclui candidatos, políticos do município ou de fora, não candidatos, ocupantes de cargos públicos importantes, eventualmente presentes, e pessoas de prestígio na comunidade, com alguma vinculação à política. *Convidado* refere-se a pessoas do local ou de fora, efetiva ou supostamente detentoras de prestígio na comunidade ou num domínio específico, não tão vinculadas à atividade político-partidária. Os *artistas* representam uma categoria à parte a que logo nos referiremos. Um quarto termo, *familiares* é, muitas vezes, incorporado a essa classificação nativa, para designar membros ou amigos das famílias de candidatos ou políticos importantes.

¹⁵ A correspondência entre os partidos políticos tal como existem legalmente e os agrupamentos que se mobilizam durante as eleições (e mesmo fora do período eleitoral) no Brasil é, como todos sabem, muito precária. Esses agrupamentos reais frequentemente são mais amplos do que um partido, as siglas partidárias sendo manipuladas como instrumentos de transação política ou mesmo econômica. Mas ocorre também de esses agrupamentos serem menores que um partido, e a legenda partidária, de fato, ser um abrigo para diferentes coalizões de interesses. Nas áreas que estudamos, essas coalizões de interesses maiores ou menores do que o partido são designadas por termos como *lado* ou *partido*. Em Pernambuco, por exemplo, é comum se ouvir um camponês referir-se ao “partido dos trabalhadores” não para se referir ao PT, Partido dos Trabalhadores propriamente dito, mas para indicar o partido de Miguel Arraes (em 1988, o PMDB, e, em 1990, o PSB). Assim, para designar essas formações que, efetivamente, operam a política, preferimos utilizar o termo *facção*, de uso corrente na literatura antropológica.

¹⁶ Para quem assiste ao comício o que importa é se a pessoa está no palanque ou não e, estando, se aparece ou não; isto é, se está na frente ou não está. As laterais do palanque, tanto para os que estão embaixo quanto para os que estão em cima, são meras áreas de circulação e não servem de referência para localizar as pessoas. Um eleitor que, passando por uma das laterais do palanque, dirija a palavra ou estenda a mão para alguém que se encontre em cima do palanque, jamais dirá que falou com alguém que estava na lateral do palanque, mas sim que falou com alguém que “estava no palanque”, isto é, na frente, ou “na parte de trás do palanque”.

¹⁷ Não deixa de ser significativo que no comício de encerramento de um dos partidos, que assistimos numa cidade de Pernambuco, o candidato a vice-prefeito, recém-egresso da facção adversária, tenha permanecido todo o tempo, bebendo, discretamente, com alguns amigos (uma prática pouco habitual em palanques), no canto esquerdo da parte de trás do palanque, ao lado dessa “terra de ninguém” e da escada de acesso ao palanque, em diagonal com aqueles que, à frente do palanque, esperavam sua vez de falar sendo vistos por todo o público. Essa posição como que a assinalava a semiclandestinidade no palanque de alguém que, até pouco tempo, era um *boca preta* (termo depreciativo usado por partidários de uma facção para designar seus adversários). Esse candidato permaneceu na frente do palanque praticamente apenas o tempo despendido no seu discurso.

¹⁸ “É Tiquinho ou não é?”, gritava um apresentador de comício numa cidade da mata sul de Pernambuco, solicitando manifestações de apoio ao nome do candidato a prefeito daquela cidade nas eleições de 1988. E continuava: “É Arraes ou não é?”, jogando com o nome da figura mais popular do partido no Estado, o então governador Miguel Arraes. A multidão, respondia com uma grande “É!” e, correspondendo à expectativa do apresentador repetia, seguidamente, o nome do candidato – “Tiquinho, Tiquinho, Tiquinho...” e o nome do governador: “Arraes, Arraes, Arraes...”

¹⁹ Numa cidade da zona da mata de Pernambuco, o apresentador perguntava: “Cadê as mãos de Tiquinho?” – pergunta ambígua que pedia como resposta um número e a afirmação pela própria massa de que ela representava as mãos do candidato a prefeito – ao que a multidão respondia indicando com a mão o número daquele candidato.

²⁰ Numa cidade do sertão de Pernambuco, um apresentador de grande popularidade, a certa altura do comício, levantava os dois braços e pedia para que todos fizessem a mesma coisa e, numa espécie de ginástica, inclinava-se para um lado dizendo “é para lá” e, para o outro, “é para cá”, no que era acompanhado pela multidão.

²¹ Na mesma cidade mencionada na nota anterior, os oradores faziam carga sobre o fato de o candidato a prefeito do partido adversário morar em Marabá, no estado de Pará, e o apresentador puxava o coro – “Marabá, Marabá, Marabá” – ao mesmo tempo que fazia o movimento de abrir e fechar a mão de quem afasta um animal. O “Marabá”, de vez em quando, era substituído simplesmente pelo “xô, xô, xô”, interjeição comumente usada para enxotar galinhas.

²² Referência aos grupos de diferentes localidades que integram o público.

²³ O apresentador tem peso maior ainda quando ele acumula sua função com a de coordenador de campanha, detentor de um cargo eletivo ou de uma posição de destaque na hierarquia partidária.

²⁴ Como ocorre com o apresentador de comício que aproveita o momento de entusiasmo imediatamente subsequente ao discurso de um político de peso para falar de sua própria candidatura. Ao mesmo tempo que puxa aplausos, o locutor da Frente Suprapartidária (aliança de partidos que apoiavam a “situação”) de um município da área canavieira de Pernambuco, procura corrigir o que teria sido esquecido por ele, a sua condição de candidato: “Aí! Vamos aplaudir! Vamos aplaudir! Todo mundo aplaudindo, beleza, isso que é gente educada! Tem mais? Muito bom! Já terminou? Bem, eu acho o seguinte: sempre me diziam que nos comícios que eu estava apresentando eu esquecia, às vezes, de dizer que sou candidato, não é? Mas eu vou dizer daqui a pouquinho... E, atenção, peço a atenção de vocês rapidamente porque temos muitos candidatos, companheiros a falar. Atenção, orquestra! Atenção, meus amigos!

Hoje, neste encerramento, eu, Jader Filho, Jadinho, sou candidato pelo PMDB...” Segue-se um discurso com um conteúdo similar ao de qualquer outro candidato mas que não se assume como discurso.

²⁵ Isso pode ser feito sutilmente através da enunciação “objetiva” do currículo do candidato, mencionando, por exemplo, no caso de alguns, que são candidatos à reeleição, ou que já ocuparam cargos na administração municipal. Outro artifício usado é mencionar o nome de um candidato apenas na hora em que ele é chamado a fazer uso da palavra e de outro tanto nessa ocasião quanto ao final da sua fala: “acabamos de ouvir a palavra do companheiro Fulano, candidato a vereador...” ou, mais coloquialmente, “obrigado Fulano”. É, ainda, a sutileza que prevalece num comício do PMDB, no Rio Grande do Sul, em que a locutora apresenta os candidatos vinculando-os à comunidade – “com a palavra o nosso candidato a vereador de Vila Serra, Frederico Bien. Olha aí, Vila Serra! É o candidato de vocês!” ou “com a palavra o nosso candidato a vereador, Belmiro Frões, de Vila da Prata. Aí, Vila da Prata!” – mas esquece de fazê-lo quando se trata de um sindicalista candidato a vereador com o apoio de uma parte do sindicato: “com a palavra o nosso candidato a vereador Afonso Barbaresco”.

Outras vezes, a diferença é marcada de forma mais aberta. Num comício, durante a campanha para as eleições municipais num município da Zona da Mata de Pernambuco, em 1988, o apresentador distribuía a palavra uniformemente – “E agora vai falar o nosso companheiro da Frente Popular, o nosso companheiro Fulano” e também uniformemente, lembrava, ao final da oração, o nome do orador: “Esse foi o companheiro Fulano.” No entanto, vez por outra, ele marcava suas preferências, como no caso do candidato a vereador Noecir: “E para continuar a alegria de Cachoeira Formosa, a alegria do engenho Tocantins, vamos chamar o alegre e popular Noecir.” E, como se não bastasse, ao final do discurso de Noecir, emendou: “Este foi nosso companheiro Noecir, trazendo a alegria da juventude, alegria que existe no sangue da classe trabalhadora para a concentração da Frente Popular.”

²⁶ Esse final apoteótico se desdobra, por vezes, numa espécie de baile carnavalesco no próprio local do comício ou numa passeata que segue até a porta da prefeitura, numa simulação da tomada do poder.

²⁷ Independentemente das considerações formais, esse cargo é visto como menos importante que o anterior.

²⁸ Pouco importa o modelo adotado, o que, substantivamente, acaba garantindo a continuidade do comício são artifícios como aquele da divisão do comício em “partes”, procedida pelo apresentador, quando, para preencher os vazios que se formam em situações como as que indicamos nos exemplos, refere-se ao encerramento “dessa primeira parte de nossa festa” e anuncia que “tem mais... aguardem”, etc. Ou ainda, a solenização do evento através das homenagens prestadas pelas “comissões” a integrantes do palanque. Tais homenagens têm a tríplice virtude de, ao mesmo tempo, ocupar espaços vazios, manter os homenageados em evidência e produzir políticos ou candidatos que, sendo merecedores de homenagens, possam desempenhar o papel de encerrar comícios ou partes de comícios, geralmente reservado a políticos maiores.

²⁹ O discurso de um candidato a prefeito, por exemplo, será diferente se ele estiver abrindo, encerrando ou falando no meio de um comício; se estiver pontificando como estrela solitária ou se ele estiver falando imediatamente antes de um político ou autoridade de maior peso. Um bom exemplo nos é fornecido pela comparação entre dois discursos pronunciados por um mesmo candidato a prefeito na Zona da Mata de Pernambuco, no intervalo temporal de 10 dias. No

primeiro, precedendo discurso de um Secretário estadual de Governo e do então prefeito da capital do Estado, àquela altura já lançado candidato a governador nas eleições que seriam realizadas dois anos depois, apesar do seu formalismo, houve espaço para críticas aos adversários e denúncias de suas práticas. No segundo, fechando o comício de encerramento da campanha (o candidato com amplo favoritismo nas prévias e pontificando como a grande estrela do evento), o discurso limitou-se à saudação aos presentes e ao povo do município, ao elogio à figura do chefe de sua facção política (presente ao palanque apesar de doente) e à exortação ao voto na sua chapa, acrescidos de um apelo à unidade.

³⁰ A profusão de imagens e os floreios verbais – que permitem a identificação dos bons oradores nessa espécie de torneio que se estabelece nos (e entre) palanques – antes de indicarem a criatividade desse modo de comunicação, confirmam um certo estilo da linguagem formalizada dos rituais, da “linguagem empobrecida da autoridade tradicional” de que fala Maurice Bloch (Bloch 1975:13; 1989:25).

³¹ Esse efeito de repetição talvez seja o grande trunfo daqueles comícios em que as estrelas falam no início. Representa uma espécie de garantia de que a palavra do líder será repetida pelos oradores subsequentes e, quem sabe, inculcada com maior facilidade no espírito do público, não como um apelo racional ao voto num partido ou num candidato, mas como sinalização do vínculo que une cada membro daquela facção ao seu líder.

³² Apesar da Constituição brasileira de 1988 ter garantido o voto ao analfabeto e de boa parte da população que passou pela escola primária ser apenas semialfabetizada, a cédula eleitoral no Brasil é de difícil utilização por alguém que não escreva fluentemente. Isso é particularmente verdade no caso das eleições proporcionais em todos os níveis (vereador, deputado estadual, deputado federal), porque ao eleitor não basta assinalar um X ao lado do nome do seu escolhido, como ocorre nas eleições majoritárias (prefeito, governador, senador e presidente da república), devendo escrever por extenso o nome do candidato ou, pelo menos, desenhar com nitidez o número que lhe corresponde.

Assim, boa parte do esforço de militantes e cabos eleitorais durante a campanha é jogado no “trabalho” de ensinar o eleitor a votar. Nos comícios, com a mesma preocupação, os candidatos a vereador tomam o cuidado de declinar o seu número ou um apelido, devidamente registrado na Justiça Eleitoral, para facilitar o trabalho do eleitor. Alguns oradores assumem um tom didático, apelando para a memória visual. Um bom exemplo é o de um candidato a vereador em um município da zona canavieira de Pernambuco, ensinando as pessoas a votarem nos seus candidatos a prefeito e vice-prefeito: “Está aqui o formato da cédula (exibindo um modelo). Os companheiros já sabem muito bem que os dois quadros ficam do lado do coração da pessoa. Se ficar no lado direito, está de vice-versa, não é isso? Então, você chega no ombro (referindo-se ao ângulo superior do quadro) do segundo quadrinho, indo de baixo para cima, e aí marca. Aí você vai estar botando para fora essas pessoas irresponsáveis, você vai estar dizendo que Edson (candidato a prefeito) é que vai dirigir o município.”

³³ As denúncias de compra de voto pelo adversário são uma constante nesse tipo de política, independentemente de partido ou região. O fascínio exercido por esse tipo de expediente retórico pode ser avaliado, por exemplo, em um comício realizado durante a campanha municipal de 1988, no Rio Grande do Sul. A certa altura de sua fala, o candidato a prefeito denunciou: “Ouvimos ao longo desta campanha, principalmente no interior, nas comunidades mais pobres, o quanto elas estão sofrendo tentativas de corrupção eleitoral, o quanto estão tentando forçar a comunidade carente com a compra do voto. Eu acho que o pobre, o humilde deve se valorizar perante os políticos... Eu aconselho vocês, pessoas carentes: peguem o dinheiro que estão

oferecendo, peguem eletrificação, peguem tudo que lhes oferecem, e deem resposta em quinze de novembro, mostrando que vocês são pobres, mas têm dignidade e têm honra.” Foi o bastante para que o orador seguinte, candidato a vereador, voltasse ao tema: “Tem candidato gastando fortuna para conquistar o voto, e eu digo aqui que aquele candidato que compra voto, que quer comprar a pessoa através do dinheiro, é porque não tem capacidade...” Talvez porque tenha percebido a formulação desse último como incompleta, um terceiro orador voltou à carga, retomando a formulação do primeiro na sua totalidade: “Há, como disse Barbaresco (segundo orador) inúmeros candidatos oferecendo dinheiro em troca de voto. Você, trabalhador, você que é pequeno, receba o rancho que amanhã ou depois vão distribuir a vocês, mas depois que receberem o rancho pensem bem em quem votar, vocês estão sendo enganados, vamos votar conscientes...” A respeito do significado da “compra de voto”, ver Palmeira 1991.

³⁴ Essas denúncias vão desde a revelação de que um determinado candidato mora fora do município, infringindo, de fato, a lei do domicílio eleitoral, até acusações de corrupção, passando por “revelações” ou “suspeitas” a respeito de sua vida particular.

³⁵ Um candidato a prefeito contar com o apoio ativo do governador do Estado é importante e percebido como legítimo nesse tipo de disputa eleitoral. Não é por acaso que, uma vez evocado esse apoio por um orador, a repetição seja inevitável. No Rio Grande do Sul, o prefeito de um município da região de Santa Rosa, na eleição de 1988, depois de um longo arrazoado falando dos recursos que tinha obtido do governo estadual concluiu, mostrando a importância de votar no candidato que ele estava apoiando: “Temos que nos unir para que, no fim, o município não fique esperando recursos que não vêm. O único que poderá ter esses recursos é o Jairo (seu candidato a prefeito). Não que o governo vá dizer que não tem dinheiro para o PDS. Não vai dizer isso. Mas se o bolo é de um metro, ele vai puxar 10 centímetros para o outro partido e vai ficar com 90 centímetros para o PMDB... Então, vejam a diferença entre ser amigo e companheiro de governador ou ser contrário ao governador. É a mesma coisa que com vizinho: ele briga com vizinho, desforra o vizinho e depois vem pedir favor. Quem é que distribui favor para o vizinho que briga com ele? Pode dar para qualquer um outro, mas para o vizinho que é seu inimigo, ele não vai dar. E na política, queiram ou não queiram, sempre tem os favorecidos. Sempre foi assim e vai continuar sendo.” O orador seguinte, figura ilustre da comunidade voltou sobre o mesmo assunto: “Se o Francisco (atual prefeito) conseguiu essas obras que aí estão, que são inúmeras, foi graças ao apoio recebido do senhor governador do estado, Pedro Simon, e é evidente e notório, e vocês terão oportunidade de ver, que, se Jairo estiver na prefeitura, também dará continuidade a esse trabalho e receberá os recursos necessários para aplicação na nossa comunidade. Como poderá um candidato da oposição, que vem aqui para criticar o senhor governador, se dirigir ao mesmo, solicitando verbas para o nosso município? Eu perguntaria aos senhores: se vocês tivessem que dividir alguma coisa, vocês dariam para os seus amigos, ou dariam para os seus inimigos? Da mesma forma é a política. Se auxilia primeiro e mais aqueles que são nossos amigos, e se auxilia por último e menos aqueles que são nossos inimigos. Isso é uma coisa comum em toda comunidade. Não adianta dizer que não é assim. É a pura realidade.”

³⁶ Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco, os oradores do PMDB, partido que fez oposição ao regime militar que prevaleceu no país entre 1964 e 1984, referem-se obrigatoriamente à sua luta contra a ditadura. Em áreas de lutas sociais mais ou menos intensas como as que estudamos, às referências ao “passado tenebroso da ditadura” se juntam, tanto nos discursos do PMDB quanto de partidos mais à esquerda, manifestações de apoio às lutas de sindicatos ou de outras organizações.

³⁷ Assim, por exemplo, em Pernambuco, a maneira de dirigir-se ao público do então governador Miguel Arraes – “meus amigos” – tornou-se uma espécie de marca registrada dos palanques da Frente Popular. Tanto nas eleições de 1988 quanto nas de 1990, era usando essa fórmula que qualquer orador avisado daquele bloco político dirigia-se aos eleitores. Tivemos ocasião de presenciar, em 1988, o engano de um orador que, tendo diante do microfone, substituiu o “meus amigos” pelo “brasileiros e brasileiras” que, na época, era a fórmula usada pelo então presidente da república José Sarney. A reação do público foi uma vaia prolongada que quase impediu a continuação de seu discurso.

³⁸ Enquanto o candidato da coligação PDS/PDT inicia seu discurso dizendo secamente “nós gostaríamos inicialmente de cumprimentar o companheiro Presidente do PDS, cumprimentar o companheiro Presidente do PDT e, em nome deles, cumprimentar os vereadores e os candidatos a vereador que aqui se fazem presentes...”, o candidato do PMDB já começa num outro tom: “É emocionante ver a massa que se concentra aqui nessa praça. Realmente, é emocionante vermos hoje aqui pessoas idosas, a juventude e, principalmente, a mulher (de nosso município) participando dos movimentos populares. Realmente, isto emociona qualquer um de nós aqui nesse palco, nós que estivemos 20 anos sob o jugo do poder da ditadura...”

³⁹ Esse deputado era peça-chave na aliança de partidos que apoiava o candidato da situação, por ser filiado ao principal partido do bloco adversário.

⁴⁰ É gritante o contraste entre os dois candidatos a prefeito desse município nas eleições de 1988. Do lado da situação, o então vice-prefeito Tiquinho, um contador profissional com formação universitária e, do outro, um ex-prefeito, comerciante semi-analfabeto, de baixa origem social que enriqueceu desenvolvendo uma espécie de monopólio sobre a venda de cereais no comércio da cidade (na feira livre, inclusive), a partir do controle de um box no mercado público municipal, privilégio concedido a alguns pela prefeitura, e estigmatizado pela sua gagueira, incorporada ao seu próprio nome, Chico Gago. Significativamente, o candidato a vice-prefeito na chapa de Tiquinho, Evandro, apontado como o responsável financeiro da campanha, é um comerciante, dono de uma rede de supermercados que, anos antes, quebrara o monopólio exercido por Gago.

⁴¹ Melhor que qualquer análise, a transcrição das duas aberturas revela o fosso existente entre os candidatos. Candidato situacionista: “Quem vê a manifestação de respeito e de solidariedade de um povo como este, fica tranquilo de que este mesmo povo saberá escolher com dignidade, com fé e com esperança aqueles que vão governar os destinos deste mesmo povo a partir de 1989.” Candidato opositor: “Quero, primeiro de tudo, agradecer o carinho que vocês têm comigo, esse apego sadio e sincero.”

⁴² “Uma candidatura que tem um programa de governo, que tem uma mensagem de respeito e de fé e não tem nas suas palavras, no seu palanque humilde, agressões, ofensas aos homens que se propõem a deixar os seus próprios negócios, sua própria família para trabalhar pelo bem comum, pela causa pública, pelo bem estar social de nossa comunidade.”

⁴³ “[...] Nós temos também que usar uma palavra de fé e fraternidade, para que os capitalistas, os homens que detêm o poder econômico, reflitam, porque é chegado o momento do capital ser mais socializante, para se evitar amanhã os grandes conflitos [...] Enquanto não houver um momento de confraternização, um momento de distribuição justa e equitativa da renda nacional, nós não poderemos [...] silenciar nossa voz. Iremos, no novo governo, com a câmara de vereadores, com as associações de bairro, com as igrejas, com a OAB, com todos os segmentos civis da sociedade, levar esta palavra.[...]”

⁴⁴ Referência à data da posse oficial dos prefeitos eleitos.

⁴⁵ Não deixa de ser paradoxal que um candidato que já se considera no poder e que, independentemente do resultado da eleição, já o usufrui, na qualidade de vice-prefeito e de figura de destaque da facção que no momento controla a política municipal, apele para uma retórica nitidamente messiânica. Vale a pena ler a seqüência completa: “O prefeito de agora por diante não é somente o homem que vai fazer calçamento, não é somente o homem que vai fazer asfalto, que vai construir prédios, que vai abrir avenidas; vai ser, sobretudo, o homem que vai conduzir o povo pela mão e levá-lo a um melhor dia, a um novo alvorecer de paz e de fraternidade. E dizia – para encerrar minhas palavras – no seu último comício o grande governador Miguel Arraes, ele dizia: ‘Salgueiro (atual prefeito) construiu a casa coletiva para todos nós morarmos, mas Tiquinho (candidato a prefeito) tem que, comigo, eu no Palácio do Campo das Princesas (residência do governador do Estado), e ele no Palácio da Jaqueira (sede da prefeitura do município), conduzir o povo, cuidar do povo’. E é isso que nós iremos fazer, com a nossa fé em Deus e com a nossa honra pessoal. O meu muito obrigado e que Deus abençoe o povo de Cocais.”

⁴⁶ Já o candidato situacionista acusa os adversários de “agressões”, “insultos”, “ofensas”, “maledicência”, “obscurantismo”, “perseguição”, “inveja”, “truculência” e “violência”. E, como se não bastasse, diz que eles trazem “ódio nos corações”, chama-os de “agressores” e os declara “sem dignidade”, vincula-os a um “passado obscuro”, ao “passado dos cavalos e dos cachorros”, ao “passado da ditadura”. Acusa-os de promover “discórdia” e fazer “feitiço”. Seu discurso desenha adversários capazes de “agredir”, “agredir a moral”, “provocar”, “achincalhar”, “enganar”, “ameaçar”, “espancar”, “banir”, “prender”, “torturar” e “fazer xangô”. Por isso mesmo, suas ações são vistas como “vis”, “infames”, a serviço de “interesses mesquinhos” e “interesses eleitoreiros”, e eles próprios como “arbitrários”, “corruptos”, “sem coragem”, “inescrupulosos”, “enganadores”, “judas”.

⁴⁷ Respondendo à crítica feita pelo adversário de que lhe faltava capacidade administrativa por não saber administrar os dois pequenos hospitais que possui, o candidato do PMDB, partido situacionista, é eloquente: “Fico admirado de pessoas pensarem dessa maneira. Eu acho que quem tem telhado de vidro não atira pedra no telhado do vizinho.” E reverte a acusação: “Eu não herdei madeiras, eu não herdei serrarias e tantos outros bens de família e levei tudo à falência. [...] Estas são as pessoas que nos criticam. Agora, quem não sabe administrar o que é seu, quando é que um dia saberá administrar o que é dos outros?”

Vale a pena notar que, em Pernambuco, onde também estava em jogo a disputa entre dois empresários, ao contrário do Rio Grande do Sul, o desempenho desses comerciantes no setor privado não é posto em causa durante a campanha eleitoral. O que desqualifica não é um mau desempenho econômico do empresário, mas a ausência de certos atributos morais.

Uma diferença importante nos dois casos é que a falta de capacidade administrativa privada e/ou pública de um candidato não “contamina” os demais membros de sua facção, e ele próprio pode ter algumas qualidades reconhecidas pelo seu adversário. Quando estão em jogo atributos morais, um candidato pode “contaminar” o seu palanque inteiro. No primeiro caso, a circulação entre palanques, feitos os ajustes programáticos necessários, é mais simples. No segundo, sem ser inviável, como veremos, envolve, todavia, uma operação mais complexa.

⁴⁸ Se tomarmos, por exemplo, algum dos “programas” que vimos no Rio Grande do Sul, o que constatamos é que projetos como telefonia rural, água potável, estradas, irrigação, enquanto tais, são promessas eleitorais do mesmo gênero daquelas clássicas de calçar uma rua, ou construir uma praça. Na verdade, antes mesmo de qualquer acréscimo feito no correr da campanha,

o que as faz parecer itens de um programa é a sua inclusão debaixo da rubrica “agricultura” do que seria o “programa de governo” do partido X.

⁴⁹ Promessa não cumprida pode ser fatal para um político. Em Alto do Rosa, vila do sertão pernambucano, o deputado da região, de uma eleição a outra, passou do apoio quase unânime da população à uma rejeição praticamente total. As palavras de um eleitor resumem bem o que parecia ser o sentimento geral dos habitantes daquela comunidade: “Aqui é fechado com Orlando (candidato a prefeito da oposição). Antes, nós éramos de Francisco (o deputado). Mas Francisco se deu mal porque não cumpriu a promessa... a promessa de botar luz e água.”

⁵⁰ Um artifício usado com certa frequência pelos políticos para resistirem à tentação de transporem a linha que separa a defesa da honra ou a denúncia a serviço do bem público da acusação gratuita ou da denúncia interessada é deixarem essa tarefa a cargo dos cabos eleitorais ou de candidatos a vereador de menor peso, como já foi assinalado anteriormente.

⁵¹ Esse público mais amplo existe independentemente do uso da mídia eletrônica. Na verdade, a mídia (nas áreas estudadas, o rádio especialmente), mais do que criar novas relações, parece operar no sentido de ampliar o âmbito das relações que ligam palanque e público, ao assegurar, via transmissões diretas, programas eleitorais gratuitos, debates eleitorais, etc., uma circulação mais rápida das informações.

⁵² Comparecem, em princípio, ao comício aquelas pessoas já vinculadas ou em processo de vinculação a uma facção. Essa regra é tão forte e está tão internalizada que aqueles que, sendo da facção adversária, pela contingência de morarem perto do local do comício não têm como evitar assisti-lo ou ouvi-lo, sentem-se na obrigação de justificar esse fato, mesmo que dele tirem partido ao se informarem sobre o que dizem os adversários. Assim, a esposa do candidato a vice-prefeito de um município pernambucano, em 1988, queixava-se da sorte por morar perto do lugar do comício dos contendores de seu marido dizendo “não aguentar mais tanta mentira”. No entanto, permanecia na porta de casa. A mesma lógica parecia informar a ação de correligionários de seu marido que, nos dias de comício, usavam sua casa como uma espécie de posto de observação daquilo que estava sendo dito pelos “do outro lado”.

⁵³ Sintomaticamente, este episódio indica também que a apresentação de artistas pode ser um lugar – e talvez um lugar privilegiado – para disputas públicas em torno da capacidade de um candidato cumprir as promessas que faz. É em termos de cobrança do cumprimento de uma promessa feita – numa espécie de antecipação do que seria o governo de cada uma das facções – que é estabelecido, pelos partidários do PFL daquele município, o contraste entre a artista presente e o político ausente. O que está em jogo nessa capacidade de cumprir promessas é a confiabilidade dos políticos.

⁵⁴ Os jovens tanto podem integrar esses grupos familiares como, dependendo dos canais de mobilização de uma certa facção, apresentarem-se agregados a representações de jovens vinculados a uma determinada igreja, clube ou partido político.

⁵⁵ Contrastando com o que ocorre nos grandes comícios, a vinculação do público a uma facção e a sua heterogeneidade se colocam de modo diverso nos comícios de engenho (Pernambuco) e nos comícios de linha (Rio Grande do Sul). No caso dos engenhos, os trabalhadores que ali residem participam em sua totalidade tanto dos comícios dos candidatos do patrão, a cuja facção, pelas regras tradicionais, “naturalmente” pertenceriam, quanto dos comícios promovidos, por exemplo, pelo sindicato a que, pelas lutas sociais em que estão engajados, também estariam “naturalmente” vinculados. No caso das linhas, onde inexistente uma dominação patronal, o

comparecimento de todos os habitantes aos comícios de todos os candidatos representa, antes, uma tentativa de conjurar a divisão que a política, na concepção desses camponeses, costuma provocar.

⁵⁶ Não há um termo para designar esse espaço. As pessoas a ele se referem como “perto do palanque”, como que confirmando a centralidade do palanque na estruturação do espaço do comício.

⁵⁷ E, num certo sentido, o que acontece com o pesquisador, sobre cuja ambiguidade falamos na nota 12.

⁵⁸ Tanto em Pernambuco como no Rio Grande do Sul, os camponeses são muito discretos em suas manifestações. Vaias praticamente não ocorrem e os aplausos são raros e contidos. Isso é marcante quando se contrasta comícios em engenhos ou nas comunidades com os comícios nas cidades ou mesmo em vilas maiores, com uma população mais diversificada. Nos engenhos de Pernambuco – e estamos nos referindo basicamente ao que a pesquisadora Moema Marques viu em um município da zona da mata sul – mesmo nos comícios previamente organizados, quase não há aplausos, ficando estes por conta das pessoas que vêm da sede do município (os candidatos, seus parentes e alguns militantes). Esse quadro só é transformado quando um número grande de trabalhadores de outros engenhos junta-se aos que moram no local e a distribuição de aguardente assegura um aspecto festivo à reunião. Não há dúvida que nessa atitude de contenção pesa o fato de o comício ser realizado dentro dos domínios do grande proprietário. Esses mesmos camponeses são mais generosos em seus aplausos num comício urbano. O exemplo de Rio Grande do Sul, todavia, sugere que não é somente a dominação direta do patrão que está em jogo. Um controle semelhante é exercido pela comunidade no caso gaúcho: manifestações exageradas de entusiasmo podem ameaçar uma unidade social zelosamente cultivada.

⁵⁹ A ausência do governador de Pernambuco naquele que seria o grande comício da campanha da Frente Popular em um município do sul do estado, nas eleições de 1988, que já mencionamos anteriormente, tirou o elan de um evento que tinha sido montado em função da presença daquele político. Se isso não chegou a atingir o prestígio do Governador, foi, no entanto, objeto de exploração no comício seguinte da facção adversária, provocando possivelmente algum desgaste aos candidatos locais da Frente Popular.

⁶⁰ Como observa a pesquisadora Moema Marques, é difícil “avaliar o quanto de atenção os trabalhadores prestam no que é dito pelos oradores”.

⁶¹ O reconhecimento do caráter ativo desse público e da eficácia das conversas em voz baixa que se dão no meio dele, durante todo o tempo do comício, é que terá levado, provavelmente, um candidato a vereador do PDS no Rio Grande do Sul, a preferir à acusação de palanque fazer circular entre as pessoas que assistiam ao comício de seu partido um abaixo-assinado de militantes do PT, onde havia um protesto contra críticas dirigidas a uma candidata a vereadora do PT pelo candidato a prefeito do PMDB, principal adversário do PDS no município. Lido de palanque, esse documento produzido por membros de um partido também adversário do PDS poderia levantar a suspeita de que alianças inusitadas entre a direita e a esquerda estariam se dando, e acabar favorecendo o PMDB. Por outro lado, iniciativa de um candidato a vereador novo e, portanto, ainda sem peso político, a denúncia poderia perder-se entre as dezenas de denúncias e acusações que formam a matéria dos discursos dos candidatos a vereador e sequer chegar a ser ouvida. Ao confiar as mãos do público um documento como aquele, o vereador não estava passando uma informação qualquer mas, sim, lhes transmitindo a garantia de uma

informação escrita e expressando, ao lado da confiança nos interlocutores, a sua crença na força da comunicação de pessoa a pessoa dentro do público.

⁶² Embaixo do palanque, o “cuidado com o que se fala” inexistente. Talvez porque inexistente a perspectiva de subir ou descer, de quem falava o vereador. Quem está no público, ao contrário de quem fica no palanque, não precisa ter controle do que diz. O comentário não empenha a palavra de quem o faz. Por isso mesmo, se em cima prevalece a linguagem formal e empobrecida dos rituais (Bloch 1989), embaixo prevalece a informalidade, a linguagem do cotidiano. Aqui, o que é objeto de controle não é a palavra, mas sim o palanque.

⁶³ Na verdade, a convocação feita pelo rádio ou pelos carros de autofalantes é dirigida a todo o “povo” e não a redes de pessoas ou membros de facções e, muito menos, a indivíduos isolados. Passado o momento de singularização das visitas, uma certa impessoalidade e um certo sentido coletivo são a tônica das carreatas e passeatas (maiores nas últimas do que nas primeiras). As articulações pessoais voltam a ser negadas por ocasião dos discursos dos comícios, via de regra dirigidos “ao povo de tal lugar”, um público supostamente mais genérico.

⁶⁴ Trata-se de um diálogo especial pelo fato mesmo de se mostrar sob a forma da ausência de diálogo que, como vimos no início, é definidora do comício face a outras formas de ajuntamento social como reuniões, assembléias ou círculos de debates.

⁶⁵ Essa “informalidade formal” contrasta com o absoluto formalismo das *embaixadas*, a única forma legítima de participação do público no palanque. Neste caso, o esmero da apresentação pessoal dos participantes – roupas novas ou engomadas, corpos perfumados, cabelos gomalinados – o ar compenetrado de seus rostos e as frases prontas ditas em tom de recitação – “É com grande carinho que entrego esse ramo de flores ao nosso prefeito Fulano de Tal” – são percebidos por aqueles que estão no palanque, pelo público e, sobretudo pelos próprios membros da *delegação*, como a condição mesma da sua presença naquele espaço “sagrado” que, por alguns minutos, deixa de consagrar pessoas para consagrar tão somente o caráter impessoal das embaixadas.

⁶⁶ Quando falamos de invasões, não estamos, certamente, nos referindo àquele fluxo permanente de comunicações informais e não públicas entre pessoas de dentro e de fora do palanque – os recados, de que já falamos – que, ao longo de todo o comício operam a indispensável continuidade entre cotidiano e ritual e entre diferentes atos do próprio ritual. Não houvesse essa continuidade, a descontinuidade simbólica própria dos rituais não teria sentido e, por conseguinte, seria inviável socialmente.

⁶⁷ Isso não se aplica às crianças que no comício, tanto como no cotidiano, gozam de uma certa liberdade de circulação. Da mesma maneira que circulam livremente entre os terreiros das casas camponesas (Garcia Jr. 1983; Heredia 1979), sobem e descem do palanque sem que isso represente maior problema. No entanto, os excessos no comício, tanto quanto no cotidiano, são objeto de censura, levando, eventualmente, os organizadores a suspenderem aquela regalia. O que parece estar em jogo é que o comício, ao colocar em suspenso o princípio das relações pessoais, que organiza as relações sociais no cotidiano, não suspende todas as regras do cotidiano. Na verdade, são atingidos por essa suspensão apenas aqueles que têm responsabilidades sociais definidas por aquele princípio, (fundamentalmente, homens adultos chefes de família) e, por conseguinte, responsabilidades políticas que os impedem de não aceitar a suspensão proposta pelo ritual.

⁶⁸ No sertão de Pernambuco, tomamos conhecimento de um caso de morte no local do comício em que a vítima era candidato do partido que promovia o comício mas a motivação para o crime

nada tinha a ver com política. Apesar disso, alguns anos depois, seu irmão referia-se ao evento como um crime político e responsabilizava o chefe da facção a que o assassinado estava vinculado, argumentando que o fato não teria ocorrido se ele, “o Deputado” não tivesse atraído o irmão para a política.

⁶⁹ É preciso lembrar que esses conflitos ligados à coexistência entre os dois códigos são mais amplos que a relação entre público e palanque, embora essa relação esteja, em alguma medida, sempre presente. Eles parecem se colocar, em primeiro lugar, para cada um dos membros do palanque ou do público que precisa operar conversões. Possivelmente, se coloca mais intensamente para os que estão ou deveriam estar no palanque porque, postos em evidência, têm que demonstrar o seu saber fazer político também na realização feliz dessa conversão. Um velho camponês de Pernambuco que, feito candidato, recusa-se a discursar e pede para alguém o fazer em seu lugar, certamente não percebeu que uma das consequências da condição de candidato é ter de falar em público e que ser um homem de palavra, mas de poucas palavras, fórmula eficaz para o seu reconhecimento no cotidiano, não lhe basta para ter sucesso como candidato. Do mesmo modo, o candidato a vereador que não consegue dosar as acusações que faz a adversários está certamente interpretando mal o papel que lhe cabe, na divisão de tarefas estabelecida com os candidatos majoritários, de, através de denúncias, fazer a ponte entre o formalismo do palanque e o cotidiano. Está confundindo o comentário picante ou mesmo maldoso que se faz na roda de amigos com a denúncia que, tanto quanto o elogio, supõe uma certa formalidade e, como tal, correndo o risco de ultrapassar a fronteira que separa o destemor ou o humor da irresponsabilidade. Já os que estão embaixo, no limite poderiam permanecer presos às regras do cotidiano, não fosse a necessidade que têm de avaliar o bom desempenho dos candidatos. Significativamente, no mesmo município, deparamo-nos com um camponês que, na periferia do público de um comício de engenho, declarava não gostar de comício porque os candidatos costumam falar mal das pessoas, o que não aprova, e também porque temia que falassem mal dele próprio. Se o camponês-candidato parecia não perceber que estava em cima de um palanque, esse camponês-eleitor não percebia que estava fora do palanque, desse ou de qualquer outro, e, portanto, fora do alcance dos ataques dos oradores e, muito menos, o caráter ritual daquele “falar mal”.

CAPÍTULO 3

Lutas entre iguais: as disputas no interior da facção política*

É objeto desse trabalho refletir sobre o modo como a política é percebida por aqueles que fazem política, isto é, os políticos. Essa percepção será analisada a partir das relações existentes entre os políticos e da maneira como elas acontecem não apenas durante o período eleitoral mas também fora dele. Para alcançar nosso objetivo, nos basearemos fundamentalmente no material colhido durante a campanha eleitoral que acompanhamos no Rio Grande do Sul e, em menor medida, nos materiais colhidos anteriormente no mesmo estado e em Pernambuco. Embora as eleições acontecidas no ano de 1998 tenham sido para escolha de deputados e vereadores, para efeito comparativo, recorreremos a material relativo às eleições de prefeitos e governadores de anos anteriores.

Sem dúvida, o período eleitoral é muito importante para os políticos e é por eles considerado muito especial. Todavia, o significado que eles lhe atribuem e o recorte que dele fazem não correspondem exatamente àqueles reconhecidos pelas populações estudadas. No entanto, se essas diferenças podem parecer, e mesmo ser, óbvias, o que não é óbvio é o modo como o tempo da política é vivido pelos políticos.

Estudos anteriores sobre o significado da política em segmentos de trabalhadores rurais revelaram que, para essas populações, a política não faz parte de seu cotidiano. Ela é portanto percebida como externa a elas e, como tal, sempre associada às eleições¹. Esse caráter temporário da política é delimitado por tais segmentos como “tempo da política”. É durante esse período específico em que os políticos e a política se fazem presentes, e ao fazê-lo interferem no cotidiano dessas comunidades pois a política agrupa as pessoas segundo critérios diferentes daqueles existentes nessas comunidades, ou seja agrupa-as segundo votem num candidato político ou outro de modo que a presença dos políticos não raras

* Este texto foi escrito por Beatriz M. Alasia de Heredia e originalmente publicado em M. Palmeira e C.Barreira (orgs.), *A Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

vezes gera situações de tensão. Daí a existência de uma certa ambiguidade com relação à visão da política, pois se, por um lado, o “tempo da política” é vivido como tendo um caráter festivo o que é assinalado pelas formas festivas de que a política se reveste com seus símbolos visuais – bandeiras, faixas e cartazes com exuberância de cores – músicas, demonstrações públicas, como comícios, passeatas e carreatas, e com massas de gente dando o caráter de festa, por outro lado, trata-se também de um período conflitivo, portanto tenso, já que divide pessoas que, em outros momentos, encontram-se unidas por relações de parentesco, amizade e/ou vizinhança, etc.²

Ao analisarmos a divisão que a política produz na sociedade e o modo como ela entra em choque com as formas como a sociedade se agrupa em seu cotidiano, foram objeto de atenção especial os conflitos que emergem e as tensões que se colocam para as pessoas que então vivenciam conflitos de fidelidade. Quando se observa pelo lado dos políticos, constata-se que isso é vivido de maneira diferente. Embora para eles o momento da eleição seja de ajuste de contas quanto a conflitos que estão ocorrendo no momento, ou mesmo pré-existentes, eles caracterizam o período da eleição como sendo de festa.

Esse tipo de percepção de alguma maneira reproduz aquilo que já dizíamos em outras oportunidades com respeito à legitimidade da presença dos políticos durante esse período, presença essa reconhecida pela população sob a expressão: “é quando os políticos aparecem”.



A caracterização do período eleitoral como festa e os diferentes significados que o caráter festivo assume na visão dos políticos aparecem também resumidos na análise de um candidato: “foi uma eleição disputada, acirrada, festiva”. A palavra “festiva” sendo usada não apenas no sentido que lhe é usualmente conferido pelo senso comum, mas como sinônimo de “disputa”, alvo de disputa “acirrada”, o que parece ser uma questão relevante e que precisa ser analisada.

Pode-se afirmar sem equívocos que nas formulações dos políticos sempre existe uma relação inversa: quanto mais acirrada a disputa eleitoral, maior a animação do período eleitoral e, portanto, mais festiva a eleição. E se as eleições são vistas como festa, esta sempre é vivida como maior quando os políticos se referem às eleições municipais. Na visão deles, e também no caso daqueles que atuam como cabos eleitorais, as eleições municipais envolvem uma maior disputa no nível local. O que acontece de fato, contudo, é que essas disputas são mais visíveis quando observadas nesse âmbito.

Embora as eleições do ano 1998 não tenham sido eleições para escolha de dirigentes municipais, prefeitos e vereadores, envolveram a eleição para cargos

legislativos em seus diferentes níveis (deputados, senadores) além de candidaturas para governadores e presidente, elas acabaram apresentando uma grande disputa eleitoral, que levada ao interior dos municípios, produziu expressivo acirramento. Daí a eleição ter sido considerada mais festiva. Afinal, o que está em jogo na atividade política é a disputa e o desafio que ela gera. Conflitos e desafios parecem ser inerentes a tal atividade, sendo eles que contribuem para dar às eleições o caráter festivo de que falam os informantes. Assim, para um político, fazer política é uma festa, não apenas porque é nesse momento que ele demonstra sua força e seu prestígio, mas também porque o período eleitoral supõe uma disputa e, consequentemente, um desafio em relação aos outros políticos. Desafio esse que assume um caráter público, pois é feito publicamente, isto é, para fora do mundo dos políticos.

Se a disputa é a norma, o desafio consiste, na verdade, em tratar de vencer o *adversário*. Parece portanto uma condição inerente à atividade política a disputa com adversários, de modo que o político, ao fazer política ele produz o seu próprio adversário, e é interessante determo-nos um pouco na análise de quem são esses adversários.

Do ponto de vista dos políticos, embora numa primeira impressão qualquer político poderia ser visto como um adversário, a noção de adversário tem um caráter mas restrito e é utilizada para fazer referência basicamente aqueles políticos com os quais se disputa num momento dado o mesmo perfil de eleitores. Para chegar aos eleitores, os políticos têm que eliminar seus concorrentes, ou seja, aqueles que nessas circunstâncias são vistos como mais próximos. A disputa eleitoral, por conseguinte, dá-se fundamentalmente entre candidatos que concorrem para os mesmos cargos.

Embora essa disputa entre candidatos seja acirrada em todos os níveis, ela é mais visível, e por isso aparentemente mais dura, entre os candidatos que disputam o mesmo tipo de eleitor e sobretudo entre aqueles que disputam o mesmo território. Embora a massa da população em geral possa ser eleitora de qualquer candidato, e assim possa ser considerada, o que de fato acontece é que há uma certa distribuição territorial entre os candidatos que têm suas bases em áreas geográficas específicas, ou, ainda, que acaba havendo uma determinada especialização consequente dos candidatos, segundo tenham suas bases em determinados segmentos da população: por exemplo, entre eleitores que se incluem em um dado tipo de trabalho assalariado ou entre aqueles ligados a um determinado tipo de profissão. Por isso, as disputas que envolvem os cargos de deputado estadual e, no nível local, de vereador e prefeito, são exemplares. Essa é a razão pela qual os cabos eleitorais que afirmam enfaticamente o caráter festivo das eleições assinalam que as mais animadas e mais disputadas são aquelas que acontecem no nível municipal. A seguinte declaração de um cabo eleitoral do Rio Grande do Sul é um bom exemplo do que dizemos:

A eleição municipal é a eleição mais bonita, é a melhor eleição, é mais disputada. É muito mais bonita porque muito mais disputada, é voto a voto. Eu sei que um cara vota no fulano, eu vou e digo, não vota no fulano, nós estamos fazendo isso e aquilo; não vai só eu, vou eu e vai outro [político], então é uma eleição super disputada, é um voto, jogada por jogada, lance por lance.

Durante a campanha, portanto, os candidatos se evitam, e por isso suas programações são feitas de modo a não se encontrarem num mesmo local. Quando se trata de entrar numa área reconhecida como reduto de outro candidato, são tomadas algumas medidas adicionais, tais como entrar nessas áreas acompanhado por gente do local e que de preferência tenha prestígio suficientemente grande para evitar os possíveis conflitos que podem acontecer. Uma observação mais atenta revela que, no caso dos candidatos ao legislativo, isto é, deputado e vereador, essa disputa é ainda maior quando se trata de candidatos que, além de concorrer para os mesmos cargos, disputam os mesmo eleitores, num mesmo território, acirrando-se ainda mais essa disputa, pois nesses casos se disputa também e fundamentalmente com outros candidatos do próprio partido, “os companheiros”, isto é, aqueles que são os mais próximos entre o conjunto dos pares³. Indo mais longe ainda, pode-se afirmar que seus “iguais” são não apenas aqueles candidatos do mesmo partido que disputam o mesmo cargo, mas aqueles candidatos que têm um perfil semelhante, assim como bases sociais semelhantes, em áreas geográficas próximas. Em suma, aqueles que são mais próximos, portanto, mais iguais entre os “iguais” são, como eles afirmam, os reais adversários. Ou, utilizando as palavras de um candidato a cargo de vereador num município do interior do Rio Grande do Sul, “os piores adversários são os próprios companheiros”. E ele explicava:

[...] porque eu quero tirar voto de você para mim, eu não quero tirar voto do outro partido para mim, eu quero tirar o teu voto para mim, e tu quer tirar o meu voto para ti, então na campanha muito se fala que o adversário não é a oposição, são os próprios companheiros, os próprios companheiros são adversários políticos.

Se falar com todos os políticos eles vão dizer que na eleição para vereador ou para deputado o adversário político é o próprio companheiro, ele que tira voto um do outro. Não é o outro da oposição que vai tirar, ele não tira, quem tira são os próprios companheiros.

Embora a disputa com os candidatos de diferentes partidos que disputam o mesmo tipo de eleitorado não apenas exista, mas seja fundamental, sendo portanto parte do que aqui é analisado, para efeitos deste trabalho restringimos a análise apenas ao que acontece no interior da facção⁴.

Durante o “tempo da política”, quando a política invade a vida da sociedade, esta se apresenta dividida em facções, produzindo-se inclusive uma segregação espacial clara dentro das cidades (situação que se repete em diferentes níveis, e portanto também em unidades administrativas menores). Assim, mesmo bairros inteiros ou partes deles, ou mesmo lojas comerciais e bares, e ainda espaços totalmente públicos, como praças, são classificados na medida em que são reconhecidos como ligados a uma determinada facção. Essa segregação espacial entre facções é instituída e quase sempre respeitada. Quando isso não acontece, dá-se o conflito. No entanto, ela não é respeitada no interior de uma mesma facção; ao contrário, é ali que tem lugar uma acirrada disputa, embora não pública, porque restrita à própria facção. Em outros termos, se a disputa que tem lugar entre facções é aberta, ela é por isso objeto de reconhecimento público, o que permite a existência de regras. O caráter não público da disputa que é restrita ao interior da facção e a falta de regras explícitas que regulem as relações entre os candidatos que dela fazem parte e que disputam os mesmos cargos num mesmo território, fazem com que a disputa seja mais intensa, ainda que possua uma forma aparentemente mais polida, e até aparentemente inexistente, porque se evita que esses conflitos se tornem abertos⁵.

Entre as formas que assumem as disputas no interior da facção, gostaríamos de ressaltar as tensões que ocorrem durante a realização dos comícios e, especificamente, aquelas relativas ao fazer parte do *palanque*. Nem todos os candidatos que fazem parte da facção conseguem subir no mesmo palanque, pois isso é decidido por quem controla o palanque. Por ocasião de uma festa em homenagem à padroeira da uma cidade do interior da Zona da Mata de Pernambuco, ocorrida durante o “tempo da política”, assistimos à luta vã de um candidato a deputado para subir no palanque em que estava um outro candidato que disputava o mesmo cargo no mesmo partido. Quem controlava o palanque era o prefeito, que, sendo do mesmo partido, era irmão do candidato a deputado que fazia parte do palanque. O candidato que pretendia subir, um recém-chegado à política, disputando o cargo pela primeira vez, tentou argumentar sobre seu “direito” de subir no palanque e, sem usar o argumento partidário, ressaltou o fato de a festa não ser partidária, o que foi refutado pelos cabos eleitorais, os quais desde a escada do palanque e fechando o acesso ao mesmo, responderam negativamente usando como argumento o fato de se tratar de uma festa de tipo religioso, dedicada à padroeira, e por tanto que o candidato não poderia subir para, precisamente, evitar “partidarizar” a festa.

Mas se o anterior pode ser visto como um caso limite, o que se constata, é uma luta permanente entre os diversos candidatos que sobem no mesmo palanque e que, uma vez nele, disputam entre si para ocupar um determinado lugar, isto é, um lugar de onde possam ser vistos pelo público, ou ainda disputam para

situar-se o mais próximo possível, de preferência ao lado, daquelas figuras consideradas importantes dentro do palanque, tratam de fazer seu discurso perto do delas – uma vez que é de todos eles conhecida a existência de hierarquias na ordem em que se sucedem as falas – e, por essa mesma razão, disputam entre si para serem vistos pelo público interagindo com tais figuras⁶.

Também se disputam as áreas geográficas, os “redutos eleitorais” e os diferentes segmentos sociais a serem atingidos. Quando se faz a programação das visitas por vilas, bairros e cidades, não é difícil ouvir um candidato, advertido de que tal lugar é um lugar onde seu companheiro tem eleitores, dizer: “tem que acabar com o corporativismo dentro do partido, não tem isto de que algumas áreas pertencem a ele [seu companheiro]”.

Para ganhar uma eleição, é necessário, então, eliminar seu companheiro; daí a disputa entre candidatos de facções diferentes ser utilizada também, e ao mesmo tempo, como um mecanismo que visa a atingir o objetivo de enfraquecer o companheiro do mesmo partido. Isso é expresso por um candidato a vereador, num município do Rio Grande do Sul, em uma formulação que poderia ser considerada como limite, pelos termos em que é colocada:

Então, quando tinha dois partidos, eu chegava numa vila dessas e via que eu não tinha votos e os outros dois candidatos, um do meu partido e um do outro, tinham votos, aquele que estava mais perto de mim [isto é, o candidato do outro partido que tinha poucos votos] eu mandava um morador que eu e ele conhecia bem e ele dizia ao cabo eleitoral dele: teu candidato lá está perdendo, teu pessoal não está trabalhando bem, lá alguém de teu partido não está trabalhando bem, lá é teu reduto e você pode perder. Isto era uma brincadeira, era feito como brincadeira. Mas ele vai lá e começa a trabalhar e acaba tirando votos do terceiro [que tinha mais votos], lá eu mesmo não tinha votos, eu não tiro votos, mas ele, a quem eu avisei, pode tirar votos do outro que é meu concorrente direto, é esse o sistema, tudo é montado. Não interessa que eu não tenha votos num lugar, interessa que um tire votos do outro meu companheiro que é meu concorrente direto. Tudo é bolado pela gente. A gente faz um mapa, a gente programa tudo.

As críticas e acusações entre candidatos de partidos diferentes são uma prática comum e, como tais, fazem parte do jogo político. Elas assumem diferentes formas, são feitas publicamente, embora sob a forma de fofocas, isto é, correndo de boca em boca, até assumirem uma forma totalmente pública, isto é, quando são feitas desde o palanque. Elas visam atingir o candidato, criticando tanto o seu desempenho na vida profissional – tratando de por em dúvida a sua capacidade de realizar uma boa gestão pública –, quanto aspectos morais

relativos à vida privada, isto é, a sua imagem como chefe de família ou seja, sua trajetória como pai e/ou marido.

Se as críticas entre candidatos fazem parte da campanha e são parte da prática comum nas referências feitas aos candidatos de outras facções, há também críticas e acusações entre candidatos da mesma facção. Essas, no entanto, restringem-se, durante a campanha eleitoral, fundamentalmente aos candidatos que disputam o mesmo cargo e a mesma área geográfica, e até um tipo específico de eleitorado – isso entre aqueles considerados os principais adversários de um dado candidato, entre o conjunto dos candidatos da facção. Diferentemente das críticas que, inclusive em palanque, são feitas aos candidatos de outras facções, essas não são feitas publicamente e, portanto, não podem ser respondidas publicamente, não havendo portanto, como se defender delas. Elas correm no interior da facção, mas sempre à boca pequena – e de forma anônima –, o que tem consequências diretas, pois atingem a honra, e é esse o objetivo. Atingem ainda mais diretamente a honra, porque, ao contrário das acusações e críticas voltadas para os candidatos de facções diferentes, as quais fazem parte da retórica do palanque e, como tal, são vistas e respondidas também no palanque, aquelas feitas entre “companheiros” escapam a essas regras, já que não podem ser contestadas. Afinal, não faz parte falar mal dos amigos e correligionários, e essa é mais uma razão para tais acusações e críticas não poderem ser respondidas publicamente, ainda quando aqueles que as sofrem saibam de onde provêm. Torná-las públicas seria introduzir o conflito público no interior da facção. E já que a disputa é tão grande e envolve tantos aspectos, é motivo de orgulho e de honra ganhar daquele que é considerado seu igual, isto é, de um outro candidato do mesmo partido, que dispute potencialmente o mesmo eleitor.

A disputa no interior da facção é tão conhecida e reconhecida, que uma das funções (embora não explícita e por isso mesmo sem que assuma um caráter formal) do coordenador de campanha é a de frear e resolver os conflitos existentes entre vereadores, impedindo que tomem caráter público. Como afirmava um cabo eleitoral, essa acaba sendo, de fato, uma das questões que, quando se colocam, requerem a intervenção de alguém de prestígio e reconhecido como tal dentro da facção, o que, dependendo das circunstâncias, cabe ao coordenador de campanha. Daí ser fundamental escolher para esse cargo alguém que tenha peso político e autoridade reconhecida, pois só desse modo ele conseguirá, mais do que resolver os conflitos, evitar tornar essas disputas públicas, o que afetaria a imagem do conjunto da facção, acarretando consequências políticas que, dependendo das circunstâncias, poderiam ser muito sérias. Veja-se como um cabo eleitoral de um município do interior do Rio Grande do Sul formulava essa questão:

A briga é entre os vereadores, então por isso que tem um coordenador para eliminar as brigas entre os candidatos, normalmente eles criam aquela confusão. Nós temos que estar unidos, se eu tirar o meu e tu tirar o teu, eu faço o meu lado e tu faz o teu. Quando tem o mesmo cabo eleitoral, é melhor dizer: eu vou conseguir um outro cabo eleitoral, mas eu não vou brigar contigo. Então o coordenador é geralmente uma pessoa de idade, respeitada pela idade, que chega e implanta o sistema, é o cara respeitado pela idade e pelo cargo de coordenador. Então é duas coisas. Tem que escolher para coordenador uma pessoa antiga, uma pessoa com pulso firme, uma pessoa que chame o cara e mande até, se for preciso, calar a boca, e o cara não diz nada, porque é uma pessoa de idade. Normalmente é isso, isso é para eliminar as brigas, porque a briga mesmo se dá entre os colegas do próprio partido.

Se, frente aos eleitores, a eleição é para o político uma demonstração de força e de poder, ganhar significa também demonstrar força junto a seus pares, isto é, frente aos outros políticos da outra facção e da sua. Essa força demonstrada também se reflete na possibilidade de fazer dobradinhas. Dependendo de com quem elas sejam realizadas, põem em evidência o peso relativo, isto é, o reconhecimento do candidato no interior da facção. Denominam-se dobradinhas as associações feitas durante a campanha eleitoral, ligando o nome de um candidato aos de outros candidatos que, pertencentes à mesma facção, disputam cargos diferentes. Assim, à medida que um candidato se apresenta ao eleitorado, simultaneamente está sendo visto como associado àquele com quem faz dobradinha. E isso acontece em todos os níveis, uma vez que interessa a todos os candidatos que disputam os diferentes cargos.

Interessa, por exemplo, a um candidato a deputado estadual ou federal que, não tendo bases eleitorais, isto é, nem eleitores nem cabos eleitorais distribuídos ao longo de todo o estado, associa seu nome, em municípios onde é desconhecido ou menos conhecido, a diversos candidatos a vereador e/ou deputado estadual que aí tenham peso e base eleitoral e que, atuando como verdadeiros cabos eleitorais, garantem sua entrada nesses lugares. Mas interessa também ao candidato “local”. Assim, por exemplo, estar associado a um determinado deputado, ou candidato a deputado, que tenha peso dentro da facção já é em si importante para um vereador, e ainda o será mais se esse político tiver sua base eleitoral no mesmo território em que o candidato concorre. Esse será um elemento importante, que o diferenciará dos outros candidatos da outra facção e da sua própria que estiverem concorrendo para o mesmo cargo. Conseguir fazer dobradinhas com um político hierarquicamente superior e detentor de maior prestígio indica que ele está sendo reconhecido por aquele político, o que contribui para aumentar seu próprio prestígio e, simultaneamente, seu reconhecimento por seus pares políticos dentro da facção.

Essa associação por meio de dobradinhas e de outras formas de apoio existentes em todos os níveis de candidatura expressam-se ainda nos santinhos e em toda a propaganda eleitoral. Tais apoios com que os candidatos contam, embora nem sempre signifiquem apoio financeiro, sendo muitas vezes apenas simbólicos, dão a entender ao eleitor que esse suporte não se limita à campanha, mas se estenderá ao longo do tempo, abarcando as ações que poderão ser realizadas uma vez o candidato eleito. E isso é fundamental numa eleição, já que o prestígio de um candidato geralmente é visto como proporcional ao reconhecimento e ao prestígio daqueles políticos com os quais está associado, assim se explicando o fato de esses apoios serem objeto de disputas no interior de uma facção política.

Reconhecer a existência dessas questões e trabalhar com elas, ou seja, ter presente quem é o adversário fundamental, ajuda a entender melhor os diversos significados das dobradinhas – dobradinhas essas que, além de procurarem aumentar o número de votos, representam também e simultaneamente um incremento de poder dentro da facção. Não é por mero acaso que a concorrência por estabelecer dobradinhas leva alguns candidatos a forçar situações que violam o que seria a regra de atuação e a provocar conflitos. É o que pode ser observado no caso de um deputado federal de Rio Grande do Sul que fez dobradinhas em regiões vizinhas com dois candidatos a deputado estadual que tinham suas bases nesses locais, o que provocou não poucas situações de atrito, fazendo com que, sem a mediação de declarações explícitas ou públicas, ambos os candidatos a deputado estadual deixassem de mencionar a associação com o candidato a deputado federal, que desse modo acabou perdendo espaço nas áreas de atuação dos dois políticos com os quais se havia associado.

Outro aspecto que parece igualmente importante, e que deve ser destacado, é que o poder dentro da facção tem repercussões sobre o prestígio fora da mesma, aumentando a possibilidade que tem o candidato de construir alianças, inclusive externas à própria facção.

Em suma, o poder que tem um político fora de uma facção passa pelo poder que tem dentro dela, e reciprocamente. De modo que o fato de poder disputar, e de poder ganhar, do adversário é fundamental para se obter o reconhecimento daqueles que se pretende que sejam seus pares, tanto dentro quanto fora da própria facção. No momento da disputa eleitoral, as dobradinhas refletem exatamente essas possibilidades, tanto quanto a pertença a uma determinada rede de relações que é assim explicitada (Landé 1977).

A existência dessas disputas é motivo de estranhamento por parte daqueles que, por serem novos dentro da facção, não conseguem perceber o significado e a importância desses fatos. Nesse sentido, um candidato a vereador, ex-dirigente sindical rural, mostrava-se surpreso e perplexo, ao constatar que, durante a

campanha eleitoral de seu município, não só cada um dos candidatos a vereador do mesmo partido atuava de forma isolada, como havia mesmo competição entre eles. Ao falar da situação de seu partido, ele formula:

Tem quatro candidatos a vereador na área rural, e meu ponto de vista é que, se houvesse sensibilidade, esses quatro candidatos hoje era para falar [no comício] todos quatro, não só hoje mas toda vez que tivesse comício nos engenhos. Agora, se a gente fica separado um para lá outro para cá, fica um trabalho individual, não tem efeito. Nós [candidatos] fica solto... e isto é uma coisa que desgasta.

Essa citação é reveladora de que o trabalho de um político, e portanto da campanha eleitoral, enquanto concorre com seus iguais, é um trabalho individual. O candidato, trabalhador rural que tem experiência como dirigente sindical, revela seu estranhamento quanto ao trabalho político, porque ele é percebido como um trabalho individual e, portanto, como sem “efeito”. O que talvez se explique por ter ele como referência a experiência sindical, na qual as eleições são realizadas sempre a partir de chapas, que, uma vez constituídas, põem fim às lutas prévias a sua composição, seus integrantes deixando, a partir de então, de ser concorrentes, para começar a realizar um trabalho conjunto e único, vivido como necessário para que uma vez eleitos tenha efeitos multiplicadores.

Esse tipo de formulação põe em evidência outros aspectos relevantes. Executando a associação que sempre se estabelece com os candidatos que, sendo do mesmo partido, disputam as “majoritárias”, todo o trabalho é feito individualmente. A campanha é feita desse modo, e todo o material impresso é individual. E quando é associado a outro político, é sempre feito por meio de dobradinhas. É muito frequente, para quem circula pelas cidades e vilas do interior durante o período de campanha eleitoral nos estados em que trabalhamos, ver candidatos a vereador circulando sozinhos, isto é, sem outros candidatos, fazendo campanha. Os comitês observados na prática não são partidários e sim individuais, pertencendo a candidatos. Embora alguns possam até se denominar partidários, ainda nesses casos uma simples visita aos mesmos revela que, embora exista material dos candidatos da facção que estão disputando cargos “majoritários” – isto é, dos candidatos a prefeito e vice-prefeito e/ou a governador e vice-governador –, no caso dos deputados, só se encontra material do candidato local ou daqueles que, sendo de fora, fazem dobradinha com o candidato local. Em todos os casos observados no nível local, só existe material do candidato, e aqueles comitês que se autodenominam partidários na verdade assim são considerados por se tratar de casos nos quais há um único candidato desse partido no local⁷.

Há uma correspondência com o que acontece pelo lado dos militantes. Eles sempre dizem trabalhar para alguém, isto é, para um candidato em particular, e nunca para o partido em geral ou para vários candidatos que estão disputando os mesmos cargos.

A disputa com os candidatos da outra facção é uma disputa que tem lugar durante a campanha eleitoral e, geralmente, restringe-se a ela. Dentro da facção, ao contrário, a disputa pelo espaço é uma disputa constante. Isso indica a existência de uma temporalidade específica para os políticos, isto é, para aqueles que fazem política o tempo todo, que se diferencia da temporalidade concebida pelas populações como “tempo da política”. O que aparece como sendo uma disputa entre facções é aquela que acontece durante a campanha eleitoral, pois a política, fora do período eleitoral, faz-se fundamentalmente dentro da própria facção.

Se, como dissemos, dentro da facção os políticos não disputam apenas eleitores, mas também acesso a diferentes recursos, dentre os quais o prestígio, que é fundamental, para os políticos, além do momento da eleição, há outros momentos não menos importantes. Tal disputa, portanto, também está presente na convenção e faz-se evidente, ainda, no momento da apuração dos votos, em seguida à eleição. Esses dois momentos, somando-se à campanha eleitoral em si, são fundamentais para os políticos, e é neles que a disputa no interior da facção aparece mais claramente.

Ao fazerem referência às convenções, os políticos incluem, não apenas o momento de sua realização, mas também o período anterior, que é quando se geram as negociações para indicação de candidatos. Durante a convenção, decide-se quem concorre com quem, no mesmo espaço político, e, assim, alguns pré-candidatos são preteridos. No caso nada raro de várias candidaturas com perfis semelhantes – por exemplo, candidatos que têm bases entre trabalhadores rurais e em áreas próximas – serem aceitas, no que se refere especificamente a cargos para deputado, a disputa durante a campanha é mais acirrada entre os candidatos. Nesse sentido, os candidatos a deputado ocupam, em termos de disputa, uma posição análoga à dos vereadores, isto é, são obrigados a disputar espaço entre si.

Se, durante as convenções, nas escolhas daqueles que serão os candidatos, o critério de representar áreas geográficas é um elemento importante, também o é o peso político dos pré-candidatos nessas áreas. O que significa que, além das bases eleitorais com que contam, também influencia muito na escolha daqueles que serão candidatos o peso dos políticos da facção que de fato apoiam essas pré-candidaturas.

Outros elementos importantes para a compreensão do jogo político dentro da facção ainda aparecem durante a convenção. Alguns dos problemas relativos às disputas entre possíveis candidatos são especialmente ressaltados pelos candidatos

novos, isto é, aqueles que se candidatam pela primeira vez e que, por não perceberem as regras, melhor explicitam seu desencantamento, seja porque não são escolhidos como candidatos, por não terem quem os apóie dentro da facção, seja, ainda, porque, mesmo sendo escolhidos como tais, acabam sendo preteridos de fato, por não contarem com nenhum apoio posterior para realizarem a campanha. O prestígio dentro da facção expressa-se, também, no acesso a recursos monetários; assim, a falta de apoio econômico para fazer a campanha é também uma demonstração da ausência de reconhecimento, tanto quanto a falta de apoio “político” por parte daqueles políticos importantes da facção.

Dito de outro modo, na disputa por vir a ser candidato, são explicitados os apoios com que conta e o “reconhecimento” de que dispõe cada um dos pretendentes às candidaturas, frente aos candidatos e/ou políticos reconhecidos como importantes dentro da facção. E, porque a pertença a uma determinada rede de relações é explicitada, aqueles que não são escolhidos se sentem excluídos e traídos, por haverem sido preteridos em função de outros candidatos.

Nesse sentido, é interessante o caso de um candidato novo na política, que concorria a deputado estadual no Rio Grande do Sul e que, dispondo de recursos monetários de família e querendo “entrar na política de uma maneira diferente da tradicional”, tentou, segundo afirmava, fazer uma campanha que o diferenciasse do resto dos candidatos do município e da maneira usual de fazer política no nível local. Ele lançou-se candidato no partido do governo federal, que não tinha grande número de eleitores no município onde ele tinha suas bases, e, sem contar com apoios políticos importantes dentro do partido, fez uma campanha marcada pela intenção de se desvincular, tanto quanto possível, de seu partido e dos candidatos do mesmo. À medida que durante a campanha enfatizava esse fato, ao fazê-lo punha em evidência, simultaneamente, aquelas que seriam as regras com as quais se esperava que um político atuasse. Posteriormente à eleição, e uma vez derrotado, dava como explicação para o fracasso de sua atitude precisamente aquilo que ele havia criticado, isto é, o fato de não pertencer a uma rede que o sustentasse durante a campanha.

A disputa, especialmente durante a convenção, entre aqueles que concorrem aos mesmos cargos constitui uma das razões importantes de ruptura e que levam à mudança de facção. Nessas circunstâncias, a saída é vista como justificada, pois é decorrência de uma traição. Não poucas vezes, esses candidatos traídos são chamados pelo chefe de outra facção, passando então a “trabalhar para ele”. Quando o candidato preterido na disputa é uma figura importante dentro da facção, para evitar que se configure uma situação de traição e que ocorra o abandono da facção, utiliza-se o mecanismo de propor que se torne candidato num município que será desmembrado daquele onde tem lugar a disputa. Sem pretender concluir que essa é a única razão do desmembramento

dos municípios, não nos parece haver dúvida de que é uma delas. Mas há ainda outras possibilidades, como um conflito dentro da facção também pode dar origem ao surgimento de uma nova facção, isto dependendo do poder relativo e do prestígio daquele que sai.

As disputas são muito acirradas na preparação das convenções e várias situações foram observadas e relatadas. Um pré-candidato a deputado teve que renunciar a sua candidatura, pois, com o objetivo de difamá-lo, haviam forjado documentos que o desmoralizavam, e isso foi, segundo ele próprio afirmava, “feito por gente da própria facção”. Ainda pode ser mencionado o caso do vice-prefeito de um município do Rio Grande do Sul e pretendente ao cargo de prefeito, que, apesar do acordo previamente feito (no momento da composição da chapa na eleição anterior), o que lhe garantiria o apoio para sua candidatura ao cargo, foi preterido pela facção do então prefeito, que, argumentando decisão do partido e falta de apoios de fora do município para o aspirante a candidato, propôs um outro candidato para disputar o cargo de prefeito e, ao mesmo tempo, ofereceu a seu antigo companheiro de chapa e vice-prefeito, a título de compensação, um cargo numa das instituições do município. Foi precisamente pela situação de fragilidade em que o vice-prefeito se encontrava, sem condições de sair da facção, que teve que aceitar o cargo oferecido como um emprego apenas, pondo fim a suas pretensões políticas.

No momento da apuração, momento esse que é de extrema tensão, sintomaticamente aqueles que se evitaram durante toda a campanha (isto é, candidatos de partidos diferentes) ficam juntos, reúnem-se, conversam – ainda sob tensão, mas conversam. Entretanto, aqueles que estavam juntos publicamente durante a campanha nesse momento se separam. Isso porque o número de votos e a colocação do “companheiro”, e não mais o candidato da outra facção, é que acabam impedindo ou permitindo que um candidato seja eleito. E não se trata apenas de ser eleito, pois, mesmo eleito, o número de votos obtido por cada um dos candidatos em disputa também é um elemento importante para o prestígio que ele terá no interior da facção. Assim, mais uma vez, e fechando o ciclo, a facção é onde tem lugar o confronto. Poder-se-ia, portanto, dizer que ganhar uma eleição confere poder e significa diferenciar-se de seus iguais, isto é, daqueles que são os seus maiores adversários, o que, dependendo das circunstâncias pode até vir a ser vivido como questão de honra.

Em suma, é necessário assinalar que se, por um lado, todo político tem que lutar para ser reconhecido como tal pelos seus pares, pois como formula Bailey esse reconhecimento é condição necessária para passar a fazer parte da comunidade, neste caso a dos políticos (Bailey 1971), por outro lado, para nela manter seu lugar, é necessário conseguir diferenciar-se daqueles que são os mais próximos, sendo essa uma condição necessária para ser reconhecido como um igual

em relação àqueles que têm o maior poder dentro da facção, mas também, e simultaneamente, para ser reconhecido como um igual na comunidade política, isto é, pelas outras facções.

Notas

¹ Ver Palmeira e Heredia 1995 e 1997, e Heredia 1996.

² Essa ambiguidade da política foi objeto de reflexão em alguns dos trabalhos acima mencionados, particularmente em Palmeira e Heredia 1997 e Heredia 1996, quando foram analisados com mais detalhes os conflitos gerados pela presença da política, à luz de situações específicas.

³ Estamos nos referindo ao conjunto dos indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos como políticos pela comunidade política. A pertença à comunidade, não significa no entanto, a inexistência de hierarquias no seu interior (Bailey 1971).

⁴ O termo facção é frequentemente utilizado pelo senso comum como sinônimo da expressão “tendências ideológicas” ou daquilo que é simplesmente denominado como “tendências”. Utilizamos o conceito de facção tal como é analisado pela literatura antropológica que estuda as relações de clientelismo político (Landé 1977). Em outro lugar, analisamos o faccionalismo e as suas implicações (Palmeira e Heredia 1995).

⁵ A análise que se segue deve muito a leitura de Bourdieu 1989.

⁶ A análise do palanque e das relações ali existentes têm sido objeto de outro trabalho (Palmeira e Heredia 1995).

⁷ Embora não possamos afirmar que se trate de uma regra, nas regiões em que realizamos trabalho de campo nunca observamos a existência de comitês de vereadores.

CAPÍTULO 4

Entre duas eleições: relações político-eleitor

Quando a população pensa na relação que a liga aos políticos, em geral tem em mente as relações que com eles mantém durante o período eleitoral, o que é expresso em frases do tipo “os políticos só aparecem no tempo da política”. No entanto, interpretações equivocadas poderão ser feitas caso a formulação acima seja lida como se, fora desse período, os políticos não mantivessem contato com a população, ou ainda como se a população não tratasse de se manter em contato com os políticos. Os contatos existem e são justamente essas relações que contribuem para a compreensão daquelas que acontecem no período eleitoral.

Visando a uma melhor compreensão das relações existentes entre políticos e população e do fluxo das mesmas, é objetivo deste artigo fazer uma reflexão sobre as relações existentes no interregno entre duas eleições. Focalizaremos nossa análise na relação que liga a população em geral com os parlamentares. Estes políticos, na visão do senso comum, são considerados como mais distantes¹. Para construir essa imagem muito contribui o fato de realizarem o grosso de suas atividades no Congresso Nacional e nas Assembleias estaduais, o que exige que passem a maior parte do tempo distantes fisicamente da população. Também contribui para essa visão os tipos de atividade que ali desenvolvem que na prática são menos visíveis e, em muitos casos, até invisíveis para a maior parte da população, sobretudo quando comparados com a visibilidade das atividades de campanha desenvolvidas durante o período eleitoral, quando tais políticos estão fisicamente próximos da população e com ela interagindo no dia a dia.

Há um cotidiano fora do período em que ocorre a campanha eleitoral, durante o qual os políticos desenvolvem um trabalho para manter a relação com os “eleitores reais e potenciais”, e que constituirá nosso objeto de análise. Não

* Este texto foi escrito por Beatriz M. Alasia de Heredia e originalmente publicado em B. Heredia, I. Barreira e C.Teixeira (orgs.), *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

pretendemos, contudo, dar conta do conjunto das atividades que essa relação supõe, mas apenas deter-nos em algumas delas, especialmente na correspondência mantida entre a população e um determinado deputado estadual².

Para melhor compreender o significado que tem a correspondência e seu lugar no conjunto de atividades desenvolvidas pelo parlamentar junto à população, faremos um pequeno desvio pelas outras formas de relação entre os parlamentares e a população. O gabinete do deputado centraliza o conjunto das atividades realizadas pelo parlamentar e, dentro desse conjunto, as relações com a população constituem uma tarefa central. Ele está em grande medida voltado para a atenção ao público e isto se reflete no apelo a uma série de mecanismos que visam a essa relação. A importância da atenção à população influi tanto no nível das atividades desenvolvidas pelo gabinete, quanto em sua constituição, uma vez que é necessária uma equipe para atendê-la. É verdade que as atividades desenvolvidas pelo parlamentar, e portanto pelo gabinete, não se restringem à atenção ao público. Mas se as atividades parlamentares e as relações com instâncias governamentais e com outros políticos, entre outras, são sem dúvida importantes, elas, contudo, escapam ao objetivo de nosso trabalho. Limitamo-nos, aqui, às atividades que estão diretamente orientadas para a atenção ao público em geral³.

As formas de comunicação que os parlamentares estabelecem com a população são diversas e implicam diferentes atividades, que incluem receber pessoas que diariamente chegam ao gabinete, atender ligações telefônicas feitas de diferentes lugares, responder cartas, fazer a agenda de atividades do parlamentar junto à população, preparar as várias formas de comunicação via materiais destinados à imprensa, ao rádio, etc. Esse conjunto faz parte das atividades que constituem o cotidiano do gabinete e exigem, portanto, gente especialmente dedicada a garantir seu cumprimento.

O gabinete que está sendo analisado conta com um funcionário dedicado a atender as pessoas que a ele se dirigem via telefone, assim como aquelas que chegam pessoalmente; outro funcionário tem como tarefa central responder a correspondência recebida e atender as pessoas que passaram pela filtragem da porta ou ainda de alguns telefonemas, e outros ainda são responsáveis pela área de comunicação. A todos esses, somam-se o chefe de gabinete e os assessores, cujo número varia segundo as áreas de atuação do parlamentar e o gabinete. É o chefe de gabinete que tem controle sobre a agenda do candidato e que de forma conjunta com o responsável pela área de comunicações faz a agenda de visitas, viagens e inaugurações.

A essa equipe, acrescentam-se alguns funcionários situados em diversas regiões do estado. Seu número varia conforme o parlamentar, e, no caso do gabinete em análise, há um assessor situado na região à qual pertence o deputado dedicado especificamente a ser o elemento de ligação entre a região e o dito deputado.

Há, ainda, a esposa deste último, que, sem ganhar para isto, tem como função receber em sua casa as solicitações que ali chegam e encaminhá-las ao gabinete, atuando, então, como um funcionário a mais. Mas há variações. Em outros casos observados, esses elementos de ligação podem ser líderes de comunidades ou entidades e/ou outras pessoas da família. Há aqueles casos, também, nos quais todas essas pessoas atuam simultaneamente como equipe, com presença em várias regiões. Em alguns casos, esse papel é em parte coberto por alguns políticos locais, como vereadores e secretários de governo e funcionários das prefeituras locais, que atuam como se fossem seus funcionários; ou ainda há aqueles parlamentares que não tem nenhum representante seu localizado no interior nem mesmo na região onde se concentra sua votação. No caso de um parlamentar que foi um de nossos informantes, o qual não dispunha de nenhum assessor estabelecido localmente, era precisamente a ausência de alguém que o representasse na região que era objeto de crítica por parte de seus companheiros de partido e de atuação, pois esse fato era assinalado como sendo o principal responsável por sua não reeleição. De fato, embora fosse sabido por todos e não apenas por aqueles que lhe eram mais próximos, que o político em questão tinha tido muito boa atuação parlamentar, dizia-se que, fora do período eleitoral, não tinha gente sua nas bases para mostrar o que ele vinha fazendo e interagir com a população no cotidiano.

Casos como esses revelam a importância da presença do político a nível local, durante o interregno entre duas eleições. São essas redes de relações que fazem com que a ligação com a população se mantenha e se alimente. A presença a nível local/regional manifesta-se, ainda, sob outras formas que serão analisadas a seguir.

É tarefa dos assessores fazer a agenda do parlamentar, e, dentro dela, as visitas às regiões que compõem o estado ocupam um lugar importante. Essas visitas em geral respondem tanto a demandas da população, feitas sob a forma de convites para inaugurações, festas de tipo religioso ou cívico, comemorações sindicais ou esportivas, como a uma agenda estabelecida pela própria assessoria, que, a partir do conhecimento do calendário das diferentes regiões, provoca o convite, a fim de assegurar a presença do parlamentar nos diferentes eventos.

Uma das dificuldades com que se defrontam os responsáveis pela confecção da agenda do parlamentar é a de conciliar a agenda do parlamento com as dos eventos das localidades que reúnem a população, pois isto supõe conhecer as atividades das diferentes localidades, que não poucas vezes se situam muito distante umas das outras. Necessariamente são estabelecidas prioridades e se constata que frequentemente se dá prioridade à(s) região (ões) onde se concentram os votos recebidos pelo deputado.

Ao mesmo tempo, para operar com eficiência, é necessário que a equipe do gabinete tenha informações não apenas sobre os eventos que acontecem ao longo

do estado, mas também a respeito dos problemas que afetam cada uma das regiões, de modo a fazer com que o parlamentar possa se manifestar nessas ocasiões, o que é uma maneira de se fazer presentes nas mesmas.

É motivo de grande preocupação do gabinete a população da região onde o parlamentar obtém o maior número de votos. A área de comunicação tem que garantir que o deputado mantenha presença constante naquilo que é denominado como “a região” e não só acompanhe o dia a dia das localidades onde se concentram suas “bases eleitorais”, mas demonstre que o faz. Daí os fatos que aí acontecem serem objeto de especial atenção. Não é que não exista um trabalho sobre as demais áreas geográficas, mas é na região que essa presença é mais constante. Ali, todos os fatos recebem atenção, desde aqueles ligados a aumento do desemprego até ocasiões festivas, embora mereçam especial atenção as questões relativas aos temas que são definidos como prioritários para o trabalho do deputado.

Com base nessas definições, caso nada aconteça na região numa dada semana, por exemplo, cabe aos responsáveis pela área de comunicações do gabinete adequar os fatos mais gerais que acontecem no âmbito nacional ou estadual aos interesses da região, isto é, conferir um aspecto mais regional a questões mais gerais, de modo a permitir que o deputado esteja sempre se manifestando e, assim, se faça presente semanalmente nos jornais regionais e locais.

Tal presença é de fato um objetivo do conjunto dos deputados, que têm muito presente a questão daquilo que denominam “regionalização”, isto é, a concentração de sua atuação em determinadas áreas geográficas que, como tais, constituem-se em epicentros, no sentido de que o que acontece nelas acaba repercutindo e tendo desdobramentos em outras regiões – isto considerando que os problemas nem sempre são muito diferentes nas diversas regiões. Nesse sentido, os deputados atuam de forma análoga aos vereadores, embora num nível diferente, pois, de forma semelhante a eles, também concentram seu trabalho tanto em alguns temas e problemas nos quais trabalham, quanto em áreas geográficas delimitadas dentro do município, em localidades determinadas e ainda, dentro delas, em dados bairros e/ou setores sociais.

Devido à necessidade de dispor de fatos para informar a população, quando eles não existem, tornam-se notícias eventos que, em situações normais, não teriam nenhuma relevância política e que, em outras circunstâncias, não seriam considerados de interesse para serem publicados, ou seja, conforme sua própria formulação, “inventar-se notícia”. Vários exemplos poderiam ser mencionados, dentre os quais a visita de um grupo de mulheres, vindo do interior do estado a passeio, a um dos gabinetes da Assembléia do Rio Grande do Sul observados. Tal visita acaba por ser tomada como uma das atividades desenvolvidas por um parlamentar e, assim, transformada em matéria de jornal e enviada para publicação no periódico da região de onde provinham as mulheres em questão.

A presença do político nas rádios do interior do estado é também objeto de preocupação na agenda que é elaborada. Os assessores são encarregados de fazer com que a participação do deputado num evento em determinado local seja acompanhada pela presença no rádio. Provocar entrevistas é, pois, fundamental, e, se isto não é possível, a visita deve ao menos ser noticiada.

A presença nas rádios da região, considerada prioritária, também deve ser constante. Para isto, uma boa relação com seus proprietários, cujo poder político no âmbito local é muito grande, e com radialistas é um elemento de extrema relevância. Muitas vezes são os próprios radialistas locais que procuram os parlamentares ligados à região onde a rádio se encontra em busca de notícias, ao mesmo tempo que cada vez que há uma notícia o encarregado pela área de comunicação envia faxes a rádios e jornais locais, comunicando a notícia e, desse modo, alimentando a relação – afinal, prover notícias importantes, isto é tornar-se uma fonte de informações constante, é uma maneira de se tornar uma referência e, portanto, fazer com que os jornalistas venham até ele para obtê-las.

Além do contato pessoal, isto é, da presença física do deputado, outro meio de comunicação é o envio de boletins/jornais quinzenais do próprio parlamentar, descrevendo o conjunto de atividades realizado no parlamento e fora dele. Trata-se de uma forma que não poucas vezes assume o caráter de prestação de contas, além de ser uma maneira de informar a população sobre eventos políticos. Esse jornal do parlamentar é fundamental como mecanismo para assegurar uma relação mais estreita e direta com a população das diferentes localidades.

Para isto, todo parlamentar tem uma mala direta, que é formada por nomes obtidos de diferentes maneiras⁴. No caso do parlamentar cuja correspondência foi analisada, essa mala foi confeccionada a partir de listagens feitas em diferentes localidades, bairros, vilas, etc. das áreas onde o deputado circula; daquelas provenientes de entidades da sociedade civil, de sindicatos dos diferentes locais e das listas de filiados partidários, todas elas constituídas por gente com a qual já se tem algum vínculo, seja de participação em reunião, dos movimentos sociais ou ainda a partir da divulgação que as entidades e o próprio parlamentar fazem de seu trabalho. É essa divulgação que faz com que novas entidades se comuniquem com ele, passando ele então a estabelecer uma relação com as mesmas⁵. No entanto, dependendo da notícia, como é o caso da divulgação dos projetos nos quais o deputado está envolvido, ela é enviada apenas para entidades diretamente ligadas ao tema em questão e lideranças locais que constituem a lista que compõe a denominada “mala *vip*”.

Além das atividades descritas, é considerada atividade fundamental do gabinete a atenção ao público que a ele se dirige, seja pessoalmente, seja por telefone ou por correspondência. A população em geral se liga aos deputados, recorrendo diretamente a eles ou, a depender das circunstâncias, apelando para mediadores –

tanto aqueles mencionados como sendo ligados à equipe direta do parlamentar, quanto vereadores e prefeitos. As demandas da população que são mediadas por outros políticos, isto é, vereadores e prefeitos, por exemplo, supõem uma complexidade diferente e merecem ser objeto de reflexão específica, escapando ao alcance deste trabalho.

É grande o fluxo de gente que chega ao gabinete do deputado. As pessoas são ali levadas por diversos motivos. Às vezes chegam simplesmente para conhecer o deputado – um “fetiche”, segundo uma assessora, isto é, algo que todos querem. Menciona-se, inclusive, que não são poucas as pessoas que chegam ao gabinete só para fazer uma visita, para conversar, e essas pessoas devem ser atendidas, deve-lhes ser concedida atenção personalizada, pois, caso isto não aconteça, corre-se o risco de se sentirem desvalorizadas e, portanto, não apenas não voltarem como também não votarem no político⁶.

Assim, ao gabinete em análise chega muita gente do interior do Estado que vai à capital para turismo e que o faz de forma individualizada ou, ainda, sob a forma de delegações de mulheres, agricultores, estudantes, etc. que vão ao gabinete para conhecer e/ou visitar o deputado e, ao mesmo tempo, conhecer o parlamento. O deputado “abre a casa”, o que significa que as pessoas que o visitam não apenas conhecem o gabinete e descobrem como funciona, como também são conduzidas pelo deputado a conhecer o próprio prédio e, especialmente, o plenário. Essa visita não poucas vezes é vivida pelas pessoas como uma retribuição da visita feita pelo deputado às suas casas durante a campanha eleitoral, cabendo agora ao parlamentar abrir sua casa para quem o visita. A ida ao gabinete é como estar na sua casa dentro da cidade⁷.

Há aqueles que chegam do interior em busca de informações sobre trâmites burocráticos que devem realizar e, no gabinete, são informados sobre o modo de proceder e para onde se dirigir. Chegam também para solicitar a intervenção do deputado, a fim de que sejam atendidos num hospital, obtenham ajuda no andamento de processos e assim por diante. Outros, morando na cidade, solicitam informações ou fazem pedidos e convites, assim como outros ainda frequentam diversos gabinetes de parlamentares, da mesma maneira que visitam os diversos comitês eleitorais durante o período de campanha, isto é, para fazer pedidos os mais diversos: emprego; ajuda para marcar consulta médica; passagens; dinheiro para transporte, escola ou alimentação.

Excetuando esse tipo de público, quando as pessoas entram no gabinete, não raramente o deputado, caso ali se encontre, sai para cumprimentá-las, embora elas sejam de fato muito frequentemente atendidas por um dos membros da assessoria. O mesmo acontece por telefone. O número de telefone do deputado está em todo o material produzido por ele e isto é feito com a intenção de que as pessoas liguem para o gabinete e sejam devidamente atendidas.

O fato de o gabinete do deputado ser considerado pela população como um lugar socialmente mais próximo dela dentro da cidade, sem dúvida é um elemento que incentiva alguns de seus setores a votar em tal deputado. Sabe-se que os gabinetes constituem um elo mediador no caso de trâmites burocráticos que devem ser realizados na cidade. Um assessor sindical, ao explicar o porque da escolha do candidato em quem votava, assinalou a importância de ter alguém “conhecido” na cidade e o quanto ele poderia ajudá-lo, caso precisasse.

O gabinete do parlamentar tem um papel homólogo ao desempenhado pelo comitê durante o período de campanha eleitoral. Ao comitê também chega gente apenas para conhecer o candidato, no entanto outros percorrem os diferentes comitês, assim como os gabinetes, durante e especialmente fora do período eleitoral, e em ambos se reproduzem as funções e as equipes que os constituem. Assim, em ambos há pessoas encarregadas da confecção da agenda de visitas, comícios e outros eventos; há responsáveis pela área de comunicação, e, ainda, aqueles dedicados a atender o público e os que freiam ou facilitam a chegada do requerente ao político.

O público que visita os diversos gabinetes de deputados, assim como o que chega aos comitês, acaba sendo conhecido pelo responsável por atendê-lo pessoalmente ou por telefone, e este, reconhecendo os tipos de pessoa que chegam, faz a filtragem dos pedidos. A atenção ao público é tão importante que o funcionário que recebe as pessoas no gabinete não apenas deve saber agir com o público de modo a fazê-lo sentir-se atendido, mas também deve conhecer os meandros dos caminhos burocráticos seguidos por cada processo que será iniciado, a fim de ser capaz de informar corretamente. Não poucas vezes, precisa mesmo conhecer pessoas nas diferentes instâncias, de modo a poder recorrer a elas para pedir ajuda no andamento de um processo ou na solução de problemas. Ele deve fazer com que a pessoa se sinta tendo sido recebida pelo próprio deputado, pois, para quem chega, é o deputado quem de fato atende, ou não, os pedidos, isto é, aquela é “sua casa”, e as pessoas que dentro dela estão para atendê-lo a ela pertencem⁸.

A importância atribuída pelos parlamentares a esse tipo de tarefa a ser desenvolvido pelo gabinete fez com que, no caso analisado, em se tratando de um deputado suplente, que assumiu o cargo quando o titular renunciou e não tinha, ele próprio, experiência prévia na assembléia, fossem mantidos no gabinete os funcionários que ali trabalhavam, pois tinham uma longa experiência e portanto sabiam como fazer a ligação com o público em todos os níveis, seja por telefone, via atendimento pessoal e/ou respondendo a correspondência recebida. Entre essas pessoas consideradas “chaves” pelo parlamentar, destaca-se, por exemplo, o funcionário que, localizado na entrada do gabinete, recebe o público que chega e atende os telefonemas. É ele que deve dar respostas precisas e eficientes, sendo

portanto quem conhece todas as instâncias burocráticas de qualquer processo e estabelece os contatos com todas as instâncias institucionais da cidade necessárias para atender o público. Esse funcionário, dependendo da qualidade das informações que dá (isto é, do grau de conhecimento que tem do funcionamento da burocracia da cidade) e da amabilidade com que trata os que ali se apresentam, consegue ajudar ou obstruir todo esse processo de comunicação.

Há também, como mencionamos, um funcionário encarregado de responder as cartas que são recebidas. Por ser um funcionário que é encarregado de responder a essas cartas, poder-se-ia pensar ser esta mais uma tarefa burocrática e cotidiana sem relevância. Ao contrário, é necessário assinalar que, quando se observa o número de cartas e a presteza com que elas são respondidas, constata-se que, assim como a atenção às pessoas que chegam ao gabinete, também a troca de cartas entre eleitores e políticos é um aspecto importante da relação político/eleitor entre duas campanhas eleitorais, pois as cartas são também uma forma de criar relações e/ou manter vivos os laços existentes até o novo período eleitoral. E uma prova da importância que lhe é atribuída é que, apesar de existirem funcionários especializados na correspondência, as cartas recebidas chegam às mãos do deputado, são lidas, analisadas e respondidas por ele, sem que funcionários façam qualquer triagem prévia, como aquela a que são submetidos os pedidos das pessoas que chegam ao gabinete (Bezerra 1999). Todas as cartas são respondidas. A única exceção, como foi registrado na própria carta, é o caso de uma pessoa que escreveu usando-a como “última saída” antes do suicídio. A razão fornecida oralmente para a não resposta é que nada poderia ser feito por uma pessoa nessas condições. Após a resposta, todas as cartas são arquivadas; só não se guardam convites gerais e dirigidos a toda a comunidade, pois mesmo aqueles que são feitos a todos os deputados são guardados.

Enfim, o que é necessário assinalar é que é atribuída grande importância às cartas recebidas, e que sua leitura revela a ênfase dada à existência de uma relação personalizada, ainda no caso de um deputado como aquele que abriu seu arquivo, o qual, por razões ideológicas, recusa-se a uma política daquilo que seria considerado até pelo senso comum como clientelista. A esse esforço do parlamentar de manter relações com a população corresponde o interesse que esta também manifesta de ter e manter tal contato, o que fica evidente nas cartas que escreve aos políticos. Escapa a nosso interesse, aqui, discutir se o deputado atende ou não os pedidos, pois o que nos importa é analisar a relevância dada à manutenção de relações com os eleitores e as formas que estas assumem.

A análise de um tipo de material escrito como as cartas revela alguns aspectos específicos, que a diferenciam daquela que é empreendida quando se trabalha a partir de discursos, pois a escrita repousa fundamentalmente sobre uma relação de força entre autor e destinatário, uma vez que as cartas são dirigidas a este

último com um objetivo claro (demanda) e esperam respostas também claras e específicas. Por outro lado, se no caso dos discursos feitos cara a cara ou em público os gestos, atitudes, etc. são elementos importantes, inclusive para dar significado à palavra que acompanham (Goffman 1987; Bloch 1975), homologicamente as cartas revelam na forma como estão estruturadas, na maneira de dirigir-se ao deputado, na letra, no caso daquelas escritas manualmente, no estilo, na ortografia, etc. aspectos importantes relativos aos tipos de pessoa que as escrevem e às diferenças existentes entre elas em diversos níveis.

As cartas trocadas também permitem observar que há uma relação entre a maneira como o político responde e a posição ocupada no espaço político pelo remetente, e é precisamente a análise dessas variações que põe à mostra o funcionamento do sistema político. Nesse sentido, o caso analisado é interessante porque, embora se trate de um deputado que combate a prestação de favores, que ele considera “clientelismo”, a própria existência das cartas, isto é, o fato de a população escrever aos políticos, fazendo pedidos, é revelador de como funciona o sistema político e, portanto, da visão que se tem do papel dos políticos e do que deles a população espera.

O arquivo comporta tanto cartas remetidas por entidades como cartas de particulares, e, embora toda carta, porque endereçada a uma única pessoa, seja privada, poderíamos dizer que em termos de conteúdo é possível estabelecer diferenciações em seu conjunto, traçando um continuum que vai desde aquelas “mais públicas” até as mais privadas. Estamos considerando como “mais públicas” aquelas provenientes de entidades ou aquelas que, embora escritas por particulares, demandando coisas específicas ao deputado, poderiam ser – e em alguns casos de fato o são ou parecem ser – endereçadas a diferentes parlamentares e outras autoridades simultaneamente, posto que nada de pessoal existe nelas que permita pensar o contrário.

Sob essa classificação de “mais públicas”, encontram-se também as cartas que são convites para eventos e que provêm de diferentes entidades, tais como: sindicatos, associações, comunidades, escolas, etc. A diversidade é tanta que, até por isso, merecem ser objeto de reflexão em si mesmas. Alguns desses convites são dirigidos a todos os políticos, no entanto outros o são apenas aos deputados de um determinado partido, ou ainda a alguns deputados, isto é, aqueles que, em sua atuação no parlamento, são considerados especialistas em determinados assuntos (por exemplo, agricultura, questão urbana, sistema previdenciário, etc.).

Quando se leva em consideração seu local de procedência, constata-se que tais diferenças se tornam ainda mais pertinentes, pois na verdade, em casos de eventos especiais, os convites muitas vezes são dirigidos apenas ao deputado e provêm de comunidades ou localidades estreitamente ligadas a ele, isto é, onde é conhecido e reconhecido como alguém ligado à comunidade em questão, o que

não raro corresponde aos locais onde tem suas bases eleitorais. Não se deve, contudo, esquecer que, se de fato os parlamentares têm uma relação mais estreita com os municípios que nele votaram, uma vez eleitos, aqueles municípios que não o elegeram começa a convidá-lo sistematicamente para visitá-los.

Detendo-nos nas cartas escritas por particulares, isto é, por um conjunto de pessoas, ou mesmo por uma única pessoa, mas para fazer um pedido para uma coletividade, elas também podem ser agrupadas de diferentes formas: por assuntos, tipo de pedido, lugar de proveniência, segundo sejam ou não dirigidas a todos os deputados, etc. O que gostaríamos de assinalar é que, independentemente, do que vimos de mencionar e das diferentes formas segundo as quais poderiam ser agrupadas, todas as cartas revelam certa regularidade na forma. Em todas há não só uma maneira de fazer os pedidos mas também uma estrutura que nos permitem falar na existência de um padrão. Há sempre uma introdução, seguida do objetivo da carta, de sua justificativa e de um encerramento. A introdução é o lugar onde quem escreve se identifica, sempre com uma intenção de ser individualizado e reconhecido pelo parlamentar, ainda que este não o conheça ou identifique, por não haver existido nenhum contato prévio entre ambos. Na verdade, ela sempre tentará mostrar que a relação já existia, afirmando, por exemplo: “eu lhe escrevo porque você me escreveu”, ainda que de fato quem escreve tenha apenas recebido material de campanha (santinhos) do parlamentar ou o boletim/jornal de atividades do mesmo, por estar incluído em sua mala direta.

Em outros casos, afirma-se, por exemplo: “eu lhe conheço”, “sou seu parente”, ou faz-se referência a uma terceira pessoa que constituiria o elo de relação, buscando mostrar ser amigo de alguém que o deputado conhece; pode-se também utilizar fórmulas mais diretas, como dar seu nome, identificar a comunidade e município aos quais pertence e mencionar a filiação a outras pessoas ou famílias conhecidas do deputado ou que este possa identificar, caso considere necessário: “eu sou fulano, da comunidade tal, do município qual, filho ou irmão de beltrano”. Quando procede, afirma-se ter votado no candidato ou que alguém a quem se está ligado já votou no político: “eu lhe ajudei na campanha”, “eu trabalhei na sua campanha”, “eu e minha família votamos em você” ou “meus pais votaram em você”, no caso de ser um jovem o autor da carta.

Após essa introdução, faz-se o pedido. Às vezes é um pedido para a coletividade, por exemplo, um professor que pede material para melhorar a sala de aula ou ajuda para um grupo de alunos fazerem viagens de fim de curso, mas a maior parte são pedidos individuais para atender a quem escreve ou sua família próxima, isto é, pais e/ou filhos. Entre os pedidos feitos, os mais frequentes são aqueles que visam a possibilitar o estudo, seja através da obtenção de bolsa de estudos ou de dinheiro para pagar o curso; no caso de saúde, ou se solicita dinheiro para fazer cirurgia ou para medicamentos ou tratamentos, inclusive consultas médicas;

embora em muito menor número, também há pedidos de dinheiro para pagamento de impostos ou de isenção de tal pagamento.

Quanto à justificativa do pedido, são comuns referências à situação econômica, à política governamental ou mesmo críticas ao governo e a sua responsabilidade no assunto que é objeto do pedido, além da menção a situações de crise na família.

Finalmente, no encerramento, agradece-se ao deputado, afirma-se a disposição de lhe dar o voto ou, ainda, promete-se ajuda na próxima campanha eleitoral, em alguns casos chegando-se mesmo a fazer afirmações do tipo: “caso o pedido seja atendido o deputado terá um número x de votos garantidos”. Não poucas vezes se agradece ao deputado por ter enviado seu jornal ou folha de informações de suas atividades.

Quando se analisa quem escreve e se relaciona com o que é demandado, podem-se observar certas regularidades. Grande número de cartas é proveniente de jovens de ambos os sexos que escrevem pedindo bolsa ou dinheiro para pagar os estudos no ginásio e na faculdade. No caso de solicitação de serviços de saúde, a grande maioria dos pedidos vem de mulheres, mães de família que solicitam atenção do parlamentar para si próprias, tanto quanto para seus esposos ou filhos. Nas justificativas ao pedido, argumentam ser viúvas ou mães solteiras ou, no caso de mulheres casadas, alegam situações de crises na família provocadas por doenças ou razões econômicas que impedem o marido de atender ao sustento da família.

O número de cartas escritas por homens, chefes de família, é muito menor, e aqueles que escrevem pedem isenção de pagamento dos financiamentos recebidos, ajuda monetária para pagá-los ou isenção de impostos. A perda da safra, impedindo o cumprimento dos compromissos com o pagamento dos financiamentos ou impostos, e/ou a responsabilização da política do Estado pela situação são as razões que justificam tais demandas. Existe no arquivo um único caso, o de um vizinho do deputado, em que se solicitam recursos em dinheiro para pagar dívidas de impostos argumentando uma situação de crise na família, especificamente sua doença e a impossibilidade de continuar trabalhando, sem que tenha outras formas de renda em seu grupo familiar.

Os pedidos feitos por carta reproduzem o que acontece nos comitês durante a campanha eleitoral, quando as pessoas chegam até os mesmos para fazer solicitações. Ali, como aqui, as justificativas evidenciam diferenças segundo quem as faz e o que solicita, e isso foi objeto de análise de um trabalho anterior (Heredia, 1996). Como ali assinalamos, há correspondência entre, por um lado, os membros da família que fazem o pedido e o que pedem e, por outro, a posição que cada um ocupa dentro da família. Entre os casos analisados anteriormente e os das cartas, há em comum o fato de seus autores serem provenientes de comunidades

rurais, nas quais o chefe da família é o responsável pelo sustento da mesma e, conseqüentemente, a solicitação de ajuda feita a um terceiro, e especialmente alguém tão distante quanto um político, põe em evidência, de forma pública, porque exterior a sua família, sua incapacidade de sustentá-la. Trata-se, portanto, de uma situação que, por ser pública, o expõe e põe em xeque sua autoridade e honra, não apenas face a sua família, mas face ao mundo exterior a ela, pois pedir é motivo de vergonha. Por essa razão, são muito poucas as cartas escritas por homens, solicitando ajuda, e, nos casos em que escrevem, eles têm uma relação prévia com o deputado (seja diretamente ou por meio de alguém muito próximo do mesmo, ou ainda por serem do município ao qual o deputado pertence). Nesse sentido, a carta enviada pelo vizinho do deputado é exemplar do que vimos de assinalar.

Nessas comunidades analisadas, cabe à mãe de família a provisão dos meios necessários à saúde e educação dos filhos menores, situação que se reflete também nas cartas analisadas. As mulheres que escrevem o fazem como mães de família e os pedidos respondem a sua área de responsabilidade e, por conseguinte, autoridade. Nos casos de mulheres que solicitam outros favores, como dinheiro para o sustento da família, trata-se de viúvas ou mães solteiras, como deixam claro, e portanto chefes de família. Finalmente, é interessante observar que são jovens os que solicitam bolsas de estudo, não crianças, posto que, enquanto crianças, eles estão sob a responsabilidade da mãe, e cabe a ela fazer esses pedidos.

A tentativa de se mostrar próximo do deputado, além do fato de se identificar e indicar a quem a carta é dirigida, confere seriedade e veracidade à mesma e ajuda a justificar o pedido de ajuda a alguém de fora da unidade doméstica. Afinal, em situação de crise, justifica-se recorrer a alguém conhecido em quem se tenha confiança. É por isso que grande número de cartas provém da região de origem do deputado, o que corresponde, por sua vez, à região onde se concentram suas bases eleitorais. Isso pode ser observado com clareza quando, após a análise dos lugares de procedência das cartas e da feitura de um mapa, a superposição deste último àquele dos votos do parlamentar revela uma correspondência muito grande entre ambos, reforçando o já assinalado caráter “regionalizado” das candidaturas no âmbito estadual.

A importância atribuída pelo parlamentar à resposta das cartas recebidas não é uma exceção, mas um fato comum ao conjunto dos parlamentares. Nesse sentido, é mencionado como exemplo, pela equipe do gabinete do parlamentar que é objeto de análise, o caso de outro deputado muito bem votado do mesmo estado, o qual, por receber um número muito grande de cartas, responde algumas delas através da coluna de que dispõe no jornal mais popular do estado.

Da leitura do conjunto de respostas, depreende-se que, embora se possa

falar em uma certa padronização das respostas, estabelecida pelo parlamentar, constata-se também que, independentemente do teor da carta recebida, em todas as respostas há uma intenção de personalizar a relação com o destinatário. Ao ler as cartas em sequência temporal, observa-se que, no início de sua gestão, o deputado, sem experiência no assunto, respondia individualmente cada carta. Com o decorrer do tempo, contudo, houve um aprendizado que o levou a estabelecer certo tipo de padronização nas respostas, inclusive construindo modelos de resposta segundo o tipo de demanda. No entanto, em todos os casos continua a ser o próprio parlamentar quem decide qual e o tipo de resposta, escrevendo instruções do tipo: resposta padrão. Todas as cartas de particulares (isto é, aquilo que não são simplesmente convites enviados a todos os deputados) são lidas pelo deputado, que escreve a mão na própria carta recebida as instruções de como deve ser respondida. Em geral, há uma frase, também padrão, indicando ao responsável pela escrita que essa carta deve ser respondida na forma padronizada. Caso contrário, ele mesmo responde ou escreve dando instruções de como deve ser respondida.

Não poucas vezes é o próprio deputado quem escreve uma resposta integral, e essa resposta pode tanto ser digitada no computador pelo responsável pela correspondência, como há casos em que, além de ele próprio escrever a mão, solicita que seja assim enviada. Nesse caso, faz-se uma cópia, que é arquivada, o que mais uma vez revela o cuidado com a correspondência.

Se o fato de responder a todas as cartas já é um gesto de deferência, lido pelos que recebem a resposta como uma atenção personalizada a sua demanda, o fato de a resposta haver sido escrita pelo próprio parlamentar, como é revelado pela escrita a mão, põe em evidência a personalização da relação e reforça a deferência para com aquele que escreve. Outra forma de deferência é a resposta a algumas cartas via telefone. O deputado responde por esse meio quando quem escreve é alguém ligado a sua família direta ou se menciona na carta alguém de sua família; quando o remetente é alguém que o parlamentar conhece e/ou é de alguns dos locais por ele considerados importantes em termos das relações de proximidade que mantém com essa localidade; ou, ainda, quando considera que a relação que tem com quem lhe escreve exige a informalidade/urgência de um telefonema. No caso dessas cartas respondidas telefonicamente pelo parlamentar, isto é registrado na própria carta enviada: “respondida por telefone”.

Mesmo no caso de uma forma de comunicação mais distante e, aparentemente, de todo impessoal, como o boletim, há sempre uma preocupação do parlamentar de personalizar a relação com a população, uma preocupação de tornar o boletim mais específico daquela região ou de um determinado grupo social ali estabelecido. Essa preocupação é uma característica dos parlamentares em geral, existindo, inclusive, diversos mecanismos para personalizar a relação. É o caso

do envio, por alguns políticos, de cartões de felicitação no aniversário daqueles que fazem parte das listas que possuem; é o caso, ainda, de certos recursos utilizados para fazer com que uma carta genérica se personalize, como a inclusão da assinatura “original” em cada carta ou a utilização do endereçamento individualizado, com a menção do primeiro nome do destinatário no cabeçalho.

A leitura das cartas revela alguns outros aspectos que seria necessário assinalar. Pelo fato de o pedido não ser feito cara a cara, mas por escrito, quem o escreve se expõe muito mais e, assim, seu esforço é grande no sentido de colocar o político em dívida para com ele, tentando assim reverter a situação de estar fazendo um pedido. A forma utilizada é assinalar e reforçar que o deputado se eleger com seu apoio e, por isso, agora deve retribuir. As cartas, portanto, acabam sendo uma forma de pressão importante⁹. O pedido é colocado como fazendo parte de um sistema de relações de reciprocidade, isto é, um sistema no qual a relação supõe um intercâmbio de favores e objetos entre as partes envolvidas. As cartas constituem, assim, um elemento importante, pois aqueles que as escrevem têm a intenção explícita, ainda quando estão fazendo um pedido, de pôr em evidência que esse ato não constituirá uma dívida original, mas, ao contrário, o ato de escrevê-la é posto como sendo apenas um momento no fluxo de uma relação que é mais ampla e que, portanto, constitui um continuum que teve início muito antes da existência do ato do pedido e terá continuidade para além daquele ato.

A sequência temporal em que as cartas são escritas põe em evidência um fluxo de cartas constante, salvo o momento que precede a eleição, no qual o fluxo aumenta, para em seguida às eleições – quando as cartas fazem referência ao voto dado – diminuir por um pequeno período e logo em seguida voltar a crescer.

As cartas, enfim, atualizam relações de fidelidade, criam outras e até podem romper as existentes, constituindo-se, portanto, em um elemento importante e às vezes pouco visível, que ajuda na compreensão das relações mais visíveis, isto é, aquelas que acontecem entre políticos e população durante o tempo da política.

Notas

¹ Embora nossa reflexão seja feita a partir da análise concreta das relações estabelecidas por um deputado estadual com a população, consideramos que ela é extensiva às relações existentes entre o conjunto dos deputados estaduais e a população, assim como acreditamos que ela pode contribuir para pensar também as relações entre deputados federais e a população.

² Contamos com o material completo proveniente do arquivo de um deputado estadual de Rio Grande do Sul e que reúne o conjunto da correspondência – inclusive todas as cartas enviadas ao deputado e respondidas por ele – referente ao período compreendido entre 1997, momento em que assumiu o cargo, e o fim do ano 2000. Queremos deixar registrado nosso agradecimento ao deputado que, conhecendo o trabalho que realizávamos, por iniciativa própria pôs tão generosamente a nossa disposição seu arquivo completo. Também lhe agradecemos haver

facilitado o contato com os membros de sua equipe para as entrevistas que considerávamos necessárias. Se mantemos seus nomes em sigilo, é para respeitar a tradição antropológica de anonimato dos informantes, e não porque tenha havido qualquer solicitação por parte dos entrevistados. Luciano Senna Peres e Maria Amália Oliveira, Ivan Abreu Stübich, bolsistas de Iniciação Científica (CNPq), foram responsáveis pela organização e classificação do todo o arquivo. Agradecemos a eles sua contribuição.

³ Para uma análise do lugar do gabinete nas relações que ligam os parlamentares com outros políticos, ver Bezerra 1999.

⁴ A literatura tem refletido sobre esse aspecto, portanto não vou me estender sobre ele. Remeto especialmente ao trabalho de Karina Kuschnir (2000).

⁵ É muito frequente entre parlamentares que essas listas sejam adquiridas comercialmente.

⁶ Em trabalho anterior, foi objeto de análise a importância das visitas na relação político-candidato e as obrigações que elas geram (Palmeira e Heredia 1995).

⁷ Os integrantes da equipe do gabinete relatam casos de diversos parlamentares que dispõem de locais na capital para hospedar as pessoas que vêm do interior, inclusive prefeitos e vereadores, e para isto ou pagam hotéis com os quais têm acordos ou dispõem de apartamentos ou hospedarias destinadas a esse fim, ao que se soma o fato de disporem de gente que acompanha os trâmites burocráticos. Isto é objeto de críticas, porque tal tipo de assistência gera uma dívida por parte daquele que a recebe e, afirma-se, a assistência é dada propositalmente, como maneira de obrigar quem a recebe a votar no parlamentar que a presta, situação que é caracterizada por nossos informantes como geradora de uma relação de tipo clientelista.

⁸ É bastante frequente que entre os telefonemas recebidos se atendam pedidos de informação sobre processos, leis ou outros tipos de assunto que são da alçada de vereadores e prefeitos.

⁹ Para uma análise da especificidade e força que tem o escrito, ver Lenoir 1988.

CAPÍTULO 5

Política, família, comunidade*

Nas comunidades camponesas, a política não é um tema que faça parte do cotidiano¹. No entanto, isso se altera no período eleitoral, quando a política está presente nessas comunidades tanto através da mídia, especialmente da televisão e do rádio, quanto pela presença física dos políticos e de seus símbolos – bandeiras, cartazes e músicas. Essa presença da política nas comunidades camponesas em tempos de eleição permite-nos dizer, sem temor de equívocos, que nesses momentos ela faz parte de seu cotidiano. É essa presença maciça da política, e a maneira como ela se dá, que nos permite fazer referência ao período eleitoral nas comunidades camponesas como sendo o *tempo da política*².

Propomo-nos aqui a analisar como a política irrompe em tais comunidades nessas ocasiões, isto é, de que maneira é introduzida, se interfere nas relações existentes no interior das mesmas, e como isso se dá. Para tal, na realização deste trabalho baseamo-nos em material de pesquisa colhido tanto numa localidade do Rio Grande do Sul quanto em outra situada na região limite da zona da mata de Pernambuco, nas margens da área canavieira, onde havíamos realizado pesquisas anteriormente.

No primeiro caso, trata-se de área de pequenos produtores de origem alemã e italiana agrupados em algumas *colônias* situadas na região noroeste do Rio Grande do Sul. Denomina-se *colônia* a um conjunto de unidades de residência cercadas pela área destinada ao cultivo e agrupadas em torno de um centro – constituído por uma capela, um salão (às vezes o mesmo espaço é usado como capela e salão) e uma escola – onde se realizam todas as atividades e reúne-se o conjunto dos vizinhos que compõem a colônia. Por sua vez, um conjunto de comunidades situadas em sequência espacial constitui uma determinada linha.

* Este texto foi escrito por Beatriz M. A. de Heredia e originalmente publicado em M. Palmeira e M. Goldman (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

No caso de Pernambuco, trata-se de um *Sítio*. Assim se denomina um pequeno núcleo populacional constituído por unidades também chamadas *sítios* – compostas pela casa, rodeada por um roçado (parcela de terra de cultivo) – que se localizam nas partes altas, ou *chãs*, e nas proximidades de uma antiga grande propriedade da qual alguns dos atuais pequenos proprietários no passado foram trabalhadores (*moradores*) e onde outros ainda hoje vendem temporariamente, eles próprios ou seus filhos, sua força de trabalho³.

Em ambos os casos, as unidades de residência são os grupos domésticos compostos por pai-mãe e filhos solteiros. Também em ambas as situações essas unidades estão frequentemente ligadas entre si por relações de parentesco, de modo que a maior parte dos que residem num mesmo local são simultaneamente vizinhos e parentes, essas relações de parentesco com muita frequência estendendo-se às localidades próximas.

Nessas localidades, a posição que cada membro do grupo doméstico dentro dele ocupa está estreitamente ligada às atividades que são realizadas no âmbito da parcela familiar (roçado) e na casa. O reconhecimento social da participação num desses espaços delimita as esferas masculina e feminina e aquilo que se denomina *trabalho*.

O trabalho no roçado, responsável pelo abastecimento de produtos considerados prioritários para o consumo familiar, tem um caráter dominante frente à casa e é masculino. O pai de família executa as atividades nesse âmbito. Ele é o responsável pelo sustento do grupo doméstico e, baseado nessa autoridade, representa-o frente ao mundo exterior. É fora que se manifesta a autoridade existente no interior do grupo doméstico, e é por isso que cabe ao pai de família toda a gestão da relação com o exterior, o que, dependendo do contexto, inclui a relação com as unidades domésticas vizinhas, a compra e a venda de produtos, a relação com a feira, com o sindicato, com as cidades vizinhas, etc.

No caso da venda de produtos, especialmente da venda daqueles produtos que põem em evidência a sua existência enquanto pequeno produtor e que, por isso, simbolizam sua autonomia enquanto trabalhador livre, isto é, produtor, sendo de responsabilidade masculina, ela é feita exclusivamente pelo chefe de família. Esse princípio aplica-se independente do lugar físico onde essas transações se realizam. Assim, quando a venda de produtos é efetuada no espaço da casa, ela também é de responsabilidade masculina. É precisamente no contato com o mundo exterior que se tornam evidentes as esferas de autoridade interna existentes nas relações estabelecidas dentro das unidades domésticas.

Tudo o que é público, por implicar uma relação com o exterior, é masculino, inclusive a política. Embora o ato de votar propriamente dito seja secreto, ele não só se realiza em lugar público, como também envolve relações com o mundo exterior, sendo também ele, portanto, uma atividade masculina.

Pelo esquema de autoridade que acabamos de descrever, a ligação estabelecida por um chefe de família automaticamente compromete o conjunto do grupo doméstico que se encontra sob sua autoridade. Por isso, o voto não é individual. Isso é reconhecido no depoimento de um desses chefes: “Na minha casa o deputado X tem 5 votos.” É reconhecido ainda por parentes e vizinhos, e até pelos próprios candidatos, que assim o formulam: “O candidato tal tem os votos de fulano” – a expressão “votos de fulano” referindo-se aos votos da família de determinado chefe de família.

O fato de o voto não ser uma decisão individual, e de ser de responsabilidade masculina, isto é, do chefe de família, é expresso no depoimento da esposa de um pequeno produtor: “Não sei ainda em quem vou votar porque meu marido ainda não resolveu.” Ou no da filha que ainda mora com o pai, que diz: “Em casa falamos sobre os candidatos, mas é o meu pai que diz em quem vamos votar e que devemos votar todos juntos.” Esta é a prática nessas comunidades, a unidade no voto exemplificando a unidade da família. No entanto, assim como cabe ao pai administrar as decisões individuais com relação ao voto dos filhos, cabe-lhe também administrar situações de tensão que podem acontecer caso um dos membros de seu grupo doméstico queira votar em alguém diferente de quem tenha sido por ele escolhido.

As implicações do que acabamos de mencionar variam, segundo os membros envolvidos. De maneira semelhante ao que acontece em outros âmbitos da vida social dessas unidades, a possibilidade de conflitos está intimamente ligada ao ciclo de vida de seus membros. Embora os filhos, durante o tempo em que fazem parte do grupo doméstico, independente de sua idade, estejam sob autoridade paterna e portanto sejam considerados como menores, é socialmente reconhecido que a esfera de individualidade aumenta com a idade. Portanto, quando o filho trabalha e essa capacidade é objeto de reconhecimento, quer seu trabalho se realize no roçado familiar quer ele trabalhe fora do mesmo, considera-se que esse filho está em condições de se casar e constituir uma nova unidade doméstica, e, assim, de ser adulto.

Como, no caso dos grupos domésticos que contam entre seus membros com filhos homens, é frequente estes trabalharem, ainda que temporariamente, fora da unidade doméstica, pode acontecer que as relações que venham a estabelecer fora do grupo doméstico levem-nos a ter um voto distinto do da família⁴. Nesses casos, e frente à impossibilidade de unificação do voto, para evitar um conflito que poderia ameaçar o esquema de autoridade, o pai de família não só não discute a decisão do filho como também assume que esse filho vote por si, dizendo: “O voto é livre.”

A divisão dos votos entre os membros da família também se justifica quando o chefe do grupo doméstico está ligado a diferentes candidatos. Essa situação

gera uma tensão que precisa ser administrada. Em tais casos, que não são tão raros, é que se opta por dividir os votos no interior da família, apesar de se saber que ao distribuí-los entre diferentes candidatos se estará anulando o conjunto dos votos. Assim se expressa a filha de um pequeno produtor: “O pai diz para a gente qual é o melhor candidato, e às vezes a gente diz para ele que tem outro candidato que é melhor, mas ele diz que se a gente dividir os votos, acaba que, cada um votando num candidato diferente, anula o voto do outro.” Essa situação de ter ligação com diversos candidatos pode ainda incluir um componente de tensão a mais, caso os votos com que se conta na sua família não sejam suficientes para ser distribuídos.

A política é externa, e portanto masculina. São por isso os homens que falam de política. O que no entanto não significa que as mulheres não o façam, só que o fazem sob certas circunstâncias, assim como acontece em outros âmbitos da vida social. Embora sejam os homens que trabalham, isto não quer dizer que as mulheres não exerçam nenhum papel concreto nesse âmbito; ao contrário, elas realizam atividades no roçado, vendem produtos, compram, mas essas atividades reconhecidas como masculinas, ao serem desenvolvidas por mulheres, são consideradas como *ajuda*. As mulheres só serão responsáveis por elas caso não tenham marido e/ou filhos em idade de substituir o pai. O mesmo acontece com a política.

Desse modo, é possível encontrar mulheres falando sobre política com as vizinhas enquanto lavam roupa, quando uma vai à casa da outra pedir algo emprestado, ou quando se encontram indo pegar água. Nessas ocasiões, comentam especialmente sobre os comícios, as visitas de candidatos, sobre em quem vão votar os seus vizinhos e parentes, ou ainda sobre “fococas” e detalhes da trajetória de alguns candidatos que elas conhecem por sua atuação anterior à candidatura. No entanto, se estão fora de casa, em espaços públicos como a feira, por exemplo, é pouco o que falam, e sempre em voz baixa. Comentam fatos acontecidos no momento, mas sempre na ausência de homens. Se um deles está presente, as mulheres não falam de política, apenas escutam. Mesmo dentro de casa, na presença de um homem de fora, só o chefe de família fala, enquanto as mulheres se limitam a escutar. Tivemos oportunidade, tanto em Pernambuco quanto no Rio Grande do Sul, de participar de algumas festas da comunidade durante o período eleitoral. Nelas pudemos observar que homens e mulheres se reúnem em rodas separadas. Nas pequenas rodas de mulheres, vizinhas e parentes, faziam-se comentários sobre os políticos, porém nunca na presença de homens, ainda que conhecidos. Para citar apenas um exemplo, num percurso de ônibus de uma vila à outra, no interior da região da mata de Pernambuco, a pesquisadora estabeleceu conversa com uma mulher sentada ao seu lado. Ela foi bastante falante sobre outros assuntos, mas, ao se referir à política, foi relutante:

“Eu não sou da política, não sei em quem vou votar, nós não resolvemos ainda, meu marido diz que não resolveu ainda, e o que ele resolver, eu vou junto.” As mulheres portanto comentam, falam informalmente, mas a elas não é socialmente reconhecida a legitimidade para opinar e decidir acerca do voto da família, o que é responsabilidade masculina. É isso o que significa a expressão “ser da política” formulada por essa esposa de um pequeno produtor.

Embora a política não seja discutida com estranhos, no caso da comunidade de Pernambuco, com a qual a pesquisadora tem uma relação de mais de vinte anos, foi possível observar o que acontecia no interior do grupo doméstico, tanto quando este se encontrava em sua intimidade, quanto quando estava frente a estranhos. No interior de suas casas, é possível observar que as mulheres, junto ao marido e aos filhos que compõem o grupo doméstico, falam de política. No caso de grupos domésticos que dispõem de rádio ou televisão, o momento da propaganda eleitoral constitui um evento especial. Os membros do grupo doméstico reúnem-se para ouvir informações políticas, escutam atentamente e comentam entre si, contestando o que ouvem, e inclusive rindo das “mentiras” ditas pelos políticos. Outros momentos em que falam de política são durante as refeições e na volta do roçado, no momento de descanso diário. Fazem comentários sobre as razões pelas quais vão votar num candidato e o porque das exclusões, sobre o voto dos vizinhos e o que o motiva, e ainda sobre as casas visitadas pelos candidatos, o que eles oferecem, etc.

Os homens conversam entre si sobre política. No entanto, observam-se diferentes maneiras de falar que variam segundo o contexto e o interlocutor: tanto se fala dos políticos em geral como de candidatos específicos. No caso dos políticos em geral, o discurso é sempre negativo; entretanto, quando se trata de candidatos específicos, estabelece-se uma diferença clara entre aqueles que são avaliados de forma negativa e aquele em quem se vai votar, a referência a este último sendo sempre positiva.

Assim formula sua decisão um pequeno produtor da comunidade pernambucana estudada: “Vou dar o meu voto a ele porque me comprometi, ele me ajudou.” Nas palavras do filho de um outro vizinho, ao se referir à atuação de um político: “Meu pai vai votar em X porque lhe deve muitos favores. Quando eu estava doente, ele deu muitos medicamentos.” Um outro chefe de família, este do Rio Grande do Sul, por fim afirma: “Eu não voto nele. Por que eu devo votar nele, se eu não lhe devo nada?” Ao analisar as citações, que são muitas, é interessante observar certas constantes. Sempre que se faz referência ao candidato em quem se pretende votar, faz-se menção à existência de uma relação personalizada com um candidato, independentemente de plataforma e de partido político, e o voto é apontado como a maneira de se retribuir algo que foi recebido. As palavras utilizadas para assinalar a relação estabelecida com o político em quem se vai votar

põem em evidência termos como *ajuda* – “recebi ajuda” – e estes por sua vez supõem *dívida*, *obrigação*, o que, dito de outro modo, supõe palavra empenhada: “Ele me deu sua palavra e cumpriu, e eu devo dar a ele minha palavra.” Sendo assim, aquele que recebeu ajuda se sente em dívida e, portanto, *obrigado* a retribuir. Se o político cumpriu o que prometeu, no momento de decidir em quem votar, aqueles que receberam algo retribuem o recebido com o voto. Isso vale ainda para o caso da ajuda recebida por não-candidatos. Nesse caso, se quem deu ajuda pede um voto para o seu candidato, aquele que a recebeu o “acompanha” com seu voto: “Eu acompanho Fulano.” Pela mesma razão, é avaliado positivamente um político que retribui a ajuda recebida por outro: “Dr. Luís [prefeito] é bom que ajude seu irmão [Pedro, candidato a deputado], porque o Dr. Pedro o ajudou quando foi eleito.”

Isso estando claramente ligado a outros elementos da vida destas comunidades, onde *ajuda*, *compromisso* e *dívida* têm um significado especial (Palmeira 1991), gostaria de me estender um pouco mais sobre o assunto. Na vida cotidiana, as pessoas ligam-se entre si por meio de trocas de bens diversos que tanto confirmam laços pré-existentes quanto criam novas relações sociais. Essas trocas supõem uma reciprocidade, segundo a qual os que dão também recebem. Assim se relacionam parentes e vizinhos. É a retribuição que garante a continuidade de uma relação estabelecida nas bases de uma troca entre iguais.

Mas isso refere-se às coisas habituais, àquelas que fazem parte da vida cotidiana, tais como o trabalho agrícola, o empréstimo de ferramentas de trabalho, a ajuda nas atividades domésticas e nas enfermidades. Há, no entanto, outros tipos de bens apenas encontrados fora da comunidade (fora do espaço de relações sociais entre iguais): emprego na prefeitura ou no correio, trabalho no hospital, emprego como professor de uma escola, serviços de saúde, serviços jurídicos, acesso a crédito bancário, obtenção de aposentadoria e documentos pessoais, liberação de impostos. Todas essas são coisas que supõem ajuda de pessoas de “fora da comunidade”⁵, de pessoas que possuam um capital profissional ou disponham de relações sociais ou econômicas que lhes permitam mobilizar recursos para atender tais demandas. A fim de obter esses bens, os chefes de família ultrapassam as fronteiras da comunidade, colocando-se numa situação de dívida para com pessoas que não são suas iguais. Essa ajuda gera uma dívida diferente. Trata-se de um tipo de ajuda difícil de ser retribuído e que gera uma dívida moral da parte de quem a recebeu. Ela pode ser “saldada” de fato com o voto. O voto é, pois, a oportunidade de retribuir uma ajuda: “O candidato X me ajudou muito. Eu pedi sua ajuda para fazer minha casa e ele me deu. Eu vou lhe dar o meu voto. Se ele ganhar vai me ajudar mais ainda porque vai ter poder para fazer isto”.

A palavra *ajuda*, utilizada para definir algumas dessas trocas, tem consequências ou implicações diferentes, segundo os parceiros da troca. Esse termo

designa tanto um bem ou um favor vindo de um candidato político ou de alguém influente e recebido por um pequeno produtor chefe de família, quanto o trabalho realizado pela mulher ou pelos filhos no roçado familiar, ou ainda a ajuda de vizinhos ou parentes. Em todos os casos a ajuda recebida supõe uma retribuição, no entanto ela tem implicações diferentes. No caso da ajuda entre parentes e/ou vizinhos, ela é parte de um sistema contínuo de troca, isto é, quem dá ajuda em outro momento a recebe, garantindo-se desse modo a continuidade da relação. No caso da ajuda oferecida pelos membros do grupo doméstico, ela é retribuída com o trabalho do chefe de família e, portanto, não apaga a dívida permanente que os membros do grupo doméstico têm para com o chefe de família responsável pelo sustento da mesma. No caso de se receber uma ajuda de um político, esta tem um significado diferente. O voto, e aqui se encontra o paradoxo, embora permita a retribuição, não permite o restabelecimento do equilíbrio da relação entre parceiros como uma relação entre iguais que intercambiam bens do mesmo tipo. À medida que é com esse voto que os políticos são eleitos, eles, se eleitos, aumentam o seu poder, o que significa aumentar a desigualdade entre o que podem dar e o que de fato podem receber. Dito de outro modo, o voto parece ser a moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito de troca a outro: isto é, de um circuito de reciprocidade – entre socialmente iguais – ao de clientelismo político, no qual o “cliente” se mantém permanentemente endividado face ao “patrão”.

A política não interfere apenas nas relações no interior do grupo doméstico; interfere também nas relações mantidas pelas diferentes unidades domésticas, especificamente pelos chefes de diferentes grupos domésticos, afetando, portanto, as relações entre vizinhos e parentes. Por ser o voto a expressão de uma ligação com um candidato em particular, independentemente de plataforma e partido, e que envolve lealdades pessoais, à medida que se reconhece socialmente que ele está ligado a um compromisso estabelecido por cada chefe de grupo doméstico, não se critica a opção feita pelos demais chefes de família, sejam eles parentes ou vizinhos. Daí as conversas sobre a “política” e os “políticos” serem sempre genéricas quando se fala com pessoas cuja decisão política se desconhece. O que ocorre tanto nas conversas com desconhecidos que se encontram na feira, no sindicato ou nas vendas, quanto ainda naquelas com conhecidos que se sabe terem compromisso com outro candidato. É esta a razão pela qual, salvo quando haja concordância quanto à escolha do candidato ou quando se saiba estar falando com alguém que não tem compromissos estabelecidos com candidatos, existindo, portanto, a possibilidade de se ganhar um voto, não se discute política entre vizinhos e parentes. É mesmo frequente nesse período que irmãos, sejam eles próprios ou suas esposas chefes de família, e portanto pertencentes a grupos domésticos distintos, interrompam o esquema de visitas por

terem ligações com candidatos diferentes. A declaração pública do voto revela precisamente o reconhecimento da legitimidade da decisão tomada pelo chefe de família e, dadas as características assinaladas, desobriga-o com relação ao candidato do vizinho.

Ao se introduzir um elemento externo como a política no interior da comunidade, a possibilidade de se criarem novas situações de tensão é incrementada, uma vez que, pela sua introdução e pela maneira como essa entrada se faz, pode-se contribuir para que fiquem expostas publicamente as diferenças que de fato existem entre os diversos chefes de família. Durante o período eleitoral, não só se põe em destaque o prestígio destes últimos, como também sua falta de prestígio. No tempo da política, os políticos visitam as localidades e vão às casas das pessoas⁶. A frequência dessas visitas e a variedade de candidatos que procuram um chefe de família expõem seu prestígio aos olhos da comunidade, gerando uma certa disputa entre os pais de família, que contabilizam o número de visitas de candidatos recebido. Por sua vez, a falta de prestígio é expressa na formulação ouvida com tanta assiduidade: “Ninguém veio na minha casa.” O prestígio, contudo, ainda pode ser revelado pelo número de consultas recebidas de vizinhos e parentes sobre em que candidato votar, e ainda pela designação feita a alguém da comunidade para convocar as pessoas para uma reunião com o candidato que chegará ao local para este fim. Este último caso é expresso pela fala de um delegado sindical a quem se atribuiu uma incumbência desse tipo: “Esta noite vou testar meu prestígio.”

As dificuldades dos chefes de família para alcançar o suprimento das necessidades do grupo doméstico também correm o risco de se ver expostas durante o período eleitoral. Uma vez que, como dissemos, a autoridade interna se expõe na relação com o que é exterior ao grupo doméstico, tal como acontece na venda dos produtos, no período eleitoral também se pode observar que esse prestígio é posto em evidência pelos pedidos, então bem frequentes, que a população faz aos candidatos.

Há pedidos que são vistos como legítimos de ser feitos aos políticos, como é o caso da obtenção de documentos, da regularização da situação legal da propriedade, da terra ou da posse, entre outros. Mas há outros que podem tornar pública uma situação de ameaça à autonomia do chefe de família. É o que sucede, por exemplo, com aqueles chefes de família que se veem forçados a solicitar a ajuda de um candidato para construir sua casa. Uma vez que cabe ao chefe de família construir a casa onde se mora, eles estão desse modo evidenciando publicamente, frente à comunidade, não ter condições de fazê-lo por seus próprios meios, o que, em última instância, significa falta de condições para sustentar sua própria família. Ao mesmo tempo, à medida que os pedidos realizados revelam a autoridade do chefe do grupo doméstico, espera-se

que as mulheres solicitem coisas tipicamente femininas – aquelas que, no interior do grupo doméstico, são supridas por elas, são de sua responsabilidade, como se dá com os remédios para os filhos e com seu material escolar. Quando se vê uma mulher pedindo portas, tijolos, etc., coisas que são de responsabilidade masculina, isso significa que não tem marido ou, se o tem, que o mesmo não tem condições de prover sua família com esses bens. Além disso, o fato de a mulher ser obrigada a sair de casa para fazer esse pedido a um outro homem caracteriza essa situação como “vergonhosa”. Vergonha esta que fica publicamente exposta frente ao conjunto da comunidade.

De maneira homóloga ao que acontece no interior do grupo doméstico, durante o período eleitoral, a comunidade se esforça para evitar demonstrar sua filiação política. Pelo lado dos candidatos, é frequente ouvirem-se expressões como: “Na comunidade tal tenho tantos votos”, e são essas informações que permitem, não só aos políticos mas também aos membros de outras comunidades, estabelecer diferenças entre comunidades, segundo as tendências dominantes. Há classificações do gênero: “A comunidade tal é PDS”, ou “A comunidade Y é do PMDB”. Pelo lado da comunidade, ela responde com um esforço consciente e proposital para que isto não apareça, ou mesmo não reconhece essa afiliação. É por essa razão que, no momento de realização de comícios e reuniões, participa-se em conjunto, isto é, independente de se dar apoio a esse ou àquele candidato, é a comunidade em massa que está presente nesses instantes, o que pode ser constatado nas mais diversas ocasiões. Na mesma comunidade do Rio Grande do Sul, visitada por dois candidatos de partidos diferentes, pudemos observar que os presentes eram os mesmos nas duas oportunidades, o que também pôde ser observado no caso de Pernambuco. Essas ocasiões podem ser mais ou menos dramáticas segundo a forma, direta ou indireta, como se dê a presença dos candidatos.

Os políticos forcem as situações, seja buscando constantemente entrar na comunidade – e tratam para que essa entrada seja a mais visível possível –, seja buscando apoio entre os chefes de famílias especialmente numerosas, ou até tentando lançar candidatos do interior da comunidade. No último caso, são alvos especiais as pessoas com prestígio reconhecido, e, entre elas, especialmente os chefes de famílias numerosas, que já garantem um grande número de votos dentro da comunidade apenas com sua candidatura (isto é, mesmo não sendo eleitos, já que, no sistema de legenda, os votos dos candidatos não eleitos vão para o partido, favorecendo os candidatos mais votados – e é esta a motivação que preside a indicação de tais candidaturas).

Face ao empenho dos políticos para lançar candidatos nas comunidades, estas tentam evitar que isso aconteça, desestimulando seus membros a se candidatarem e, quando algum se lança candidato, não fazendo campanha para ele,

nem tampouco fixando cartazes ou símbolos na fachada das casas. Esse desestímulo se manifesta no resultado das urnas, como se pode constatar posteriormente. Assim, no caso específico do voto, ainda que a referida falta de estímulo só seja constatada posteriormente, ela será citada por parte dos membros da comunidade, que registra na memória esses fatos, usando-os como um mecanismo de desestímulo nas eleições seguintes.

Tivemos oportunidade de ouvir de diferentes membros de uma comunidade do Rio Grande do Sul que, na eleição anterior, um candidato, membro da comunidade, não só não havia sido eleito, como o número de votos que havia obtido em sua comunidade era menor do que o número de parentes que votavam naquele local. Esse fato desprestigia o candidato, o que fica claro na fórmula: “Nem a sua família votou nele.”⁷ Situações como essas contribuem para indicar que se candidatar é quase certamente ser candidato ao desprezo – comunidade, caso a votação nela obtida não seja tão expressiva quanto se esperava. Testemunhamos o caso de um candidato pertencente a uma comunidade no Rio Grande do Sul. Seus pais também tinham ali sua residência, e, embora ajudassem na campanha do filho não apenas com dinheiro mas também fazendo propaganda, faziam-no sempre fora da comunidade onde moravam.

Quando a comunidade fracassa na sua intenção de desestimular o lançamento de candidaturas e enfrenta o caráter inevitável de tal lançamento, acaba estimulando outros de seus membros a se lançarem por outros partidos, de modo a que seus votos se dividam entre eles, isto é, sejam anulados. Assim, na comunidade do Rio Grande do Sul, onde alguns partidos haviam lançado candidatos nela residentes, os líderes orientavam os vizinhos a lançar tantos candidatos quantos fossem os partidos, pois, desse modo, a comunidade não só evitaria ser classificada como ligada a um determinado candidato, como também dividiria os votos entre diferentes candidatos, tendo maiores chances de anulá-los e mostrar-se imparcial.

A resistência da comunidade a ter candidatos próprios faz sentido, uma vez que quando alguém da comunidade é chamado para ser político está de fato sendo chamado para ser de fora da comunidade, ou, dito em outras palavras, uma vez que quando se traz a política, que é de fora, para dentro da comunidade, introduzem-se relações de desigualdade entre aqueles que eram iguais. No caso de alguém ser eleito, automaticamente esse indivíduo de dentro da comunidade passará a ser de fora, isto é, ele não será um membro a mais, como até então, e portanto será uma perda para a referida comunidade. O fato, portanto, de um indivíduo dar um voto a um parente ou vizinho que é candidato, no esquema da vida cotidiana pode ser visto como apenas um momento da relação que os une e como mais uma situação cotidiana de retribuição de favores, só que nesse caso por meio do voto. No entanto, retribuir com o voto tem, como vimos, um significado

diferente. Afinal, quem o deu estará contribuindo para colocar seu vizinho ou parente em uma condição mais alta na hierarquia social e de poder, e portanto para que o equilíbrio da relação até então mantida não se restabeleça.

O esforço que fazem os candidatos para estar presentes no cotidiano das comunidades leva-os a aparecer nas ocasiões mais diversas, inclusive naquelas que lhe são mais estranhas, como, por exemplo, quando levam suas condolências à família de um morto com a qual não tem nenhuma relação e que às vezes sequer conhece. Situação desse tipo é relatada pela esposa de um trabalhador rural de Pernambuco: “Hoje o enterro está muito frequentado, o morto está bem acompanhado. Todos os políticos vão ao enterro... Eu mesma, se eu morresse hoje, eu estaria muito bem acompanhada, se eu morresse durante o tempo da política eu teria as condolências dos políticos.”

Face a esse esforço dos políticos para entrar nas comunidades, ela reage de diferentes maneiras, tratando não só de afastá-los, como também, sempre que pode, de reverter a situação e tirar proveito da presença dos políticos. No Rio Grande do Sul, tivemos a oportunidade de observar uma festa numa comunidade. Tratava-se da inauguração da capela da comunidade, que reuniria membros de diversas comunidades vizinhas. Na ocasião, diversos candidatos a vereador e a prefeito estiveram presentes. No entanto, sua presença só ficou em destaque na hora do leilão efetuado para arrecadar fundos destinados à aquisição da porta da capela. Os lances foram feitos exclusivamente pelos candidatos, e o leiloeiro, membro da comissão organizadora da festa, estimulava a concorrência entre os mesmos, com o intuito de aumentar a arrecadação. Ele anunciava a cada vez o lance feito, e então nomeava quem o fizera, pondo em evidência sua condição de candidato, e indicando inclusive o cargo que estava disputando e o partido pelo qual o fazia. Embora no decorrer da festa esses candidatos, em rodas pequenas, falassem de política, isso ocorria nos cantos e sempre envolvendo pouquíssimas pessoas, sendo total a ausência de discursos. Entre os participantes da festa, era comentário geral, ainda nas rodas pequenas, que a presença dos políticos tinha o objetivo de arrecadar votos, sendo assim frequentes os comentários acerca de aspectos “morais”, tais como a compra de votos que era praticada por alguns dos candidatos presentes. É interessante ressaltar que em circunstâncias como essas, embora a “política” se faça presente, na verdade são os membros da comunidade que aproveitam os políticos em seu próprio benefício, o que seria, a seus olhos, uma maneira de inverter a relação.

No entanto, o que é uma constante nas diferentes situações cerimoniais ou festivas dessas comunidades é a proibição que se faz aos candidatos não só de fazerem discursos como também de distribuírem material de propaganda. Isso foi constatado em outras ocasiões. Numa comunidade vizinha àquela de Pernambuco estudada, um candidato chegou a uma reunião desportiva e começou a

distribuir panfletos, o que provocou sua expulsão do local, apesar de ser conhecido, o que gerou uma situação de extrema tensão. Em todos os casos, face à impossibilidade de se impedir a chegada de um candidato em ocasiões como as descritas, prefere-se que venham candidatos de diferentes partidos, a fim de se evitar a identificação da comunidade com um partido específico.

O que acabamos de descrever vale ainda para o caso daqueles membros da comunidade que se lançam como candidatos, e que a partir desse momento passam a ocupar uma posição diferente. Ainda que estejam presentes nas festas, como aliás estariam fora do período eleitoral e independente de serem ou não candidatos, a eles é também impedido fazerem campanha, não sendo permitido se utilizarem do fato de serem membros da comunidade para exporem suas idéias políticas, o que, em outros termos, significa – tanto para eles quanto para as próprias comunidades –, não estarem ali presentes enquanto candidatos, mas sim por pertencerem à comunidade.

A análise de inúmeras situações concretas que analisamos permite-nos afirmar que, embora no período eleitoral a política esteja presente no interior da comunidade e interfira em todos os seus âmbitos, a forma como é feita acaba de fato revelando sua externalidade. Assim, a expressão mais frequentemente ouvida para categorizar ou mesmo desqualificar a política e os políticos – “Eles só aparecem no tempo da política” – acaba fazendo referência não apenas ao fato de o político estar ou não presente no dia a dia da comunidades ao longo de todo o ano, mas também ao caráter de externalidade que a política, e conseqüentemente os políticos, tem para a comunidade.

De fato, quando políticos aparecem fora desse período, sua presença pode provocar desconforto, pois espera-se que eles só apareçam durante o tempo da política. Nas vezes em que, fora do período eleitoral, podia-se ver um político nas áreas pesquisadas, ele era visto como o agrônomo que estava trabalhando no local, como o advogado que estava resolvendo um problema de títulos de terra, ou como o médico que cuidava de seus clientes, mas nunca como um político. Ele só será visto como tal no tempo da política – único momento em que lhe é reconhecida legitimidade para estar presente na comunidade enquanto político e fazendo política.

Notas

¹ Constituem nossas referências tanto nossa experiência de pesquisa em áreas camponesas como a bibliografia existente sobre comunidades camponesas no Brasil.

² Para uma análise do *tempo da política* e de seu significado, assim como das implicações do caráter temporal da política, remetemo-nos a Palmeira e Heredia 1995.

³ No caso de Pernambuco, a experiência pessoal de pesquisa (Heredia 1979) somou-se à análise dos dados fornecidos pelo trabalho realizado por Margarita Gaviria na mesma comunidade (Gaviria 1992).

⁴ Esse foi o caso de um dos filhos de um pequeno produtor da comunidade pernambucana estudada. Ele trabalhava numa empresa de ônibus da cidade vizinha, e seu patrão era candidato a vereador no município, o que fazia com que o filho quisesse votar no patrão – fato que foi reconhecido pelo pai.

⁵ Fazer ou não parte da comunidade não diz respeito ao fato de ter ou não residência num local físico comum, mas à relação de proximidade ou distância social.

⁶ Sobre o significado das visitas realizadas pelos políticos durante o tempo da política, ver Palmeira e Heredia 1995.

⁷ Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco, há uma certa correspondência entre sessões eleitorais e colônias ou sítios, o que facilita o controle social dos resultados eleitorais.

CAPÍTULO 6

Eleição municipal, política e cidadania*

Quando nos perguntamos sobre o que está em jogo numa eleição municipal, há várias respostas possíveis, das mais estritamente formais (o cumprimento de uma determinação constitucional) até as considerações de ordem mais estratégica, sobre possíveis consequências de seus resultados sobre eleições futuras, estaduais ou federais. Um outro caminho que pode ser buscado na resposta a essa questão – até agora pouco explorado – passa pela consideração do modo como a população envolvida concebe e vive essa eleição.

Longe da falta de importância que lhe é atribuída por um certo senso comum intelectual, as eleições municipais sempre tiveram grande importância na história no Brasil. Maria Isaura Pereira de Queiroz lembra que a escolha dos vereadores era um momento privilegiado na sociabilidade colonial. Estudos mais recentes (Palmeira e Heredia 1995) mostram a identificação que é feita em municípios do interior brasileiro (e desconfio que não apenas neles), nos dias que correm, entre eleições e política, o período eleitoral sendo concebido como o tempo da política. Trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Numa situação em que mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual mas um empreendimento familiar de “localização social”, as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades. Se isso é verdadeiro para toda e qualquer eleição – e toda e qualquer eleição, ao mesmo tempo que envolve disputa é concebida como festa – vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais. As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios (e aqui me parece que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

* Este texto foi escrito por Moacir Palmeira e originalmente publicado na *Revista Tempo e Presença*, Ano 2, nº 311:7-15. 2000.

Para podermos entender essa distância entre a realidade das representações e das práticas que fazem a política municipal e não somente as prescrições legais nacionais, mas sobretudo o nosso senso comum intelectual – o nosso senso de realidade – sem cairmos na atribuição de exotismos à política paroquial ou na negação de qualquer especificidade à política local, é necessário fazer a crítica de alguns dos pressupostos que têm presidido às análises da “política local” e do “poder local”. Penso na própria contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local. Creio que há mais na contraposição entre “política local” e “política nacional” do que as fronteiras entre a aldeia e a nação. Pesquisas empíricas feitas no Brasil sugerem a pertinência para boa parte da atividade política em nosso país – e não apenas para a política que se faz nos municípios – da afirmação de um grupo de antropólogos e cientistas políticos que estudaram o Sudeste Asiático de que é a própria associação entre política e grupo (qualquer que seja a sua extensão) que precisa ser questionada no caso dos “países em desenvolvimento”. Segundo eles “as relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização da atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão ou ideologia” (Landé 1977:xiii). Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações “corporadas”, mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais pré-existentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa.

Essas relações pessoais podem dispor-se simplesmente em redes sociais, mas podem dar lugar a comunidades, onde o forte sentimento de pertencer está associado à luta por ser igual, ou, nos termos de um autor que estudou aldeias européias (Bailey 1971:3) onde “a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um ‘bom nome’, a evitar a desqualificação social”. Essas comunidades não se confundem com a aldeia, existindo também nas fábricas ou nos bairros das grandes metrópoles e mesmo nos parlamentos. Assim, tanto quanto a “grande política” (a política definida oficialmente como tal) está presente na última das aldeias, através da imposição legal do voto para a eleição dos dirigentes locais, na exigência do cumprimento de certos procedimentos legais para a efetivação dessa escolha; a “política da reputação” não se circunscreve às pequenas localidades, mas atravessa toda a sociedade. Se ela é particularmente intensa naquelas localidades é porque, como lembra Bailey, “a importância da reputação de alguém diminui quando a intensidade da interação também diminui”.

A consideração dessa espécie de “dualidade” da política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional,

fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que têm populações do interior do Brasil do que seja a política. Sem fazer qualquer corte entre modalidades de política, elas pensam a *política*, de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores.

A luta por ser igual que, segundo Bailey, caracterizaria a “pequena política”, por caminho oposto ao da competição do mercado, é capaz de gerar desigualdades, dentro dos limites das pequenas comunidades, equivalentes às provocadas por aquela num âmbito mais largo. No caso das trocas pessoais, feitas das doações desinteressadas, o desequilíbrio no dar e receber pode separar credores e devedores e, se isso não ocorre, é por conta da censura difusa exercida pela comunidade sobre cada um dos seus membros. Numa sociedade que fosse feita de comunidades desse tipo, o controle seria absoluto. Quando essas comunidades existem dentro de uma sociedade hierarquizada, ou, como em nosso caso, de uma sociedade de classes, o que ocorre é, a par da censura, uma exclusão automática “para cima” dos doadores rebeldes, que passam a ser identificados a uma outra classe ou a um outro mundo social. Na realidade, por conta das múltiplas dimensões da vida social, essa exclusão é relativa. O mais frequente, nas áreas rurais brasileiras é, a exemplo de tantos outros lugares, encontrarmos grandes doadores dentro das comunidades operando no limite da “exclusão para cima”, i. e., de ter o poder acumulado pelos favores prestados e não retribuídos a muitos identificado com o poder institucional dos políticos. Não é acidental que os políticos estabelecidos busquem entre esses prestadores de favores (pela quantidade de pessoas que vinculam) os seus “cabos eleitorais” e os seus candidatos a vereador e que as comunidades resistam a “perder” esses seus membros (Heredia 1996). Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de “iguais”, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes.

Externalidade da política não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da política é visto como “pouco conhecido”, “de fora” e identificado a uma entidade de difícil definição, o “governo”, isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal mas sim feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, “pessoas de conhecimento”, o que significa simultaneamente terem instrução, saberem “onde estão as coisas”, conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos lugares, e, sobretudo, serem donos de um certo saber fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie. Se ser portador desses atributos já implica ter poder,

qualifica-os também para fazerem mais e maiores favores, tornando-se ainda mais poderosos. Diante deles, mesmo os eleitores (i.e., todos os que não são políticos) que gozam de uma condição social ou econômica considerada boa se autodesignam como “os de baixo”. As relações entre os políticos são relações de amizade ou inimizade suspeitadas mais do que afirmadas, pois “só sabe dos segredos deles quem está lá dentro”, que revelam atributos ou comportamentos de alguns que contrariam o código moral que prevalece entre os “de baixo” – de determinado político (um prefeito) dizia-se que demorava horas no banho; de outro, que dormia até tarde; de um candidato derrotado, contava-se, ironizando o seu insucesso, que “gostava muito da família” (não saía de casa para fazer campanha) – ou acentuam qualidades de outros – “trabalha muito, quase não dorme; mal o dia aparece, já está de pé”; “caminha o dia todo se informando da situação do povo” e assim por diante – que vão configurando imagens de certa durabilidade.

Por ser externa, por não atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser, de algum modo, visível. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra; se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores, a palavra deve fazer-se acompanhar da presença física (um vereador que trabalha mas não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir “desprezada”); no caso dos políticos plenos (prefeitos, para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. A obra abre a possibilidade de favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de “patronagem pública”), singularizando o político face ao grande doador não político. Mas, sobretudo, a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política, como transparece no diálogo que presenciei dentro de uma família às vésperas de uma eleição municipal em Pernambuco:

Filho (dirigindo-se ao pai que saía de casa): – “Vai fazer política?”

Pai: – “Não. O secretário [o secretário de agricultura do estado, que se encontrava no município] vai inaugurar umas obras [leia-se: e eu vou acompanhá-lo].”

Filho: – “Oxente! E não é política?”

Mãe (complementando com um resmungo): – “Não é política mesmo...!?”

Se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, i.e., favores e obras todo o tempo; para a comunidade como um todo, há um tempo certo para a política, o “tempo da política”, a “época da política” ou simplesmente “a política”, identificada ao período eleitoral. Isso porque a política

divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar. Quando se diz que “política é festa” não se está simplesmente assinalando o lado festivo das atividades próprias desse período, em que as disputas são dramatizadas de modo quase teatral, mas também indicando que é a própria política (a relação nós-eles, em vários níveis – comunidade/políticos; facção a/facção b, etc.) que está sendo comemorada. Não é casual que nesse período multipliquem-se os favores e avolumem-se as obras. Como também não é casual que, durante esse tempo da política, mais importantes do que as próprias obras sejam as inaugurações de obras.

Mas, a “externalidade” da política “replica”, de certo modo, a oposição entre local e nacional. Quando o que está em jogo não são, como num ideal campo de disputas democrático, grupos que, defrontando-se e conformando-se na elaboração de seus interesses, disputam o poder, mas sim a regulação das relações de partes de uma sociedade com um poder localizado fora dela, o que há é a elaboração de uma distância que, em torno de um líder, produz facções, quase-grupos que se enfrentam no tempo da política, onde a política é identificada com a própria disputa. Fora do tempo da política, a política se confunde com a atividade política da facção dominante, e só em condições excepcionais (uma transição mal feita do tempo da política ao cotidiano ou paralelismo de poderes) o termo se refere à luta entre lideranças de facções antagônicas, como pode ser atestado, a cada passo, em fórmulas verbais como “isso foi naquela política de Fulano de Tal”, “eu não sou da política dele”, “a política do município é comandada por seu Beltrano” ou “o sindicato não se mete em política” (aqui para dizer que um sindicato de trabalhadores rurais que intervém diretamente na política não tem compromissos com a facção no poder). A facção que assume o controle de um município – sintomaticamente identificada pelas demais e auto-referida como “situação” – é, de modo quase automático, associada à política institucional, à política “externa” e legítima, ao “governo” (entidade que corporifica o poder externo), e as demais postas na posição residual de “oposição”. Sua pretensão não é propriamente representar a comunidade, mas ser reconhecida pelos de fora e projetar-se para dentro como se fosse toda a comunidade. Para transformar em realidade a sua pretensão, é preciso anular a facção adversária, neutralizando sua eficácia, monopolizando as funções assistenciais e assim diminuindo a capacidade de doar dos inimigos, cooptando, através de empregos ou cargos na administração, parte de seus membros, ou usando a violência física ou simbólica contra suas lideranças.

Sub-produto do faccionalismo é o “espírito governista” que Victor Nunes Leal, há mais de cinquenta anos, dizia ser a “a marca dominante dessa mentalidade municipal” (Leal 1975[1949]:38) que, paradoxalmente, seria reforçado nas últimas décadas por formas de intervenção mais direta do Estado. A multiplicação

de órgãos públicos federais e estaduais nos municípios durante o período militar, sem que se tenham alterado os critérios de provimento dos postos a eles vinculados, viria a criar uma situação curiosa. Em municípios como o que estudamos, tornaram-se frequentes nos últimos anos – e para isso devem ter contribuído também o desgaste do poder político “tradicional” e o efeito desagregador exercido pelas eleições não casadas – situações de dissociação política entre os que controlam a máquina político-administrativa estadual e aquela do município, fazendo com que os tradicionais enfrentamentos situação-oposição cedessem lugar a certo paralelismo de poder. A vitória de um partido oposicionista deixou de significar necessariamente sucessão no poder. Como o poder local passou apoiar-se sobre dispositivos não meramente locais, tão importante quanto ter cargos na prefeitura é ocupar cargos estaduais ou federais no município (nas delegacias ou departamento de secretarias estaduais ou ministérios federais; na coordenação de programas de desenvolvimento, etc.), para os quais continuam sendo indicados, pelos procedimentos de sempre, políticos “locais”, que, a partir deles, continuarão distribuindo favores e realizando obras. Na disputa que se estabelece, ambos os lados batem na tecla da necessidade de harmonia (para que o seu poder seja completo), ao mesmo tempo que cultivam a divisão (sem a qual, dentro da lógica faccional que continua a dominar o processo político, seriam engolidos pelo adversário no poder), agora com a “vantagem” de que a arma da acusação de mau uso dos recursos públicos deixou de ser privilégio da oposição.

O “governismo” foi reforçado e, hoje em dia, pelo menos nas áreas que estudamos, já não se manifesta apenas nas conhecidas adesões pós-eleitorais de políticos derrotados à nova “situação”, que foi o que chamou a atenção de Victor Nunes Leal, mas está incorporado ao senso comum das pessoas, como transparece – em situações que incluem desde as conversas mais informais até os discursos públicos de políticos – em verbalizações diversas. Como tradução de um certo saber herdado, quando um camponês afirma: “Meu pai sempre disse: vote com o governo.” Como uma consideração de ordem lógico-pragmática, como vi expresso por membros de diferentes categorias sociais: “O que vai fazer um prefeito contra o governo?” ou “Mas tem que reconhecer que um prefeito sem o apoio do governo (estadual) quase nada pode fazer.” Como expressão do pragmatismo político de um especialista que, lamentando a derrota de um candidato a vereador seu aliado, explica-a pelo não uso da posição que ocupava no Funrural, preferindo fazer campanha fora da repartição, “dispersando o favor”. Mas também como uma espécie de formulação doutrinária bastante difundida: “Tem que ser tudo de acordo” ou simplesmente, como afirmava o velho camponês que dizia seguir o conselho paterno, “Tem que haver uma ordem”. Ou ainda, na formulação surpreendente de um militante petista, com uma sempre evocada participação nas greves do ABC paulista no final dos anos 70 e com experiência de campanhas que

colocaram oposicionistas à frente de prefeituras no interior de Pernambuco: “Tem que haver uma harmonia entre prefeitura e governo estadual.”

Onde política e poder são assim concebidos, é pelo menos problemática a associação entre voto e cidadania. Mesmo que o desinteresse da população pelas eleições, suposto por alguns estudiosos da política, não tenha consistência empírica e a regra seja o envolvimento ativo e às vezes apaixonado dos “eleitores” (definidos socialmente mais pelo envolvimento do que pelo título eleitoral) nas atividades que compõem o tempo da política – da exibição dos símbolos de seus candidatos à participação nas manifestações públicas do “lado” (facção) com que se identificam – e que portar um documento eleitoral, numa sociedade em que documentos significam reconhecimento social e lugar numa hierarquia, seja valorizado, o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas, como já foi notado, a uma sinalização de adesão a um “lado” da sociedade. Isso faz com que propostas de transformação social através do voto que trabalham com o suposto de que aquela associação é feita ou pode ser inculcada com facilidade na cabeça dos que votam, mesmo que possam ter um efeito pedagógico de longo prazo, enfrentem grandes dificuldades.

A circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente – marca do trabalho político dos partidos de esquerda e, no passado, também de uma certa direita – e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança. A política é identificada com divisão (ao contrário da família que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade. Sem dúvida, aquele padrão de militância pode legitimar-se ao longo do tempo, mas trata-se de um processo difícil e de resultados incertos.

A não individualização dos eleitores tende a tornar inócuos os apelos à consciência individual. Um exemplo disso são os maus resultados das tentativas de políticos de esquerda ou organizações civis ou religiosas de, diante da “compra de votos”, apelarem à consciência do eleitor, instando-o a não se deixar corromper ou, mais complicado ainda, sugerirem a este mesmo eleitor que, dada a carência material em que vive, aceite o dinheiro ou a cesta de alimentos e, na cabine eleitoral, vote de acordo com suas convicções. Se o apelo primeiro não costuma ser muito ouvido, a sugestão última acaba garantindo o voto no candidato que “compra votos”: que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e votando ser fiel e retribuir, a quem lhe ajuda?

Mas talvez a forma mais sutil de neutralização de iniciativas de mudança das práticas políticas nessas circunstâncias esteja dada na própria maleabilidade do “modelo faccional” que converte a seu favor qualquer tentativa de alterá-lo. Assim ocorre com as tentativas de alterá-lo através da denúncia de seus efeitos. A

confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa. Um discurso que denuncie a iniquidade dos favores atomizados, a discriminação social ou individual que pode engendrar, os privilégios que pode gerar, a necessidade de caminhos alternativos, etc. pode ser aceito com entusiasmo, indicando o conhecimento e o poder que capacitam o candidato como um político, capaz, portanto, de prestar mais e maiores favores, de assegurar mais benefícios para o município, e também de quem se cobrará mais o cumprimento das promessas feitas. Quanto mais ideológico e menos pessoal o discurso, mais forte a identificação pela população do candidato com a política na sua externalidade e no seu esoterismo. Um efeito, até certo ponto paradoxal, disso é fazer com que mesmo os candidatos mais identificados com o lugar sejam levados a adotar em suas campanhas uma retórica estranha ao linguajar cotidiano, próxima daquela dos “candidatos ideológicos”, para serem identificados como políticos. E, no outro extremo, é uma cena comum os candidatos mais ideológicos queixarem-se de estar sendo obrigados a “meter a mão no bolso”, isto é, para serem capazes de estabelecer vínculos com os eleitores terem que aceitar a “lógica” da doação e do favor.

Assim pode ocorrer também – e o último exemplo já nos aproxima desse campo – com as tentativas de enfrentar aquele “modelo” no plano, não do discurso, mas da prática. Um líder popular (e aqui penso na trajetória de líder sindical dos mais combativos da área canavieira de Pernambuco que entrou na política no final dos anos 80), que se faz reconhecer através da coordenação de grandes ações de massa, impessoais, de defesa dos trabalhadores, pode transformar-se, sem que dê conta, da noite para o dia, na esteira de uma votação expressiva, insuficiente para alçá-lo à prefeitura mas mais do que suficiente para anular o terceiro colocado, em chefe de uma facção política, passando a agregar ao seu redor uma parte grande dos derrotados. Neste caso, é o caráter não faccional de seu grupo, cuja existência independe de controlar a prefeitura por estar ancorado numa prática não política, a prática sindical, que vai permitir a sua permanência como líder político entre duas eleições e o aparecimento da nova facção, construída sobre relações pessoais como qualquer outra embora basicamente circunscrita a uma mesma classe social, que, aliando-se a algumas outras facções excluídas do governo local, vai fazê-lo prefeito do município quatro anos depois.

Mas, se o modelo faccional é um obstáculo a que partidos ou grupos políticos com propostas de transformação social, que tragam em seus fundamentos as noções de igualdade política e autonomia dos cidadãos, consigam assumir o poder político no município guardando a sua identidade, ele representa um obstáculo ainda maior à implementação desse tipo de proposta quando ocorre o sucesso eleitoral. Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de

política como “ação de Estado” ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável. Uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a “política” *a* ou *b*, mas simplesmente – e é isso que se espera dele – “faz política”.

A tentativa de racionalização da administração municipal empreendida por um prefeito do sertão pernambucano, eleito em 1988, no bojo de um movimento popular contra doze anos de domínio da política municipal por um mesmo “grupo”, serve bem para ilustrar este ponto. Querendo descentralizar o governo municipal, dividindo o trabalho entre secretarias e evitando as duplicações de funções, dirigiu a atividade de cada uma delas para um fim específico, colocando-se ele próprio na posição de um coordenador de ações. Circunscreveu as ações assistenciais, que eram a marca de administrações anteriores, a uma única delas, a “Secretaria de Ação Social”, que, na melhor tradição republicana brasileira, entregou a sua esposa. Ao fim de dois anos de mandato, ele comentava bem humorado: “O povo diz que ela é que é a prefeita”. Seis anos depois, graças ao exercício intensivo e exclusivo das tarefas assistenciais, como que confirmando o poder premonitório da “voz do povo” ao identificar quem “fazia política”, ela seria eleita prefeita do município, sucedendo ao sucessor do marido.

Onde se conseguiu implementar programas políticos efetivamente renovadores, isso foi possibilitado pela capacidade de certos grupos ou de certos líderes de capitalizarem a seu favor aquela maleabilidade do “modelo faccional”. Assim, o mesmo discurso programático que serve como identificador dos políticos (medindo sua capacidade retórica e, através dela, sua familiaridade com a política que é o lugar da palavra, da palavra investida de autoridade) pode ser levado ao pé da letra, como promessa, e, em nome do cumprimento da palavra, da honra empenhada na palavra dita de público, ser levado à prática, fazendo tábula rasa dos favores pessoais. Se um tal programa se objetiva em obras, torna-se possível a dissociação entre as duas dimensões da política tal como concebida e vivida pela população, uma tornando-se a negação da outra. Essa contraposição esteve no centro de uma das experiências de investimento sindical na política que tenho acompanhado. No município do sertão de Pernambuco a que já me referi, foi em nome da palavra dada, que o prefeito eleito em 1992, pôde, ao longo do seu mandato, assumir uma postura radical de recusar-se a prestar favores individuais e a praticar o “assistencialismo” (distribuição em massa de alimentos ou outros bens) e cumprir um ousado programa de desenvolvimento de comunidades. Para a implementação desse programa, proposto pelo sindicato do município, foi criada uma secretaria de agricultura, entregue a um membro do “grupo do sindicato” (uma espécie de colegiado de dirigentes, ex-dirigentes e assessores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atuava dentro da chamada Frente Popular

do município), que recebia as demandas dos conselhos comunitários, implantados nos sítios, povoados e vilas, e as distribuía às demais secretarias, exercendo além das suas tarefas específicas, a de coordenar a ação do conjunto de secretarias. Uma peça central do programa eram as “obras comunitárias” – construção de barragens, passagens molhadas, silos, etc. – decididas pelas comunidades, algumas das quais, depois de realizadas, tinham seu uso administrado pelo conselho comunitário. O impacto político, como era de se esperar, foi muito forte no município: o prefeito teve problemas com a Câmara de Vereadores – onde durante a maior parte do mandato não conseguiu maioria; com a facção que alijou do poder – contava-se que o deputado que a liderava dizia que “conselho só de mãe e, assim mesmo, às vezes a gente não obedece” e também perdeu aliados. A avaliação feita pelos adversários e por parte dos aliados que lhe continuavam fiéis era que estava sendo “bom prefeito, mas mau político” ou que “estava fazendo muitas obras, mas a parte social deixava a desejar”. Ao final do mandato, num município em que a população urbana é bem superior à rural e apesar das obras realizadas terem sido basicamente voltadas para a área rural, a aprovação de seu governo apontada pelas pesquisas era de mais de oitenta por cento da população. Note-se que a possibilidade de uma experiência como essa depende menos da decisão solitária de um líder do que do modo como são estabelecidas as alianças políticas antes e depois das eleições. O fato da articulação das diferentes “forças políticas” que se uniram em torno do candidato ter se dado em torno de um programa de governo – e não se ter estabelecido uma aliança na forma convencional dos acertos em torno de distribuição de cargos no governo ou coisas que tais, que se teria, como é feito habitualmente, atribuído um programa, rótulo prestigioso para um conglomerado de promessas eleitorais – seria decisivo. Não era simplesmente um programa de realizações para orientar o candidato na eventualidade de ser escolhido prefeito ou a formalização de um acordo com um grupo político específico. O programa passou pela aprovação de todos os partidos que compunham a Frente e foi levado a palanque pelo candidato a prefeito e por seus aliados, pautando o discurso daquele, que o definia como “a nossa Bíblia”. Isso permitiu, vencidas as eleições, que o novo prefeito fizesse dele o instrumento de que se valeria para operar o “corte brusco” com o “assistencialismo das administrações anteriores”, sendo absolutamente fiel aos valores “tradicionais”. Pois, contra a lógica das doações e do favor, não se perfilava apenas um abstrato programa de governo, mas a palavra dada – e a palavra dada em público – por alguém que, se, como candidato, tinha autoridade, agora era “uma autoridade”. E mais, era uma “palavra dada” que havia empenhado, junto com ela, a palavra de todos os que compartilhavam o mesmo palanque. Por essa razão, é que o prefeito respondia, ironicamente, às críticas que lhe eram endereçadas com uma pergunta: “Estou ou não estou cumprindo o que prometi?”.

Se na experiência que relatamos, as obras tiveram um peso decisivo, também as ambiguidades do favor, nesse e em outros casos, têm sido acionadas para “furar” o modelo faccional. Mostrar a associação entre favor e favoritismo, de difícil equacionamento em palanque, é uma possibilidade real quando se tem o poder. Uma ocasião privilegiada é o momento mesmo em que o poder é assumido, que, na lógica faccional, é o momento das “perseguições”, de que o exemplo mais comum é a demissão de adversários ou de eleitores destes do corpo de funcionários da prefeitura. Não fazer “perseguições” sem cobrar adesões é algo surpreendente e é lido como uma manifestação de generosidade do governante. Se a isso se soma o corte das vantagens de uns poucos e, por exemplo, salários um pouco mais altos para todos, aumenta a credibilidade pública dos que estão começando a gerir o município.

Outros procedimentos têm também sido utilizados para a neutralização da política do favor. Em um município do agreste onde um sindicalista de expressão nacional conquistou a prefeitura, o redirecionamento dos favores pessoais tem tido um papel decisivo na ruptura do modo estabelecido de fazer política. Nesse caso, além da recusa do favor individual não excluir o tratamento cortês dos que os solicitam, houve a preocupação de garantir a obtenção por outras vias do bem ou serviço demandado, que não a doação do prefeito ou de algum intermediário: desempregados pedindo dinheiro, eram encaminhados às frentes de serviço; alguém sem recursos (e só sem recursos) querendo comprar remédios, encaminhado à farmácia comunitária; outros pedidos deveriam ser levados aos conselhos comunitários, mas sempre havendo um acompanhamento pessoal de um funcionário, de modo a garantir a obtenção pelo cidadão daquilo que era buscado. Há a preocupação constante dos que estão envolvidos nesse atendimento de mostrar que o que está sendo dado não é um favor, mas que se está assegurando um direito. Essa política eliminou os intermediários dessa atividade assistencial, geralmente vereadores, provocando também forte reação da parte deles. Mas a aprovação da maioria da população do município a esse modo de gestão está num patamar semelhante àquele de que tratamos anteriormente.

Não disponho de elementos para fazer avaliações mais amplas – sobretudo daqueles casos em que a implementação de experiências como essas seguiu uma via mais estritamente partidária. Mas olhando para as experiências em que o sindicato (e aqui, vale lembrar, estou pensando em municípios do interior e sindicatos de trabalhadores rurais) esteve diretamente envolvido, sou tentado a afirmar que o chegar-se a implementar uma dessas experiências de transformação política – que, às vezes lembram pequenas revoluções – tem a ver com o fato dessas organizações suprirem certos pressupostos da cidadania – em especial, a não internalização das noções de igualdade política e direitos individuais – com o acionamento de uma certa ideia de direito (garantias legais impessoais que têm),

que lhes vêm de direitos coletivos reconhecidos e das lutas coletivas ou individuais para experimentá-los. Talvez mais que qualquer outro grupo, os sindicatos usem as leis – para implementar direitos daquele tipo e para defenderem-se de leis outras que dificultam a sua existência. Essa familiaridade garante a essas corporações de trabalhadores uma entrada singular no mundo da política. Se essas características corporativas e impessoais da sua prática tornam extremamente difícil a transformação de seu poder numérico em voto; quando tal sucesso ocorre, pela continuidade que lhe é garantida por seu caráter corporativo, pela familiaridade com o mundo da burocracia, pela experiência de pensar *ex-officio*, em termos de políticas públicas ou de medidas não individualizadas, têm um peso relativo maior do que as redes ou quase-grupos (de permanência precária e sem capacidade propositiva) que são as facções e sub-facções na composição dos governos municipais, às vezes assumindo funções que tradicionalmente seriam dos bacharéis ou de outro letrados ligados às classes dominantes.

Nos últimos quarenta anos, os sindicatos e algumas outras organizações com perfil próximo abriram uma espécie de brecha na dominação tradicional. Não cabendo por inteiro nos limites das comunidades rurais, por serem parte de uma articulação maior, portadores de regras impessoais e testemunhos de uma outra maneira de recortar a realidade que não aquela prevalecente antes de seu aparecimento, contribuíram, às vezes por sua mera presença, para o reconhecimento de novas posições sociais e para a elaboração de novas identidades sociais, ao mesmo tempo que tornaram mais complexo o “trabalho de dominação” dos dominadores tradicionais e tornaram-se, eles próprios, núcleos de poder paralelos (Comerford 1998). Um poder que, nos últimos dez anos, vêm tentando transferir para a política. Essa transferência é complicada porque não há transitividade entre o poder sindical e o poder político; seus fundamentos são diversos. No caso do primeiro, mesmo quando estão em jogo lideranças unipessoais, elas não anulam a ideia de classe e a noção de igualdade entre seus membros, que faz com que, ao contrário de situações como algumas que apontamos, um trabalhador da comunidade x ou do sindicato, se escolhido pela comunidade ou pelo sindicato, não seja perdido para a comunidade, mantendo-se, contra o esquema tradicional, continuidade entre as duas situações – “se ele não fizer o que prometeu, nós vamos lá e pegamos no pé dele”. Para os trabalhadores rurais, a imagem talvez mais comum do sindicato é aquela da “casa do trabalhador na cidade”, um lugar onde o trabalhador se sente em liberdade. Um trabalhador da mata sul de Pernambuco formulou bem como é visto esse avanço do sindicato em direção à política. Referindo-se à candidatura do presidente do seu sindicato a prefeito, de que se cogitava na época, ele dizia que ele só poderia sair do sindicato “para uma coisa maior (a prefeitura), porque aí a gente passa a ter mais liberdade. Vai ser mais um lugar para se ter liberdade. Com ele lá, a gente tem duas liberdades”.

Parece-me uma ilusão substituímos a utopia de uma grande mudança geral da sociedade, pela utopia de que serão essas e muitas outras mudanças moleculares desse tipo que vêm se dando por toda parte que farão ruir os alicerces da sociedade injusta em que vivemos. Neste plano, também é enganoso trabalharmos com a polaridade local-nacional. É preciso não esquecer que algumas dessas experiências foram asseguradas por mudanças “nacionais”, como o novo papel atribuído ao município pela Constituição de 1988, que, entre outras coisas, garantiu-lhes a elaboração de suas próprias Leis Orgânicas e que algumas dessas experiências podem estar sendo impulsionadas ou, ao contrário, neutralizadas com a oficialização dos conselhos. O importante é que, nessas lutas moleculares, estão sendo experimentadas formas de ruptura com um modo de funcionamento da política que é tão velho quanto o Brasil oficial. Não são ataques externos, mas ataques internos e às vezes muito profundos, embora sem batalhas finais, porque não há vitórias definitivas e o sucesso dessas experiências também geram problemas a serem enfrentados, mas que ajudam a descobrir caminhos novos de enfrentamento, que não têm por que continuar sendo simplesmente locais.

Se pensarmos a nossa experiência de democracia e construção da cidadania referidos à experiência europeia, estamos ainda muito longe daquela revolução operada pelo sufrágio universal que faz Pierre Rosanvallon (1992:11) afirmar que “tornou-se para nós um fato evidente, um dado quase natural da vida em sociedade, que todos os indivíduos, quaisquer que sejam eles, têm um peso idêntico na decisão e na legitimação política”. Se quisermos pensar em termos mais universalistas, é preciso questionar esse suposto universalismo da experiência europeia. Se mesmo ali as vias foram diversas, por que o caminho de sociedades como as nossas tem que ser o mesmo?

As experiências de participação popular – construídas por sindicatos e movimentos sociais podem exibir outras possibilidades históricas. Sobretudo, se tiverem presente que não são um começo absoluto, mas elos de uma cadeia de lutas de vários tipos. Se não fizerem tábula rasa do passado, perceberão elementos democráticos dentro da sociedade desigual em que vivemos, que poderão ser aprofundados. Um deles (em toda a sua ambiguidade) é o lugar social das eleições nos municípios e a paixão pelo voto a que nos referimos. Se isso está amarrado a uma lógica faccional, cumpre desfazer esse nó. E o que as experiências de renovação que estão acontecendo mostram é que há uma multiplicidade de caminhos que, se eventualmente embute descaminhos, mostra que os resultados do jogo não estão decididos a priori.

CAPÍTULO 7

Os sindicatos no poder: que poder?*

O crescimento das organizações de trabalhadores rurais constituiu-se, seguramente, num dos mais importantes processos de transformação sofridos pelo campo brasileiro nas últimas décadas. De algumas centenas de associações e sindicatos, distribuídos por uma dezena de estados, na primeira metade dos anos 60, passamos a quase 3000 sindicatos no final dos anos 70, atuando em todo o país, coordenados por federações estaduais e por uma confederação nacional. Ao longo dos anos 80, os sindicatos de trabalhadores rurais continuaram a multiplicar-se e, associados a eles ou com eles competindo, outras formas de organização camponesa desenvolveram-se.

Todavia, mais importante que sua expressão numérica, essas organizações, especialmente as sindicais, por sua articulação nacional, afetaram de modo significativo as estruturas sociais das áreas rurais. Mesmo ali onde sua atuação era limitada, os sindicatos, por sua simples presença, contribuíram para alterar as relações de poder existentes. Não cabendo por inteiro nos limites das comunidades rurais, por serem parte de uma articulação maior, portadores de regras impessoais e testemunhos de uma outra maneira de recortar a realidade que não aquela prevalecente nessas comunidades antes de seu aparecimento, contribuíram para o reconhecimento de novas posições sociais e para a elaboração de novas identidades sociais, ao mesmo tempo que tornaram mais complexo o “trabalho de dominação” dos dominadores tradicionais¹.

Essa presença desequilibrante ou, na expressão de John Comerford (1998), essa instauração dos sindicatos dentro dos municípios como núcleos de poder paralelos àqueles representados pelo poder do Estado ou de instituições como a Igreja Católica, embora tenha investido os responsáveis sindicais (dirigentes, delegados) de uma certa autoridade, não teve uma tradução direta na política dessas

* Este artigo foi escrito por Moacir Palmeira e originalmente publicado em I. Barreira e M. Palmeira (orgs.), *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume. 1998. pp. 199-235.

localidades. Mesmo ali onde a ação dos sindicatos assumiu um caráter de contestação aberta a uma certa ordem social, a política municipal pôde continuar operando sobre as bases faccionais de sempre.

Como boa parte dessa história coincide com a vigência do regime militar, poderíamos atribuir essa distância entre sindicalismo e política à censura e à repressão políticas. Isso certamente pesou. Mas, formulado nesse grau de generalidade, parece-me ser apenas uma meia verdade. Fosse apenas uma questão conjuntural, findo o regime militar, a intransitividade sindicalismo/política estaria resolvida. As experiências eleitorais sucessivas, após 1986, certamente deram novos contornos à questão, mas ela se mantém no centro das preocupações dos dirigentes sindicais, como transparece na advertência de um dirigente nacional feita em 1992 aos seus companheiros de Pernambuco que pretendiam disputar cargos políticos nas eleições daquele ano: “Sindicato é sindicato. Candidatura é candidatura. Não misturem porque dá choque!”

Da neutralidade

Do que foram a censura e a repressão política direta aos trabalhadores rurais, há registros, embora sua história permaneça por ser escrita. No que diz respeito ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, passada a grande repressão de 1964, com sua onda de assassinatos, prisões, torturas e intervenções em entidades, ela passou a se exercer através da atualização da legislação sindical herdada de período ditatorial anterior – que expressamente proibia a participação política dos sindicatos – pelas delegacias regionais do trabalho. Como recorda um dirigente sindical da área canavieira de Pernambuco, referindo-se a sua entrada para o sindicato em 1965: “O sindicato, naquele momento, era neutro. Não se envolvia com a política. E nós tínhamos o Ministério do Trabalho, o Delegado do Trabalho, que perseguia todo o movimento sindical, bastava ver que alguém estava se envolvendo com a política. Muitas intervenções no sindicato surgiram por conta de envolvimento de líder sindical na política.”

A política visada, naquele caso, era menos aquela envolvida nas disputas partidárias municipais – que o regime militar, ao contrário do Estado Novo, não suprimiu – do que as ações de contestação ao regime autoritário, vistas como “subversivas” pelos governantes de então e como a única política legítima – identificada à democracia e aos ideais de justiça social – de ser exercida pelos sindicatos, na visão dos líderes sindicais. Se esse entendimento, de algum modo comum aos opostos, tornava a “pequena política” paroquial estigmatizada pelos sindicalistas², permitia que o governo fechasse os olhos ou até estimulasse a participação de dirigentes sindicais nessa política “local”.

A “neutralidade” dos sindicatos também tinha outras raízes. Os sindicatos de

trabalhadores rurais surgiram, nos anos 50 e 60, sobre o eixo de disputas ideológicas entre “católicos” e “comunistas”, aqueles acusando estes de “politizarem” os sindicatos e por eles sendo acusados de dividirem o movimento ao criarem “sindicatos confessionais”; mas unindo-se ambos na crítica à interferência do Estado, para voltarem a se acusar mutuamente de conivência com o Estado: “católicos” acusando “comunistas” de, ao associarem sindicato e política aceitarem um “sindicalismo de Estado”; “comunistas” acusando “católicos” de, ao “despolitizarem o sindicato”, aceitarem uma imposição estatal.

A ambiguidade da política sindical do regime militar em seus primeiros anos, assinalada por José Albertino Rodrigues (1969) entre enquadrar os trabalhadores e os sindicatos com os instrumentos da legislação estadonovista (o que acabou por prevalecer) ou quebrar o que havia de sindicalismo organizado, adotando o modelo do chamado “sindicalismo livre”, sem vínculos com o Estado, abriu espaço para uma atividade pedagógica (mas não apenas pedagógica, como o atestam as numerosas doações de veículos e equipamentos e a construção de “centros sociais rurais” junto aos sindicatos) intensa, sobretudo nos anos 64-68, de entidades como Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), braço nacional da AFL-CIO, associado a setores da Igreja Católica e do Governo federal, em que a subordinação do sindicato ao Estado e o envolvimento dos sindicatos em política era objeto de duras críticas.

A retirada forçada dos partidos e movimentos políticos de esquerda da cena sindical, provocada pelo golpe militar, e o progressivo afastamento da Igreja das atividades de promoção do sindicalismo nos anos que se seguiram a 1964, por considerar já “haver cumprido a sua missão”, deixou o movimento sindical dos trabalhadores rurais numa espécie de “orfandade ideológica”. Com a sua rápida recuperação dos ataques sofridos naquela ocasião, os sindicatos tiveram que “improvisar” em matéria de concepções sindicais e políticas³. Assim, houve uma espécie de “reação criativa” do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) contra a legislação sindical e a ação do Ministério do Trabalho, que ameaçavam a sua independência face ao Estado; contra o “modelo católico”, entendido como ameaçando a sua autonomia diante de credos religiosos e também a unidade de um movimento que não era apenas de católicos; contra o “modelo americano”, por ser “estranho” à experiência sindical brasileira – pondo em cheque não a autonomia sindical mas a “autonomia nacional” – e, sobretudo, por ameaçar a “unidade” do movimento, com sua defesa da pluralidade sindical e do sindicato por empresa; e também, por razões diferentes, contra o “modelo politizador” da esquerda – mais do que nunca afastada do poder – por representar também risco à “unidade” do movimento. Assim, “autonomia” e “unidade” tornaram-se noções-chave no trabalho em que se lançaram nacionalmente as novas lideranças sindicais de trabalhadores rurais, principalmente após a retomada da

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aos interventores em 1968. “Política, sim; política sindical, não política partidária” resume, de certo modo, o modo como as lideranças sindicais concebiam a atuação de suas entidades. Ampliava-se o sentido de política sindical e censurava-se qualquer envolvimento com a “política partidária”. Mesmo os que, na política partidária, exerciam uma espécie de contestação “por dentro” eram vistos com alguma desconfiança. Política sindical significava política de classe⁴. Se a luta comum pela redemocratização aproximou o MSTR das forças políticas de oposição ao regime, isso se deu nas grandes mobilizações coletivas, mas não na política eleitoral. Quando esse último tipo de aproximação ocorreu, apesar das orientações gerais do movimento, algumas vezes até com sucesso junto à opinião pública de alguns estados e municípios, ele resultou, no mais das vezes, na ilegitimação sindical daqueles dirigentes que migraram para a política partidária. Era comum, no início dos anos 80, nas reuniões de federações e da confederação, a crítica, em tom de pesar, a companheiros “que se perderam – uma fórmula até então usada para censurar os dirigentes sindicais que se haviam envolvido em corrupção ou aderido ao regime militar – na política partidária”. Aliás, é sintomático que, em anos mais recentes, sindicalistas de grande reputação no movimento, ao pensarem sua curta experiência político-eleitoral, mesmo quando avaliada positivamente, não se furtem a uma espécie de autocrítica, como a que faz um dirigente sindical ao falar de sua atuação como vice-prefeito: “Depois de dois anos na prefeitura, você começa já com o interesse de ganhar as eleições. Você tem perto de você companheiros do mesmo partido que pensam diferente e fazem o assistencialismo e [por isso] você não tem condições de fazer o trabalho educativo, como deveria fazer. Porque, se você for aí bater o tempo todinho, você não se elege. Os outros se elegem e você dança. Essa é que é a questão.”

Mas, se uma determinada experiência histórica e os embates propriamente ideológicos fixaram para os sindicalistas uma certa visão do que devam ser as relações entre sindicatos e política, a ação pedagógica dos sindicatos sobre os trabalhadores rurais, o “contágio” pelo simples contato, mas sobretudo a prática efetiva dos sindicatos – aquém ou além das previsões legais; aquém ou além das intenções políticas de seus responsáveis – iriam singularizar uma certa definição social do sindicato, que resultaria num certo tipo de contraste entre sindicato e política feito pelo trabalhador. Este contraste, por sua vez, iria pesar sobre a ação e as concepções propriamente sindicais, por uma espécie de “contágio inverso” e por estar incorporada às representações individuais do próprio trabalhador que, em certo momento, se torna sindicalista. Mais do que pelas mobilizações políticas – até porque, durante a maior parte do tempo de existência do MSTR, elas estavam proibidas – o sindicato impõe-se aos olhos dos trabalhadores rurais por sua ação em defesa dos direitos legais que, a partir do início dos anos 60, passaram a

valer para esses trabalhadores, e, sobretudo, a partir dos anos 70, por sua ação de assistência previdenciária, em especial a assistência médica. Isso, num momento de grandes conflitos ligados à expulsão em massa dos trabalhadores permanentes das grandes propriedades rurais e de uma redefinição das relações que os ligavam até aquela época aos donos da terra (de quem até então dependiam para ter algum tipo de assistência). Esse tipo de ação permanente, voltada para uma coletividade e, dentro de certos limites, “impessoal” contrastava em tudo com a política concebida, na sua dimensão coletiva, como temporária (existindo apenas no período eleitoral) e, no cotidiano, identificada à concessão de favores ou de uma assistência individualizada, geradores de dívida, vale dizer, criadoras de laços pessoais entre quem concede e quem recebe⁵. Não é, pois, casual que a entrada do sindicato na política não apenas gere polêmicas e crie dilemas pessoais para os sindicalistas, mas provoque a reação dos trabalhadores. Assim, uma das dificuldades apontadas no documento de avaliação de sua participação político-eleitoral feito pelos sindicalistas pernambucanos era que “os trabalhadores temem que os dirigentes abandonem o sindicato por causa da política partidária” (FETAPE 1992:7)⁶. Mas os relatos dos dirigentes sindicais sugerem que está em jogo mais do que o medo da perda dos dirigentes e, assinalando a visão negativa que têm os trabalhadores da política⁷ ou a contradição entre o que lhes foi ensinado pelo sindicato até então e o seu comportamento presente⁸ o que aparece com nitidez é a percepção da diferença – talvez da incompatibilidade – entre o campo das ações sindicais e aquele das ações propriamente políticas. É sintomático que, na hora de submeter ao plenário do encontro sindical aquela que era até então uma das dificuldades de um “grupo de trabalho”, o relator tenha acrescentado oralmente: “Os sindicatos estão cada vez mais com esta preocupação.”

A decisão de entrar na política

Como já assinalamos, houve entre os dirigentes sindicais quem, um pouco por toda parte, desafiasse a orientação nacional do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e se lançasse na política. O caso mais comum talvez tenha sido o de dirigentes sindicais ou trabalhadores rurais sem cargo sindical que, ganhando uma certa popularidade por sua atuação assistencial ou simplesmente reunindo a seu redor algumas dezenas de votos, eram chamados para candidatarem-se a uma cadeira de vereador, de forma a somar legenda a uma das facções (Arena 1, Arena 2, Arena 3, ...) identificadas com o regime militar, que disputavam o poder local. Sentindo-se constrangidos pelo convite feito por alguém investido de autoridade⁹ ou sentindo-se vocacionados para a política¹⁰, uma vocação às vezes “revelada” pelo próprio convite, o trabalhador acedia pessoalmente ao chamado¹¹. Mas houve também os que se associaram a grupos de oposição ao regime

militar, principalmente àqueles que tentavam estruturar nos municípios o partido de oposição legal nos anos 70, o MDB, às vezes dispendo-se a concorrer a cargos eletivos.

O enfraquecimento do regime militar, na passagem dos anos 70 aos anos 80, com uma certa revalorização do processo eleitoral, e, sobretudo, as fortes mobilizações de trabalhadores rurais que ocorreram no mesmo período, dando maior visibilidade ao MSTR, iriam reforçar o apelo da participação eleitoral. Por um lado, multiplicaram-se as candidaturas “por pressão de grupos políticos locais”, para usar uma fórmula cara às lideranças sindicais. Por outro, aumentou o assédio aos dirigentes sindicais por parte das forças políticas de oposição, especialmente de seus setores mais à esquerda, para que o MSTR se posicionasse político-eleitoralmente – agora, com a volta à cena pública de antigas lideranças e com o aparecimento de organizações concorrentes¹², ao contrário do que ocorrera até então, numa situação de perda daquela espécie de monopólio organizacional dos trabalhadores rurais que exercia. Essa cobrança feita por parceiros da luta pela redemocratização teve como resultado tomadas de posição da CONTAG e das FETAGs diante dos processos eleitorais, no sentido de exigir definições dos candidatos, sobretudo daqueles que pleiteavam cargos majoritários estaduais e federais, diante das reivindicações específicas dos trabalhadores rurais ou do conjunto da “classe trabalhadora” e de questões políticas mais amplas, como o restabelecimento do estado de direito no país, mantendo, todavia, sua posição de não alinhamento partidário e de não lançamento de candidaturas. Mas, nos municípios, essa distância das disputas eleitorais começou a ser quebrada em 1982, com o lançamento de candidaturas de sindicalistas rurais ou com o apoio dos dirigentes sindicais a candidatos outros com cujas bandeiras se identificavam pessoalmente ou percebiam como semelhantes àquelas defendidas pelos sindicatos¹³. Já não eram mais simplesmente decisões individuais, nessa ou naquela direção. Eram iniciativas locais, mas coletivas¹⁴. O sucesso de alguns desses candidatos a cargos municipais lançados pelo país afora iria criar uma situação nova para o movimento. Como conviver com esses sindicalistas-políticos (e o ter um cargo público retira qualquer ambiguidade ao seu reconhecimento como “político”) que eram a corporificação da “mistura” tão condenada de sindicato com política? No caso de Pernambuco, os eleitos não foram tão numerosos assim. Em compensação, eram alguns dos mais reconhecidamente atuantes sindicatos de áreas geográficas socialmente críticas, como a zona canavieira, desde 1979 sacudida por grandes greves, e o sertão do Pajeú, que estava saindo de uma seca prolongada, atravessada por protestos sociais de um certo porte, que passavam a ter dirigentes ou assessores seus com mandato político.

Os anos entre 1982 e 1986, com a campanha nacional pelas eleições diretas, de que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais participou ativamente,

embora de modo desigual; a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, que mereceu apoio explícito da CONTAG e de grande parte das Federações; a luta pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, uma reivindicação do Movimento desde o seu 3º Congresso, só tenderam a reforçar a aproximação entre sindicalistas e políticos e a tornar a política, para os sindicatos, algo menos estranho ao seu cotidiano. E para isso a ideologia sindical também fornecia instrumentos. A concepção de que a concentração da propriedade da terra gerava a concentração de renda, que gerava a concentração de poder, e de que o poder se dispunha em círculos concêntricos que iam do local ao regional e deste ao nacional, integrados à pedagogia do MSTR, só era compatível com a “neutralidade” (isto é, seu afastamento da “política”) dos sindicatos enquanto prevalecesse a ideia de que, por conta do autoritarismo do regime, esse poder era inacessível. Por aquela concepção, o projeto de justiça social do movimento passava por uma intervenção do poder político e para que isso ocorresse era necessário que os trabalhadores participassem do poder. O caminho para chegar ao poder era “começar por baixo”. Nada mais eloquente que as formulações de um dos fundadores do movimento sindical, que diz sempre haver defendido – “de peito estufado, cabeça erguida e pisando firme”, intercala, ironizando a postura corporal militar – a luta das organizações sindicais “pela participação no poder político”: “Há trinta anos, o movimento sindical definiu suas bandeiras de luta. Uma delas, que é como prioridade, a reforma agrária... [Outras:] a política agrícola, a política salarial justa [...], a saúde do trabalhador. Tudo isso foi definido pelo movimento sindical. Agora, uma coisa eu sempre continuei afirmando: enquanto esse movimento sindical não organizar os caboclos para conquistar o poder político, nem sai reforma agrária, nem política salarial [...] nem coisa nenhuma [...]. Porque as bandeiras de luta dos trabalhadores só serão aplicadas na íntegra com decisão política e quem vai para o poder político sempre é os inimigos dos trabalhadores.”

A perspectiva de reordenar legalmente o país, tornando o acesso dos trabalhadores ao poder viável, que parecia aberta por uma assembleia constituinte, reforçou a posição dos participacionistas dentro do movimento sindical. A natureza dos debates antevistos (em contraste com a “politicagem” que caracterizaria o funcionamento do Congresso no Brasil), a crença na força da organização sindical (que já nucleava uma massa significativa de associados quando os partidos ainda estavam se formando) e na visibilidade que adquirira nos últimos anos da luta pela redemocratização fez com que mesmo líderes que continuavam insistindo na defesa da tese da separação entre sindicato e política achassem que a Constituinte seria uma ocasião excepcional, onde o movimento sindical poderia desempenhar um papel importante¹⁵, justificando-se, assim, que fossem lançados candidatos àquela assembleia.

Esse consenso levou o MSTR a tomar a decisão de participar nacionalmente das eleições à Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, lançando candidatos próprios, “candidatos sindicais”, em todo o país. Como não era possível sindicatos lançarem candidatos e inexistisse a figura do candidato avulso, considerou-se válida qualquer inserção partidária, embora fossem privilegiados, na prática, os partidos de oposição e, dentro destes, os setores mais à esquerda, por uma maior identidade programática. Como o compromisso do candidato era com o movimento sindical e não com o partido, que, no limite, era um simples fornecedor de legenda, não havia exclusões. O que importava era que o candidato defendesse as bandeiras do movimento e fosse por ele escolhido¹⁶. Essa participação eleitoral, decidida numa plenária ampliada do Conselho de Representantes da CONTAG, em seguida a reuniões semelhantes ocorridas nas federações, era vista como uma atividade sindical, tanto quanto as greves ou as ocupações de terra.

Os resultados foram frustrantes. Em apenas um estado – o Rio Grande do Sul – foi um “candidato sindical” eleito para a Assembléia Nacional Constituinte¹⁷. Para as assembleias estaduais, o máximo que se conseguiu foram algumas suplências. Uma reunião nacional de avaliação, promovida pela CONTAG, no final daquele ano de 86, analisou as causas do fracasso eleitoral, que, no otimismo próprio a esse tipo de movimento, era lido como um ganho, “um ganho de experiência” (“Agora, que já sabemos como é, podemos partir para outra”). Mas o que a análise feita revela é a dificuldade do movimento de lidar com o “paradoxo da participação”. “Candidaturas (políticas) sindicais” eram uma contradição nos termos para os partidos políticos. Os sindicalistas candidatos encontraram dificuldades dentro dos partidos do início ao fim do processo. Por outro lado, os sindicalistas surpreenderam-se com o contraste entre o sucesso da campanha (sempre bem recebidos “na base”, sempre boas reuniões) e o fiasco do resultado. Creio que nada ilustraria melhor a profundidade da censura entre práticas sindicais e práticas políticas nesse mundo social do que essas resistências práticas a um empreendimento que parecia depender apenas de “vontade política”.

Se essa experiência mal sucedida, por um lado, reabriu a discussão em torno da participação eleitoral dos sindicatos (ou, como as experiências posteriores iriam demonstrar, revelou que esse debate é constitutivo do processo, sempre renovado, de construção de identidade do próprio movimento), por outro, ela criou o precedente necessário para que a participação de exceção se transformasse em regra. Assim, em 1988, a “ressaca” da derrota de 86 não foi suficiente para impedir que a motivação representada pela valorização dos municípios na nova Constituição e a perspectiva de “constituintes municipais”, para a elaboração das leis orgânicas dos municípios, se somasse às motivações que vinham de antes e levassem os sindicatos a lançarem candidatos aos cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito, com maior sucesso do que nas eleições de dois anos antes. Se

houve federações que não quiseram envolver-se diretamente, o número de sindicatos envolvidos nessa nova empreitada foi ainda maior.

Em estados como Pernambuco, o número de eleitos e o número de municípios cobertos aumentaram muito com relação a 1982. Mas a participação ainda foi considerada muito “desorganizada”, com muitos candidatos, sindicalistas ou não, lançando-se, como no passado, por iniciativa pessoal ou como resposta ao convite de algum político. Sucessivas reuniões de avaliação, inicialmente das eleições e, depois, da atuação dos eleitos, promovidas pela Federação, foram criando uma espécie de rede de consultas e troca de experiências que foi utilizada com sucesso para a eleição de um deputado estadual do movimento em 1990. A se julgar pelos depoimentos de sindicalistas-candidatos, no encontro promovido em 1992 pela FETAPE, ter um deputado funcionou não só como uma referência segura, os sindicalistas-políticos deixando de ter de depender de deputados não-identificados ou só parcialmente identificados com o movimento ou, pelo menos, por ter uma alternativa, aumentando seu poder de barganha diante do deputado do partido da “região”, mas também como uma espécie de ordenador das demandas por candidaturas de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais, ajudando a canalizá-las para o sindicato. Se essa espécie de verticalização da relação dos sindicalistas e sobretudo dos sindicalistas-políticos com o mundo da política assemelha-se àquela que é própria às relações entre políticos “tradicionais” e chefes políticos locais ou cabos eleitorais, ela comporta uma dimensão que inexistia nesta última: o controle coletivo da atuação do deputado-sindicalista. A pauta das cobranças sindicais de avaliações como aquela amplia-se: não se cobra dos prefeitos e vereadores sindicalistas apenas uma boa gestão ou o atendimento dos pleitos dos trabalhadores, mas uma definição adequada de suas relações com o sindicato e com o deputado-sindicalista; não se cobra do sindicato apenas o apoio ao seu dirigente que agora é prefeito ou vereador, mas se cobram ações que o ajudem ou o constrem a direcionar sua política no rumo mais conveniente para a categoria e também que fiscalize o seu deputado para que garanta o respaldo ao seu prefeito ou ao seu vereador ou que respalde o sindicato para fazê-lo, eventualmente, mudar de rumo; não se cobra do deputado apenas iniciativas em favor da classe ou dos sindicatos, mas informações sobre o mundo da política a políticos-sindicalistas e líderes sindicais, que lhes permitam atuar sindicalmente de modo mais eficaz, além de ações e presença que, fazendo dele uma espécie de tradução política do poder sindical do sindicato, garanta a este último o reconhecimento social da legitimidade de sua pretensão ao monopólio da mediação política entre os trabalhadores e o mundo da política.

Essa “organização” da participação política, longe de fazer desaparecer as discussões em torno das relações entre sindicato e política internas ao movimento, torna-as mais intensas. As cobranças cruzadas refletem uma ampliação do

campo das questões pertinentes, paralelo ao aumento do envolvimento dos sindicatos com as atividades propriamente políticas. Antes, estavam em jogo especulações em torno de um virtual sucesso na hipótese de acesso ao poder ou queixas de insucessos nas tentativas de acesso. Agora, somam-se a essas questões, para as quais sempre haverá espaço, outras tantas ligadas a experiências diferenciadas mas efetivas de poder, bem ou mal sucedidas.

Nas eleições municipais de 1996, o que estaria em jogo para os sindicatos – ou pelo menos para aqueles que estudamos mais diretamente – já não seria simplesmente uma “entrada na política”, mas também a atualização de uma rotina de participação eleitoral que, de um modo ou de outro, se foi estabelecendo. Em alguns casos era o momento da chegada à prefeitura do dirigente que já havia tentado outras vezes ou daquele que vinha, lentamente, se aproximando do cargo: vereador, vice-prefeito, secretário municipal... Em outros, já era a manutenção do sindicato no poder municipal que estava em jogo. E, naturalmente, sempre havia casos de uma primeira tentativa, mas que só era primeira para o candidato ou para aquele sindicato específico porque o movimento sindical no seu todo estava envolvido com a política e concebia cada uma daquelas experiências, mesmo as mais isoladas, como suas. Essa redefinição do relacionamento do movimento sindical no estado com a política, que implicou, é preciso lembrar, o envolvimento de suas principais lideranças com atividades estritamente políticas, pode ter criado uma situação homóloga àquela que permitiu aos sindicatos, em outra época, um reconhecimento social que era o reconhecimento de uma autoridade específica, não absorvível por formas outras, preexistentes, de exercício da autoridade, pela sua própria articulação externa. Isso nos leva a pensar que a “organização” da participação política a que nos referimos, consciente ou inconscientemente, estruturou-se mais em cima da experiência sindical dos sindicatos do que dos modelos fornecidos pelo jogo político “tradicional”. Mas o fato disso ser o resultado de um processo histórico de lutas não pode nos fazer esquecer que se trata apenas de uma pré-condição formal, que não define qualquer conteúdo específico do poder que venha a ser exercido por esses sindicatos uma vez “no poder”. A “articulação” do movimento não é tudo. Ela apenas expressa a virtualidade de que uma certa “externalidade” do sindicato diante dos mecanismos e forças da política tal como efetivamente se exerce nessas áreas seja mantida. Mas é só o estudo das experiências dos sindicatos com a política, que nada têm de uniforme, que pode nos fornecer indicações mais precisas sobre que tipo de poder político o poder sindical está exercendo ou produzindo.

Os casos que analisaremos a seguir, além da intenção político-sindical comum dos sindicatos e dos políticos-sindicalistas envolvidos, gerada nesse processo de luta pela definição das relações adequadas entre sindicalismo e política que parece constitutivo do próprio sindicalismo, primam pela diversidade. Não só

divergem em certas características geográficas e sociais convencionalmente acionadas quando se estudam fenômenos como esses – localização, perfil demográfico, atividades produtivas, etc. – mas também na própria extensão no tempo da experiência e nas estratégias adotadas pelos sindicatos. Por isso mesmo, é difícil classificá-los como bem ou mal sucedidos. Essa imprestabilidade para avaliações comparativas dá-nos a vantagem de podermos olhar para eles simplesmente pelo que são: casos. Casos que podem nos ajudar a pensar a questão da conversão de uma espécie de autoridade em outra. Não esquecendo que essa é uma questão que se coloca também, em outros termos que sejam, para os próprios atores sociais e que, por isso, as avaliações mútuas que fazem de suas experiências – inerentes às lutas políticas – não podem ser desconsideradas.

Três casos e algumas notícias

Os municípios de cujas experiências falaremos são bem diferentes. Coqueiral do Rio está em plena zona canavieira. Brejo dos Santos fica no vale do Pajeú, sertão pernambucano. Coleira das Pedras, no “agreste”. O primeiro e o último estão a cerca de cem quilômetros da capital. Brejo, a mais de quinhentos.

Coqueiral e Brejo têm entre trinta e quarenta mil habitantes. Coleira fica em torno dos vinte. Mas, quando olhamos para a distribuição dessa população, o agrupamento é outro. Dois terços dos que vivem em Brejo dos Santos estão em “áreas urbanas”, a dar crédito à classificação oficial. Já em Coqueiral e Coleira, a maioria está no campo: Coqueiral do Rio inverte os percentuais de Brejo e, em Coleira das Pedras, apenas um quinto da população mora na cidade.

Mas essa aproximação entre Coqueiral e Coleira pode ser enganosa. Os que moram na “área rural” de Coqueiral do Rio trabalham em atividades agrícolas. Em sua grande maioria, plantam, limpam e cortam cana-de-açúcar em propriedades das usinas e fornecedores do município. As famílias que moram no campo em Coleira são proprietárias de pequeníssimas parcelas de terra, a que acrescentam alguns outros pedaços que arrendam, onde cultivam o terno “clássico”: mandioca, milho e feijão. Mas – e aqui, o contraste maior – uma parte significativa de seus membros, geralmente os jovens, trabalha em atividades urbanas na capital, para onde se deslocam diária ou semanalmente. Não foi por acaso que, na campanha eleitoral de 1996, um ponto-chave nas plataformas dos candidatos era assegurar condições mais favoráveis ao transporte dos que trabalhavam no Recife.

Como em Coleira das Pedras, predominam no campo de Brejo as pequenas propriedades – aqui mais espaçosas do que lá, embora periodicamente castigadas pelas secas. Desde que o município perdeu seus distritos, as grandes propriedades de criadores de gado deixaram de ter a importância econômica e seus donos a importância social que tinham no passado. Diferentemente dos dois outros

municípios, Brejo tem, de há muito, um “comércio desenvolvido”. Mas o que dá a sua sede o ar de prosperidade que falta às cidades de Coleira e Coqueiral é o fato de ser uma espécie de polo administrativo e financeiro da região. Se, como as duas outras, é, em boa medida, uma cidade de funcionários, ela concentra funcionários com poderes administrativos e rendimentos bem mais expressivos do que os sediados naquelas. Em Brejo dos Santos estão assentadas delegacias regionais de secretarias de governo e escritórios de órgãos públicos estaduais e federais. Aí também estão as agências dos bancos que operam na região. E, reforçando esse seu lado urbano, umas poucas indústrias e uma atividade empresarial que se tornou fortíssima no sertão pernambucano, a das casas de saúde particulares.

Essa distância entre Brejo e as outras cidades e a predominância urbana no município arrefecem quando olhamos para as suas “periferias”. Nesses bairros pobres concentra-se uma população que, em grande medida, vive do trabalho na agricultura, arrendando terras a título precário para plantar o milho e o feijão, tal como os que moram no campo, ou buscando “trabalho alugado” em outros municípios. Se em Coleira, quase sem “periferias”, deparamo-nos com uma população rural vivendo, em grande parte, de atividades urbanas, em Brejo temos uma inversão. E Coqueiral contrasta com ambas: se a maior parte da população está no campo, uma boa parte da minoria que vive na cidade também trabalha no campo e para os mesmos empregadores: usineiros e senhores de engenho.

Os eleitores nos três municípios (em Coqueiral do Rio e Brejo dos Santos, em torno dos dezessete mil; em Coleira, cerca de dez mil), são quase metade da população. A distribuição desse eleitorado acompanha a distribuição da população: ele é maior no “urbano” de Brejo (diferente do “urbano” de Coqueiral e daquele de Coleira); nos “engenhos” de Coqueiral (o seu “rural”) e nas “comunidades” de Coleira (uma “área rural” com contornos bem diferentes daquelas de Coqueiral e Brejo).

Coqueiral do Rio

Até recentemente, a política do município girou em torno de facções tradicionais, abrigadas nas legendas partidárias disponíveis no momento. Essas facções correspondiam, a acreditar nos relatos correntes, a agregações de pessoas em torno dos interesses das duas usinas de açúcar que controlam a vida econômica do município e de alguns grandes proprietários rurais que plantam cana para aquelas usinas e algumas outras situadas em municípios vizinhos. O peso político desses usineiros e senhores de engenho tem variado ao longo do tempo, em grande parte em função de sua maior ou menor ligação com o Governo estadual ou o Governo federal. Pelo menos a partir do final dos anos 50, uma delas, atravessando governos e regimes, conseguiu manter uma certa hegemonia política,

não apenas no município, mas em toda a região, fazendo eleger ou cooptando prefeitos e vereadores, deputados estaduais e federais. Seu proprietário foi senador e ministro; um de seus filhos é deputado federal.

As boas relações do usineiro com o Governo federal e com o Governo estadual antes de 1964, permitiram-lhe atravessar, sem maiores problemas, aquele período de forte mobilização popular. Nos anos que se seguiram, as facções políticas que apoiavam tiveram que enfrentar uma pequena oposição de esquerda, eminentemente urbana, na sua composição (professores, bancários, profissionais liberais) e no seu âmbito de atuação. Essas suas características, somadas aos vínculos pessoais dos usineiros com líderes importantes da oposição aos governos militares no estado, fizeram com que essa oposição municipal, embora tendo sérios problemas com as forças envolvidas na repressão política, coexistisse sem maiores problemas com a usina, para quem parecia não representar ameaça maior. Emir, seu principal líder, um professor e advogado que entrou na política do município fazendo a campanha de Miguel Arraes para governador em 1961, que organizou a duras penas o partido de oposição legal em Coqueiral após 64 – segundo contam, foi preso mais de dez vezes ao longo do período ditatorial – candidatou-se cinco vezes a prefeito, sem sucesso.

Criado no início dos anos 60, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais integrou-se à mobilização popular pelas reformas, sofrendo com os demais sindicatos da região os efeitos do golpe militar de 1964. Sob a permanente ameaça de intervenção do Ministério do Trabalho, manteve-se distante das atividades políticas, naquela posição de “neutralidade” a que já nos referimos, embora alguns de seus dirigentes procurassem manter um certo diálogo com o partido oposicionista. Ao longo dos anos 70, concentrou suas atividades na defesa jurídica dos trabalhadores, estimulando as ações coletivas na Justiça do Trabalho, e na organização de delegacias sindicais. Os frutos desse longo e discreto trabalho organizativo seriam colhidos na passagem dos 70 para os 80, quando mostrou-se um dos sindicatos mais organizados do estado nas greves que acompanharam as “campanhas salariais”.

Num município com as características de Coqueiral do Rio – pequena base urbana, propriedade da terra concentrada, relações sociais extremamente assimétricas, hegemonia econômica e política de uma única empresa, uma experiência forte próxima de lutas sociais – a distância entre os trabalhadores e a política nos anos que se seguiram ao golpe militar era grande, mas não era incomum que alguns dentre eles, especialmente aqueles de algum modo ligados à hierarquia administrativa das usinas ou dos engenhos, fossem convidados a candidatarem-se a vereador e, eventualmente, chegarem a ser eleitos. Mas isso não contava com a aprovação do Sindicato. Só em 1982, com a volta de Arraes, que, depois de longos anos de exílio continuava sendo uma referência para os

camponeses, é que a atitude do Sindicato começou a mudar. Mesmo se mantendo distante, como entidade, da disputa eleitoral daquele ano, não se opôs a que alguns de seus delegados mais ativos ou mesmo membros da diretoria participassem da campanha de Arraes para a Câmara Federal e até tentassem a vereança pelo partido oposicionista.

Entre 82 e 86, intensificaram-se os contatos entre membros da direção do Sindicato e a oposição urbana de Emir. Quando o MSTR, em 1986, decidiu lançar candidatos à Constituinte em todo o país, Luiz Pedro, o presidente do Sindicato de Coqueiral do Rio já estava filiado ao PMDB (na época, o partido de Arraes) e atuando na vida partidária. Ele iria ter uma participação avaliada como decisiva na campanha dos candidatos lançados pela Federação dos Trabalhadores à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa, bem como naquela que levaria Miguel Arraes pela segunda vez ao governo do estado. Os bons resultados obtidos no município, onde o candidato sindical a deputado estadual foi o mais votado e Arraes venceu por margem significativa seu adversário, que era ninguém mais ninguém menos que um dos donos da usina, lhe foram creditados, credenciando-o a ingressar na vida política.

Quando da escolha de candidatos para as eleições municipais de 1988, Luiz Pedro, possivelmente pelo prestígio sindical que adquirira nas sucessivas mobilizações salariais dos trabalhadores da cana-de-açúcar, estava em Recife, integrando a diretoria da Federação. Isso não impediu que, nas assembleias sindicais para discussão de candidaturas, seu nome surgisse como uma espécie de candidato “natural” dos trabalhadores rurais à prefeitura e como o detentor de maior cacife eleitoral dentro da oposição. Ele voltou para o município mas preferiu, preservando a unidade da oposição e evitando o risco de uma derrota, candidatar-se a vice-prefeito na chapa encabeçada por Emir. A chapa foi vitoriosa e, além disso, o Sindicato conseguiu eleger vereador um dos quatro candidatos que havia lançado.

Fazia parte do acordo político estabelecido entre o Sindicato e a oposição tradicional, que a Luiz Pedro fosse assegurado um gabinete na prefeitura e uma das secretarias municipais. Assim, tão logo foi empossado, Emir fez dele o Secretário de Ação Social. Mas as divergências não tardaram. Segundo o sindicalista, ele tinha uma secretaria, mas não tinha dinheiro para desenvolver os projetos que desejava. Além disso, teria havido um choque entre o modo de trabalhar sindical e participativo de Luiz Pedro e o estilo paternalista do Prefeito, que, nisso, segundo a visão do primeiro, não era muito diferente dos políticos que haviam derrotado. A solidariedade do Vice-Prefeito às reivindicações salariais dos funcionários da Prefeitura foi a gota d'água que faltava ao rompimento político. Luiz Pedro entregou a secretaria e afastou-se da Prefeitura, retomando plenamente suas atividades no sindicato.

As eleições parlamentares de 1990 iriam aumentar a distância que se criara

entre o Sindicato e a Prefeitura. Embora tanto o Prefeito quanto o Vice apoiassem a candidatura de Miguel Arraes para a Câmara Federal, para a Câmara Estadual o Sindicato apoiava o candidato lançado pela Federação, um assessor jurídico da entidade que tivera um cargo importante na gestão de Arraes, e o Prefeito sustentava a candidatura de um ex-prefeito de município vizinho. Quando da sucessão de Emir, em 1992, a separação entre os dois grupos já era completa. O Prefeito fez um dos seus secretários municipais candidato pelo PSB (àquela altura, o partido de Arraes, de Emir e de Luiz Pedro). O Sindicato valeu-se da legenda de um partido pequeno e desconhecido, que havia participado da Frente Popular na eleição anterior, para fazer de seu presidente candidato. O PFL, legenda que agrupava a facção derrotada em 1988, ganhou as eleições; o candidato do Prefeito teve uma votação reduzida; Luiz Pedro, com um número de votos muito próximo daquele do candidato vencedor, emergia como chefe da oposição no município. Essa sua nova condição seria referendada pelos bons resultados que garantiu a Arraes, que seria eleito para um novo mandato de governador, após um interregno pefelista, e aos candidatos apoiados pelo MSTR em 1994.

Em 1996, de volta ao PSB, mesmo tendo perdido o apoio do vereador eleito pelo Sindicato em 1988 e reeleito em 92, que se passou para o PFL durante a gestão desse partido na prefeitura, e recusando o apoio que lhe foi acenado por uma ala importante do próprio PFL e por donos de uma usina de município próximo filiados ao seu partido, preferindo aliar-se ao PDT e ao PT, Luiz Pedro foi eleito prefeito de Coqueiral.

Brejo dos Santos

Os sindicalistas de Brejo dos Santos e os políticos ligados à Frente Popular, que ocupam a prefeitura desde 1988, costumam dizer que até aquela data a política do município era controlada pela “oligarquia”. O termo tanto serve para designar o período que vai de 1976 até aquele ano, em que José Marinho e seus familiares mandaram no município, quanto a toda a história política do município antes da vitória da Frente, quando facções políticas encabeçadas por grandes proprietários ou comerciantes revezavam-se no poder.

O fato é que a política de Brejo de fins dos anos 50 até 1976 girou em torno de um comerciante local, “Seu Janjão”. Em 1972, seu candidato a prefeito, não teve concorrentes. Mas em 1976, José Marinho, um professor secundário que se elegeu vereador em 1972 com uma votação recorde, aproveitou-se de uma divisão dentro da facção de Janjão para lançar-se candidato. Eleito, faria candidato à prefeitura, em 1982, o chefe político que rompera com Janjão em 72 e que se integrara à facção no poder. Na mesma ocasião, Marinho foi eleito deputado estadual, cargo para o qual seria reeleito por duas vezes.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo dos Santos, criado nos anos sessenta, não teve maior expressão nos seus primeiros anos. Tanto foi assim que os sindicalistas de hoje se referem a sua criação como tendo ocorrido no início dos anos 70. Apoiado pela Diocese local, numa área, comparativamente, de poucas tensões sociais, seu trabalho ao longo da década foi basicamente pedagógico, “organizando comunidades”, mas ganharia paulatinamente uma dimensão mais ampla, ao colocar-se como mediador das demandas dos pequenos agricultores do município junto ao poder público. Seu grande momento de visibilidade e prestígio ocorreria na virada dos 70 para os 80, quando, ao lado de outros sindicatos da região, transformaria uma grande seca em objeto de ação sindical. Acampamentos em frente à prefeitura, atos públicos de protesto contra o tratamento que vinha sendo dado à questão pelo governo, fiscalização cerrada das “frentes de serviço” e outras tantas modalidades de ação fizeram o sindicato crescer, ter seu prestígio local e regional aumentado e ganhar fama, uma fama que atravessaria as barreiras da região e do estado, sua ação repercutindo na grande imprensa do país.

Ao que tudo indica, a presença ativa dos trabalhadores rurais nas disputas políticas faccionais de Brejo era um fato. Esse contraste com o município anterior possivelmente tem a ver com a conformação mais igualitária da estrutura social dessa área sertaneja e com as diferenças entre as experiências históricas vividas. Os fundadores do sindicato, por essas razões e por outras que têm a ver com trajetórias pessoais que incluíram a passagem por grandes centros urbanos do sudeste do país e a proximidade com uma Igreja católica identificada com a “teologia da libertação”, tiveram, desde o início, uma preocupação grande com a política e a clareza de que o seu problema não era tanto fazer os trabalhadores participarem da vida política quanto “conscientizarem-nos” da necessidade de redefinirem sua forma de inserção. Assim, acompanharam de perto a criação do partido legal de oposição no município e buscaram aproximar-se dos chamados “autênticos”, que tinham um peso político importante no estado. Embora mantendo o sindicato distante das disputas partidárias, alguns daqueles líderes sindicais dos anos 70, filiaram-se de direito ou de fato ao MDB e, nos períodos eleitorais, não hesitaram em levar ao município alguns dos “autênticos” e pedirem votos abertamente para eles. Quando da grande mobilização em torno das secas, usaram os parlamentares que apoiaram como suportes das suas reivindicações. Atuaram mais discretamente nas disputas propriamente municipais, resistindo aos apelos de diferentes origens para serem candidatos e guiando-se, nas suas escolhas pessoais como eleitores pelos critérios tradicionalmente utilizados nessas ocasiões (parentesco, favores, amizade), somados ao bom senso da nova militância (não votar em candidatos identificados com o regime militar ou com uma postura antissindical, etc.).

Em 1982, antecipando-se à decisão nacional do MSTR de participar diretamente da política, o STR de Brejo dos Santos resolveu entrar na disputa eleitoral,

lançando um candidato próprio. Reunidas as “lideranças de base”, escolheram como candidato a vereador, não um dos fundadores ou um dos dirigentes do momento, mas um jovem assessor de 18 anos, Antonio Brasileiro, sem qualquer experiência política anterior, mas que, filho de pequenos agricultores, era funcionário do sindicato desde os 14. Foi o candidato mais votado do PMDB, reelegendo-se nas eleições subsequentes.

O STR de Brejo foi um dos mais empenhados em todo o estado na campanha dos candidatos lançados pela Federação em 1986. O sucesso obtido no município, associado ao trabalho eficaz que o vereador seu porta-voz¹⁸ fazia na Câmara, onde a oposição se tornara maioria, levou o “grupo do Sindicato”, que foi como essa nova formação política passou a ser conhecida, a querer fazer Brasileiro prefeito do município. A negociação de uma candidatura única, capaz de derrotar o esquema político de Marinho, fez com que a pretensão de grupo caísse para o cargo de vice-prefeito e, na última hora, com que ele acabasse por abrir mão deste em favor de um dissidente do grupo adversário. A Frente Popular ganhou as eleições e o Sindicato teve as suas compensações: o programa de campanha que elaborara tornou-se a base do programa de governo de Osvaldo Mattos, um médico até então tido como apolítico que encabeçou a coligação anti-Marinho; Brasileiro tornou-se presidente da Câmara de Vereadores e da Constituinte Municipal, onde a grande maioria das propostas do Sindicato seria incorporada à Lei Orgânica do Município; o “grupo do Sindicato” tornou-se hegemônico no principal partido da Frente (o PMDB, que, àquela altura, ainda era o partido de Miguel Arraes), imprimindo-lhe uma orientação mais à esquerda.

Nas eleições de 1990, a Frente Popular resolveu lançar um candidato a deputado estadual do município, que enfrentasse Marinho no seu reduto. Saiu do “grupo do Sindicato” esse candidato: Manuel Nóbrega, um radialista, companheiro de muitos anos de Antonio Brasileiro e colaborador do Sindicato, de grande popularidade. O Sindicato deixou assim de apoiar o candidato proposto pela Federação, o que geraria tensões dentro do MSTR do estado que durariam alguns anos até serem superadas. Nóbrega não foi eleito, mas obteve dentro de Brejo votação maior que a de Marinho, apesar de o Prefeito ter dado seu apoio a outro candidato. Isso foi contabilizado como uma vitória e estimulou o grupo a tentar, mais uma vez, fazer de Brasileiro seu candidato à prefeitura municipal em 1992.

Depois de intensa disputa dentro da Frente Popular, saiu candidato em 92 o então vice-prefeito. Vindo do PFL para a oposição às vésperas das eleições de 1988 e sem nenhuma vinculação anterior com as lutas populares, Paulo Vilela era visto com desconfiança pelo “Grupo do Sindicato”, mas foi considerado o candidato com melhores condições de enfrentar Marinho e seu grupo. Eleito, faria do programa de governo proposto por aquele grupo literalmente o seu programa, nomearia um dos fundadores do Sindicato para a Secretaria de Agricultura e faria

desta secretaria o centro de suas ações de governo. Sem ter propriamente uma facção política sua e com problema de ter uma maioria sólida na Câmara Municipal, iria governar, em grande parte, com os Conselhos de Comunidade que criou junto com o Sindicato.

Fortalecido por essa hegemonia exercida dentro do esquema de governo de Vilela, o Sindicato tentou mais uma vez fazer o candidato à prefeitura em 1996. Mas Brasileiro, apesar da simpatia do prefeito, que deixava o cargo com altíssimo nível de aceitação, acabou sendo derrotado na indicação por D. Jose, esposa do ex-prefeito Matos, que se havia tornado deputado estadual em 1994. No bojo de um acordo, lavrado por escrito, Brasileiro saiu candidato a vice-prefeito, com a promessa de ser o candidato da Frente em 2000, promessa que poderá ser revista caso Vilela, desde então feito candidato a deputado federal em 1998, não consiga eleger-se para a Câmara. D. Jose e Brasileiro foram eleitos, mas o Presidente do Sindicato, que deveria substituir Brasileiro na Câmara, não conseguiu eleger-se.

Dias depois de conhecidos os resultados de 1996, Vilela propôs aos líderes do Grupo do Sindicato fundirem os grupos, tais eram as afinidades entre eles, dispondo-se, para tanto a fazer uma “limpeza” prévia em seu próprio grupo. Passado o impacto causado pela proposta, que representava uma espécie de garantia de chegada ao poder (Vilela, hoje, é considerado imbatível numa disputa municipal), o Grupo do Sindicato preferiu manter-se autônomo, preservando a sua identidade. Como havia sido acertado, Brasileiro tem um gabinete na Prefeitura e – isso não estava previsto – sua esposa, Marta, foi feita por D. Jose a Secretária de Ação Social do Município, um cargo que durante a gestão de Matos foi estratégico para a ascensão política da própria D. Jose. No entanto, a exemplo do que aconteceu com Luiz Pedro em Coqueiral, o trabalho sindical de Marta na Secretaria não está conseguindo competir com o trabalho assistencial (assistencialista, na visão dos competidores) do próprio gabinete da Prefeita.

Coleira das Pedras

Durante quarenta anos, Coleira foi controlado pela família Mendonça. O chefe maior era Leonardo, que é descrito como “um homem voltado para a assistência aos pobres”; “um homem generoso”. Essa, pelo menos, é a imagem que a família cultiva e que antigos adversários, talvez movidos pelo dinamismo das alianças eleitorais, hoje encampam. Quando morreu, aos 56 anos, sua viúva, Georgete, assumiu o comando. Em 1988, fez o médico Ronaldo Campos seu candidato a prefeito. Eleito, Ronaldo iria, em 1992, apoiar César Mendonça, filho de Georgete e do finado Leonardo, para sua sucessão. Derrotado César, interrompia-se um ciclo e, quatro anos mais tarde, em 1996, tendo que administrar uma crise sucessória interna importante com sua morte precoce, a família acabaria unindo-se ao

candidato que o derrotara, colocando-se contra seu ex-correligionário Ronaldo, que se apresentava outra vez como candidato a prefeito.

A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município foi bem diferente daquela dos dois outros. Criado por organizações ligadas à Igreja católica nos anos 60, não enfrentou maiores problemas com a repressão militar no pós-64. Localizado numa área de minifúndios e considerado “bem organizado”, iria beneficiar-se, nos anos que se seguiram ao golpe, dos esforços de alguns setores da Igreja e do chamado “sindicalismo livre”, que carrega recursos dos programas de ajuda americanos, para compatibilizar sindicalismo e cooperativismo com o novo regime. Isso não impedia que o Sindicato guardasse, todavia, uma grande fidelidade à Federação que, já em 1966, tinha uma diretoria contrária ao regime militar.

A cooperativa acoplada ao sindicato iria tornar-se uma espécie de modelo para as cooperativas que aqueles setores da Igreja buscavam estimular e iria projetar a liderança de um jovem, José Joca, que acumulava sua direção com a presidência do sindicato. Se as duas organizações, enquanto tais, mantinham-se à margem da política, Joca, desde aquela época, já se sentia atraído por aquele tipo de atividade, participando de campanhas eleitorais e sendo aconselhado em seus passos por Leonardo Mendonça, de quem seu pai era compadre e de cujos filhos ele próprio era amigo de infância. Em 1986, apoiou decididamente os candidatos lançados pela Federação e, em 1988, elegeu-se vereador. Em 1990, asseguraria uma votação expressiva ao candidato a deputado estadual daquela entidade sindical, ainda que seu candidato a deputado federal não estivesse entre os por ela apoiados, tendo a ver com acertos partidários regionais.

Em 1992, José Joca enfrentaria a família Mendonça, agrupada no PFL, como candidato do PDT e mais dois partidos, apoiado pelo Sindicato, pela Cooperativa e pelo Círculo Operário. Ganhou a eleição graças a esses apoios, mas sobretudo, na interpretação mais corrente no município, pela grande família que tem, com gente espalhada pelo município inteiro. Os dois candidatos a vereador lançados pelo Sindicato não conseguiram eleger-se, mas Joca não teve dificuldade em obter maioria na Câmara. Ao longo de seu mandato sua base política de sustentação, mais do que o Sindicato ou a Cooperativa, seriam os chamados “líderes de comunidade”, camponeses ou camponeses-comerciantes que funcionam como mediadores entre suas localidades e os poderes públicos, desenvolvendo uma atividade assistencial permanente e exercendo uma liderança autocrática, que contrasta com o estilo sindical das reuniões e decisões coletivas. Sua gestão iria ser marcada por uma forte atividade assistencial e por muitas obras, a maior das quais a eletrificação de parte significativa das residências rurais do município.

Para sucedê-lo, José Joca convidou um sindicalista de expressão nacional. Sebastião dos Santos, seu parente distante, nascido em Coleira, iniciou sua

carreira sindical num município próximo, localizado na área canavieira, ainda nos anos 60. Em 66, seria um dos que iriam recuperar a Federação estadual, abalada pela repressão militar. Alguns anos depois, passaria a atuar na Confederação Nacional, tornando-se um dos líderes mais expressivos dos trabalhadores rurais do país. Ao longo desses anos, não perdeu o contato com Coleira. Nos anos 80, comprou uma pequena extensão de terra no município e, no início da década seguinte, começou o caminho de volta. Arraes começava um novo mandato e convidou-o para integrar a sua assessoria. Aceitou e, estando em Pernambuco, foi progressivamente se reaproximando de seu município de origem. Acabou não resistindo ao convite de José Joca para substituí-lo na prefeitura, apesar de ter sido um dos líderes sindicais que mais se opuseram à participação direta dos sindicatos na política eleitoral.

A campanha de Santos beneficiou-se do alto índice de aceitação de José Joca e, secundariamente, da ruptura da família Mendonça com seu competidor, Ronaldo. Menos do que pelos seus méritos pessoais ou pela sua condição de candidato do Sindicato, era como “o candidato de José Joca” ou “o homem que vai continuar a obra de José Joca” que ele era apresentado pelos partidários da sua candidatura. Em reação, Bastião Santos, com o apoio dos “grupos de jovens”, que se diziam decepcionados com o estilo tradicional da gestão de Joca, acentuava a sua condição de candidato do sindicato, da cooperativa, do “movimento de jovens” e valia-se de uma retórica bem mais à esquerda que a do prefeito a quem iria suceder. Por outro lado, boa parte do seu tempo de campanha foi empregado na visita à casa dos eleitores, como uma estratégia de, sustentando-se mais nos líderes de comunidade “sindicais” do que nos “tradicionais”, apresentar-se diretamente como um candidato que, embora apoiado pelo prefeito, tinha perfil próprio e que esse perfil era um perfil sindical; que suas propostas não eram simplesmente dar continuidade ao que fazia Joca, mas envolviam uma série de medidas novas. Como antecipavam as pesquisas de opinião pública e as opiniões do público, Bastião foi eleito por ampla maioria.

Que sindicato?

Se olharmos com cuidado para esses três casos, veremos que estão em jogo diferentes padrões de combinação entre atividades propriamente sindicais e atividades políticas, embora em todos a alteridade entre aqueles feixes de atividades, mesmo quando parece haver “mistura”, seja mantida. Em Coqueiral do Rio, a associação entre sindicalismo e política se faz dentro do sindicato e em torno da liderança pessoal de seu presidente. É só a partir de sua entrada formal na política, filiando-se a um partido, participando do seu diretório, engajando-se publicamente na campanha dos candidatos lançados pelo Movimento Sindical estadual

em 86 e nos candidatos majoritários por ele apoiados, que os sindicalistas do município se concebem como estando na política. Só retrospectivamente é que aqueles que tentaram a vereança em anos anteriores, com a conivência de seus colegas de diretoria do sindicato, formulam tal experiência como sendo uma experiência sindical. Note-se, ademais, que nesse caso o lócus das sucessivas campanhas de que os dirigentes sindicais viriam a participar seria sempre o sindicato, embora uma separação mais ou menos estrita entre as atividades sindicais e as atividades políticas fizesse com que, menos do que transformar-se em um comitê eleitoral, o sindicato aparecesse como abrigando o comitê eleitoral dos candidatos sindicais. De acordo com o tipo de eleição e as circunstâncias específicas do momento, havia algum tipo de variação, mas em todas as eleições que acompanhamos ou de que tivemos notícia, sempre se estabeleceu uma nítida divisão de trabalho entre as tarefas sindicais e aquelas de caráter político. Não só eram delimitados espaços específicos dentro da sede do sindicato para o desempenho dos dois tipos de atividades, cujo desrespeito gerava tensões, em cada um dos quais trabalhavam dirigentes e funcionários diferentes; mas as “saídas para os engenhos” ou bem eram separadas ou, sendo conjuntas, supunham uma divisão do tempo de reunião. Assim, pude presenciar em 1990, numa dessas viagens aos engenhos a seguinte situação: ao chegarmos num sítio determinado, recebidos pelo delegado sindical, o pessoal da campanha fazia o seu proselitismo, distribuía material, ensinava como preencher a cédula de votação e dava outras indicações práticas; em determinado momento, o delegado sindical, que havia participado ativamente desse momento eleitoral, interrompia-os e anunciava que o presidente do sindicato iria, agora, falar da campanha salarial. Luiz Pedro iniciava então a sua parte, ignorando a campanha eleitoral¹⁹.

Em Coleira das Pedras, o que temos é um sindicalista que, capitalizando com sucesso o prestígio adquirido nas atividades sindicais e cooperativistas, torna-se um político, como qualquer político, que tem o sindicato como um de seus apoios, ao lado de outros. Apoios, concebidos, aliás, de modo bastante “tradicional”, como transparece na franqueza de José Joca, ao falar de sua candidatura a prefeito, numa reunião sindical estadual em 1992: “A gente está lutando lá com [= tem a nosso favor] o sindicato, com a cooperativa, com o círculo operário, com as lideranças políticas que dão apoio. [...] Em mais de 30 comunidades, a gente tem grupos de jovens na luta; nós temos lideranças comunitárias; nós temos os delegados sindicais; nós temos o círculo operário, que tem hospital com maternidade – tudo na mão da gente – uma equipe médica, um hospital fazendo um trabalho muito maravilhoso.” Naquele município, o sindicato não sediava o comitê eleitoral – havia comitês eleitorais comuns funcionando –, e nem era o centro da campanha. Tanto em 92 quanto em 96, o centro da campanha era a casa do candidato, sendo que, nesse último ano, na verdade, esse centro era compartilhado,

não sem uma certa tensão, entre a casa do candidato, a casa do prefeito e a própria sede da prefeitura municipal. Tensão que traduz, de um certo modo, a disputa que se estabelece, por fora do sindicato, entre dois sindicalistas aliados que se tornaram, com trajetórias e temporalidades diferentes, políticos e que, mesmo mantendo-se aliados, tentam produzir efeitos diferentes a partir do terreno em que se colocaram: um, a sua afirmação como o novo chefe político do município; o outro, a afirmação, via política, do poder sindical, que é o único de que efetivamente é detentor e sobre o qual, a sua experiência anterior lhe dá um controle único²⁰.

Em Brejo dos Santos, a trajetória política (ou a trajetória do sindicato na política) não se confunde com a trajetória de algum de seus líderes. A preocupação com a política surge já no início do sindicato, como objeto de discussões entre os primeiros dirigentes, alguns delegados sindicais e os assessores mais próximos, passa pela tentação do lançamento de algum deles ou de algum interlocutor de confiança como candidato a vereador, para se concretizar na decisão coletiva de fazer de um assessor candidato a vereador, como uma espécie de porta-voz do sindicato. Ainda que se diga que o sindicato e os trabalhadores fizeram a primeira campanha, o que viria a se configurar daí para frente seria uma atuação desse grupo dentro de um partido político, mantendo-se o sindicato propriamente fora da atividade eleitoral. Ao contrário de Coqueiral, a campanha eleitoral não é sediada no sindicato, e no seu auge, pude assistir a assembleias onde não se falava de política. Os candidatos sindicais fazem campanha a partir do comitê partidário ou das casas dos candidatos. A contrapartida dessa preservação do sindicato, é um estilo de campanha menos “corporado” do que o que vimos em Coqueiral do Rio ou mesmo no casa a casa de Sebastião dos Santos em Coleira das Pedras e mais individualizado, com o voto sendo “pedido” para Fulano do Sindicato – “O Senhor conhece” – a um por um, a “mensagem sindical” sendo guardada para as ocasiões mais formais.

Nos três casos estudados – e creio que, a julgar por informações menos sistemáticas de outros sindicatos, isso não se limita a eles – há uma concepção comum a respeito do sindicato. Por um lado, o sindicato é um “espaço”, um local físico, onde o trabalhador tem “liberdade”. São comuns as formulações do tipo o “sindicato é a casa do trabalhador na cidade”. E a ação política do sindicato pode ser pensada, como o faz um trabalhador de Coqueiral do Rio, como ampliação dessa liberdade: “Luiz Pedro só pode sair daqui [do sindicato] para uma coisa maior [a prefeitura], porque aí a gente passa a ter mais liberdade. Vai ser mais um lugar para se ter liberdade. Com o Luiz Pedro lá, a gente tem duas liberdades.”

Por outro lado, o sindicato (e aqui ele é intercambiável com “sindicalismo”, “movimento sindical”, etc.) é uma “entidade” que “age”, “trabalha”, “ajuda”, “ganha” (ou perde), “peca”, “tem culpa” (ou não); e que também “tem candidato”

(“o candidato do sindicato”), “tem partido” (“o partido do sindicato”); “tem discurso”; que pode “usar” outras entidades ou pessoas ou “ser usado por elas”. Por trás desse ente, num nível ainda bastante alto de generalidade, podem estar os “trabalhadores” ou as “lideranças de base” (uma fórmula de uso bastante amplo e não apenas no sindicalismo de trabalhadores rurais) ou o “povo do sindicato”, uma noção flexível que pode referir-se apenas aos dirigentes ou incluir assessores, funcionários e até os trabalhadores associados ou simplesmente os que o frequentam (embora, em geral, a alteridade entre o “povo do sindicato” e os frequentadores do sindicato seja mantida tanto no discurso dos sindicalistas quanto de não sindicalistas).

A percepção mais “concreta”, mais usual, do sindicato na política varia de um caso para outro. Em Brejo dos Santos, a presença do sindicato na política se traduz na identificação (e autoidentificação) de um “grupo do sindicato”, uma tradução imperfeita, já que inclui pessoas sem vínculos formais com o sindicato, mas cuja vinculação profunda ao sindicato ninguém põe em dúvida (e por isso mesmo, referir-se a esse grupo como “o sindicato” não causa mal-entendidos ou constrangimentos). A “objetividade” desse grupo aparece nas enumerações que fazem os políticos profissionais das forças políticas do município: depois de enumerarem os partidos e seus líderes, acrescentam que “existem também os grupos, o grupo do sindicato” ou, numa formulação mais paternalista, que “há também os meninos do sindicato”.

Em Coqueiral do Rio quem, ao mesmo tempo, simboliza e corporifica o sindicato é Luiz Pedro, seu presidente de várias gestões e o único de seus integrantes pensável como podendo liderar o município. Há situações em que seu nome e a palavra sindicato são intercambiáveis. A observação direta revela que a ação política do sindicato (ou aquilo que é assim concebido) está centrada em torno dele e envolve um núcleo de pessoas do sindicato e de fora do sindicato. Nem por isso se reconhece a existência de um “grupo do sindicato”, como no caso de Brejo. Esse núcleo pode variar ao longo de uma campanha ou de uma campanha para outra, mas a presença de Luiz Pedro é indispensável ao seu reconhecimento como uma entidade política. Não é por acaso que há políticos do município que dizem que “Luiz Pedro é o político do sindicato”. A ausência de sua mediação na divisão, interna ao sindicato, entre a atividade propriamente sindical e a atividade política pode gerar tensões, como ocorreu em 1992, quando um relativo distanciamento seu da campanha eleitoral, tentando manter o diálogo com o grupo do Prefeito, que lançara outro candidato a deputado estadual, deixou desorientada a equipe que, dentro do sindicato, conduzia a campanha do candidato da Federação.

Também não há um “grupo do sindicato” em Coleira das Pedras. Há sindicalistas (ou ex-sindicalistas) que atuam na política e que até agora foram apoiados pelo sindicato (ou pelos dirigentes sindicais do momento) como por outras

organizações. A razão de ser de sua participação na política não passa por dentro do sindicato, como ocorre em Coqueiral, e nem supõe uma espécie de símile político do sindicato, como em Brejo, ainda que possa passar por uma adesão a princípios sindicais. Mas pode passar tão somente pela transferência de prestígio social adquirido na esfera sindical para a política. O mais importante nesse último caso é que o apoio sindical pode desaparecer em determinado momento, sem causar maiores transtornos à trajetória política desses líderes e ao próprio modelo de poder político que estão produzindo ou reproduzindo.

Que poder?

Talvez seja na observação do tipo de poder que o sindicato está atribuindo na sua ação propriamente política, afetando ou não a própria definição do que seja o poder político e a política nas coletividades onde operam, que a diversidade de possibilidades do que tem sido chamado de participação dos sindicatos na política se mostre mais completamente.

Se olharmos mais uma vez para o que descrevemos, iremos ver que o que se vai desenhando em Coqueiral do Rio, a partir, e em torno, de um dirigente sindical e tendo como base o próprio sindicato, é uma “facção” nova, com características semelhantes às das facções pré-existentes, mas também com atributos próprios que, possivelmente, pesarão no perfil das demais facções. Apoiando-se sobre a polarização social do município, o que surge em torno de Luiz Pedro é algo como uma “facção de esquerda”, que se contrapõe à “direita” ou à “usina”. Mas nada próximo de um “partido de fato”, pois sua existência depende visceralmente de um líder determinado. Por outro lado, é uma facção que não se tece somente sobre relações pessoais difusas, mas basicamente sobre a pessoalização de relações de pertencimento sindical. Como já acentuamos, o seu “núcleo” tem um lugar determinado: o sindicato ou, mais precisamente, a sede do sindicato, com toda a carga simbólica que comporta (“casa do trabalhador”, “lugar da liberdade”). Ao contrário de modelos mais clássicos de facção, em que o questionamento do chefe se faz sempre a partir de algum pretendente à chefia; aqui (pelo menos, em princípio) o líder pode ser questionado pelo seguidor comum e uma das vantagens apontadas pelos trabalhadores de votar em Luiz Pedro é que “se ele não fizer [o que prometeu], nós vamos lá e pegamos no pé dele”. Apesar disso, na hora de jogar o jogo político, essa “facção de esquerda” tem dificuldade de fugir às regras tradicionais.

Em Brejo dos Santos, como já vimos, não se impôs qualquer liderança pessoal, prevalecendo uma espécie de colegiado externo ao sindicato mas a ele referido: o “grupo do sindicato”, visto, apesar da menor polarização social do município, como “de esquerda”. Esse grupo nunca conseguiu assumir diretamente

o poder, como ocorreu com líderes sindicais nos dois outros municípios. Mas viveu experiências diversificadas de poder político. Teve, por vários anos, um porta-voz na Câmara Municipal, ocupando postos de comando. Impôs, parcialmente, seu programa de governo a uma gestão municipal e, no período seguinte, foi responsável pela elaboração e implementação do programa de governo, controlando uma secretaria com funções de coordenação. Num terceiro momento, somou a vice-prefeitura e uma secretaria sem todavia ser hegemônico no esquema de governo. Suas perspectivas de assumir a cabeça do governo são remotas, mas, por suas características não faccionais, tornou-se uma espécie de corpo estranho no jogo político, dotado de um poder que lhe vem em grande parte de sua ligação (externa à política) com o sindicato exercendo o papel de “fiel da balança” nas disputas internas ao partido e à frente a que está vinculado; e, a partir do seu reconhecimento como “grupo”, no conjunto da política municipal. Já há algum tempo, vem sendo cortejado por seus adversários históricos e, como lembramos mais atrás, já foi objeto de uma proposta de fusão com um agrupamento político aliado. Talvez não fosse despropositado dizer que o “grupo do sindicato” (ou o sindicato, através dele) vem exercendo ali uma espécie de “poder compensatório”.

Coleira das Pedras, olhada a partir de hoje, talvez pudesse ser pensada como estando em processo de gerar, em torno de líderes sindicais, não uma, mas duas facções políticas, que podem vir a tornar-se as facções políticas do município. Facções, a exemplo das que já existiam, formadas sobre relações pessoais de diferentes naturezas, mas onde o parentesco, o compadrio e as relações de vizinhança parecem ter um peso maior que as simplesmente estabelecidas em torno de favores ou doações. Ambas, ao contrario das facções “tradicionais”, estão referidas ao sindicato, embora de modo bastante distinto. Num caso, fundamentalmente ao “capital de relações sociais” acumulado na experiência pessoal de seu líder e de alguns seguidores. No outro, aos princípios ideológicos do sindicalismo e a experiências de luta que transcendem o município. Mas nenhuma das duas facções emergentes se pensa ou é pensada como “o sindicato no poder”. Uma delas rejeita qualquer “leitura da realidade” em termos de esquerda e direita; a outra, embora tendo um discurso que poderia enquadrá-la como uma “força de esquerda”, prefere, ao que tudo indica, nesse espaço social não polarizado, não jogar com aquela antinomia.

Observações finais

Num certo sentido, o que une experiências tão diversificadas, como as que analisamos, de ruptura da intransitividade entre atividades sindicais e atividades políticas, é a referência comum ao “sindicato” em abstrato pelos que estão

envolvidos naquelas experiências para, em algum nível, justificar a sua ação; mas é sobretudo, o seu enquadramento por sindicatos específicos ou por agregações maiores de sindicatos (federações, confederação) como experiências de participação política dos sindicatos. O enquadramento e a referência (um reconhecimento pelos sindicatos da sua integração a um programa maior) harmonizam as diferenças e passam a idéia de uma “participação” única – o sindicato participa ou não participa da política; o sindicato participa ou não participa do poder. Esse enquadramento induz, é verdade, um certo “modelo” de participação, que tem peso, mas que não modela sozinho o poder que vai ser exercido e que acaba obscurecendo os efeitos concretos dessas intervenções do sindicato. Mas obscurece, principalmente, a questão maior da compatibilidade entre esse “poder político” (mesmo que “original”, com a marca do sindicato) e o “poder social” que o sindicato desenvolveu e graças ao qual obteve seu reconhecimento.

Notas

¹ Sobre essa ideia de “trabalho de dominação” ver Bourdieu 1976.

² Habilmente, os sindicalistas reinterpretavam a lei a seu favor, identificando a “política” proibida pela CLT com aquela “pequena política” e pondo o exercício da denúncia de políticas e medidas do governo que faziam no plano das ações de “defesa da categoria”, autorizadas pela legislação.

³ A esse respeito, consultar Palmeira 1985 e Novaes 1997.

⁴ Isso, naturalmente, comportava variações importantes. Essa espécie de política de classe de longo prazo era questionada – sobretudo a partir da “abertura” dos finais dos anos 70 – por setores de esquerda que, por diferentes vias, enfatizavam a necessidade de se dar uma “direção política” ao movimento e, no outro extremo, durante algum tempo, por setores do próprio movimento sindical e da Igreja Católica que identificavam na política uma atividade das classes dominantes, a que contrapunham o “trabalho de base”, sem se perguntar, algumas vezes, sobre o significado político que “objetivamente” atribuíam, ou por outras forças era atribuído, a esse “trabalho de base”.

⁵ Sobre o modo como a política é concebida nas áreas estudadas, ver Palmeira e Heredia 1995 e 1997.

⁶ O depoimento de um dos sindicalistas-prefeitos, eleito em 1988, dado nesse mesmo encontro – e que, possivelmente, inspirou a redação do documento citado – é mais preciso: “Eu estava [no momento em que se candidatou à prefeitura de um município da região da zona da mata] realmente num tempo, no auge da política sindical. No meu sindicato, os trabalhadores achavam que eu não deveria sair. Eu avaliava que já era a hora de sair, porque o próprio tempo desgasta a liderança. [...] Eu só tive dos trabalhadores do campo cinquenta por cento dos votos. Cinquenta por cento votaram em branco ou em outros candidatos. E muitos diziam a mim mesmo: ‘Não voto em você pra prefeito, porque vai prejudicar o nosso sindicato’.”

⁷ Um sindicalista, vice-prefeito da mesma região do estado, conta-nos de sua experiência: “Eu cheguei numa reunião lá no município e o presidente do sindicato estava falando de sindicato,

falando de direitos dos trabalhadores e estava todo mundo assistindo. Quando foi na hora de falar em política, os companheiros começaram a se levantar e ir embora. Porque, na cabeça deles, os políticos tudo calça quarenta e não resolvem os problemas... [Falar de] democracia nesse país e eles passando fome?”

⁸ Um dirigente sindical refere-se assim ao modo como os trabalhadores reagiram à entrada na política do sindicato, de que foi um dos fundadores, ao conseguir, em 1982, depois de alguns anos de lutas sociais intensas em torno da questão da seca, eleger vereador um de seus assessores: “Não foram todos os que participaram daquela luta que aceitaram [...] essa coisa, de repente: ‘Estou no sindicato [que] antes dizia que era apolítico; [que] não devia se envolver em política; [que] política partidária é uma coisa e sindicato é outra; e ...’ Isso mexe muito com a cabeça dos próprios trabalhadores, mexe muito, não tenho dúvida que mexe.” E volta à carga mais adiante: “Você passa doze anos pregando uma política [a política “sindical”] e hoje você passa para outra política diferente... Isso, para os trabalhadores assimilarem, eles têm dificuldade.”

⁹ Há relatos recentes feitos nesses termos por dirigentes sindicais, que se queixam da multiplicidade de candidatos dentro de um mesmo sindicato

¹⁰ Nas palavras de um outro participante do encontro de sindicalistas candidatos promovido pela Federação em 1992: “Há dezenas de anos que eu trabalho no sindicato. [...] E a minha vocação desde que eu entrei no sindicato é sempre mais ou menos política, porque a minha família é política que são danados. Então, nunca deixei a parte política e também nunca deixei a parte sindical.”

¹¹ Houve casos mesmo desses envolvimento serem anteriores à entrada no sindicalismo, invertendo a sequência de que vimos tratando, como testemunha a experiência de um dirigente sindical da zona da mata de Pernambuco, justificando-se diante dos companheiros que cobravam o seu pertencimento a um “partido de direita”: “Eu quero dizer que antes de eu conhecer o movimento sindical, já vinha contatando todos os políticos: contatando com prefeito, com vereadores, acompanhando comício deles. [...] Até que eu vi, que dei sentido da minha pequenez, que não seria nem tão próprio de eu estar ali no meio deles...” E com a ajuda deles tornou-se dirigente sindical.

¹² Em meados dos anos 70, a Igreja Católica voltou a atuar junto aos camponeses, sobretudo através das Comissões Pastorais da Terra, que passaram a disputar com os Sindicatos a organização dos trabalhadores rurais. No início dos anos 80, além dos avanços de partidos políticos como o PCdoB e o MR8, surgiram entidades de massa como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, além de outros de expressão mais regional.

¹³ Algumas federações também seguiram por esse caminho. Mesmo a FETAPE, uma das mais empenhadas, ao longo de todo esse processo, em separar a política a ser implementada por entidades sindicais da política eleitoral, permitiu-se o apoio indireto a um candidato de oposição. Como recorda um seu assessor, que, oito anos após iria tornar-se, ele próprio, um parlamentar: “82. Já naquela época, a gente verificava a importância das eleições. Ainda não se pensava em candidaturas específicas do movimento sindical e a gente, então, lembrava a pessoa de um advogado, que era advogado das oposições, dos sindicatos, etc. A gente lembrava [aos trabalhadores] como o candidato que deveria ser votado pelos trabalhadores. Mas os trabalhadores não assumiam, nem a FETAPE, nem nós mesmos assumíamos como candidatura nossa.”

¹⁴ “A gente era tímido nessa questão política – lembra um dirigente sindical da área canavieira – porque a gente não podia falar, os estatutos proibiam... Mas, aí, em 79, a gente foi a Brasília participar do 3º Congresso [de Trabalhadores Rurais] e voltou com uma nova energia [...] A gente começou a discutir no município um projeto [que seria realizado em 1982] para eleger um camponês para a prefeitura e um para vereador. Até então, ali só tinham passado os usineiros, os senhores de engenho [...] O sindicato não tinha ligação nenhuma com vereadores nem com o prefeito.”

Vai na mesma direção o depoimento de um assessor de um sindicato do sertão, que seria eleito vereador também naquele ano. Depois de evocar as lutas empreendidas no final dos anos 70 e início dos 80 em torno da questão da seca, “com propostas inovadoras em pleno regime militar”, diz que foi aí que “viu-se a necessidade”: “Apesar daquele discurso do sindicato de não entrar na política, dos trabalhadores não participarem da corrida partidária [...], àquela altura, eleição para governador depois de muito tempo sem ninguém poder votar para governador... a gente não tinha candidato a vereador. Tinha para prefeito, deputado, governador [...] mas não tinha um vereador com quem se identificasse. [A gente] sentiu falta de um vereador que se identificasse com a luta, que ninguém sabia o que era vereador, nem atuação de vereador. Foi aí que surgiu uma reunião do sindicato, [onde] mais de quarenta lideranças de base decidiram lançar um candidato a vereador. E, entre vários nomes que estavam sendo cogitados, os companheiros me lançaram...”

¹⁵ Alguns dentre eles defendiam uma participação que se limitasse à constituinte, não devendo o sindicalista permanecer no Parlamento depois de encerrados os trabalhos de elaboração da nova Carta.

¹⁶ Isso fez com que, em alguns estados, houvesse sindicalistas de uma certa importância que, lançados candidatos diretamente pelos partidos em que militavam, sem passar pela aprovação das assembleias sindicais, não eram considerados “candidatos sindicais”.

¹⁷ Esse número não inclui os sindicalistas rurais que foram lançados diretamente por via partidária, alguns dos quais tiveram sucesso.

¹⁸ Vejam como Antonio Brasileiro formulava, em 1992, sua ligação com o sindicato: “... o que eu sei, eu devo ao movimento sindical; os votos que eu tive, eu devo ao movimento sindical; mais nada, tudo [...]. Todo o nosso trabalho. Eu sou o empregado, o porta-voz, um menino de recado do movimento sindical. Nada mais. Na política partidária, eu não vou lá para ir satisfazer interesse de partido, nem de político nenhum, mas para ser um porta-voz. Foi dessa maneira que me mandaram para a política partidária.”

¹⁹ Num município vizinho, o presidente do sindicato, ao contrário, tanto em sua campanha para prefeito em 88 quanto na campanha para fazer seu sucessor em 92, associou ao extremo as duas atividades, distribuindo, por exemplo, material de propaganda aos trabalhadores rurais nas assembleias de greve. Essa prática, todavia, estava longe de ter aprovação unânime, sendo objeto de censura por parte de outros dirigentes sindicais em reuniões estaduais.

²⁰ Um poder sindical que, todavia, a exemplo do poder político tal como é concebido por essa sociedade, lhe vem de fora e não do lugar, a que está ligado basicamente por nascimento e laços de parentesco e que se trataria de reinjetar na vida do município e, sobretudo no próprio sindicato, para que este pudesse refazer uma trajetória mais compatível com o modo sindical de fazer política.

CAPÍTULO 8

Política ambígua*

*“Política é coisa melindrosa.
Você não pode achar que vai
entrar e vai saber fazer.”*

*“Política é uma coisa muito
dolorosa. Exige muito
conhecimento.”*

1. Nós só teremos condições de entender o que está em jogo nas condenações populares – tão enfatizadas pela imprensa e, paradoxalmente, pelos próprios políticos – da política e dos políticos, se formos capazes de conhecer a(s) concepção(ões) de política que preside(m) essas avaliações. Sem isso, nos arriscamos a, em nome da ética ou de uma democrática identificação com a “opinião pública”, fazer coro com os que trabalham, ainda que inconscientemente contra o projeto de uma sociedade democrática, recusando uma política que não a dos seus sonhos ou, pura e simplesmente, rejeitando a política de modo geral.

2. O medo da política e a rejeição dos políticos pelos excluídos da política ou dos nela posicionados sobre eixos outros que não o das disputas propriamente programáticas, ainda que, em certa medida, mais profundos, não são aqueles mesmos “nossos”, objetivados nas pesquisas de opinião e nessa espécie de espelho da realidade em que se constitui, para os letrados, a imprensa.

3. Numa sociedade atravessada por conflitos de toda ordem, mas que, num aparente paradoxo, tem a *união* – de que a família, a família modelar, não o grupo

* Este texto foi escrito por Moacir Palmeira e Beatriz M. Alasia de Heredia e originalmente publicado em P. Birman, R Novaes e S.Crespo (orgs.), *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 1997.

doméstico na sua crua realidade, é o melhor exemplo – como uma espécie de valor maior, a política, pensada sempre como algo externo às famílias e àqueles grupos sociais e atividades concebidos como lhes sendo coextensivos (grupo de vizinhos, parentelas; trabalho no roçado, negócio), é, de forma oposta, identificada à divisão. As metáforas a que se prestam os dois termos (família e política) expressam bem o contraste: de um conjunto de amigos muito próximos se dirá que “é o mesmo que uma família” ou de um povoado, para indicar a harmonia em que vivem seus habitantes, que “aqui é tudo uma família só”; já alguém que queira dizer que não gosta de briga dirá “não gosto de política” e do intrigante se dirá que “vive de política”, mesmo que ele não demonstre o menor interesse pelos negócios públicos ou pelas atividades eleitorais.

4. Não será, portanto, casual que a política, no seu uso literal, não se refira a uma atividade ou um domínio de atividades permanente, mas esteja circunscrita a um período específico. Política é equacionada com eleições, como é explicitado na expressão *tempo da política*, usada para designar o período eleitoral. Do mesmo modo, os *políticos*, ainda que identificáveis fora do período eleitoral – em primeiro lugar, sintomaticamente, nas condenações de praxe que lhes são dirigidas ou na confirmação das condenações “externas” (isto é, formuladas por outros políticos ou pela mídia) – é só no tempo da política que sua presença, em carne e osso, é considerada socialmente adequada. Se queixas há de que só aparecem nessa ocasião, sua ida às comunidades (isto é, às casas, aos povoados, aos sindicatos, etc.) fora do tempo da política – mas sobretudo sua permanência para além do formalmente aceitável – é objeto de desconfiança. Inversa e simetricamente, sua ausência no tempo da política é vista como descaso podendo dar lugar à ruptura de relações e à perda de votos.

5. Essa sazonalidade da presença dos políticos não pode ser lida como sinônimo de sua pouca importância. Ao contrário, o tempo da política, a par de circunscrever conflitos que tendem a ocorrer na regulação das relações entre unidades políticas ou administrativas, mais amplas ou mais restritas, é crítico na definição e redefinição dos pertencimentos sociais. Antes que a escolha de um candidato, está em jogo, não só para cada eleitor, mas para o conjunto da população, o alinhamento a uma facção, com todas as implicações que decorrem deste fato. Nesse período, as migrações entre facções são legítimas, as fronteiras das facções são alteradas, podendo a sociedade readequar-se à imagem que se faz dela própria. Dito de outro modo, o “tempo da política” permite a resolução de conflitos não resolvidos ou não resolvíveis no fluxo das interações cotidianas ou, pelo menos, a rearrumação do “passivo” de conflitos acumulados sob a égide da união.

Trata-se de um período liminar, em que não só as divisões mas também as ambiguidades são explicitadas, permitindo sua resolução ou regulação, de modo a que possam se manter “sob controle” no período entre duas eleições. É um período de conflito autorizado e com uma dimensão festiva manifesta, não só na excitação e nas comemorações internas a cada facção, mas também no prazer dos embates mais ou menos simulados entre contendores e na consciência difundida do papel de integração dessa disputa¹.

6. Essa funcionalidade da política não elimina o seu lado ameaçador. A possibilidade de divisão, concentrada num determinado período de tempo, é, por assim dizer, potencializada. A política ameaça, em primeiro lugar, pelo fato mesmo de representar uma quebra do cotidiano. Fixar marcos para o início e o término do “tempo da política”, garantindo o caráter temporário dessa interrupção, é, pois, crucial e nada simples.

Se o início de outros “tempos”, como o inverno, para tomar um exemplo de tempo “ecológico”, é objeto de vivas discussões entre agricultores, o início do tempo da política enseja não apenas opiniões divergentes, mas lutas que prenunciam a intensidade do período que se inicia. Existe, é verdade, um calendário eleitoral oficial, assim como eventos formais, consagrados pelos costumes da população, que assinalam o início do tempo da política (como os comícios). Mas cabe observar que o calendário eleitoral constitui apenas uma referência e que, no que diz respeito aos eventos, permanece a questão do momento adequado para acioná-los. O primeiro comício ou a primeira incursão de um candidato a um bairro dá sempre margem à acusação de precipitação, de estar fazendo política antes do tempo, sobretudo se isso coincidir com a época de uma festa religiosa, que delimita igualmente um tempo específico. Está em jogo aí, evidentemente, a questão duplamente estratégica de quem tem a iniciativa – e, simultaneamente, a glória – de abrir um “tempo” e “sair na frente”, mas também uma espécie de “necessidade” de que se instaurem versões irrecorrivelmente divergentes dos fatos que, a partir de uma espécie de mal-entendido primeiro, desencadeiem e “perpetuem” as disputas de que irá se nutrir o “tempo da política”.

Ainda mais complexa é a questão do final do “tempo da política”. Se, com relação ao início, ainda encontramos formulações consensuais tais como: “a política começa com os comícios”, a respeito do final o que se tem é um grande silêncio. Ou, quando se explicita a pergunta, encontramos respostas divergentes e vagas como “quando acaba a eleição”, ou mais precisas: “quando fecham os comitês eleitorais”; “no fim da apuração”; “na posse do eleito”, mas sempre emitidas sem grande convicção. Na verdade, a margem de indeterminação é muito ampla. As acusações de fraude e os pedidos de recontagem são frequentes, o que obviamente interfere com a indicação de um marco fixo e nítido para o final do

período. Mas mesmo quando estes não ocorrem, ou não são muito relevantes, há um outro elemento em jogo: o modo como foi conduzida a campanha, isto é, como e em que tom foram conduzidos os ataques verbais, ou outros ataques, entre os contendores. Uma solução insatisfatória para esse “fecho” do período eleitoral, pode levar a política para além do “tempo da política” ou, se preferirmos, pode prolongar indefinidamente o “tempo da política”, cristalizando a divisão numa comunidade e desencadeando, muitas vezes, ondas de violência entre facções rivais, como ainda hoje encontramos em muitos municípios do interior do Brasil.

Talvez pelas implicações disruptivas dessa fixação (ou dessa luta pela fixação) dos limites do “tempo da política”, essa é uma questão que não se põe apenas nesse nível “macro”, entre facções, mas também no nível das relações interpessoais. Isso pode ser visto bem numa prática que, olhada do laboratório ideológico das grandes cidades do centro-sul, parece “folclórica”, mas que é absolutamente difundida e relevante, mesmo nas capitais de estado: as apostas eleitorais.

Durante o período eleitoral, ricos e pobres – provavelmente mais estes do que aqueles, embora entre os primeiros também haja “viciados em aposta” – apostam de tudo: do engradado de cerveja ou do bode em pé a casas e terrenos, e mesmo fazendas². Nessa aposta está menos em jogo a recompensa material que pode ser auferida do que a aposta em si mesma, investimento-declaração de confiança no seu candidato. As apostas funcionam como uma espécie de pesquisa de opinião pública, com efeitos performativos evidentes, o que faz com que os próprios candidatos banquem apostadores para suas candidaturas. Mas, mesmo quando há “banqueiros” por trás, a aposta estabelece um elo, ao mesmo tempo que define um período fixo de afastamento, entre dois apostadores e um mediador, que funciona, simultaneamente, como uma espécie de testemunha autorizada, depositário e eventual cobrador do valor e da palavra empenhados por cada um dos adversários/parceiros. Por outro lado, o desfecho de qualquer aposta passa, obrigatoriamente, pelo ritual dos adversários sentarem-se em torno de uma mesma mesa e beberem juntos às expensas do perdedor. A aposta funciona, portanto, para definir as entradas pessoais no “tempo da política” (exceção feita àqueles que, como os políticos, já a têm definida automaticamente pelo posicionamento das facções) e para estabelecer o evitamento necessário entre aqueles que, a partir daí, estarão formalmente em campos opostos e que poderão eventualmente vir a se atacar. Serve também para definir, com maior precisão do que no plano faccional, o momento e a modalidade da reconciliação. Esse mecanismo, por um lado, possibilita a incorporação individual dos “eleitores” e a sua desincorporação progressiva da política, sendo com isso capaz de resolver praticamente os impasses “constitutivos” que as facções se impõem na delimitação necessária do “tempo

da política”. Em outro plano, porém, ao envolver mais diretamente a palavra e, portanto, a honra, de cada um, a aposta é capaz de desencadear conflitos interpessoais mais violentos do que aqueles que ocorreriam em torno de contestação de resultados ou procedimentos eleitorais na ausência de aposta.

7. A quebra do cotidiano é uma quebra das regras que o organizam. Ao transformar o tempo em que se exerce a reciprocidade no fluxo das relações interpessoais de que se faz o cotidiano, o “tempo da política” permite a ruptura das regras práticas, como a observância do *respeito*, que limitam a proximidade pessoal naquelas relações. Assim, o político, nessa época, pode se permitir, com o eleitor de sempre, com quem já tem uma relação pessoal, e mesmo com o eleitor potencial (muitas vezes, um completo desconhecido) uma intimidade impensável no cotidiano, irrompendo em sua casa em horários não convencionais ou entrando em áreas do espaço doméstico, habitualmente frequentadas apenas pela família. O eleitor, por seu lado, sente-se estimulado a fazer certos pedidos a um político que, no cotidiano, seriam considerados humilhantes. O pesquisador que conversar com habitantes das “periferias” das cidades do interior pernambucano encontrará, para além de eventuais preferências partidárias, donas de casa que, exibindo um sorriso de satisfação, falam do “seu doutor” que “quando chega aqui em casa vai é entrando, perguntando por todo mundo, abrindo as painéis”. Encontrará também, aproximadamente com a mesma frequência, aquelas que, indignadas, protestam contra “essa estória de ir chegando na casa dos outros e abrindo as painéis”, ao que, às vezes, acrescentam um “isso aqui é casa de pobre mas não é casa de mãe Joana, não”. Ir para a “fila do colchão” pode ser objeto de discussões acirradas dentro de uma família sobre a legitimidade de, mesmo no tempo da política ir buscar um objeto tão íntimo com um político – visto como distante, “de fora”, mesmo quando nascido e criado no lugar – e, ainda mais, enfrentando uma fila pública, que o põe (ou, o que é mais comum, a põe, já que homens se dispõem a enfrentar a “fila do cimento” mas, dificilmente, a do colchão), expondo-o, numa situação de indignação aos olhos da comunidade (ver quem “está na fila”, além de um mecanismo de controle de fidelidade política, virou, em alguns lugares, uma espécie de divertimento cruel para muitas pessoas). Pior é a possibilidade de o eleitor ou seu familiar deparar-se com uma recusa, por “saberem que ela(e) tem dinheiro” ou um deles ter sido visto numa fila do candidato adversário; justificativas que tanto podem ter a ver com a eficácia do trabalho de “fiscalização” dos partidários de um candidato, como com a simples atualização, nesse tempo de conflito permitido, das intrigas de todo dia ou, ainda, simplesmente depender do humor do político. Mas, em qualquer circunstância, a humilhação pública é dupla e a ruptura de relações, com o político, mas sobretudo com o “intrigante”, eventualmente definitiva.

Essa espécie de permissividade que acompanha o tempo da política pode levar à transgressão de outras fronteiras, como aquela que, em situações normais, separa o que pode ser dito de alguém dentro de sua família ou num círculo mais amplo apenas em voz baixa daquilo que pode ser tratado publicamente e em voz alta. Durante o tempo da política, suspeitas que circulam no disse-me-disse ou ficções criadas *ad hoc*; coisas sabidas mas não ditas ou simples xingamentos ganham os palanques e os programas de rádio, são expostos nos muros ou circulam impressos, sem provocar as reações que provocariam em outra época. Presenciamos situações, envolvendo os mesmos políticos, em tempo de eleição e fora dele que ilustram bem o que estamos indicando. Em um caso, um candidato a vice-prefeito, posto na condição de bode expiatório dos ataques da facção adversária, acusado, entre outras coisas, de comprar voto, ser bígamo e estar matando de fome os filhos da esposa legítima, reagiu com bom humor, passando, a exibir nos comícios um de seus filhos, excessivamente bem nutrido. Anos depois, exercendo o mandato de prefeito, agrediu um radialista, merecendo o apoio do chefe da facção oposicionista, para quem o radialista trabalhava, por considerar inaceitáveis ataques sistemáticos, mesmo envolvendo denúncias menos pesadas, como a de estar perseguindo funcionários da prefeitura que não eram de sua facção – na verdade, uma referência ao próprio radialista que, tendo participado da campanha do prefeito e tendo ocupado um cargo de confiança na prefeitura, foi mandado embora, passando a atacar seu ex-chefe na rádio da oposição.

Em outro caso, um militante experimentado, mas considerado de “cabeça quente”, agrediu um vereador da facção adversária que, durante uma sessão pública da Câmara Municipal, xingava em voz baixa o vereador que discursava, com quem o militante se identificava, “para ele aprender que não pode ofender de graça um homem de bem”. As ofensas que ele e seu vereador haviam escutado durante a campanha eleitoral certamente haviam sido bem mais duras.

Mas nem sempre as coisas se resolvem tão facilmente durante o “tempo da política”. A ausência de fronteiras abre espaço para que o ofendido estabeleça unilateralmente o seu limite de tolerância. Na mesma disputa eleitoral em que o candidato a vice-prefeito enfrentou com tranquilidade os ataques que lhe eram dirigidos, os candidatos da facção oposta reagiram à ironia e à crítica de um outro radialista, que conduzia os programas de rádio e comícios da primeira facção, com ameaças de morte, gerando um clima de grande tensão. Um dos pesquisadores testemunhou, involuntariamente, a reação de absoluto descontrole da mãe do candidato a prefeito da facção oposta à desse radialista ao escutar, no programa eleitoral, uma montagem em que o deputado chefe da sua própria facção (com quem, salvo engano, também tinha uma ligação de parentesco) dizia para não votarem no seu filho, por não ser da terra: “É mentira, é mentira, gritava e chorava no apêndice do hotel. A voz não é dele...” Na verdade, era. O radialista

gravara um discurso em praça pública do deputado em que este atacava um candidato a vereador da outra facção, dizendo que alguém morando há menos de cinco anos (queria dizer cinco meses) numa cidade não poderia ser candidato a vereador. Ocorre que o seu candidato a prefeito estava afastado havia muito tempo do município, voltando apenas para ser candidato. O radialista montou então uma “entrevista” em que ele perguntava se o deputado concordava que alguém morando num lugar há menos de cinco anos fosse candidato e a resposta era a voz do deputado dizendo que isso não podia ser permitido. Temendo a reação dos adversários, os correligionários do radialista sugeriram que se afastasse da campanha nos seus últimos dias.

8. O caráter ameaçador da política é reforçado pelo fato de o tempo da política ser um tempo de explicitação de conflitos, dos políticos em primeiro lugar, mas não apenas deles. O cotidiano também é feito de divisões e conflitos, mesmo quando se pensa em termos de união. Mas com relação aos conflitos entre parentes, vizinhos, amigos, e até entre inimigos, existem, de algum modo controles estabelecidos pelas unidades sociais que os circunscrevem. As famílias, as parentelas, os grupos de vizinhos sabem como exercer um efetivo controle social sobre seus membros e fornecem um modelo para a resolução de conflitos em relações mais abertas, como aquelas que se tecem em diferentes tipos de redes sociais existentes em sociedades como as que estudamos. Já as divisões explicitadas publicamente – a partir de lugares especiais como os palanques, “em praça pública” – durante o “tempo da política” são de controle problemático. Não se dispõe de uma unidade social pré-construída que possa estabelecer seus limites. A eficácia das regras de civilidade ou de cortesia, fornecidas, por exemplo, pela família ou pela religião ou, simplesmente pela maneira habitual de agir, onde “o respeito é fundamental”, vê-se sensivelmente diminuída na vigência da liminaridade. Por outro lado, a unidade social significativa no (e do) tempo, a facção (o *lado* ou *partido* – não confundir com sigla partidária) existe apenas em razão direta da intensidade do conflito que a delimita: deste ponto de vista, o conflito não tem que ser amainado, mas, na medida do possível, levado ao seu limite, para que a facção apareça e, portanto, exista. Aí, o “na medida do possível” não é retórico, mas indica que há momentos em que interessa a uma facção controlar o conflito. Em situações de grande polarização, a percepção por parte dos contendores de que a vitória de uma das facções está definida tende a fazer com que a facção provavelmente vencedora passe a fazer apelos à união, e que a provável perdedora aceite esse “aceno de paz”, evitando gastar todas as suas energias numa batalha perdida de antemão ou, ao contrário, respondendo com ataques intensos e mesmo desesperados, evitando com isso a perda de sua identidade e o risco de ser engolida pela adversária no interregno eleitoral.

A hostilidade entre facções expressa-se igualmente no espaço, através da segregação de lugares públicos (bares, farmácias, barbearias, etc.) e, por vezes, de áreas inteiras dentro das cidades e povoados, especialmente nas primeiras, locais em que a política se expõe de modo mais completo (os povoados, mesmo quando existe lutas faccionais, estão, não raramente, sob tal hegemonia de uma facção, ou, inversamente, percebem-se tão ameaçados pela possibilidade da política comprometer sua unidade moral, que não são alvo de segregação espacial). Cria-se uma interdição de “frequência”, inexistente ou existente sob a forma de uma simples preferência no cotidiano, por membros de uma facção, do espaço da facção adversária. A violação desse espaço representa um risco real de alguém ser publicamente apupado ou injuriado – como aconteceu com um prefeito municipal na área canavieira de Pernambuco que, no auge das hostilidades eleitorais, cometeu a imprudência de “invadir” um reduto inimigo para fazer propaganda do seu candidato, confiando talvez na sua autoridade institucional (sempre abalada no “tempo da política”) ou no seu reconhecido carisma pessoal – ou ainda ser vítima de violências físicas. Por essa razão, é comum, quando se anda pela cidade com um político, ainda que ele não seja candidato, evitar certos trajetos. Do mesmo modo, alguém que tenha se engajado pessoalmente através de uma aposta, evitará entrar num lugar (ou mesmo passar em frente dele) frequentado habitualmente pelo seu adversário/parceiro ou naquele que pertence ao comerciante/testemunha/depositário do “jogo”. Vimos, numa outra cidade daquele estado, uma perseguição a um grupo de aliciadores de eleitores, que objetivava flagrar a operação de um “curral eleitoral” na véspera do dia da eleição, deter-se nas imediações do comitê da facção dos perseguidos, sob a vaia da pequena multidão de simpatizantes que ali se concentrava.

A campanha eleitoral³ aproxima pessoalmente os que vão aderindo a uma candidatura, em especial os que fazem parte daquela espécie de corte, composta por “permanentes” de uma facção, “voluntários” interessados e desinteressados, familiares e amigos, que se forma em torno do candidato ou do chefe político que dirige a campanha do “seu” candidato. A oposição ao inimigo comum e a convivência vinte e quatro horas por dia (a fórmula, muitas vezes, é literalmente aplicável, o candidato já sendo despertado por algum partidário seu) confirmam e reforçam relações pré-existentes, superam divergências pessoais entre seguidores, criam laços novos. Esse reforço de solidariedades – correspondendo àquele momento, apontado por estudiosos do faccionalismo, em que redes se fundem em quase-grupos, apenas circunstancialmente semelhantes a grupos corporados – realimenta, simmelianamente, a hostilidade ao “outro lado”. Todavia, de modo igualmente simmeliano, a intensidade das interações aumenta também as probabilidades de conflitos internos, ainda mais numa situação em que não importa que conflito está autorizado, desde que vazado numa linguagem política ou, dito de

outra maneira, justificado em termos políticos. Isso é particularmente crítico numa situação em que operam facções. Nessas formações, o que agrega as pessoas é a relação de cada uma com o líder. São vínculos individuais ou redes articuladas individualmente que, num certo sentido, se desconhecem mutuamente ou só se dão a conhecer na competição pelo reconhecimento por parte do líder. Durante a campanha, existe uma disputa permanente entre partidários de uma mesma candidatura ou de um conjunto de candidaturas que, nas suas variantes extremadas, se assemelham a uma luta de todos contra todos. Sobretudo quando a campanha vai mal, surge a disputa pela escolha de bodes expiatórios. A conversa com alguém de outra facção, ou mesmo ser visto em território inimigo, pode ser utilizada por um desafeto para acusar alguém de ser um “cara-preta”. Numa cidade do sul de Pernambuco, observamos que uma ativa militante de uma facção, embora conversasse com certa regularidade com adversários com quem mantinha relações de amizade num local neutro (um bar perto de sua casa, em um bairro fora do perímetro urbano), recusava acintosamente o cumprimento dos integrantes mais expressivos da outra facção, mesmo quando na companhia do chefe de sua própria facção que dispensava um tratamento cortês aos adversários. Isso talvez pudesse ser lido como uma expressão do medo de ser considerada simpática ao outro lado e de perder espaço na disputa surda, mas intensa, em que estava empenhada dentro de sua própria facção, por ser uma espécie de lugar-tenente do líder. Uma queixa frequente de candidatos a cargos majoritários nas diferentes áreas estudadas é a de que é mais fácil enfrentar os adversários do que as disputas internas ao seu próprio lado. Mesmo nos comícios, com toda a sua formalidade, há verdadeiras guerras não só para falar (já que nem todos podem falar sempre) mas para aparecer ao lado do candidato a um posto importante ou de um político de expressão que se encontra no palanque. Há uma preocupação constante dos responsáveis pelas campanhas de conseguirem que brigas como essas no campo adversário se transformem em cisões e novas adesões ao seu partido. Quando isso ocorre (o que é percebido sempre como uma “traição” pela facção que perde aderentes) o conflito mais amplo entre facções tende a tornar-se mais agudo.

9. Mais do que a suspensão do cotidiano, o que temos durante o “tempo da política” é a criação de um outro cotidiano dentro do cotidiano, que não o elimina, mas interfere profundamente na sua maneira de operar. Durante esse período, as pessoas continuam a levar sua vida familiar, a trabalhar, a frequentar cultos religiosos, etc. Mas, a partir do momento em que a linguagem política (linguagem da divisão) torna-se a linguagem autorizada, a política tende a invadir todos os domínios (mais uns que outros, pois como lembra Victor Turner, há domínios mais liminares – diríamos, “liminarizáveis” – do que outros) obrigando-os a se redefinirem, de modo que não haja conflitos de regras.

Seria redundante falar das atividades específicas criadas pela própria política, geralmente em torno dos comitês eleitorais, que dão emprego a um número razoável de pessoas e que ocupam voluntários em tempo quase integral – recebendo eleitores, distribuindo bens, elaborando e repassando aos cabos eleitorais e/ou militantes material de propaganda, participando de panfletagens, etc. – atividades que vão se intensificando ao longo da campanha, aumentando o espírito de corpo de que as facções se dotam nessa época, e que estão na origem de não poucos conflitos envolvendo violência física.

Queremos antes chamar atenção para a contaminação política do cotidiano mais banal. A política se torna assunto obrigatório tanto nos encontros casuais quanto nas visitas formais. Nos primeiros, feitas as saudações de praxe, vem a pergunta: “E a política?” A resposta, esperada quase sempre obtida, é uma declaração de voto e uma avaliação do andamento da campanha e das possibilidades de cada candidato. Se há discordância, e o encontro envolve apenas duas pessoas, a discussão que se segue assume um tom jocoso, e, logo, as pessoas se despedem. Como nesse período evita-se o encontro de adversários – sobretudo em grupos – essas conversas geralmente se dão entre pessoas do mesmo lado e as divergências são menores. Há uma consciência clara de que não se convence o adversário ou o eleitor já definido.

A situação torna-se mais tensa quando um dos interlocutores vive algum conflito de fidelidades – e o “tempo da política” é a época por excelência em que se dão esses conflitos. Nesses casos, a pergunta conduz a uma justificação do seu voto. O diálogo que testemunhamos em uma cidade do interior de Pernambuco entre dois eleitores do mesmo partido é exemplar: *A*: “E vereador?” *B*: “Pra ser sincero, meu candidato não é o seu. Da outra vez, votei nele [no candidato que todos sabiam era o de *A*.], mas, dessa vez, tenho um primo que é candidato.” *A*: “Bem, aí é outra coisa...” *B*: “Me desculpe, mas, sabe... um parente assim...” Do mesmo modo, a reação de um compadre de *A* que visitamos nos confins do município: “O assunto é política, não é, compadre? Pois, vamos lá... Voto em Caraíba (município vizinho). Tenho um primo que é candidato a prefeito. Mas não voto nele. Meu voto tá prometido a João [...]. Se meu pai ou minha mãe fosse candidato, ainda assim votaria em João. Devo um favor.”

Por outro lado, as situações mais fortuitas são lidas politicamente e são capazes de provocar reações políticas, desfazendo ou estabelecendo laços. Às vésperas das eleições municipais de 1988, houve no mesmo município um desastre rodoviário que comoveu a cidade, e deu lugar a muitas versões. Um caminhão transportando pedras e alguns passageiros ou uma “rural” transportando eleitores do partido do seu proprietário virou, provocando vítimas – pelo menos três feridos graves e, segundo alguns, um morto. Por essa razão, uma passeata da Frente Popular (PMDB e outros partidos) teria sido suspensa

(segundo outras pessoas, não havia nenhuma passeata programada). Por conta do ocorrido, a irmã do motorista queixava-se de haver perdido sua carga de pedras e um jovem trabalhador, que exibia um cartaz do candidato a prefeito do PFL na porta de sua casa, mudou o seu voto: “Ia votar nele até ontem”. Seu irmão estava no carro acidentado e precisava, pela gravidade do seu estado de saúde, ser removido para Recife. Procurou seu candidato mas este – supostamente porque o carro transportava eleitores do PMDB – não forneceu o apoio solicitado. Quem o atendeu foi um candidato a vereador da Frente Popular. “Um favor desses a gente tem que pagar.”

Os boatos – uma forma cotidiana de comunicação e controle social difuso e eficaz – tornam-se mais frequentes no período eleitoral. Se, no comum dos dias, boatos são equilibrados por boatos opostos ou simplesmente neutralizados pelo passar do tempo; agora, manipulados pelas facções, tornam-se armas de guerra, aumentando para suas vítimas o risco de não conseguirem contrarrestá-los a tempo e, para seus autores o risco da punição. Uma médica que dirigia uma repartição estadual de saúde num município de Pernambuco governado pelo partido de oposição estadual, às vésperas da eleição municipal, contou que, sentindo-se “injuriada com a mentira de que haveria uma lista de funcionários a serem demitidos”, descobriu os autores do boato – duas mulheres que trabalhavam com ela na repartição. Chamou-as, então, e avisou: “Agora, vai haver mesmo demissão: a de vocês duas. O serviço vai ser municipalizado e eu não quero cobra perto de mim, querendo me morder.” As mulheres teriam ficado “apavoradas”, “pedindo por favor”, mas a médica manteve-se irredutível, justificando: “Vejam o que uma campanha faz com a gente. Estou agredindo meus princípios ideológicos, mas, às vezes, não dá para aguentar. Tem gente safada demais.”

A política invade também o universo dos “eventos extraordinários”, para usar a fórmula de Roberto da Matta, criando situações difíceis, já que os princípios que presidem cada um desses eventos e os que presidem esse tempo também extraordinário que é o “tempo da política” são diferentes. Quando não se consegue evitar a superposição dos calendários, as festas populares entre elas as festas religiosas, viram ponto obrigatório da peregrinação dos políticos em campanha. Essa presença pode gerar as reações mais diversas e os políticos que ali comparecem se cercam de cuidados prévios, sobretudo quando se trata de políticos de maior projeção e/ou candidatos a cargos mais importantes, quando a sondagem de como o padre, o organizador da festa, os vendedores ou o público reagirão é indispensável.

Numa festa de pátio de igreja, numa cidade da área canavieira de Pernambuco vimos o candidato a prefeito da oposição mandar um emissário ao padre queixar-se de seu nome não ter sido mencionado pelo serviço de autofalante da igreja, ao passo que a presença de adversários havia sido assinalada. Num município

vizinho, na eleição de 1990, um bate-boca e empurrões impediram que um deputado candidato à reeleição subisse no palanque da festa de aniversário da cidade, transformado pelo prefeito, filiado ao mesmo partido, mas também candidato à Assembleia Legislativa, em palanque eleitoral de sua própria candidatura. Numa festa de colônia, no Rio Grande do Sul, era o público quem comandava, canalizando em causa própria a competição entre políticos de vários partidos, incitados a fazerem lances cada vez mais altos no leilão da comunidade.

No outro extremo, a presença de candidatos ou de representantes seus no enterro de figuras importantes do lugar ou mesmo de cidadãos comuns é frequente. Há, em muitos comitês eleitorais, uma atenção especial ao obituário. Uma morte pode ser pretexto para o exercício da generosidade eleitoral: o pagamento do caixão, das despesas do velório e o envio de flores, e sobretudo a presença do político, são artifícios às vezes decisivos na confirmação de uma relação previamente estabelecida ou na criação de novos laços capazes de se traduzirem em votos. Contam-se casos – um deles foi presenciado por um membro da equipe de pesquisa – em que enterros são atrasados de modo a permitir ao político retardatário chegar ao local, e brindar familiares e acompanhantes com o discurso de homenagem ao morto.

Lugares públicos sob controle privado, concebidos como dotados de uma certa neutralidade capaz de aproximar estranhos e, por isso mesmo, centros de sociabilidade mais “abertos”, os pontos de comércio (“clássicos” como farmácia, bar, barbearia; mas também hotéis, açougues, mercearias e postos de gasolina), ao mesmo tempo que são estratégicos no “tempo da política” (como vimos ao nos referirmos às apostas) ressentem-se mais do que outras unidades de “sociação” (muitas vezes, já situadas faccionalmente fora do “tempo da política”, como as fazendas ou os clubes) da “contaminação” da política, que pode ser fatal para os negócios fora do “tempo da política”.

A segregação espacial “instituída” e, quase sempre respeitada, ajuda a resolver o problema mas não o resolve de todo. Porque mudar de freguesia, mesmo temporariamente, não é tão simples (pela força do hábito, ou por razões tão banais quanto a distribuição entre vários partidos dos membros das famílias dos frequentadores). Por circunstâncias como a inexistência nas proximidades de casa de comércio similar, o exercício da troca põe vendedores e compradores (provavelmente mais aqueles do que estes), políticos ou eleitores (principalmente, os envolvidos mais intensamente, como cabos eleitorais e militantes) diante de um problema delicado: como o seu lado⁴ pode ganhar aderentes sem que os seus negócios (no caso dos comerciantes, o negócio propriamente dito) sejam prejudicados em tempos normais isto é, sem que o seu “círculo de relações, de que tanto depende para “navegar”, seja afetado negativamente. É o reconhecimento desse perigo que faz com que consumidores fortemente envolvidos na política,

discretamente, passem a fazer sua “feira” (compras semanais) em outro município “até que a política acabe”. É a mesma preocupação que faz com que líderes políticos que também são proprietários de casas comerciais se afastem do balcão, deixando-o entregue a parente ou pessoa próxima, que observe uma rígida separação entre a atividade comercial e a atividade política, evitando envolver-se em conversas políticas e aprendendo a “não ouvir” – como, sofridamente, testemunha a dona de um armarinho, esposa de um candidato a vereador, num município do Rio Grande do Sul, sobre as conversas de eleitores de outros partidos dentro de sua loja: “Nessas horas, embora eu me sinta atingida, não discuto política para não perder o freguês.” Um político daquele mesmo município foi categórico diante da pergunta inconveniente do pesquisador: “Meu irmão está no comércio, ele não faz política.”

Mesmo uma unidade social tão fundamental e tão identificada com a idéia de união quanto a família não está imune à contaminação da política. O “tempo da política” pode ser o momento para que uma família poderosa confirme o seu domínio sobre um município ou uma região mas é também o momento adequado para que se explicitem clivagens internas que ameacem essa forma de dominação faccional em que família e dominação política estão associadas; a forma na qual muitos estudiosos identificaram uma espécie de matriz política da dominação tradicional no Brasil⁵. As divergências internas a uma família que controla uma comunidade são perfeitamente compatíveis com o exercício da sua dominação até o momento em que algum descontente ceda à tentação de uma candidatura por outro partido, ou resolva ele próprio encabeçar outra facção. Mesmo não logrando sucesso eleitoral, os efeitos costumam ser devastadores e, não poucos casos de lutas faccionais extremadas, atravessando os limites do “tempo da política”, opõem partes do que antes era uma grande família que deixou que suas divisões internas se oficializassem durante o período eleitoral.

Nos casos em que o poder municipal ou regional não é monopolizado por uma só família, mas sim é exercido numa espécie de condomínio interfamiliar ou envolve uma composição política mais ampla, contemplando forças políticas com um recorte não primariamente familiar, a questão talvez se ponha de modo mais atenuado mas não deixa de existir. Pela natureza do compromisso que vincula os responsáveis e os membros mais ativos de uma facção, envolvendo a honra pessoal e pela natureza dos laços que definem a família – sinônimo de “união” e “organização” (ou, ainda “ordem”)⁶ –, o fato desta não conseguir se alinhar de um mesmo lado depõe contra a sua reputação. Por mais frequente que seja esse fato e por mais bem distribuída que esteja essa “falha” entre as facções em disputa, sempre configura uma situação de crise. A vitória do “rebelde” pode facilitar a reconciliação entre os membros da família, mas pode também oferecer uma ocasião privilegiada para que os demais membros, que permaneceram na facção

anterior, provem o seu desprendimento e confirmem publicamente, exibindo o contraste com o “rebelde” triunfante, o valor de sua palavra e a sua fidelidade aos compromissos assumidos.

Em uma das cidades que estudamos em Pernambuco, um desses “rebeldes” tornou-se prefeito do município e a excelência da sua gestão (reconhecida até por seus adversários mais ferrenhos) garantiu-lhe não apenas índices elevados de aprovação em pesquisas de opinião, mas também provocou um certo esvaziamento da principal facção rival, que, a partir de certo momento, começou a lhe acenar com alianças. Em compensação, seu pai e seu irmão recusaram a oferta de conciliação feita pelo prefeito e incluíram o nome do segundo na lista dos candidatos a deputado da chapa oposicionista na eleição seguinte, como uma espécie de representante da família, mesmo sabendo que não teria a menor chance de eleger-se.

O problema não é menor entre as famílias não dominantes, as famílias de eleitores. Pertencer a uma facção, ou, pelo menos, identificar-se com uma delas, é fundamental em situações como as que estudamos, para que alguém (indivíduo ou família) consiga se conduzir no cotidiano de entre duas eleições. Na vida prática, é preciso não apenas fazer ou saber fazer, mandar ou saber mandar, mas também saber “a quem recorrer” em casos de necessidade. Ao contrário, do que esta expressão possa sugerir, “os casos de necessidade” são corriqueiros e sua excepcionalidade diz respeito tão somente ao fato de não poderem ser resolvidos automaticamente como a maior parte dos problemas que surgem no roçado, nas crises familiares ou nos desentendimentos entre vizinhos, onde prevalece o bom senso ou recurso à ajuda “natural” dos socialmente mais próximos. Crises dessa mesma natureza, mas de escala maior ou o defrontar-se com “forças” organizadas por outros princípios (como a burocracia de um hospital público ou cartório, ou a composição dos interesses políticos na distribuição de empregos numa prefeitura ou bolsas para estudantes pobres), exigem o recurso a um protetor ou a um mediador. Não ter a quem recorrer leva a uma situação de indignância social (quase sempre também econômica) da qual dificilmente se escapa e que dificulta a própria procura de canais alternativos, como os sindicatos. Inserir-se em uma facção esse quadro, torna-se, pois, uma imposição. O período das eleições representa uma ocasião privilegiada para que uma família aumente seu “poder”, ligando-se a um determinado candidato ou facção. Mas se ela não consegue alinhar seus membros de um mesmo lado ou se o pai de família não distribui harmoniosamente os votos de seus dependentes – numa demonstração inequívoca da sua autoridade – entre candidatos e facções, pode pôr em risco suas ligações com uma, e mesmo (perigo dos perigos!) todas as facções e a unidade do próprio grupo familiar.

Vimos tanto camponeses que declaravam orgulhosamente como distribuíam sábia e justamente os votos da família, como aqueles que, angustiados,

prometiam aos múltiplos candidatos que apoiavam os votos da maioria dos dependentes ou que, afirmavam solenemente que o seu voto pessoal (como se fosse um voto de qualidade, no momento em que a sua própria capacidade de controlar os votos do grupo familiar estava em questão) era daquele candidato com quem estavam falando, sem nada a dizer sobre o voto de mulher e filhos. O incômodo de tal situação e a repercussão de uma má condução dessa transação podem ser avaliados melhor se nos lembrarmos que o “segredo” do voto nessas comunidades consiste no “saber votar”, isto é, preencher corretamente a cédula com o nome do candidato a quem já se declarou publicamente apoiar. Não declarar antecipadamente o voto equivale a dizer que vai votar em quem não deveria votar. A situação é especialmente difícil no caso de famílias de “eleitores” (o que vale tanto para famílias nucleares, quanto para famílias de três gerações ou para associações de irmãos e cunhados e respectivos filhos, comuns nas áreas rurais brasileiras) com membros que participam ativamente, como militantes ou candidatos, de facções antagônicas. Para conjurar a ameaça de divisão, torna-se, às vezes, necessário alterar o calendário familiar, suspendendo visitas, festas ou reuniões até que os encontros deixem de ameaçar sua unidade (Guebel 1994).

Exemplos dessa invasão do cotidiano pela política poderiam ser multiplicados. As situações de tensão provocadas pelo desacordo entre sindicatos que permanecem longe da política e sindicalistas que misturam política com as próprias atividades sindicais; ou, ao contrário, entre sindicatos envolvidos na competição eleitoral e sindicalistas e/ou associados presos por outras fidelidades, estão longe de ser excepcionais. Também é comum que a política entre nas igrejas, dividindo fiéis e, mesmo, sacerdotes, gerando artifícios capazes de conciliar uma certa distância institucional com os engajamentos pessoais, ilustrados na fórmula de alguns pastores de Pernambuco: “A igreja não se mete em política, mas meu voto é de Fulano.”

O fundamental é que essa contaminação das relações sociais pela política, “no tempo da política”, leva à exacerbação de solidariedades e a uma perigosa proximidade física e social entre os que, naquelas situações concebidas como “normais”, mantêm-se pessoalmente vinculados conquanto cada um “no seu devido lugar”. Leva também ao limite as possibilidades de conflito, tanto em decorrência da aproximação excessiva; como do aprofundamento da separação e da hostilidade entre facções. Tanto o excesso de proximidade entre desiguais quanto as múltiplas possibilidades de conflitos representam uma ameaça à ordem social, de que o medo não só do envolvimento em conflitos específicos – e de suas possíveis consequências – mas de “desorganização da comunidade” é a expressão mais nítida.

10. A sociedade reage às ameaças à autonomia de domínios e à hierarquia social somando aos controles que vimos a realização de grandes cerimônias públicas, de que os comícios são o exemplo por excelência⁷. Restabelecendo, no contraste entre palanque e público, a distância entre os “de cima” e os “e baixo” (ou entre os que fazem política e os outros), e estabelecendo publicamente os limites de cada facção (ao mostrar quem faz parte de um palanque), os comícios circunscrevem a política ao seu lugar próprio (ao indicarem um lugar físico – o lugar do comício – e o instrumento – palavras e gestos formais – adequados ao seu exercício), reintroduzindo a ordem na disputa.

Todavia, reintroduzir a ordem na disputa não a elimina. Em um certo sentido, ao dramatizá-la, ao invés de neutralizá-la, exacerba-a. E, como, além de tudo, essa dramatização é pública (realizada a céu aberto, em praça pública, dirigida a todos, presentes ou não) ela acaba por tornar a disputa mais séria.

Por isso mesmo, a realização desses eventos suscita conflitos que atualizam tensões “anteriores” aos comícios, mas sobretudo conflitos relacionados a essa espécie de “inversão da inversão” que define os comícios. Alguns conflitos são mais instrumentais, como a luta pelo local de realização do comício, cada facção reivindicando o lugar mais central – socialmente mais valorizado –, ou capaz de reunir mais gente; outros são mais “rituais”, como as batalhas simuladas entre caravanas de militantes a caminho dos comícios, que podem, eventualmente, evoluir para confrontos violentos.

As disputas entre palanques, mas sobretudo aquelas internas aos palanques e aquelas entre público e palanque de um comício, representam um risco próprio a esse tipo de cerimônia e, pela importância central que têm, à própria ordem que ele pretende atualizar.

Mais do que o conteúdo programático do que é dito, vale o modo como a palavra é comprometida. Não é por acaso que os discursos políticos nessas ocasiões resumem-se a promessas e acusações. As primeiras contam com um tempo de “carência” que vai além dos limites do “tempo da política”, mas os efeitos morais de promessas não cumpridas (não de qualquer promessa, mas de promessas feitas a uma coletividade em praça pública) podem se manifestar em eleições subsequentes sob formas bastante radicais.

Observamos isso nas eleições de 1988, em um povoado do sertão de Pernambuco, onde o chefe político de uma facção (“o Deputado”) perdeu o controle quase absoluto que exercia sobre o eleitorado. Nas palavras de um morador: “Aqui é fechado com Erivaldo (candidato da oposição). Antes, nos éramos do Deputado. Mas o Deputado se deu mal porque não cumpriu a promessa, a promessa de botar luz e água.” O fato de, nas avaliações de então, suas perspectivas de vitória serem mínimas (a contagem dos votos, posteriormente, viria confirmar essa espécie de pesquisa “espontânea” de opinião pública, que dava ao

candidato de oposição ao deputado mais de 80% das preferências) provocou tal desgaste da sua imagem que permitiu a um trabalhador rural contar “do alto de um palanque” uma estória que era percebida por todos como uma afronta ao Deputado. O trabalhador disse que havia sido procurado por partidários deste, que lhe ofereceram cinco, depois oito e, finalmente, dez mil cruzados para retirar a fotografia de Erivaldo de sua porta. Dez mil, ele aceitou. Pegou o dinheiro e disse: “Pronto. É o que o Deputado ficou me devendo da Emergência” (referência ao trabalho numa frente de emergência na sua fazenda, durante a seca, que não havia sido pago). E manteve o retrato de Erivaldo no lugar.

As acusações são mais imediatamente explosivas. Aceitas pelas partes como “normais” no “tempo da política”, precisam ser dosadas convenientemente, tanto pelo fato de quem as faz poder acabar desqualificado socialmente como um “caluniador”, quanto pelas reações violentas que podem provocar se, nesse tempo de exacerbação de fidelidades e ódios, ultrapassarem os limites – sempre difíceis de fixar – do que é aceitável.

Os comícios abrem espaço ainda para disputas entre partidários de uma mesma facção, que, em outros momentos, passariam despercebidas. As brigas pelo acesso ao palanque e, neste, pelos lugares mais valorizados, pelo uso da palavra e, sobretudo no caso de políticos de menor prestígio, por falar no momento mais próximo possível do discurso da “estrela” do palanque, se mal administradas, podem comprometer o sucesso eleitoral e, mesmo, o destino de uma facção.

Mas talvez o ponto mais crítico no comício seja o das relações entre palanque e público, por envolver o manejo simultâneo de regras próprias a esse tipo de evento e regras que operam no dia a dia. Enquanto no palanque prevalece a linguagem formal e regras de comportamento mais estritas, obrigando participantes a aplaudir e cumprimentar oradores, a despeito de conflitos de bastidores, no público predomina a linguagem do cotidiano e não há regras fixas de comportamento. Garantir uma “boa” reação do público constitui uma das tarefas dos que conduzem o comício do palanque. A possibilidade de tumultos provocados por alguém que queira “abrir” um diálogo com o palanque, ou que insista em ter acesso a ele, está sempre presente.

Essa tensão entre regras manifesta-se, com clareza, nos medos individuais daqueles que estão no palanque, ou no público, com o que possa ocorrer nessas circunstâncias. A advertência feita por um candidato a outro, num comício em Pernambuco – “É preciso ter muito cuidado com o que se fala no palanque, porque o palanque tanto faz você subir como descer” – ou a recusa de falar em palanque (transferindo-se a tarefa a um terceiro) ilustram bem o primeiro caso. A relutância de um outro camponês pernambucano em ir a comícios, temendo que pudessem falar mal dele – não percebendo que, excluído do palanque, estava

também imune à crítica de palanque – é exemplar de como a adequação de linguagem e expectativas é complexa nesse tipo de evento.

Os comícios, longe de resolverem de forma unilateral a questão da ordem – suprimir a desordem seria um contrassenso e equivaleria a acabar com o próprio “tempo da política” –, antes estabelecem regras para o cotidiano da política, ainda que ao preço de, paradoxalmente, ampliar as possibilidades de divisão. Sobretudo, estabelecem um ritmo próprio para esse “tempo” e uma referência para esse novo cotidiano que tem os comícios como centro. O comentário sobre os comícios e tudo o que neles ocorre torna-se matéria-prima das conversas de todo dia e a espera do próximo comício passa a ser uma espécie de motor do cotidiano. A reapropriação dos comícios no cotidiano do “tempo da política” realimenta os comícios subsequentes. Os conflitos, longe de desaparecerem, multiplicam-se, mas se distribuem, sobre planos diferentes, “organizando-se” de um certo modo, ainda que deixando em aberto a questão da sua “administração”.

11. As declarações que servem de epígrafe a este capítulo estão separadas por 650 km e pela distância entre trajetórias sociais bastante diferentes. A primeira é de um trabalhador rural do sul de Pernambuco, presidente de sindicato, que conseguiu entrar na política tornando-se cabeça de uma nova facção no município, e que fala das dificuldades de chegar até onde chegou e do que continua enfrentando. A segunda é de um camponês, dono de um sítio no sertão do Pajeú, onde exerce sua autoridade sobre irmãos, cunhados, filhos, genros e sobrinhos que vivem em um círculo de casas em torno da sua, ao relatar a trágica morte de seu irmão, introduzido na política, contra a sua vontade, pelas mãos do chefe de uma das facções do município.

São duas avaliações da política, ao mesmo tempo diferentes – como as trajetórias de seus autores e as circunstâncias a que cada um está referido – e muito semelhantes: o que está em jogo no “melindrosa” de uma e no “dolorosa” da outra é o “risco” da atividade política.

Entrar na política é correr o risco de ser derrotado e, antes disso, numa situação limite, perder a própria vida. Um risco individual, mas no caso em questão, também familiar. Por outro lado, entrar e vencer é se expor ao risco de estar sempre sob risco: risco de “descer do palanque” (como naquela espécie de pesadelo do candidato que vimos um pouco atrás); risco de perder a vida (a entrada na política não protege de um destino semelhante ao do irmão do camponês do Pajeú, mas pode deixar alguém ainda mais “exposto”); risco de, no exercício da política, levar alguém à morte e ser responsabilizado socialmente por ela, como o político que puxou para a política o irmão do camponês. A arma para enfrentar o risco, nas duas formulações é o “saber fazer”, o “conhecimento”.

Se pensar a política como alguma coisa em que se “entra” reafirma a idéia da política como algo “externo” e até “estranho” aos “eleitores”, o lugar central atribuído ao “conhecimento” ou ao “saber fazer” confirma a ideia de que a política requer habilidades especiais, só encontráveis nos “políticos”, vale dizer, nos especialistas da política, daqueles que, numa tradução livre da fórmula weberiana de Bourdieu, “vivem da política porque vivem para a política”. Em outras palavras, essa(s) maneira(s) de formular a política reproduz(m) uma concepção de política adequada à reprodução de uma sociedade fortemente hierarquizada, onde a política é assunto de muitos (ainda que por determinado período) mas é responsabilidade (com tudo que há de ambíguo no termo) de poucos.

Os conflitos – é o que nos dizem as epígrafes – precisam ser “gerenciados”, não propriamente por gerentes ou, como manda a teoria, por representantes – e o que está em jogo é tudo menos uma relação entre representado e representante – mas por mediadores, por pessoas “poderosas”, “de muito conhecimento”, capazes de dar respostas adequadas às questões que vão se explicitando e criando fórmulas tão adequadas ao “tempo da política” quanto aquelas que famílias, vizinhanças, parentelas criam para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Isso não significa necessariamente chefes todo-poderosos (essa é uma possibilidade que talvez tenha sido modal no passado – temos dúvidas – mas que hoje é, certamente, apenas um entre outros) mas mediadores, percebidos como indispensáveis, embora de forma alguma fixos, e cujo quantum de poder vai depender de toda uma “negociação” (para usar um termo da moda) onde sua capacidade de realizar as “cirurgias políticas” mais *melindrosas* é fundamental. Esses são os *políticos* avaliados pela população, que pode condená-los de modo genérico (só aparecem no tempo da política”) ou execrá-los publicamente, embora essas execrações raramente sejam definitivas, como no exemplo que vimos do “Deputado”. A população pode, ao contrário, exaltá-los, como o eleitor do Pajeú que, todo ano, vai ao palanque de joelhos falar com seu candidato, numa espécie de pagamento antecipado de promessa; ou – e aqui a homenagem parece ser antes à política do que aos políticos – o eleitor que se ajoelha e beija o voto antes de depositá-lo na urna. Pode-se ainda deixar em suspenso avaliações definitivas; mas nunca dispensar a mediação dos políticos, porque ela faz parte da configuração do “tempo da política”.

Notas

¹ Na fórmula de um camponês pernambucano: “Eleição é a maior festa do Sertão. Sertanejo adora votar.”

² Este não é o lugar para analisar as apostas. Apenas trataremos daqueles seus aspectos que dizem respeito à delimitação do tempo da política.

³ Em outro momento (Palmeira e Heredia 1995), chamamos a atenção para o fato de esta expressão referir-se estritamente às ações de cada uma das facções e não ter o sentido englobante que lhe costuma ser atribuído.

⁴ Às vezes, é o próprio comerciante ou algum familiar seu que é candidato, e candidatos têm que comprar de comerciantes.

⁵ A propósito da autonomia dos princípios que dirigem a família e a política numa situação em que as duas estão profundamente imbricadas, ver a releitura feita por Marcos Otávio Bezerra (1995) do Família e Comunidade no Brasil de Oracy Nogueira. Ver também Palmeira 1992.

⁶ Por seu turno, “família desunida” é o mesmo que “família desorganizada”, ou não-família. Ver a esse respeito a dissertação de Margarita Gaviria sobre família camponesa (1992)

⁷ Uma análise detalhada dos comícios políticos pode ser encontrada em Palmeira e Heredia 1995.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILEY, F. G. "Gifts and poison", in F.G. Bailey (ed.), *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford, Basil Blackwell, 1971.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Em Nome das Bases*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- BEZERRA, Marcos Otávio. "Parentesco e Política num Estudo de Comunidade". Inédito, 1995.
- BLOCH, Maurice. "Why Oratoy", in M. Bloch (org.), *Political Language and Oratory in Traditional Society*. Londres, Academic Press, 1975.
- BLOCH, Maurice. "Sybols, song, dance and features of articulation: Is religion an extreme form of traditional authority?", in *Ritual, History and Power*. (Selected Papers in Anthropology). Londres, The Athlone Press, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. "Les modes de domination". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(2/3):122-132, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político", in *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- COMERFORD, John Cunha. "Sindicatos, sociabilidade e poder: um estudo sobre trabalhadores rurais" (Projeto de pesquisa). *Cadernos do NuAP*, 2, 1998.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- FETAPE. *Encontro de Formação Política de Lideranças Sindicais* (Encontro Estadual de Lideranças Sindicais participantes da Política Partidária). Carpina (PE), 5 e 6 de Março. 21 pág. (mimeo), 1992.
- FIRTH, Raymond. "Factions in Indian and overseas Indian societies. I. Introduction". *British Journal of Sociology*, 8:291-95, 1957.
- GARCIA JR., Afranio. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GAVIRIA, Margarita Rosa. A Família numa Área Canavieira de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1992.

- GOFFMAN, Erving. “La conférence”, in *Façons de Parler*. Paris, Lês Éditions de Minuit, 1987.
- GROSS, Daniel R. “Factionalism and Local Level Politics in Rural Brazil”. *Journal of Anthropological Research*, XXIX(2):123-144, 1973.
- GUEBEL, Claudia. *El mundo de Tita. Redes Sociales, Política y Bar*. (Cuadernos de Antropología Social, 8). Buenos Aires, Instituto de Ciências Antropológicas FFyL-UBA, 1994.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de e PALMEIRA, Moacir. “O voto como adesão”, in Canêdo, Letícia Bicalho (org.), *O sufrágio Universal e a invenção democrática*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. “Política, Família, Comunidade”, in M. Goldman e M. Palmeira (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contracapa, pp. 57-72, 1996.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. “Conflitos e desafios: lutas no interior da facção”, in B. Heredia (org.), *Do Local ao Internacional: Práticas políticas, relações pessoais, facções*. Cadernos do NuAP, 4. Rio de Janeiro, 1999.
- KERTZER, David I. *Ritual, politics and power*. New Haven, Yale University Press, 1988.
- KUSHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- LANDÉ, Carl H. “Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism”, in S. W. Schmidt *et alii* (orgs.), *Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, pp. xiii-xxxvii, 1977.
- LASSWELL, Harold. “Faction”. *Encyclopaedia of the Social Sciences*. Nova York, The Macmillan Company. Vol. V:49-51, 1937.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (o município e o regime representativo no Brasil)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975 [1949].
- LENOIR, Remi. “Reponses et répondant: analyse d’une correspondance”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 73:1-28. Paris, Éditions de Minuit, 1988.
- MACHADO DE ASSIS. *Crônicas escolhidas*. São Paulo, Folha de São Paulo/Editora Ática, 1994.
- MAYER, Adrian C. “The significance of quasi-groups in the study of complex societies”, in S. W. Schmidt *et alii* (orgs.), *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, pp. 43-54, 1977.
- NICHOLAS, Ralph W. “Factions: a comparative analysis”, in S. W. Schmidt *et alii* (orgs.), *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, pp. 55-73, 1977.

- NOVAES, Regina. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro, Graphia, 1997.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. A. de. "Le temps de la politique". *Etudes Rurales*, 31(132):73-87, 1993.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. A. de. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico*, 94:31-93, 1995.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz M. A. de. "Política ambígua", in P. Birman, R. Novaes e S. Crespo (orgs.), *O mal a brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ, pp. 159-184, 1997a.
- PALMEIRA, Moacir. "A diversidade da luta no campo", in V. Paiva (org.), *Igreja e questão agrária*. Rio de Janeiro, Loyola, pp 43-51, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. "Política, facção e compromisso: alguns significados do voto". *Anais do 2º Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Salvador, CRH/FINEP/CNPq/ANPOCS, 1991.
- PALMEIRA, Moacir. "Política e tempo: nota exploratória", in Peirano, Mariza (org.), *O dito e o feito*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- PALMEIRA, Moacir. "Voto: racionalidade ou significado?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20: 26-30, 1992.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969 [1957].
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. "Preface", in M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard (orgs.), *African Political Systems*. Londres, Oxford University Press, pp. xi-xxiii, 1961 (1940).
- RODRIGUES, José Albertino. "L'Integration des syndicats au systeme socio-politique brasilien". *L'Homme et la société*, 12:87-116, 1969.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris, NRF/Gallimard, 1992.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis (um estudo das redefinições do coronelismo)*. Recife, UFPE/PIMES, 1974.
- SCHMIDT, Steffen W. et alii. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- TURNER, Victor. "Variations on a theme of liminality", in S. F. Moore and B. Myerhoff (orgs.), *Secular Ritual*. Amsterdam, Van Gorcum, 1977.
- VILAÇA, Marcos Vinicius e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad (esbozo de sociología comprensiva)*. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1964 [1922].

Este livro foi composto em Times New Roman, corpo 10,5/13.
Impresso em setembro de 2010.

